CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – COVID-19

REQUERIMENTO 144/2021

RELATÓRIO FINAL

Presidente: Vereador Professor Juliano Lopes (AGIR)

Relator: Vereador Irlan Melo (PSD)

Belo Horizonte

2021

CPI COVID-19 – REQUERIMENTO 144/2021

Composição

Membros efetivos	**Suplentes**
Relator: Irlan Melo	Helinho da Farmácia
Presidente: Professor Juliano Lopes	Walter Tosta
Nikolas Ferreira	Marilda Portela
Jorge Santos	Marcos Crispim
Flávia Borja	Ciro Pereira
José Ferreira	Pedro Patrus
Bruno Miranda	Miltinho CGE

Mensagem do Relator

Sabemos que todos sofreram de uma forma ou de outra nesse tempo de pandemia. Seja o desemprego, a inflação, redução de salários, as contas cada vez mais caras, o preço dos combustíveis e da cesta básica, a falta da escola, as consequências emocionais que o isolamento ocasionou e, é claro, as perdas humanas. Afinal, já foram mais de 600 mil vidas perdidas somente no Brasil.

Intentei de diversas formas amenizar os danos causados pela pandemia. Estive inúmeras vezes na Prefeitura de Belo Horizonte procurando o diálogo com o Prefeito, com Secretários e técnicos, ouvi a população, comerciantes e líderes religiosos a fim de buscar juntos os meios possíveis para o equilíbrio entre economia e saúde.

Como relator dessa Comissão Parlamentar de Inquérito assumi a grande responsabilidade de representar mais de 2,5 milhões de belo-horizontinos que estão com olhos atentos sobre a atuação e utilização de recursos públicos pela Prefeitura no enfrentamento da pandemia.

Nesses 6 meses de trabalho intenso foram mais de 30 reuniões ordinárias e extraordinárias, dezenas de horas de oitivas, vários requerimentos, visitas, pesquisas, apurações, denúncias, escutas e acareações. Analisei cada detalhe com isonomia e de maneira técnica.

Criei um canal de denúncia para ouvir a população através do meu site onde recebi diversas sugestões perguntas que usei durante as oitivas. Fizemos também um amplo trabalho de divulgação para que os cidadãos pudessem acompanhar de perto o nosso trabalho e o andar das investigações.

Este relatório não seria possível sem o trabalho diligente e cuidadoso de muitas pessoas. Gostaria de agradecer toda a minha equipe pela competência e auxílio durante os trabalhos, em especial ao assessor André Calazans por todo apoio e brilhante desenvolvimento durante esse desgastante período.

Quero agradecer aos colegas vereadores desta CPI por toda dedicação e apoio no decorrer das inúmeras oitivas. Em especial a colega Fernanda Pereira

Altoé, que não faz parte do Colegiado, mas que trabalhou muito pelo relatório. Seu brilhantismo, participações e auxílios juntamente com sua excelente assessora Renata Fajardo foram fundamentais para os apontamentos e discussões visando sempre a elucidação do tema em foco.

À toda imprensa pela contínua cobertura dos fatos, que auxiliou no deslinde do real problema enfrentado.

Preciso destacar também a excelente parceria com o presidente da CPI. Com sua experiência e sabedoria, o vereador Professor Juliano Lopes conduziu este Colegiado para um resultado de sucesso, com leveza e tranquilidade.

Ao povo de Belo Horizonte, agradeço as inúmeras manifestações de apoio e as cobranças. O contato com vocês é a garantia de que estou no rumo certo.

Por fim, quero deixar registrado, nesse momento, meus profundos sentimentos a todas as vítimas e atingidos direta e indiretamente por essa pandemia tão cruel, peço a Deus, em oração, que os console. Sintam-se abraçados. Estamos lutando por todos vocês!

Muito obrigado.

Irlan Melo

Relator da CPI Covid-19 da CMBH

SUMÁRIO

1.	**DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO**	06
2.	**CPI COVID-19 – REQUERIMENTO 144/2021**	08
3.	**DO DESENVOLVIMENTO DA CPI**	10
3.1.	**Da Composição**	10
3.2.	**Das Reuniões**	10
3.3.	**Das Diligências**	252
4.	**DOS PONTOS ESPECÍFICOS DO REQUERIMENTO DE ORIGEM E DO PLANO DE TRABALHO**	253
4.1.	**Da gestão dos recursos destinados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19 em Belo Horizonte**	256
4.1.1.	**Do aporte financeiro advindos da União e do Estado para o combate à pandemia de COVID-19 no Município**	256
4.1.2.	**Da compra de máscaras de tecido por meio da dispensa de licitação 041/2020**	257
4.1.3.	**Da empresa Medicar Emergências Médicas LTDA**	266
4.1.3.1	**Eventual ilegalidade nos aditamentos contratuais**	274
4.1.3.2	**Eventual desproporcionalidade quanto ao preço para limpeza dos veículos e duplicidade de contratação**	276
4.1.3.3	**Conclusão**	277
4.1.4.	**Da doação de ventiladores pulmonares pelo Condomínio Operacional do Shopping Oiapoque**	278
4.1.5.	**Da compra de cestas básicas e kit higiene.**	283

4.1.6. Dos gastos com publicidade 286

4.1.7. Dos repasses realizados ao consórcio operacional do serviço de Transporte Coletivo Público Convencional do Município de Belo Horizonte – TRANSFÁCIL – a título de adiantamento de receitas de Vale Transporte. 289

4.1.7.1 Do vício de iniciativa na demanda de reequilíbrio 292

4.1.7.2 Das ilegalidades e incongruências do Instrumento contratual 299

4.1.7.3 Da impossibilidade de adiantamento de dinheiro à Transfácil para garantir a manutenção do serviço pelos concessionários e das inconsistências na devolução 312

4.1.7.4 Das demais incongruências do ajuste 318

4.1.7.5 Participação do Ministério Público 320

4.1.7.6 Conclusão 328

4.1.7.7 Das diligências judiciais e nos órgãos de fiscalização 330

4.1.7.8 Do acordo judicial 330

4.2 Das ações e/ou das omissões da Prefeitura de Belo Horizonte na condução do planejamento e dos atos de enfrentamento à pandemia. 346

4.2.1. Das medidas restritivas de direitos e de liberdades individuais e econômicas, e sua conformidade com o sistema normativo pátrio. 346

4.2.2. Das medidas de fechamento e suspensão dos Alvarás de Funcionamento e Localização das instituições de ensino da capital. 350

4.2.3. Da atuação quanto ao Hospital de Companha 353

4.2.4. Da redução de leitos 355

4.2.5. Do gerenciamento das vacinas destinadas a Belo Horizonte 356

4.2.6 Do Comitê Covid-19 360

5. CONCLUSÃO; INDICIAMENTOS E ENCAMINHAMENTOS 374

5.1 Conclusão 374

5.2 Indiciamentos 385

5.3 Encaminhamentos 387

6. ANEXOS 391

1. DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

A Câmara Municipal de Belo Horizonte, casa detentora do Poder Legislativo, tem importante função, orientada pelas diretrizes da divisão harmônica entre os Poderes, de fiscalizar o trabalho do Poder Executivo, estabelecido no Município pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Dentre os instrumentos de fiscalização do Poder Legislativo, temos a Comissão Parlamentar de Inquérito, que observando a legislação específica, tem o poder de investigação próprio das autoridades judiciais, conforme cita o § 3º, do artigo 82, da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, além do artigo 57 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) tem um papel fundamental para o pleno exercício da democracia, além da sua manutenção. Em conformidade com o texto do parágrafo único do artigo 57 do Regimento Interno da CMBH, a CPI é formada com a intenção de apurar determinado acontecimento de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica e social do Município que demande investigação, elucidação e fiscalização.

Neste sentido, a CPI é uma ferramenta contra arbitrariedades, possíveis ilegalidades da Administração Pública, garantidora do direito de todos os segmentos parlamentares de investigar o Governo, bem como evitar qualquer abuso a ordem democrática, além de colaborar com a transparência dos vários setores do Poder Público.

As CPI’s desenvolvem um procedimento, de natureza administrativa, chamado inquérito parlamentar para investigar assunto específico, sendo conduzido por comissões do Poder Legislativo. As funções precípuas das CPI’s são investigar, fiscalizar e auxiliar, a saber:

A função investigatória é meio para se chegar à função fiscalizatória, que é uma das atribuições constitucionalmente asseguradas ao Poder Legislativo.

No que tange à função auxiliar, sabe-se que esta decorre das anteriores e consiste na utilização dos resultados obtidos para o aperfeiçoamento ou elaboração de leis.

Uma das principais atribuições das CPIs encontra-se no art. 3º-A da Lei 1.579/52, que dispõe sobre a possibilidade de solicitar medidas cautelares ao juízo criminal competente, em qualquer fase da investigação, similar ao que ocorre no inquérito policial quando da apuração das infrações penais.

Assim, se o inquérito policial funciona como uma garantia para o investigado, fase onde se apura indícios suficientes para fundamentar eventual ação penal, a CPI deve agir de forma a garantir os direitos fundamentais das pessoas, independente se testemunha ou investigado.

Porém, o que se vê atualmente no Brasil é uma CPI agindo com mais severidade do que uma Delegacia de Polícia na condução de inquérito policial, além de deixar transparecer os discursos políticos durante as oitivas, o que não deveria ocorrer sob o prisma técnico.

A CPI não julga e nem tem competência de punição. Ela investiga e propõe soluções, encaminhando suas conclusões ao Ministério Público, à Defensoria Pública, ao Poder Executivo, às Comissões Permanente da Câmara Municipal que tenha maior pertinência com a matéria investigada, à Comissão de Fiscalização e Controle e ao Tribunal de Contas do Estado.

Assim, a CPI assim como qualquer investigação deve observar os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana antes de qualquer ânsia por alcançar a verdade dos fatos a qualquer custo, portanto, há a necessidade de obedecer aos limites legais e constitucionais concernentes a todo tipo de investigação prevista no ordenamento jurídico brasileiro.

2. CPI COVID-19 – REQUERIMENTO 144/2021

A criação da CPI foi uma iniciativa dos(as) Vereadores(as) Nikolas Ferreira, Braulio Lara, Ciro Pereira, Fernanda Pereira Altoé, Flávia Borja, José Ferreira, Marcela Trópia, Marilda Portela, Professor Juliano Lopes, Professora Marli, Reinaldo Gomes Preto Sacolão, Rubão, Wesley e Wilsinho da Tabu, com a intenção de apurar a atuação e utilização de recursos públicos pela Prefeitura de Belo Horizonte no enfrentamento da pandemia do Covid-19 no Município, especificamente quanto à ausência de informações precisas e transparentes sobre a destinação dos recursos originados do Governo Federal e Estadual para ações de prevenção e combate à pandemia, a fim de fiscalizar a regularidade das contratações e gastos realizados pela Prefeitura durante o período de calamidade pública.

Os vereadores encaminharam a proposta da criação da CPI na Câmara Municipal de Belo Horizonte em maio de 2021. Esta foi recebida pela Vereadora Nely Aquino, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, e instaurada com a anuência de inúmeros parlamentares que entenderam a necessidade e urgência em apurar a existência de irregularidades nas contratações e gastos realizados pela Prefeitura durante o período de calamidade pública.

Desta feita, o relatório restringe-se ao estrito escopo de apresentar os resultados atinentes aos dados coletados na intenção de cumprir com a finalidade buscada na proposição dos vereadores autores. Foram, então, investigadas as possíveis irregularidades, tanto nos contratos celebrados pela Prefeitura de Belo Horizonte durante a pandemia, quanto na destinação dos recursos oriundos dos Governos Federal e Estadual para as ações de combate à pandemia.

Os trabalhos alcançaram o prazo máximo regimental para uma Comissão Parlamentar de Inquérito, 180 dias, conforme dispõe o art. 81, § 3°, do Regimento Interno. Destaca-se que, em razão da importante investigação implementada, o prazo mostrou-se exíguo. Destarte a primeira conclusão que se alcançou, foi o fato de que não houve o esgotamento do tema.

A dimensão da investigação exigiu que esta Comissão empreendesse inúmeras diligências para substanciar os dados para análise e conclusão sobre a

atuação e utilização de recursos públicos pela Prefeitura de Belo Horizonte no enfrentamento da pandemia do Covid-19 no Município.

No total foram realizadas 33 (trinta e três) reuniões nas quais foram deliberados diversos requerimentos, pedidos de informações, diligências e oitivas de empresários, servidores e Secretários do Poder Público Municipal.

Ao todo foram aprovados 150 requerimentos pela comissão, contendo pedidos de informação, diligências e oitivas. Totalizou-se 106 requerimentos de pedidos de informações, sendo que 85 foram respondidos pelos órgãos e autoridades e, dos 21 restantes, alguns ainda estariam em prazo regimental de resposta quando do encerramento dos trabalhos. Concomitantemente aos envios de pedidos de informações e diligências, foram realizadas 22 oitivas a empresários, servidores públicos e secretários da Administração Pública Municipal e 3 acareações. Já nos fins dos trabalhos, foram, ainda, solicitadas duas quebras de sigilo bancários.

Importante salientar que, para a consecução do trabalho implementado nesta Comissão, todo o labor foi pautado pela atuação comprometida com a veracidade dos fatos, deixando-se de lado as desavenças partidárias para que seja possível lograr êxito no alcance dos objetivos desta CPI. O foco dos trabalhos empreendidos, portanto, foi a análise e coleta de dados que substanciem a investigação que se implementou durante todo o período de duração desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O propósito sempre foi o de atuar com agilidade e em busca dos objetivos da CPI, mas sem a intenção de perseguir quem quer que seja, de pedir cabeças ou de imputar responsabilidades de forma indiscriminada e sem embasamento jurídico substanciado.

O presente relatório pautou-se nas informações obtidas durante os trabalhos, e ao final encaminhará providências fundamentadas e necessárias tendo em vista o entendimento consolidado pelos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

3. DO DESENVOLVIMENTO DA CPI

3.1 Da Composição

Por meio do Requerimento 144/2021, os(as) Vereadores(as) Nikolas Ferreira, Braulio Lara, Ciro Pereira, Fernanda Pereira Altoé, Flávia Borja, José Ferreira, Marcela Trópia, Marilda Portela, Professor Juliano Lopes, Professora Marli, Reinaldo Gomes Preto Sacolão, Rubão, Wesley e Wilsinho da Tabu solicitaram – nos termos dos artigos 57 e 81, §3º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte (Resolução 1.480/1990) combinado com o artigo 82, §3º da Lei Orgânica Municipal – a criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito no dia 10/05/2021.

Recebido o requerimento supracitado pela Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Nely Aquino, foi concedido o prazo de 5 dias corridos aos líderes para a escolha dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme Art. 47, §§6º e 7º, II do Regimento Interno.

A designação dos membros para composição da CPI ocorreu em 18/05/2021 através da Presidente da CMBH, Vereadora Nely Aquino.

Em razão da renúncia do vereador Dr. Célio Frois ao cargo de membro suplente da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, o vereador Ciro Pereira foi designado para a vaga em aberto no dia 26/05/2021.

Sob essa configuração dos membros, estabeleceram-se os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito – COVID-19.

3.2. Das Reuniões

Foram realizadas um total de 33 reuniões até a conclusão desta CPI com a entrega do Relatório.

1ª Reunião – 21/05/2021 – 13h – Plenário Camil Caram

- **Eleição e posse do Presidente e Relator e fixação de dia e horário das reuniões.**

  Realizada com a presença dos vereadores Nikolas Ferreira, Irlan Melo, Professor Juliano Lopes, Bruno Miranda e Jose Ferreira e da vereadora Flavia Borja, a Comissão elegeu o Vereador Juliano Lopes para presidente e o Vereador Irlan Melo para relator geral e o Vereador. Ato contínuo, a Comissão deliberou por se reunir às quintas-feiras, às 09:30h, no Plenário Camil Caram.

2ª Reunião – 27/05/2021 – 13h – Plenário Camil Caram

- **Discussão e votação**

  1) Requerimento de Comissão n° 515/21 - pedido de informação ao prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, para esclarecer sobre "os gastos realizados durante a pandemia causada pelo COVID-19".

     Autoria: vereador Ciro Pereira.

  2) Requerimento de Comissão n° 518/21 - pedido ao presidente da Comissão Parlamentar de inquérito da Pandemia do Senado Federal, Senador Omar Aziz, para "compartilhar as informações prestadas pelo Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, em atendimento ao Requerimento n° 139, 140, 141, 142, 143/2021 de autoria do Senador Ciro Nogueira *e* 152/2021 de autoria do Senador Marcos Rogerio, aprovados por aquela Comissão, bem como outras informações obtidas pela Comissão, referente ao Município de Belo Horizonte quanto as ações adotadas *e* utilização de recurses no enfrentamento da Pandemia da Covid-19".

     Autoria: vereadora Flavia Borja.

     ARQUIVADO SEM RESPOSTAS

- **Agendamento de reunião para o dia 01 de junho de 2021 para que seja apreciado o Plano de Trabalho da Comissão.**

3ª Reunião – 01/06/2021 – 09h – Plenário Helvécio Arantes

- **Alteração do horário das reuniões para 09:30h no Plenário Helvécio Arantes**

- **Apresentação e aprovação do Plano de Trabalho**

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

COVID-19

Proposta do Relator Irlan Melo

Nobres pares,

Gostaria, primeiramente, de informar aos ilustres colegas que me sinto imensamente honrado por ser indicado e eleito para proceder a relatoria desta importante Comissão Parlamentar de Inquérito para a Cidade de Belo Horizonte.

Espero, com a graça de Deus, cumprir com louvores a responsabilidade que a mim foi concedida por tão notáveis colegas.

OBJETIVOS

Trata-se de Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento n°144/2021, com o escopo de apurar a atuação e utilização de recursos públicos pela Prefeitura de Belo Horizonte no enfrentamento da pandemia do Covid-19 no

Município, especificamente quanto à ausência de informações precisas e transparentes sobre a destinação dos recursos originados do Governo Federal e Estadual para ações de prevenção e combate à pandemia, a fim de fiscalizar a regularidade das contratações e gastos realizados pela Prefeitura durante o período de calamidade pública.

Destaca-se nesta CPI a necessidade de esquadrinhar e verificar se houve irregularidades tanto nos contratos celebrados pela Prefeitura de Belo Horizonte durante a pandemia, quanto na destinação dos recursos oriundos dos Governos Federal, em torno de 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), e Estadual – com valor ainda a ser apurado – para as ações de combate à pandemia.

Ademais, esta Comissão objetiva ainda investigar os aspectos concernentes ao planejamento das ações de combate à pandemia e de estruturação do sistema de saúde; à superlotação do sistema de transporte público com evidente exposição dos seus usuários à COVID-19; à plausibilidade dos indicadores científicos utilizados pelo Comitê Municipal de Enfrentamento à Covid-19 para adotar medidas sanitárias de restrição de circulação da população.

De suma importância salientar que, para a consecução do trabalho implementado nesta Comissão, todo o labor deverá ser pautado pela atuação comprometida com a veracidade dos fatos, deixando-se de lado as desavenças partidárias para que seja possível lograr êxito no alcance dos objetivos aqui apresentados.

ROTEIRO DE TRABALHO

I. INTRODUÇÃO

Visando ao bom funcionamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, sugerimos aos Ilustres Vereadores, membros desta CPI, o presente roteiro de trabalho, que, pela realização das atividades investigatórias, permita a formação da convicção dos nobres parlamentares acerca das suspeitas que resultaram nesta conveniente Comissão.

Não obstante a responsabilidade dos membros desta CPI em trazer à luz a verdade dos fatos levantados em tal investigação, almeja-se com este plano a realização de um trabalho em conjunto com todos os destacados Vereadores desta Casa Legislativa – de pronto já convidados a participarem ativamente dos expedientes – e sobretudo, com os cidadãos belo-horizontinos interessados em contribuir com informações e questionamentos relevantes para o inquérito que se empreenderá.

II. MÉTODO DE TRABALHO

Este plano de trabalho tem o intuito de delinear uma CPI técnica capaz de realizar as investigações necessárias para atender ao escopo do Requerimento que a constituiu. Para tanto, a Comissão realizará reuniões administrativas para aprovação de requerimentos distintos, almejando apreender informações e elementos robustos que sustentem os trabalhos e suas diligências finais.

Nestes termos, para a consecução dos objetivos da CPI, o documento aqui apresentado prevê a aprovação de requerimentos de informações que contribuam com a elucidação dos fatos; de visitas técnicas, em caso de necessidade de averiguar, *in loco*, alguma questão pertinente à investigação implementada; e de audiência públicas para trazer aos trabalhos desta CPI debates entre diversos setores da

sociedade sobre as temáticas pertinentes aos objetivos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Concomitante aos requerimentos supracitados, será promovida a realização de oitivas de autoridades públicas, de especialistas – para esclarecimentos técnicos concernentes ao enfrentamento à pandemia – e de outras testemunhas complementares que possam agregar conteúdo probatório para os fins investigatórios desta CPI.

Cabe ressaltar ainda que, ao contrário do que em regra se adota nesta Casa Legislativa, as oitivas perpassarão todo o processo de investigação implementado nesta Comissão, haja vista já haverem dados suficientes para inquirir as autoridades que direta ou indiretamente tenham responsabilidade administrativa sobre os atos relacionados ao combate à pandemia de COVID-19 no Município de Belo Horizonte.

Por fim, ressalta-se que a credibilidade de uma investigação parlamentar passa pela robustez das provas que sustentam as suas conclusões. Para tanto, além dos atos investigatórios acima mencionados, poderão ser realizadas outras diligências julgadas necessárias pela Presidência, Relatoria e Plenário desta Comissão.

Em síntese, o presente plano estruturará o andamento das investigações com o seguinte roteiro:

- Requerimentos de pedidos de informação
- Requerimentos de visitas técnicas e audiências públicas
- Oitivas
- Outras diligências necessárias
- Elaboração do relatório final

III. RELATÓRIO FINAL

O relatório final, com as conclusões desta CPI, será paulatinamente elaborado ao longo dos trabalhos da Comissão e dele constarão, a depender do resultado, recomendações ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal de eventuais infrações, assim como recomendações ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, ao Poder Executivo Estadual e Municipal e demais instituições que entender necessárias para que sejam tomadas as providências necessárias e cabíveis.

IV. ORIENTAÇÃO PARA OS TRABALHOS

Para garantir racionalidade e eficiência à investigação, este plano de trabalho propõe definir com clareza uma estratégia de investigação que contemple todos os objetivos do Requerimento constitutivo desta CPI, em especial atentar-se às informações concernentes aos dois principais eixos problema.

- Averiguar possíveis irregularidades na Gestão dos recursos destinados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19 em Belo Horizonte por meio da análise:

- do detalhamento do aporte financeiro advindos da União e do Estado para o combate à pandemia de COVID-19 no Município; da destinação das verbas recebidas pelos entes supracitados; da destinação dos créditos suplementares abertos durante a pandemia;

- dos contratos celebrados durante a pandemia, seja via licitação ou por inexigibilidade, em especial os referentes à compra de respiradores, compra de EPI’s, aluguel ou compra de grades para restrição de acesso a locais determinados, compra de cestas básicas, abertura de covas e publicidades referentes à Pandemia;

- do auxílio financeiro fornecido às empresas concessionárias de transporte coletivo pela PBH em razão de supostos prejuízos de tais empresas decorrentes da pandemia.

- Averiguar as ações e/ou omissões da Prefeitura de Belo Horizonte na condução do planejamento e dos atos de enfrentamento à pandemia frente à razoabilidade, proporcionalidade e aos reflexos de tais medidas no agravamento da crise de saúde pública e econômica na cidade. Sob tais viés busca-se:

- analisar a razoabilidade e proporcionalidade das medidas restritivas de direitos e de liberdades individuais e econômicas, e sua conformidade com o sistema normativo pátrio;

- averiguar a responsabilidade do Executivo Municipal sobre: a ausência do prometido Hospital de Campanha nos momentos de agravamento da crise de saúde pública; a redução de leitos de atendimento a pacientes diagnosticados com a COVID-19, verificados no início do presente ano; os reflexos da gestão de recursos humanos no agravamento da crise;

- examinar a atuação da Prefeitura do Município no gerenciamento de testes de COVID-19 no Município, bem como na aplicação/distribuição/estoque das vacinas destinadas a Belo Horizonte;

- esmiuçar a responsabilidade do Poder Executivo no que diz respeito à exposição à COVID-19 dos usuários do sistema de transporte público em coletivos superlotados.

V. DO CRONOGRAMA

A CPI realizará reunião administrativa para aprovação deste plano de trabalho, no qual estarão contemplados os atos iniciais relativos à organização dos trabalhos a serem desenvolvidos.

Desta forma, propomos um calendário que se organizará da seguinte forma:

Reuniões ordinárias semanalmente, conforme já aprovado, às quintas-feiras 09:30h no Plenário Camil Caram;

Reuniões extraordinárias de acordo com a conveniência dos membros da CPI a serem aprovadas mediante requerimento das partes;

Requerimentos de informação a serem aprovados e enviados, preferencialmente, nos meses de junho e julho. Cumpre ressaltar que, conforme o art. 76, §4º, da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, os requerimentos de informação observam um prazo de até 30 dias para resposta da autoridade. Nestes termos, peço a gentileza de atentarem-se a pedidos dentro do cronograma aqui estabelecido a fim de haver tempo hábil para que as respostas possam ser aproveitadas pela Comissão;

Requerimentos de visitas técnicas e audiências públicas a serem realizadas nos meses de junho, julho e agosto;

Oitivas a serem realizadas nos meses de junho, julho e agosto;

Elaboração do relatório final a ser apresentado com o fim das atividades desta Comissão Parlamentar de Inquérito no mês de setembro, podendo ser prorrogado até novembro.

Ressalte-se que o presente cronograma poderá ser alterado, mediante aprovação pela maioria dos membros da CPI. Esclareço ainda que a sistemática aqui apresentada configura tão somente uma orientação que pode ser flexibilizado por conveniência das investigações.

VI. CONCLUSÃO

As atividades previstas neste Plano de Trabalho objetivam conferir efetividade à investigação parlamentar, respeitando os postulados previstos na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Minas Gerais, na Lei Orgânica de Belo Horizonte e no Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Pretende-se levar a efeito a consecução de um trabalho técnico, eficiente e comprometido com a veracidade dos fatos. Nesta senda, busca-se concretizar uma das atividades mais nobres da Câmara Municipal de Belo Horizonte, qual seja, a função fiscalizadora.

Belo Horizonte, 31 de maio de 2021.

Irlan Melo

Vereador – Relator

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 531/21 – pedido de informação ao prefeito Alexandre Kalil, com a finalidade de saber: "1) o valor total de créditos suplementares desde o dia 15 de março de 2020 até a presente data?; 2) quanto do valor acima foi destinado para o combate ao COVID? Especifique com o que foi gasto e seu respectivo valor".

   Autoria: vereador Nikolas Ferreira.

2) Requerimento de Comissão n° 532/21 - Pedido de informações ao Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil. - Obter as seguintes informações: 1. A arrecadação das multas provenientes das infrações realizadas por empresas de ônibus que mantiveram número de

passageiros superior ao permitido em tempo de pandemia poderia ser utilizada no combate ao COVID? 2. De que modo a Prefeitura buscou celeridade na cobrança das multas supracitadas? 3. Qual a quantidade de multas dessa espécie e previsão de arrecadação? Especifique a multa e seu respectivo valor.

Autoria: vereador Nikolas Ferreira.

3) Requerimento de Comissão n° 533/21 - Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil. - Obter a seguinte informação: - Qual a quantidade de pacientes de outros municípios que ocuparam leitos de UTI COVID em Belo Horizonte desde o dia 15 de março de 2020 até a presente data? Especifique o número, conforme a respectiva cidade e a data das ocupações.

Autoria: vereador Nikolas Ferreira.

4) Requerimento de Comissão n° 534/21 - Solicitar a juntada de todos documentos e eventuais respostas obtidas pela Comissão Especial de Estudo de Enfrentamento à Covid-19, instituída pelo requerimento 04/2021.

Autoria: vereador Nikolas Ferreira.

5) Requerimento de Comissão n° 535/21 - Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil - Obter informações em relação aos gastos realizados durante a pandemia causada pelo Covid-19, especialmente: 1) Quais são e quais os valores totais e detalhados dos medicamentos e insumos adquiridos para o enfrentamento da pandemia do Covid-19? 2) Quais são e quais os valores totais e detalhados dos EPIs adquiridos para utilização dos trabalhadores de saúde no enfrentamento da pandemia do Covid-19? 3) Houve contratação temporário de profissionais de saúde tais como médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e outros para atender a necessidade excepcional destes profissionais oriunda do combate à

pandemia do Covid19? Quais são os valores destinados a tal ação? 4) A prefeitura possui reserva financeira para a eventual possibilidade de aquisição de vacinas? Qual valor reservado? 5) Qual o valor gasto com publicidade em campanhas de combate e prevenção a pandemia do Covid-19? 6) A Prefeitura adquiriu testes rápidos de Covid-19? Qual o valor gasto? 7) Qual o valor dos recursos destinados aos postos de saúde municipais em razão da pandemia do Covid-19?

Autoria: vereador Jorge Santos.

6) Requerimento de Comissão n° 536/21 – Juntar o organograma, que segue anexo, ao plano de trabalho a ser elaborado pelo relator, com o intuito de auxiliar nos trabalhos desta comissão. - Requerimento 144/2021

Autoria: vereador Nikolas Ferreira.

7) Requerimento de Comissão n° 537/21 - Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil. - Obter as seguintes informações: 1) Quantos e quais foram os decretos de abertura de crédito suplementar, com transferência de recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde relacionados a COVID-19? 2) Qual o valor de cada uma destas suplementações orçamentárias? 3) Especificar a discriminação por elemento e item a destinação de cada recurso transferido em decorrência de cada suplementação orçamentária.

Autoria: vereadora Flávia Borja.

8) Requerimento de Comissão n° 540/21 - Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 24/06/2021, às 09:30h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de intimar o Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto, para, pessoalmente, prestar informações gerais pertinentes à autuação/omissão e à utilização de recursos públicos pela Prefeitura de Belo Horizonte no enfrentamento da pandemia do Covid-19 no Município.

Autoria: vereador Irlan Melo.

9) Requerimento de Comissão n° 541/21 - Pedido de informações ao Secretário Municipal de Governo, Adalclever Ribeiro Lopes. - Obter as seguintes informações sobre os gastos com a pandemia da Covid-19 em 2020 e 2021: 1- Qual o valor total gasto pela Prefeitura de Belo Horizonte com ações de enfrentamento à pandemia da Covid-19 em 2020 e 2021? 2- Qual o valor gasto com a dispensa de licitações nas contratações da PBH em 2020 e 2021? 3- Qual o valor destinado pelo Governo Federal à prefeitura de Belo Horizonte para ações de combate à pandemia da Covid-19 em 2020 e 2021? 4- Qual o valor destinado pelo Governo Estadual à prefeitura de Belo Horizonte para ações de combate à pandemia da Covid-19 em 2020 e 2021? 5- Quanto a PBH recebeu de doações para o enfrentamento da pandemia da Covid-19 em 2020 e 2021?

   Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

4ª Reunião – 10/06/2021 – 09:30 – Plenário Helvécio Arantes

- **Alteração do horário das reuniões para 09h no Plenário Helvécio Arantes**

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 570/21 – Solicitar a juntada de documentos ao plano de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito – Covid-19 para que sejam analisados os contratos da Prefeitura de Belo Horizonte que se referem ao enfrentamento à pandemia da Covid-19 em 2020 e 2021.

   Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

2) Requerimento de Comissão n° 571/21 - Pedido de informações ao Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto. - Obter as seguintes informações sobre o serviço de consulta online durante a pandemia: 1- A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em parceria com a Unimed-BH, oferece para os pacientes atendidos pelo SUS-BH a modalidade de consulta on-line para casos suspeitos de Coronavírus. Essa parceria trouxe algum ônus para o nosso Município? Existe alguma taxa de aluguel pelo uso da plataforma ou a aquisição de uma parte da mesma? 2- Foi criada uma equipe multidisciplinar somente para o atendimento remoto? Em caso afirmativo, os membros integrantes dessa equipe foram deslocados de seus postos ou se deram por novas contratações? 3- Existe um levantamento se esse tipo de modalidade implementada durante a pandemia gerou economia para o Poder Executivo? Em caso afirmativo, gentileza especificar qual. 4- O Executivo teve que realizar algum investimento em seu sistema de internet para ofertar essa modalidade de consulta? 5- Ocorreu divulgação do serviço citado? Em caso afirmativo qual valor gasto com a publicidade? E caso não tenha ocorrido, de que maneira a informação tem chegado ao cidadão? 6- Outras informações que possibilitem melhor compreensão da questão.

Autoria: vereador José Ferreira.

3) Requerimento de Comissão n° 572/21 - Pedido de informações ao Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado. - Obter a seguinte informação: - Por meio da análise dos próprios dados do boletim epidemiológico de Belo Horizonte, é possível perceber que o número de leites de UTI na cidade caiu de forma considerável nos meses de novembro/2020, dezembro/2020, janeiro/2021 e fevereiro/2021. Quando comparado ao restante do período pandémico, meses em que a deve estar prevista uma alta de casos da doença, em decorrência da movimentação e das festas de fim de ano. Por que o número de leitos se manteve tão baixos durante esse período?

Autoria: vereador José Ferreira.

4) Requerimento de Comissão n° 573/21 - Pedido de informações ao Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto. - Obter as seguintes informações: Na data de publicação do Decreto 15.723, em 06 de janeiro de 2021, o senhor Secretário de Saúde da PBH fez a seguinte declaração: "A quantidade total de leitos de UTI Covid reduziu por três principais fatores: falta de recursos humanos, internações em outros atendimentos de saúde e ainda reserva de leitos em hospitais mistos para a rede suplementar". Entretanto, o "Relatório de Execução Anual 2020" destaca a "realização de 2.015 contratações para recomposição de equipes, incrementos de equipes e ampliações temporárias de jornada". Diante disso, questiona-se se as medidas adotadas para superar a escassez de recursos humanos a partir daquela constatação não foram suficientes e qual o plano de ação da Secretaria Municipal de Saúde e da Prefeitura de Belo Horizonte para evitar que haja a falta de recursos humanos disponíveis?

Autoria: vereador José Ferreira.

5) Requerimento de Comissão n° 574/21 - Pedido de informações ao Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto - Obter a seguinte informação: Segundo dados do "Relatório de Execução Anual 2020" a disponibilização de leitos específicos para atendimento de pacientes com suspeita de Covid "passou de 133 leitos de enfermaria e 101 de UTI, no início da pandemia, para 1.115 de enfermaria e 741 de UTI no ápice da pandemia, totalizando 680 leitos novos". Entretanto, segundo o próprio boletim epidemiológico da prefeitura, o número máximo de leitos de UTI foi de 424, em agosto de 2020, e de 570, em abril de 2021. A que se deve a divergência nos próprios dados da prefeitura?

Autoria: vereador José Ferreira.

6) Requerimento de Comissão n° 575/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 01/07/2021, às 09:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de intimar o Dr. Wanderson de Oliveira, Secretário de Serviços Integrados de Saúde do Supremo Tribunal Federal para ser ouvido, remotamente, na CPI.

Autoria: vereador Célio Frois.

7) Requerimento de Comissão n° 585/21 - Pedido de informação ao Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto. Solicitar cópia integral de todos os documentos e comunicações, encaminhados pela Prefeitura ou recebidos dos Ministérios do Governo Federal e Secretarias do Estado de Minas Gerais, a respeito do fornecimento dos materiais e assuntos abaixo descritos desde Março de 2020 até a presente data: 1) máscaras cirúrgicas, máscaras n95, aventais, luvas descartáveis, sapatilhas, saneantes, óculos de proteção; 2) Ventiladores artificiais para o atendimento a pacientes com COVID-19; 3) Testes de Covid-19; 4) Habilitação de leitos de UTI e de enfermaria e número mensal de leitos (geral, UTI e enfermaria).

Autoria: vereadora Nikolas Ferreira.

8) Requerimento de Comissão n° 586/21 - Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 22/07/2021, às 09:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de Intimar a Secretária Municipal de Educação, Dra. Ângela Dalben, para, no dia 22 de julho de 2021, às 09:30h, no Plenário Helvécio Arantes, pessoalmente, prestar informações gerais pertinentes a atuação/omissão da Prefeitura de Belo Horizonte no enfrentamento da pandemia do Covid-19 no Município, em específico no que concerne às medidas de fechamento e cassação dos Alvarás de Localização e Funcionamento das instituições de ensino desta Capital.

Autoria: vereador Irlan Melo.

OBS: A data da oitiva foi alterada para o dia 15 de julho, às 9:00h, no Plenário Helvécio Arantes.

9) Requerimento de Comissão n° 587/21 - Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada (o) no dia 08/07/2021, às 10:00h, no Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de intimar o Presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, Diogo Prosdocimi, para prestar informações sobre a responsabilidade do Poder Executivo no que diz respeito à exposição à Covid-19 dos usuários do sistema de transporte público em coletivos superlotados, bem como sobre o auxílio financeiro fornecido às empresas concessionárias de transporte coletivo pela PBH em razão de supostos prejuízos de tais empresas.

Autoria: vereador Irlan Melo

10) Requerimento de Comissão n° 588/21 - Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 08/07/2021, às 09:00h, no Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de intimar o ex-presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, Célio Bouzada, para prestar informações, pessoalmente, sobre a responsabilidade do Poder Executivo no que diz respeito à exposição à Covid-19 dos usuários do sistema de transporte público em coletivos superlotados, bem como sobre o auxílio financeiro fornecido às empresas concessionárias de transporte coletivo pela PBH em razão de supostos prejuízos de tais empresas.

Autoria: vereador Irlan Melo.

11) Requerimento de Comissão n° 592/21 - Pedido de informações ao Secretário Municipal de Governo, Adalclever Ribeiro Lopes - Obter informações sobre os contratos de aquisição e contratações da PBH no período da pandemia da covid-19, nos anos de 2020 e 2021.

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

5ª Reunião – 17/06/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 624/21 – Pedido de informações à Prefeitura de Belo Horizonte - Pedido de informação em relação a gastos realizados durante o período de pandemia: 1. Qual o custo, em reais, de merenda escolar gasta por aluno de cada faixa etária do ensino público do município de Belo Horizonte, que deixou de ser gasto (valor mensal por aluno), durante o período em que as escolas permaneceram fechadas em virtude dos decretos municipais relativos ao COVID-19? 2. Além disso, qual a quantidade de alunos cadastrados (efetivos) no ensino público municipal para o ano de 2020, ou seja, que iniciaram o ano letivo antes de decretado o período de calamidade pública que teve como consequência o fechamento das escolas públicas municipais em Belo Horizonte?

   Autoria: vereador Ciro Pereira.

2) Requerimento de Comissão n° 625/21 - Pedido de informação ao Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto - Obter informações sobre a retomada da vacinação contra a COVID-19, de gestantes e puérperas que não se enquadram no grupo de risco.

   Autoria: vereadora Marcela Trópia.

3) Requerimento de Comissão n° 626/21 - Pedido de informações à Secretaria Municipal de Saúde - Obter informações sobre os procedimentos licitatórios: Processo nº 04.000.425.21.78, Processo nº 04.000133.19-48 e Processo nº 04.001508.18-33.

   Autoria: vereador Ciro Pereira.

4) Requerimento de Comissão n° 627/21 - Pedido de informações ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais - Solicitar informações sobre os eventuais procedimentos investigatórios, inquéritos, diligências preliminares ou ações penais instituídos (ou em posse) por este inestimável órgão para apurar possíveis práticas delituosas na atuação e na utilização de recursos públicos pela Prefeitura de Belo Horizonte no enfrentamento da pandemia do Covid-19 no Município.

Autoria: vereador Irlan Melo.

5) Requerimento de Comissão n° 628/21 - Pedido de informações ao Ministério Público Federal - Obter informações sobre eventuais procedimentos investigatórios, inquéritos, diligências preliminares ou ações penais instituídas (ou em posse) para apurar possíveis práticas delituosas na atuação e utilização de recursos públicos pela Prefeitura de Belo Horizonte no enfrentamento da pandemia do Covid-19 no Município.

Autoria: vereador Irlan Melo.

ARQUIVADO SEM RESPOSTAS

6) Requerimento de Comissão n° 629/21 – Pedido de informações à Polícia Civil de Minas Gerais - Solicitar informações sobre os eventuais procedimentos investigatórios, inquéritos, diligências preliminares ou ações penais instituídos (ou em posse) por este inestimável órgão para apurar possíveis práticas delituosas na atuação e na utilização de recursos públicos pela Prefeitura de Belo Horizonte no enfrentamento da pandemia do Covid-19 no Município.

Autoria: vereador Irlan Melo.

ARQUIVADO SEM RESPOSTAS

7) Requerimento de Comissão n° 630/21 – Pedido de informações por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19 à(ao) Polícia Federal do

Brasil - Solicitar informações sobre os eventuais procedimentos investigatórios, inquéritos, diligências preliminares ou ações penais instituídos (ou em posse) por este inestimável órgão para apurar possíveis práticas delituosas na atuação e na utilização de recursos públicos pela Prefeitura de Belo Horizonte no enfrentamento da pandemia do Covid-19 no Município.

Autoria: vereador Irlan Melo.

8) Requerimento de Comissão n° 631/21 - Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil e ao Diretor-Presidente da BELOTUR, Gilberto César Carvalho de Castro. - Obter informações sobre o Pregão Eletrônico 001/2021, cujo objeto consta como "Registro de preços para prestação de serviços e/ou locação de bens, para atender às demandas da Belotur e da Prefeitura de Belo Horizonte", bem como esclarecimentos acerca dos valores contratados.

Autoria: vereador Nikolas Ferreira.

9) Requerimento de Comissão n° 632/21 - Pedido de informações ao Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado e Prefeito Alexandre Kalil. - Obter informações a respeito das doses de vacina em estoque no Município: 1) Por qual motivo existe grande quantidade em estoque de vacinas contra a COVID-19 no Município de Belo Horizonte? 2) Qual a média de doses aplicadas por dia em Belo Horizonte? 3) A PBH planeja realizar a aplicação destas doses em estoque em quanto tempo?

Autoria: vereador Nikolas Ferreira

10) Requerimento de Comissão n° 639/21 - Envio de ofício da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19 à Presidência da Câmara Municipal de Belo Horizonte - Requer a contratação de empresa de auditoria para apurar possíveis irregularidades nos contratos firmados pela Prefeitura de

Belo Horizonte - PBH - para enfrentamento da pandemia da Covid-19, no período que se compreende de março de 2020 a junho de 2021.

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

ARQUIVADO SEM RESPOSTA

6ª Reunião – 24/06/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 653/21 – Pedido de informações ao Controlador-Geral do Município, Leonardo de Araújo Ferraz. - Solicitar informações sobre os eventuais procedimentos investigatórios como SUSPAD e diligências preliminares realizados pela Corregedoria Geral do Município, para apurar possíveis práticas irregulares de servidores do Município em suas atuações quanto a pandemia. A solicitação se dá tanto aos servidores considerados linha de frente como os administrativos que atuam, por exemplo, nas licitações relacionadas ao tema.

   Autoria: vereador José Ferreira.

2) Requerimento de Comissão n° 665/21 - Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil - Informar acerca dos procedimentos de dispensa de licitação para compra das cestas básicas distribuídas pela Prefeitura de Belo Horizonte. Neste sentido: 1) Quais os critérios utilizados para escolha dos fornecedores? Qual a justificativa do preço? Por que estes dados não são públicos? 2) Houve cotação de preço? Caso positivo, com quantas e quais empresas foram cotadas? Caso negativo, houve justificativa circunstanciada, conforme apregoa a lei de licitações? 3) Em procedimento de dispensa de licitação, devem constar, no respectivo processo administrativo, elementos suficientes para comprovar a compatibilidade dos preços a contratar com os vigentes no mercado ou com os fixados por órgão oficial competente, ou, ainda, com os que

constam em sistemas de registro de preços, assim sendo: houve uma pesquisa prévia de compatibilidade de preços? Caso positivo, favor encaminhar à CPI documentos referentes a pesquisa supracitada. 4) Houve acompanhamento e parecer da procuradoria? Por gentileza fornecer a essa CPI todos os documentos acerca das contratações com dispensa de licitações, bem como documentos que corroborem com o cumprimento dos requisitos dispostos no artigo 26 da Lei 8.666/93 (Lei de licitações). 5) Qual sua relação pessoal com o senhor Euler Fuad Nejm proprietário do Super Nosso?

Autoria: vereadora Nikolas Ferreira.

3) Requerimento de Comissão n° 672/21 - Envio de ofício da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19 à Presidência da Câmara Municipal de Belo Horizonte - Solicitar auditoria interna a ser realizada pelas diretorias da Câmara Municipal de Belo Horizonte para apurarem possíveis irregularidades nos contratos firmados pela Prefeitura de Belo Horizonte - PBH para enfrentamento da pandemia da Covid-19, no período que se compreende de 18 de março de 2020 até a data de instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito Covid-19, em maio de 2021.

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

ARQUIVADO SEM RESPOSTAS

- **Oitiva do Secretário Municipal de Saúde, Dr. Jackson Machado Pinto pra prestar informações gerias pertinentes à atuação/omissão e à utilização de recursos públicos pela Prefeitura de Belo Horizonte no enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Município.**

Registro da oitiva conforme a ATA Aprovada

O presidente anunciou a presença remota do secretário municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto.

O presidente explicou a dinâmica a ser adotada durante a oitiva: cada vereador faria perguntas que seriam imediatamente respondidas pelo secretário, iniciando-se pelos vereadores membros da comissão e, na sequência, pelos demais vereadores que estivessem participando da reunião.

O vereador Jorge Santos informou que não faria perguntas ao secretário pelo fato de seus questionamentos já terem sido respondidos por escrito, em requerimentos de comissão enviados à Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

O vereador Professor Juliano Lopes perguntou se a SMS havia participado efetivamente da aquisição das máscaras de combate à covid-19.

O secretário Jackson Pinto respondeu afirmativamente.

O vereador Professor Juliano Lopes declarou que, conforme publicação no Diário Oficial do Município - DOM - no dia 6/5/2020, houve dispensa de licitação para a compra de máscaras de tecido para serem doadas, principalmente, em vilas e favelas de BH ainda naquele ano. Solicitou, então, explicações sobre o valor do preço das máscaras, que variaram entre R$1,99 e R$ 3,88, o que resulta em uma diferença de 95% entre os valores.

O secretário Jackson Pinto respondeu que 79 amostras de máscaras foram avaliadas pela SMS na época, e somente 14 possuíam a qualidade necessária. Explicou que 10 empresas foram habilitadas por menor preço, sendo duas delas desclassificadas por solicitar pagamento antecipado e não apresentar a documentação exigida. Afirmou ainda que nenhuma empresa classificada conseguiria entregar a quantidade necessária em tempo hábil, razão pela qual a compra foi fracionada e dividida entre fornecedores diferentes. Apontou que, em razão da urgência na distribuição, as máscaras foram sendo adquiridas pelos menores preços apresentados, em empresas diferentes, até que fosse atingido o quantitativo necessário pela Prefeitura. Avaliou que a compra de forma escalonada resultou em economia de mais de R$1 milhão para a Prefeitura.

O vereador Professor Juliano Lopes, diante da fala do secretário de que a Prefeitura adquiriu máscaras de 8 empresas para atingir o quantitativo necessário, disse que apresentará, perante a comissão, requerimento de comissão para que as empresas se manifestassem quanto à não capacidade de produção do número de máscaras necessárias.

A vereadora Flávia Borges indagou o motivo de comprar tamanho quantitativo de máscaras, sendo que elas ficaram estocadas no almoxarifado da Prefeitura. Diante desse fato, solicitou o plano de escoamento das máscaras.

O vereador Juliano Lopes explicou que, conforme a dinâmica da reunião, o secretário responderia à pergunta da vereadora no momento em que ela apresentasse suas demais perguntas.

Prosseguindo com suas perguntas, o vereador Professor Juliano Lopes indagou se, em razão do valor envolvido, havia sido criada uma comissão para a conferência dos materiais adquiridos e se constava dos autos os nomes dos servidores que integrariam comissão.

O secretário Jackson Pinto respondeu afirmativamente.

O vereador Juliano Lopes indagou sobre a logística para distribuição das máscaras.

O secretário Jackson Pinto explicou que todo o processo contou com o acompanhamento de uma comissão para a compra e para a distribuição das máscaras. Afirmou que as máscaras foram distribuídas para pessoas submetidas a maior vulnerabilidade social. Quanto à lentidão na distribuição dessas máscaras, o secretário declarou que as máscaras de tecido não estão guardadas em estoque, uma vez que foram distribuídas prioritariamente para agentes municipais de Saúde e de Endemias. Ressaltou que essa distribuição contou também com o apoio de servidores da Assistência Social e de associações que receberam e distribuíram o material. Por fim, afirmou que a distribuição não havia ficado restrita à área da Saúde, já que outros órgãos municipais também participaram da distribuição.

O vereador Professor Juliano Lopes solicitou que fosse encaminhado à comissão os nomes de todos os servidores envolvidos no processo de compra

e distribuição de máscaras e os dos servidores responsáveis pela auditoria das empresas nas quais as máscaras foram adquiridas.

O secretário Jackson Pinto afirmou que enviará os dados solicitados no prazo de 30 dias.

O vereador Juliano Lopes indagou se seria possível identificar as pessoas que receberam as máscaras.

O secretário Jackson Pinto disse ter a assinatura dos responsáveis pelas associações comunitárias de vilas e favelas que receberam as máscaras para distribuição nesses locais.

O vereador Professor Juliano Lopes solicitou cópia do documento em que constam essas assinaturas. Indagou se houve alguma negociação para obtenção de preços mais vantajosos para o poder público.

O secretário Jackson Pinto respondeu afirmativamente.

O vereador Professor Juliano Lopes, diante da possibilidade de comparação de preços para aquisição de máscaras por outros órgãos do poder público, indagou quais foram os critérios adotados para a compra das máscaras.

O secretário Jackson Pinto respondeu que as aquisições feitas pela Secretaria teriam ainda observado um termo de referência que leva em conta o menor preço, o menor prazo de entrega, mas também as qualidades técnicas do produto.

O vereador Professor Juliano Lopes indagou quais foram os critérios para distribuição das máscaras cirúrgicas descartáveis.

O secretário Jackson Pinto informou que essas máscaras foram distribuídas exclusivamente para os trabalhadores da Saúde e que essa distribuição obedeceu aos critérios definidos pela Nota Técnica nº 19/20.

O vereador Professor Juliano Lopes, com relação à aquisição de luvas, indagou se a SMS havia participado efetivamente da aquisição de luvas não cirúrgicas para combate à covid-19.

O secretário Jackson Pinto respondeu afirmativamente.

O vereador Professor Juliano Lopes solicitou apresentação de justificativa relevante para o fato de os valores das luvas variarem entre R$23,90 a R$ 45,10, com variação equivalente a 88,7%.

O vereador Jackson Pinto explicou que o preço do produto sempre aumenta quanto maior for a sua demanda.

O vereador Professor Juliano Lopes solicitou dados sobre a comissão formada para conferência e distribuição das luvas e aventais, bem como sobre seus integrantes.

O secretário respondeu que a comissão foi formada e foram definidos critérios para distribuição das luvas. Ele afirmou que encaminharia os dados para a comissão no prazo de 30 dias.

O vereador Professor Juliano Lopes indagou que fonte havia sido utilizada para aquisição das luvas e dos aventais.

O secretário Jackson Pinto informou ter sido adotado o mesmo procedimento adotado para a aquisição das máscaras.

O vereador Professor Juliano Lopes indagou qual o valor dispensado, em Belo Horizonte, para gastos emergenciais e de licitação.

O secretário Jackson Pinto informou que a PBH havia direcionado R$41,7 milhões em contratos emergenciais. Informou ainda que já teriam sido investidos cerca de R$870 milhões no combate à pandemia, sendo R$648 milhões em despesas hospitalares, R$ 193 milhões na rede própria e R$30 milhões em repasses para pesquisas desenvolvidas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

O vereador Professor Juliano Lopes perguntou se havia ocorrido pagamento adiantado às empresas contratadas e se havia ocorrido a devolução de equipamentos à PBH.

O secretário Jacson Pinto respondeu negativamente.

O vereador Irlan Melo indagou em que local o cidadão e outras entidades poderiam obter informações sobre a pandemia e sobre vacinação e

relatórios de notas técnicas; e quais dessas notas técnicas podem ser obtidas no Portal da Prefeitura.

O secretário Jackson Pinto respondeu que todas as informações sobre os gastos da PBH poderiam ser obtidas no Portal da Prefeitura, na página referente ao coronavírus. Ressaltou que essas informações são atualizadas diariamente.

O vereador Irlan Melo indagou se dos valores referentes aos gastos emergenciais, já mencionados nesta reunião, constavam os créditos suplementares abertos para o enfrentamento da pandemia.

O secretário Jackson Pinto informou que já haviam sido repassados pela PBH mais de R$745 milhões em créditos suplementares, que são organizados pela Secretaria Municipal de Planejamento.

O vereador Irlan Melo indagou se o secretário Jackson Pinto considera suficiente a publicização e a transparência no tratamento dos dados referentes ao uso dos recursos públicos no enfrentamento da covid-19.

O secretário Jackson Pinto informou que qualquer cidadão, por meio do portal da PBH, consegue obter qualquer informação sobre estratégias e gastos relativos ao enfrentamento da pandemia.

O vereador Irlan Melo indagou como ocorre a remuneração de leitos covid e de leitos não covid.

O secretário Jackson Pinto disse que a distribuição varia de acordo com o momento epidemiológico e por isso, na medida em que os indicadores vão variando, varia também o valor do leito, que é determinado conforme o uso. Explicou que cada leito precisa de sete profissionais para funcionar e que os leitos são remunerados estando ou não ocupados.

O vereador Irlan Melo perguntou quantos profissionais de Saúde haviam sido contratados e quantos já haviam sido afastados.

O secretário Jackson Pinto informou terem sido contratados mais 3.611 profissionais de saúde. Disse que 2.261 foram afastados até o final de maio deste ano, dos quais 1.522 haviam sido repostos. Informou ainda que a

Secretaria tem 21 mil profissionais de saúde em atividade na capital. Registrou terem sido gastos R$95.800 milhões para contratação de pessoal.

O vereador Irlan Melo indagou a razão da não instalação, em Belo Horizonte, de um hospital de campanha.

O secretário Jackson Pinto explicou que o hospital de campanha se destina a atendimentos de baixa complexidade e que os pacientes internados com covid demandam tratamento mais sofisticado, por meio de Unidades de Tratamento Intensivo - UTIs. Nesse sentido, segundo considerou, decidiu-se pela ampliação do número de leitos nos hospitais Odilon Behrens e Metropolitano Dr. Célio de Castro para enfrentamento da pandemia. Afirmou que esses leitos permanecerão para a cidade após o fim da pandemia.

O vereador Irlan Melo indagou qual é o número de pacientes à espera de cirurgia eletiva e o que a Prefeitura faria a esse respeito. Perguntou também qual era a quantidade de *kits* de intubação em estoque na Secretaria Municipal de Saúde.

O secretário Jackson Pinto respondeu que 32.000 pessoas estão aguardando esse tipo de atendimento e que havia solicitado destinação de recursos específicos para esse fim. Informou que as cirurgias estavam suspensas, mas observou que, a partir desta semana, elas seriam retomadas. Quanto aos *kits* intubação, disse que estavam sendo usados conforme a necessidade, seja para leitos covid-19 ou para leitos de outras doenças.

O vereador Irlan Melo perguntou sobre repasses de recursos federais e estaduais para enfrentamento da pandemia e se o Município teria fôlego financeiro para continuar no combate à covid-19.

O vereador Jackson Pinto informou que os recursos disponibilizados pelo governo federal, que totalizaram R$557 milhões, haviam se encerrado em fevereiro de 2021. Por sua vez, informou que o governo estadual havia repassado R$9 milhões e ainda havia a R$18 milhões a receber. Lembrou que a remuneração do SUS é tripartite entre os governos. Considerou irrisória a participação do governo estadual para o combate ao coronavírus - de apenas 3% - em relação ao gasto do Município. Informou que a SMS trabalha com

déficit mensal em torno de 36 milhões de reais, razão pela qual já havia solicitado aporte de recursos.

O vereador Irlan Melo questionou os critérios para fechamento dos templos religiosos.

O secretário Jackson Pinto disse que não houve decreto que determinasse o fechamento de igrejas, mas observou que fora feita recomendação para que fosse observada a presença de uma pessoa a cada 7m², de forma coerente com a indicada para outras instituições semelhantes que funcionam com aglomeração de pessoas. Disse considerar temerária a diminuição dessa distância, em face do elevado número de casos de contaminação em Belo Horizonte.

O vereador Irlan Melo indagou se seria possível o Município de Belo Horizonte adotar estratégia diferente da estabelecida pelo Plano Nacional de Imunização; e, em caso afirmativo, o motivo de essa estratégia não ter sido executada em relação aos professores municipais.

O secretário Jackson Pinto declarou que havia recomendação do Ministério da Saúde para que o plano fosse seguido à risca e informou que Belo Horizonte optou por seguir rigorosamente esse plano. Lembrou, porém, que os garis foram vacinados por solicitação específica da Prefeitura ao Ministério da Saúde. Afirmou que o Município possui capacidade para vacinar até 50.000 pessoas por dia, mas ponderou que, para que isso ocorra, é necessário enviar e disponibilizar maior número de lotes de vacinas para o Município.

O vereador Irlan Melo indagou o motivo pelo qual Belo Horizonte não articulou com o governo estadual o fechamento das atividades econômicas da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, uma vez que a ocupação de leitos resulta do descontrole da pandemia nos Municípios do entorno onde há deslocamento de trabalhadores para a capital.

O secretário Jackson Pinto declarou que não faltaram tentativas para articular medidas no sentido de restringir as atividades econômicas no Município durante o período mais grave da pandemia.

O vereador Irlan Melo indagou quais teriam sido as orientações em relação à superlotação dos ônibus quando se observava, nessa aglomeração de passageiros, um grave risco de contaminação.

O secretário Jackson Pinto informou ter realizado diversas reuniões com a diretoria da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans, para definir orientações sobre o número aceitável de pessoas nesses veículos, sobre a necessidade de manutenção de ventilação em seu interior sobre a higienização do ar-condicionado.

O vereador Irlan Melo indagou sobre quais estudos técnicos embasaram os reiterados decretos que promoveram o fechamento das atividades econômicas no Município.

O secretário Jackson Pinto concordou com a observação de ter ocorrido limitação de algumas atividades econômicas no Município, mas disse que 64% dessas atividades tiveram seu funcionamento permitido por decreto do Executivo municipal. Considerou esse fechamento uma medida extremamente correta, por ter possibilitado o achatamento da curva de casos de covid-19 no Município.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé criticou o fato de o depoente estar utilizando os serviços de sua assessoria para responder às perguntas feitas pelos vereadores. Considerou a atitude ilegal, pois, segundo declarou, o intimado tem o direito de estar acompanhado de um advogado e de consultar breves apontamentos.

O vereador Juliano Lopes lembrou a aprovação, nesta data, de requerimento de comissão que estabelece que, doravante, os depoimentos deverão ocorrer de forma presencial.

A vereadora Flávia Borja apresentou fotos do almoxarifado da PBH que mostram mais de mais de um milhão de máscaras estocadas nesse setor após um mês da data de sua aquisição. Avaliou que, se havia urgência na aquisição de máscaras, estas também deveriam ter sido escoadas rapidamente, o que não ocorreu. Solicitou, então, a apresentação de documentação que comprove a distribuição e o recebimento dessas máscaras. Indagou o motivo pelo qual a Prefeitura não adiou a compra das máscaras, de forma a adquiri-las por um

preço menor, nos mesmos termos de compra efetuada pelo governo estadual, no valor de R$1,89 a unidade.

O secretário Jackson Pinto informou que 70% das máscaras haviam sido distribuídas em um intervalo de dois meses, observando-se uma logística de distribuição. Apontou não ser possível saber se as máscaras das fotos são máscaras cirúrgicas ou se seriam máscaras que deveriam ser distribuídas para a população.

A vereadora Flávia Borja questionou a contratação da empresa Medicar pela SMS na prestação de serviços do Serviços de Atendimento Médico de Urgência - SAMU. Segundo a vereadora, a Medicar trabalha para o Executivo desde 2018, mesmo ano em que o Tribunal de Contas da União - TCU - considerou essa empresa inidônea e incapaz de participar de contratos com a administração pública. Indagou, então, a razão de a Medicar ainda prestar serviços à Prefeitura e questionou o fato de haver três aditamentos com essa empresa, mesmo havendo proibição para isso no contrato original.

O secretário Jackson Pinto perguntou se a vereadora tinha em mãos o recurso impetrado pela empresa Medicar junto ao TCU. Alegou que o caso não havia transitado em julgado e, por isso, a empresa não poderia ser ainda considerada inidônea. Apontou que os aditamentos ocorreram com observância da legislação e que eles foram necessários para aumentar o número de ambulâncias na cidade, diante da sobrecarga por que passavam as Unidades de Pronto Atendimento - UPAs. Avaliou tratar-se de questão emergencial e disse que, se tais medidas não fossem adotadas, maior número de pessoas poderia chegar a óbito. Ressaltou que há uma cláusula padrão que determina o aditamento de contratos por interesse público. Lembrou que a licitação foi de menor preço e que outra contratação demoraria cerca de quatro meses.

A vereadora Flávia Borja solicitou cópia do processo administrativo que permitiu esses aditamentos. Relatou que, em maio do ano passado, a Prefeitura publicou decreto que permitia a abertura de alguns estabelecimentos como o Shopping Oiapoque. Indagou, então, se houve contrapartida por parte desses estabelecimentos para o Município de Belo Horizonte, ou seja, se havia

ocorrido a doação de algum bem ou valor para realmente justificar a abertura dos estabelecimentos.

O secretário Jackson Pinto indagou à vereadora se ela estava querendo dizer que o Executivo estava sendo comprado caso aceitasse alguma contrapartida. Ela respondeu negativamente. O secretário informou ter ocorrido uma doação de equipamentos e ventiladores pulmonares, feita pelo Condomínio Operacional do Shopping Oiapoque, datada de 20/7/2020, no valor de R$308.220,00.

A vereadora Flávia Borja informou ter sido publicado, em 1º/6/21, no Diário Oficial do Município, o extrato do Processo 01.05.4662.20.43, em que consta a doação, pelo Shopping Oiapoque, de: 25 unidades de peças para ventilador pulmonar adulto; 5 unidades de peças para ventilador pulmonar pediátrico; 15 unidades de peças para ventilador pulmonar; válvula expiratória; 15 unidades de peças para ventilador pulmonar; diafragma da válvula expiratória; e 8 unidades de ventiladores pulmonares. Criticou o fato de essa doação, feita há quase um ano, só ter tido seu extrato publicado recentemente. Solicitou, então, o esclarecimento do motivo dessa publicação tardia e resposta sobre o local para onde esses equipamentos teriam sido enviados. Indagou se a oportunidade de doar equipamentos havia sido estendida aos demais *shoppings* instalados na cidade. Solicitou, ainda, a convocação do responsável pelo Condomínio Operacional do Shopping Oiapoque, para prestar depoimento nesta comissão.

O secretário Jackson Pinto confirmou a doação de apenas oito ventiladores e afirmou não conhecer que outros equipamentos tenham sido doados pelo Shopping Oiapoque. Registrou que as doações podem ter sido feitas para hospitais que prestam serviço ao Município. Informou que, ao todo, o Executivo já recebeu, para o combate à pandemia, 270 doações de empresários e instituições, totalizando mais de R$22 milhões.

A vereadora Flávia Borja questionou em que momento foi destinada a quantia de R$30 milhões para a UFMG, para realização de estudos para confecção de vacina contra a covid-19.

O secretário Jackson Pinto respondeu que foi assinado um termo de cooperação com a UFMG e que os recursos ainda serão liberados por meio de parcelas, conforme plano de trabalho instituído. Informou que, até o momento, havia sido repassada apenas uma parcela no valor de R$6 milhões.

A vereadora Flávia Borja indagou se havia sido permitido que estudantes da área de Saúde fossem vacinados.

O secretário Jackson Pinto respondeu que há previsão legal para a vacinação desses estudantes. Apontou a carência de profissionais na área de Saúde para assumir os postos de trabalho no Município e explicou que decorre desse fato a necessidade de imunização desses estudantes, para permitir o seu treinamento nas unidades de Saúde.

A vereadora Flávia Borja questionou o motivo de os professores não terem sido imunizados contra a covid-19.

O secretário respondeu que a vacinação dos professores havia sido definida no Plano Nacional de Imunização, que foi seguido rigorosamente pelo Município e previa a imunização dos profissionais de Saúde antes dos profissionais de ensino.

A vereadora Flávia Borja lembrou que, em 2020, a Prefeitura manteve a realização do Carnaval, mesmo já havendo legislação federal que institui a quarentena como medida de combate à covid-19. Informou que 4,5 milhões de pessoas estiveram presentes no Município para participar da festividade. Registrou que, após o fim do evento, foi decretado o fechamento das atividades comerciais. Indagou, então, se esse fechamento não deveria ter ocorrido antes da realização do Carnaval.

O secretário Jackson Pinto afirmou que não havia ocorrido, no Município, caso algum de covid-19 vinculado ao Carnaval. Informou que os primeiros casos de covid-19 foram de pessoas que haviam viajado ao exterior naquele período.

O vereador José Ferreira indagou como ocorreram as negociações para a aquisição de 4 milhões de doses da vacina Astrazeneca.

O secretário Jackson Pinto informou que não ocorreu essa negociação,e sim uma negociação para a compra da vacina Sputnik, que foi abortada em razão do extenso prazo de entrega. Informou também que houve negociações com outros produtores de vacina, mas observou que alguns eram “atravessadores”, que não tinham respaldo da indústria que produzia esses produtos.

O vereador José Ferreira indagou quais foram os critérios e indicadores adotados pela SMS que permitiram o retorno das atividades econômicas no Município.

O secretário Jackson Pinto respondeu que o retorno foi pautado em três indicadores epidemiológicos: a taxa de ocupação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, a taxa de ocupação de leitos de enfermaria/covid-19 e os índices de transmissão da doença. Informou que essas taxas e índices demonstraram queda nas últimas semanas, graças à vacinação e ao uso de máscaras.

O vereador José Ferreira indagou se há alguma data-limite para o fim da suspensão das atividades econômicas em Belo Horizonte.

O secretário Jackson Pinto respondeu que nenhum prazo havia sido estabelecido, mas disse que os indicadores citados seriam sempre avaliados para promover tanto o retorno quanto a flexibilização das atividades econômicas e culturais na cidade.

O vereador José Ferreira relatou que, em abril deste ano, idosos não puderam receber a segunda dose da vacina no prazo estabelecido. Indagou então quantos idosos não haviam sido atendidos e quais medidas foram adotadas pela SMS para resolver o problema.

O secretário Jackson Pinto explicou que o atraso de alguns dias na aplicação da vacina não atrapalha a resposta imunológica no organismo das pessoas. Explicou também que a Prefeitura não tem como suprir a vacina, uma vez que as vacinas são encaminhadas para o Município pelo governo federal.

O vereador José Ferreira criticou a alta lotação do transporte coletivo no Município e, nesse sentido, indagou o que foi investido para aliviar esse transporte.

O secretário Jackson Pinto considerou que a pergunta seria mais bem respondida pelo órgão responsável pelo transporte no Município; disse que a SMS apenas havia orientado quanto às medidas para evitar a transmissão da doença dentro dos coletivos.

O vereador José Ferreira indagou em qual estudo a Prefeitura se baseou para postergar o retorno das atividades escolares.

O secretário Jackson Pinto respondeu que, inicialmente, a Prefeitura se baseava em estudo de empresa americana que estabelece a métrica de 50 casos por 100 mil habitantes em 14 dias. Disse que, no entanto, em razão da dificuldade de alcançar essa métrica, a Comissão de Combate à Covid-19 elaborou nova matriz de risco, que leva em consideração seis grandes indicadores, atribuindo pesos específicos a esses indicadores. Informou que, por meio de cálculo matemático, a comissão chegou a números que permitiram o retorno das atividades escolares, até o momento, de todo o ensino fundamental.

O vereador Juliano Lopes prorrogou a reunião por mais uma hora.

O vereador José Ferreira indagou qual critério está sendo observado para vacinação de gestantes sem comorbidade.

O secretário Jackson Pinto informou que a exigência de receita médica para vacinação é uma medida de segurança para a própria gestante; e disse que tal exigência serviu, inclusive, para permitir o controle pré-natal.

O vereador José Ferreira indagou se a filha do secretário Jackson Pinto era proprietária de uma clínica de estética, se essa clínica havia funcionado durante a pandemia e se havia recebido repasses da PBH.

O secretário Jackson Pinto informou que sua filha é sócia de uma clínica de estética que funcionou durante a pandemia conforme o determinado pelos decretos municipais; e que nunca recebeu recursos públicos.

O vereador José Ferreira solicitou o envio de documentação de seu funcionamento para a comissão.

O vereador Bruno Miranda avaliou que não percebia nexo entre o funcionamento da clínica e a investigação desta CPI.

O vereador Níkolas Ferreira relatou que ocorreram denúncias sobre o funcionamento dessa clínica durante a pandemia.

O vereador Bruno Miranda apontou que não cabia ao secretário Jackson Pinto o envio da documentação da clínica, que deve ser solicitada diretamente à empresa.

O vereador Juliano Lopes solicitou ao secretário que confirmasse serem verdadeiras todas as declarações feitas nesta oitiva.

O secretário Jackson Pinto respondeu afirmativamente.

O vereador Nikolas Ferreira indagou sobre os critérios para fechamento de leitos/covid-19 em Belo Horizonte.

O secretário Jackson Pinto registrou que, nos hospitais, há demanda tanto para leitos de covid-19 quanto para outras doenças. Explicou que, assim, se há uma demanda maior por leitos de UTI ou enfermaria covid-19, os leitos de outras doenças passam a ser destinados à covid-19, e assim reciprocamente. Afirmou que todas as decisões são tomadas conforme os indicadores e o mapeamento de risco, ou seja, há uma relação de causa e efeito.

O vereador Nikolas Ferreira indagou qual estudo foi utilizado para o fechamento e a abertura das atividades econômicas do Município.

O secretário Jackson Pinto informou que os procedimentos e protocolos para a reabertura de atividades suspensas em decorrência da pandemia da covid-19 são determinados conforme a análise dos indicadores epidemiológicos e dos resultados publicados no Boletim de Monitoramento. Nesse sentido, explicou que resultados positivos criam condições para a evolução do processo. Da mesma forma, existe a possibilidade de retorno às fases anteriores em caso de indicadores negativos.

O vereador Nikolas Ferreira lembrou que a suspensão de atividades econômicas, segundo recomendação da Organização Mundial da Saúde - OMS, só deve ocorrer em último caso.

O secretário Jackson Pinto explicou que essa recomendação da OMS se refere à *lockdown* e que essa medida jamais havia sido decretada para o Município de Belo Horizonte, uma vez que o fechamento de atividades não essenciais sempre foi parcial, e nunca total.

O vereador Nikolas Ferreira disse haver estudos que comprovam os benefícios da atividade física no combate à covid-19. Diante disso, indagou se não haveria contradição ao fechar academias e locais públicos que permitissem a prática de atividades físicas.

O secretário Jackson Pinto considerou que a atividade física é imprescindível para a vida das pessoas. No entanto, apontou não ser possível permitir que a atividade física implique aglomeração de pessoas. Destacou a importância da higienização dos locais, do uso de máscaras no momento de fazer os exercícios e da observância de dois metros de distanciamento entre as pessoas.

O vereador Nikolas Ferreira indagou os motivos para estocagem de vacinas em Belo Horizonte, já que há, ainda, muitos cidadãos para serem vacinados.

O secretário Jackson Pinto afirmou que hão há estoque de vacinas em Belo Horizonte, mas disse que era necessário reservar algumas vacinas para aplicação da segunda dose, seguindo recomendação do Ministério da Saúde. Relatou que, ao ser vacinada, a pessoa é orientada quanto à data de retorno para a segunda dose. Registrou também que, por questões técnicas, pode haver uma diferença de tempo entre o dia em que a pessoa foi vacinada e o dia em que a vacina é contabilizada como efetivamente aplicada. Daí ocorrerem diferenças entre doses distribuídas e aplicadas.

O vereador Nikolas Ferreira indagou, quanto à ocupação de leitos de covid-19 por pacientes de outros Municípios, qual a quantidade de leitos ocupados por esses pacientes.

O secretário Jackson Pinto informou que esses pacientes ocupam, em média, 35% dos leitos de UTI e 25% dos leitos de enfermaria, razão pela qual a SMS vacinou cerca de 240.000 cidadãos de outros Municípios com as doses destinadas a Belo Horizonte. Registrou que esses pacientes são atendidos mediante a gravidade de cada caso e atendem às normas de atendimento universal preconizadas pelo SUS.

O vereador Nikolas Ferreira citou fala de membro do Comitê de Combate à Covid-19 em Belo Horizonte, que afirma que a Infecção por covid-19 durante partidas esportivas é nulo. Indagou, então, o motivo da não liberação de público nos estádios.

O secretário Nikolas Ferreira explicou que a fala do membro do comitê se refere ao contato entre os jogadores, que é muito rápido e, por isso, impede a contaminação. Nesse sentido, afirmou que essa fala não se aplicaria ao público presente no local.

O vereador Nikolas Ferreira indagou sobre os critérios relativos à aglomeração de pessoas, que, em seu entendimento, são diferentes para bares, igrejas, entre outros.

O secretário Nikolas Ferreira reafirmou que os decretos permitiram a abertura das igrejas desde o início da pandemia, desde que observados os protocolos que garantiam a não aglomeração de pessoas. Avaliou que não há diferença de orientação para quem quer seja. Afirmou que o comitê exige sistematicamente que não haja aglomeração de pessoas, o que, certamente, é o maior fator de risco de contaminação pela covid-19.

O vereador Nikolas Ferreira indagou se estaria ativo ou não o posto de vacinação contra a covid-19 no 12º Batalhão de Infantaria do Barro Preto.

O secretário informou que, por questões internas, o Exército havia solicitado a suspensão da vacinação nesse local.

O vereador Nikolas Ferreira indagou quais seriam os critérios para a contratação da empresa Esperança para a instalação de 3.000 túmulos em cemitérios de Belo Horizonte.

O secretário Jackson Ferreira informou que essa contratação fora feita por meio da Fundação de Parques, e não pela SMS. Disse que, no entanto, havia um temor do aumento do número de óbitos no Município; e que, por isso, surgiu a necessidade de aumentar número de covas abertas, o que, em seu entendimento, não representa prejuízo para a cidade, uma vez que, eventualmente elas serão utilizadas.

O vereador Bruno Miranda solicitou informações sobre a formação e a composição do Comitê de Combate à covid-19 em Belo Horizonte.

O secretário Jackson Ferreira informou que o comitê foi instituído em 17/2/2020, é coordenado por ele próprio e composto pelo presidente da Sociedade Mineira de Infectologia, Estevão Urbano Silva; pelo infectologista membro da Sociedade Mineira e Brasileira de Infectologia, Carlos Starling; e pelo professor da Faculdade de Medicina da UFMG e doutor em doenças infecciosas e parasitárias, Unaí Tupinambás. Afirmou que todos são altamente qualificados e possuem formação acadêmica sólida. Afirmou também que eles fazem um trabalho voluntário.

O vereador Bruno Miranda indagou em que medida a falta de profissionais intensivistas dificultou o atendimento de pessoas acometidas de covid-19 e se a Prefeitura abriu chamamento para processo seletivo desse tipo de profissional.

O secretário Jackson Pinto informou haver um *déficit* desses profissionais, tanto no Hospital Odilon Behrens quanto no Hospital Célio de Castro, razão pela qual esses hospitais abriram chamamento. Apontou que as informações sobre os profissionais contratados se encontravam disponíveis no *site* da Prefeitura.

O vereador Bruno Miranda indagou se algum servidor havia sido vacinado fora do preconizado pelo Plano Nacional de Imunização.

O secretário Jackson Pinto afirmou que não houve deliberação que permitisse a vacinação de pessoas não vinculadas ao atendimento direto ao paciente no momento em que essa era a única regra a ser observada para vacinação. Informou que, com o andamento da vacinação, todos da SMS puderam ser vacinados.

O vereador Bruno Miranda relembrou falas, a seu ver, negacionistas do presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, mesmo diante do alto número de óbitos no País, e indagou se essas falas estariam afetando o trabalho diário da SMS no combate à covid-19.

O secretário Jackson Pinto considerou lastimável o registro diário de mais de 2.000 mortes no País por covid-19. Afirmou que essas mortes poderiam ser evitadas por meio da vacina. Considerou faltar sensibilidade diante da gravidade do assunto e do tratamento que ele merece. Avaliou que uma das implicações dessas falas seria o baixo índice de cobertura vacinal, tanto contra a covid-19 quanto para outras doenças. Agradeceu a oportunidade de prestar esclarecimentos.

O vereador Professor Juliano Lopes desculpou-se com as vereadoras Fernanda Altoé e Marcela Trópia e com os vereadores Reinaldo Gomes, Pedro Patrus, Wilsinho da Tabu e Wesley, que, remotamente, participaram da reunião, observando que, em virtude do horário para término da reunião, não lhes fora permitido apresentar seus questionamentos. Afirmou que o secretário Jackson Pinto retornará à comissão, ocasião em que eles poderão apresentar os questionamentos com preferência sobre os membros da comissão.

7ª Reunião – 01/07/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 692/21 – Pedido de informações ao Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto - Obter as seguintes informações: - Envio de documentos que comprovem os órgãos, entidades, associações, comunidades, entre outros, que receberam as unidades de máscaras artesanais de proteção individual adquiridas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte por meio do processo 04-000.436.20.03, dispensa de licitação emergencial 041/2020, acompanhada da documentação que comprove a data de saída do almoxarifado da PBH, bem como as datas em que as respectivas unidades foram entregues a esses destinatários e o quantitativo destinado; - envio de documentos que comprovem os órgãos, entidades,

associações, comunidades, entre outros, que receberam as unidades de máscaras cirúrgicas descartáveis adquiridas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte por meio do processo 04.000.398.20.16, dispensa de licitação emergencial 025/2020, acompanhada da documentação que comprove a data de saída do almoxarifado da PBH bem como as datas em que as respectivas unidades foram entregues a esses destinatários e o quantitativo destinado; - envio de cópia do processo administrativo e do ato administrativo autorizativo que subsidiaram os aditamentos feitos ao contrato de prestação de serviços celebrado entre a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a empresa Medicar Emergências Médicas LTDA, conforme previsto pela cláusula VI do contrato firmado em decorrência do pregão eletrônico nº 005/2019, processo administrativo nº 04.000.133.19.49; - envio das cópias dos processos de recebimento das 270 doações obtidas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte no contexto de enfrentamento à Covid-19, conforme informado pelo Secretário de Saúde em depoimento prestado perante esta Comissão; Informar qual a discriminação de cada doação e qual a destinação dada as doações recebidas informando o órgão de destino e o quantitativo, com as respectivas datas de movimentação e as datas da publicação no DOM.

Autoria: vereadora Flávia Borja.

2) Requerimento de Comissão n° 696/21 - Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 15/07/2021, às 10:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de Intimar Marcelo de Souza e Silva, presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDLBH) para prestar informações sobre o objeto de investigação da CPI, especificamente sobre as seguintes questões: -a alegação do Sr. Mário Valadares, diretor do Shopping Oiapoque, em entrevista para o Jornal da Band Minas, de que a doação de respiradores para a prefeitura de Belo Horizonte foi feita por um conjunto de empresários coordenados pela CDL-BH; -aspectos relacionados ao

funcionamento dos shoppings populares durante o contexto de enfrentamento à covid-19.

Autoria: vereadores Flávia Borja e Professor Juliano Lopes.

3) Requerimento de Comissão n° 697/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 15/07/2021, às 09:30h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de Intimar Mário Valadares para prestar informações sobre a doação realizada ao Município de Belo Horizonte pelo Condomínio Operacional do Shopping Oiapoque, conforme publicado no Diário Oficial do Município em 01 de junho de 2021.

Autoria: vereadores Flávia Borja e Professor Juliano Lopes.

4) Requerimento de Comissão n° 698/21 – Pedido de informações ao Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto. - Obter as seguintes informações: - plano de distribuição das máscaras de proteção individual, confeccionadas em tecido, para proporcionar a proteção adequada às populações mais vulneráveis que sofrem maior risco de contaminação pela dificuldade de isolamento social, em especial as populações de vilas e aglomerados do Município; - envio de cópias dos documentos que comprovem os órgãos, entidades, associações, entre outros destinatários, que receberam as máscaras de proteção individual, confeccionadas em tecido, adquiridas por meio da dispensa de licitação 041/2020, processo n° 04.000.436.20.03; - nome, BM e CPF do responsável pelo almoxarifado onde as máscaras de tecido ficaram armazenadas até sua distribuição; - envio dos nomes, BM, CPF e lotação dos servidores integrantes da comissão responsável por receber, examinar e julgar todos os documentos, procedimentos relativos à dispensa de licitação 041/2020, processo n° 04.000.436.20.03, para fornecimento de máscaras de proteção individual, confeccionadas em tecido, para proporcionar a proteção adequada às populações mais vulneráveis que sofrem maior risco de contaminação pela dificuldade de

isolamento social, em especial as populações de vilas e aglomerados do Município; - envio dos nomes, BM, CPF e lotação dos servidores integrantes das comissões responsáveis por receber, examinar e julgar todos os documentos, procedimentos relativos à dispensa de licitação emergencial 023/2020, processo nº 04.000.396.20.90, para proceder à contratação de empresa para o fornecimento de luvas para procedimentos e gorros descartáveis; dispensa de licitação emergencial 029/2020, processo n° 04.000.402.20.91, para proceder à aquisição de insumos covid-19 – luvas descartáveis; dispensa de licitação emergencial 012/2021, processo n° 04.000.127.21.60, para proceder à aquisição de luvas; bem como demais contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para a aquisição de luvas no contexto de enfrentamento à covid-19;

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

5) Requerimento de Comissão n° 699/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 05/08/2021, às 09:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de intimar o Sr. Eneas Silva Dias, representante legal da empresa Basic Promo Clothing, na condição de testemunha, para prestar informações, pessoalmente, relacionadas à dispensa de licitação 041/2020, processo n° 04.000.436.20.03, detalhando: - quantitativo de máscaras de proteção individual, confeccionadas em tecido, que a empresa tinha a capacidade de fornecer; - prazo de entrega dessas unidades à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; - foi negociada a possibilidade de entregar uma quantidade maior de máscaras em um prazo maior? - demais informações relacionadas à dispensa de licitação 041/2020, processo n° 04.000.436.20.03.

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

6) Requerimento de Comissão n° 700/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 05/08/2021, às 09:30h,

no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de Intimar Leandro Alves dos Reis, representante legal da empresa Multifarma Produtos Hospitalares, na condição de testemunha para prestar informações, pessoalmente, relacionadas à dispensa de licitação 041/2020, processo n° 04.000.436.20.03, detalhando: -o quantitativo de máscaras de proteção individual, confeccionadas em tecido, que a empresa forneceu; - o prazo de entrega dessas unidades à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; - houve negociação do valor da máscara em decorrência do quantitativo a ser comprado? - demais informações relacionadas à dispensa de licitação 041/2020, processo n° 04.000.436.20.03.

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

7) Requerimento de Comissão n° 701/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 12/08/2021, às 09:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de intimar o Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado para prestar informações gerais, pessoalmente, na condição de testemunha, pertinentes à atuação/omissão e à utilização de recursos públicos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte no contexto de enfrentamento à covid-19.

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

8) Requerimento de Comissão n° 702/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil. - Obter informações sobre a prestadora de serviços, Medicar Emergências Médicas LTDA, responsável pela frota do Serviço Móvel de Urgência (SAMU) em Belo Horizonte. Questiona-se: 1) A empresa Medicar Emergências Médicas LTDA demonstrou sua capacidade técnica para firmar contrato de serviço de operacionalização da frota de veículos destinados ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência com a Prefeitura de belo Horizonte? 2) Tendo em vista que a Subcontroladorias de Transparência e Prevenção a Corrupção desta Prefeitura Municipal, em 2018, recomendou a suspensão do contrato pela falta de capacidade técnica da referida empresa, qual a justificativa para a

manutenção do contrato? 3) Tendo em vista que a Secretaria de Controle Externo do TCU, em 2018, recomendou que a referida empresa fosse declarada inidônea pela falta de capacidade técnica, qual a justificativa para a manutenção do contrato? 4) Tendo em vista o Acordão do TCU declarando a referida empresa inidônea, em agosto de 2020, qual a justificativa para a manutenção do contrato? 5) Quais as justificativas para os aditivos com empresa? 6) Estes aditivos estão previstos no contrato firmado com a Medicar Emergências Médicas LTDA?

Autoria: vereador Irlan Melo.

9) Requerimento de Comissão n° 703/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil - Obter informações sobre o grande número de máscaras estocadas pela Prefeitura de Belo Horizonte em junho de 2020.

Autoria: vereador Irlan Melo.

- **Oitiva do Secretário de Serviços Integrados de Saúde do Supremo Tribunal Federal, Dr. Wanderson de Oliveira - Por razões desconhecidas, o convidado não compareceu à Oitiva, restando prejudicados os trabalhos desta oitiva.**

8ª Reunião – 08/07/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 747/21 – Envio de ofício ao Prefeito Alexandre Kalil. - Oficiar que transcorreu o prazo de 30 dias para resposta aos Requerimentos de Informação n° 515, 532, 533, 535 e 541 destinados ao Executivo Municipal e solicitar o encaminhamento, o mais breve possível, das respostas aos requerimentos em atraso.

Autoria: vereador Irlan Melo.

2) Requerimento de Comissão n° 748/21 - Reunião com convidados da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 15/07/2021, às 10:45h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de Convidar Marcelo Ramos de Oliveira e Ronan da Silva Drumond para prestar informações sobre produto sanitizante de longa duração para desinfecção de ambientes.

Autoria: vereador Irlan Melo.

- **Oitiva do ex-presidente da Empresa de Transportes e Transite de Belo Horizonte - BHTrans, Célio Bouzada, e o atual presidente, Diogo Prosdocimi, a respeito da exposição a Covid-19 dos usuários do sistema de transporte público em coletivos superlotados, bem como sobre o auxílio financeiro fornecido as empresas concessionárias.**

Registro da oitiva conforme a ATA Aprovada

O presidente registrou a presença remota do ex-presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans, Célio Bouzada, a quem informou que tinha o dever de dizer a verdade, sob pena de cometer o crime de falso testemunho.

O vereador Irlan Melo indagou que medidas haviam sido tomadas pela BHTrans para fiscalizar as condições de operação dos ônibus.

O ex-presidente Célio Bouzada informou ter sido colocada uma equipe de fiscalização em cada estação para verificar as condições de operação dos ônibus, que era competente para proceder à retirada de circulação daqueles ônibus que não atendessem à essas condições estabelecidas pelo decreto municipal.

O vereador Irlan Melo perguntou quantos ônibus haviam sido retirados de circulação.

O ex-presidente Célio Bouzada disse que não saberia responder o número exato.

O vereador Irlan Melo, referindo-se à superlotação dos ônibus, indagou se seria possível mensurar o grau de risco à contaminação por covid-19 a que os passageiros foram expostos e quais medidas foram tomadas nesse sentido.

O ex-presidente Célio Bouzada esclareceu não ter capacidade para mensurar o grau de risco, mas afirmou ter tomado as medidas estabelecidas pelo decreto e fiscalizado o seu cumprimento.

O vereador Irlan Melo indagou a justificativa para o não pagamento, pelas empresas, de multas a elas emitidas pelo descumprimento do decreto.

O ex-presidente Célio Bouzada respondeu que a aplicação de multas obedece a ritos, desde a sua emissão, passando pela parte recursal, até chegar à cobrança e, por isso, há questões específicas do processo administrativo que fogem da alçada da BHTrans. Disse que a multa às empresas de ônibus pode ser questionada, como toda e qualquer multa. Explicou que a parte recursal se inicia na junta de recursos e depois em segunda instância. Só, então, caso não seja paga, a multa segue para a dívida ativa. Registrou, ainda, que alguns processos administrativos tiveram seus prazos suspensos em decorrência da covid-19.

O vereador Irlan Melo disse que apresentaria requerimento de comissão para saber quantas ações judiciais haviam sido ajuizadas relativas às multas aplicadas. Indagou se percebia algum tratamento diferenciado por parte da Prefeitura com relação a casas de festa, academias, templos religiosos e o tratamento dispensado aos ônibus, quanto ao distanciamento e à quantidade de pessoas.

O ex-presidente Célio Bouzada declarou que a BHTrans e as empresas devem se ater às orientações do comitê de enfrentamento à doença, bem como aos decretos publicados, principalmente no que diz respeito ao espaçamento máximo dado juntamente com a lotação máxima dos veículos. Destacou que o transporte público é considerado, no decreto, serviço essencial, inclusive para levar profissionais de saúde. Informou ter sido estabelecido pelo

decreto que, nos ônibus articulados, poderia haver até 20 pessoas em pé; nos normais, 10 e nos micro-ônibus, 5.

O vereador Irlan Melo questionou se houve redução de linhas de ônibus durante a pandemia.

O ex-presidente Célio Bouzada relatou que, antes da pandemia, os ônibus transportavam cerca de 1.200.000 passageiros por dia, número esse que passou para 300.000 passageiros durante a pandemia. Disse que, por esse motivo, tornou-se necessário serem feitos ajustes na oferta de viagens e suspender a operação de algumas linhas de ônibus, de forma a ajustar a oferta à demanda.

O vereador Irlan indagou se a BHTrans possuía relatório financeiro sobre as prestadoras de serviço de transporte em Belo Horizonte e como havia sido feito o cálculo para adiantamento do valor do vale-transporte para essas empresas.

O ex-presidente Célio Bouzada explicou que, antes da pandemia, havia um número maior de passageiros, o que gerava determinada receita; porém, com a pandemia, houve a redução do número de passageiros e uma redução proporcional da receita. Acrescentou que, no entanto, as viagens não foram reduzidas proporcionalmente e relatou que, nesse sentido, a Prefeitura fez as contas para conhecer qual seria a defasagem que as empresas teriam.

O vereador Irlan Melo questionou se o Fundo Garantidor de Equilíbrio Econômico não poderia ter sido usado para suprir a defasagem das empresas.

O ex-presidente Célio Bouzada esclareceu que esse fundo está no contrato para garantir períodos de desequilíbrio, mas seu saldo seria insuficiente para suprir a necessidade das empresas. Relatou que já houve momentos anteriores à pandemia da covid-19 em que foi necessário usá-lo.

O vereador Bruno Miranda quis saber se havia um levantamento sobre o percentual dos profissionais de transporte acometidos por covid-19.

O ex-presidente informou que a BHTrans não havia feito esse tipo de levantamento e que desconhecia se o sindicato da categoria o havia realizado. Registrou que os empregados também tiveram redução de carga horária e

acrescentou que, como a covid-19, até então, não era considerada doença do trabalho, não havia obrigação de essa informação ser registrada junto às empresas.

O vereador Nikolas Ferreira indagou quais medidas haviam sido adotadas pela BHTrans para fiscalizar o cumprimento do decreto pelas empresas.

O ex-presidente Célio Bouzada informou haver agentes de fiscalização no interior das estações para fiscalizar os veículos que por ali passam, acrescentando que são emitidas multas no caso de descumprimento do decreto. Informou terem sido aplicadas mais de mil multas relativas especificamente ao decreto que aborda a covid-19.

O vereador Nikolas Ferreira avaliou que, mesmo com a fiscalização, ônibus trafegaram com superlotação, sem observação do distanciamento. Indagou o motivo de repassar recursos a empresas, já que a frota havia sido reduzida.

O ex-presidente Célio Bouzada afirmou que a redução do número de passageiros não foi proporcional ao número de viagens e isso gerou despesas adicionais aos veículos, daí a necessidade de uma antecipação de receita, que retornará para o Município.

O vereador Nikolas Ferreira indagou se a quantidade de viagens oferecida atendeu à demanda da população.

O ex-presidente Célio Bouzada afirmou que o atendimento foi feito conforme recomendado pelo decreto. Disse que há dificuldade para regular a oferta e a demanda do serviço de transporte. Informou haver equipe técnica que, diariamente, analisa as viagens e, se identifica algum problema, o número de viagens é alterado para melhor atender à população.

O vereador Nikolas Ferreira indagou qual teria sido o valor proposto pelas empresas para repasse.

O ex-presidente Célio Bouzada disse desconhecer o valor solicitado pelas empresas. Acrescentou que, durante reunião, foi estabelecido um teto máximo de repasse, sendo que ele seria repassado apenas no caso de

cumprimento de todas as condições. Registrou que, em caso de descumprimento, o valor sofreria reduções.

O vereador José Ferreira indagou se as decisões tomadas pela BHTrans haviam sido tomadas conjuntamente com a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Saúde.

O ex-presidente Célio Bouzada explicou serem duas as vertentes do processo de tomada de decisão: as decisões que se convertem em decreto, que têm participação do Executivo, e as que são tomadas, diariamente, diretamente pela BHTrans, como as que avaliam a necessidade, por exemplo, de aumento de viagens, linhas, entre outras.

O vereador José Ferreira perguntou se fora produzido algum protocolo para os passageiros obedecerem dentro dos ônibus.

O ex-presidente Célio Bouzada afirmou que o decreto possui diversas recomendações para os passageiros. Além disso, declarou que a BHTrans promoveu campanhas para buscar o comprometimento do usuário, por meio de cartazes, medições de temperatura, áudios nas estações, entre outras medidas.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou sobre o distanciamento das pessoas dentro dos ônibus.

O ex-presidente Célio Bouzada explicou que é estabelecido pelo decreto que ônibus pode ter 10 pessoas de pé. Avaliou que, se assim for, significa que não há superlotação. Informou que, no interior dos ônibus, há, inclusive, demarcações para indicar os locais em que os passageiros podem permanecer e, assim, evitar a aglomeração.

O vereador Nikolas Ferreira indagou se a vigilância sanitária tem promovido a higienização de ônibus.

O ex-presidente Célio Bouzada informou que os fiscais observavam se os ônibus tinham álcool em gel e se a limpeza estava sendo executada regularmente, mas não sabia informar sobre a participação da vigilância sanitária.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou quantas vezes a BHTrans havia se reunido com o Comitê de Enfrentamento à Covid durante a pandemia.

O ex-presidente Célio Bouzada informou não possuir o registro numérico de quantas reuniões a BHTrans havia participado.

O vereador Nikolas Ferreira indagou quais estudos técnicos haviam justificado a redução das linhas e dos horários dos ônibus.

O ex-presidente Célio Bouzada explicou que a supressão de linhas ou de horários ocorre em função do número de passageiros transportados na linha, observada a hipótese de haver uma linha que inclua o mesmo itinerário.

O vereador Nikolas Ferreira indagou quais órgãos haviam participado das reuniões do Comitê de Enfrentamento à Covid-19.

O ex-presidente Célio Bouzada informou que os órgãos que compõem o comitê estavam indicados no decreto de sua instituição. Registrou que a BHTrans não é membro do comitê, mas foi e pode vir a ser convidada a participar de reuniões, caso nela seja discutido assunto sob a gerência da empresa.

O vereador Nikolas Ferreira indagou qual estudo baseou fala do prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, de que as pessoas não contraem covid-19 nos ônibus.

O ex-presidente Célio Bouzada disse desconhecer tal afirmação.

O vereador Professor Juliano Lopes agradeceu o ex-presidente Célio Bouzada pela presença.

O ex-presidente Célio Bouzada disse colocar-se à disposição dos vereadores.

O vereador Professor Juliano Lopes registrou a presença remota do atual presidente da BHTrans, Diogo Prosdocimi, a quem informou que tinha o dever de dizer a verdade, sob pena de cometer o crime de falso testemunho.

O vereador Professor Juliano Lopes solicitou explicações sobre o repasse financeiro para as empresas de ônibus e sobre a superlotação dos ônibus durante a pandemia. Indagou, também, o que seria feito para garantir o recebimento das multas pelo descumprimento do previsto pelo decreto.

O presidente Diogo Prosdocimi informou ter sido feito um acordo entre PBH e empresas, no Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG, para repasse pela PBH de valores relativos ao vale-transporte para as concessionárias, cujo cumprimento levaria em consideração a lotação média dos ônibus nos dias úteis da semana. Afirmou que a Prefeitura, entretanto, não faz mais esses repasses às empresas, pois, após questionar o TJMG, ficou decidido que o acordo terminaria com o fim do decreto de calamidade, o que ocorreu no dia 30 de junho. Disse que o sistema é dinâmico e que a BHTrans faz adequações sempre que percebe problemas de superlotação ou de baixa lotação, por meio de análises diárias e semanais. Acrescentou que, além do cumprimento do acordo, a BHTrans avalia a gestão das linhas e os quadros de horários, para garantir o cumprimento do decreto.

O vereador Irlan Melo disse que continuaria a participar da reunião de forma remota.

O presidente Diogo Prosdocimi considerou eficiente o trabalho de fiscalização da BHTrans, realizado desde o início da pandemia, que resultou na aplicação de 34.903 multas em relação ao descumprimento e à inadequação pelo transporte coletivo. Destacou que houve mês em que foram aplicadas 3 mil multas. Afirmou que a BHTrans sempre foi firme nesse quesito.

O vereador Professor Juliano Lopes indagou sobre o pagamento dessas multas.

O presidente Diogo Prosdocimi declarou que o trâmite administrativo impõe ritmo necessário para que as pessoas ou empresas tenham direito ao contraditório e à ampla defesa. Explicou que a análise da multa leva até 90 dias na primeira instância, prorrogáveis por mais 90, e ainda há a segunda instância. Avaliou que, se verificado o processo, é possível perceber que não houve tempo hábil para recebimento das multas aplicadas. Lembrou que, após esse trâmite, ainda há o trâmite na Procuradoria. Afirmou que, eventualmente, multas serão pagas pelas empresas.

O vereador Professor Juliano Lopes disse que elaborará requerimento de comissão à BHTrans para solicitar informações sobre as multas, os valores

aplicados até 30 de junho, com indicação do Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas - CNPJ - das empresas que descumpriram o acordo.

O vereador Bruno Miranda perguntou se há algum levantamento sobre o adoecimento dos trabalhadores do transporte público.

O presidente Diogo Prosdocimi disse que o trabalho, feito juntamente com o sindicato, foi focar na vacinação dos trabalhadores do setor rodoviário e dos agentes fiscais de trânsito. Afirmou que, graças ao esforço da Secretaria Municipal de Saúde, foi possível estabelecer o processo de vacinação de todo esse grupo. Quanto ao índice de contaminação dos trabalhadores, disse ser importante levantar esses dados e que, para tanto, solicitaria aos quatro consórcios essas informações e que, posteriormente, as enviaria aos membros da CPI.

A vereadora Flávia Borja indagou se a BHTrans havia recebido recursos para enfrentamento da covid-19.

O presidente Diogo Prosdocimi informou que, por orientação dos epidemiologistas, a BHTrans desenvolveu um conjunto de despesas que alcançou o valor de R$359 mil, como higienização de estações e ambientes de trabalho, entre outras.

A vereadora Flávia Borja solicitou a discriminação do uso desses recursos.

O presidente Diogo Prosdocimi respondeu que providenciaria o encaminhamento da discriminação para a CPI.

A vereadora Flávia Borja relatou que, em entrevista dada no dia 19 de abril, o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, citou estudo que afirma que profissionais como faxineiras, diaristas e auxiliares de limpeza estavam entre os que mais se contaminaram com a doença. Disse que o prefeito isentou o transporte coletivo da responsabilidade no contágio. Apresentou resposta dada pela Prefeitura, que citava estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - afirmando que, entre as pessoas sedadas e entubadas, 49% faziam parte do grupo de trabalhadores da limpeza. Indagou, então, se a

PBH havia enviado, para a BHTrans, algum pedido ou orientação específica em relação este público.

O presidente Diogo Prosdocimi considerou que o prefeito Alexandre Kalil havia repercutido notícias veiculadas pela imprensa nos dias anteriores. Afirmou que a orientação da PBH foi pelo zelo na área, seguindo sempre os decretos municipais e as orientações dos epidemiologistas, que estariam engajados em salvar e preservar vidas. Declarou que o trabalho da BHTrans no transporte público é para todos os usuários e, por isso, o trabalho ali desenvolvido é feito para que todos circulem com segurança. Afirmou não ter ocorrido omissão e disse que todas as medidas possíveis foram adotadas. Considerou que o transporte coletivo possui caráter espacial, o que torna praticamente impossível apontar onde as pessoas desses grupos moram ou trabalham. Reafirmou que as equipes da BHTrans foram orientadas a fazer todos os procedimentos de medidas sanitárias, uma vez que ela serve a toda a cidade.

O vereador Jorge Santos indagou como estava a fiscalização da BHTrans perante a superlotação dos ônibus, se havia aplicação de multas e se estavam sendo pagas.

O presidente Diogo Prosdocimi afirmou que as multas estavam sendo aplicadas e que seguiriam processo administrativo até a sua efetiva cobrança.

O vereador Bruno Miranda, referindo-se à fala mencionada pela vereadora Flávia Borja, relatou que estava presente no dia da declaração do prefeito e avaliou que o prefeito não teve intenção de atribuir culpa a algum grupo específico. Disse ter ocorrido referência a um estudo científico que comparava os profissionais de limpeza, mais infectados, com os da construção civil, menos infectados, por serem dois grupos que utilizam muito o transporte coletivo.

O vereador José Ferreira indagou se, na gestão de Diogo Prosdocimi, todas as decisões haviam sido tomadas em conjunto com o prefeito.

O presidente Diogo Prosdocimi explicou que a dinâmica do comitê era a de ditar orientações e, às vezes, a BHTrans era convidada a participar de

reuniões. Destacou que a vigilância sanitária pode e deve atuar conforme haja necessidade, tanto nas estações como nos veículos.

O presidente registrou a presença das vereadoras Professora Marli e Fernanda Altoé.

A vereadora Fernanda Altoé indagou se todas as decisões haviam sido tomadas por meio de decretos ou apenas por deliberações do Comitê de Enfrentamento à Covid-19.

O presidente disse que encaminharia cópia dos decretos e das portarias que basearam as ações da BHTrans.

A vereadora Fernanda Altoé indagou sobre formalidades e reflexos das alterações de linhas e de horários nos contratos com as empresas.

O presidente Diogo Prosdocimi afirmou que a BHTrans não trabalha com informalidade. Assim, todas as eventuais alterações de contrato são definidas por decreto, que incluem detalhes de gestão de competência da BHTrans.

O vereador Professor Juliano Lopes indagou se havia algum plano para recebimento dos valores das multas aplicadas.

O presidente Diogo Prosdocimi informou que todos os valores repassados pela PBH às empresas haviam sido adiantamento de vale-transporte e que esses valores serão devidamente revertidos ao Município. Explicou que essa decisão está no acordo judicial e isso será aproveitado em prol da cidade. Informou que está sendo feito um programa de retorno destes valores aos cofres públicos por meio de políticas de incentivo e que, em breve, os estudos serão finalizados. Afirmou que esses recursos não ficarão entregues às empresas.

9ª Reunião – 15/07/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 761/21 – Pedido de informação ao Presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte -

BHTrans, Diogo Prosdocimi - Obter informações referentes às multas aplicadas em empresas de consórcios de transporte público em Belo de no período que se compreende entre 04/01/2021 a 30/06/2021.

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

2) Requerimento de Comissão n° 762/21 - Pedido de informações à Prefeitura de Belo Horizonte - Obter informações sobre o pregão eletrônico 010/2021 realizado entre a Prodabel e a empresa A2B Serviços em Tecnologia da Informação Ltda. Faz-se os seguintes questionamentos: 1- Qual a Cotação de Preços que embasou o prego de referência? 2- Se houve negociação de preço com estes fornecedores antes da contratação e, para os casos em que houver disputa, apresentar os chats de conversa, e cópia digital do procedimento licitatório. Houve impugnações ou pedidos de esclarecimento? Houve disputa? Houve recurso?

   Autoria: vereador Ciro Pereira.

3) Requerimento de Comissão n° 763/21 – Pedido de informações à Secretaria de Saúde de Belo Horizonte - Obter informações sobre dados e a motivação que apoiaram a tomada de decisão do Executivo, garantido por isto verificar a publicidade, a eficiência, a legalidade e a impessoalidade da gestão do Executivo, assim como os critérios de economicidade (relação custo benefício) das medidas adotadas.

   Autoria: vereador Ciro Pereira.

4) Requerimento de Comissão n° 764/21 – Pedido de informações ao Presidente do sindicato das Empresas de Transporte de passageiro de Belo Horizonte - SETRA-BH - Sr. Joel Paschoalin - Obter informações acerca do adoecimento dos profissionais do transporte coletivo de Belo Horizonte desde o início da pandemia, conforme segue: 1. Quantos profissionais foram licenciados para tratamento de Covid-19? 2. Quais cargos estes profissionais ocupam? 3. Quando foram licenciados?

Autoria: vereador Bruno Miranda.

ARQUIVADO SEM RESPOSTAS

5) Requerimento de Comissão n° 765/21 – Pedido de informações ao Diretor-Presidente da Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte - BHTRANS, Sr. Diogo Prosdocimi - Obter informações acerca do adoecimento dos profissionais do transporte coletivo de Belo Horizonte desde o início da pandemia, conforme segue: 1. Quantos profissionais foram licenciados para tratamento de Covid-19? 2. Quais cargos estes profissionais ocupam? 3. Quando foram licenciados?

Autoria: vereador Bruno Miranda.

6) Requerimento de Comissão n° 766/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil - Obter as seguintes informações: - Qual o quantitativo de multas aplicadas às empresas concessionarias do serviço de transporte público em Belo Horizonte de março de 2020 até junho de 2021? - Dessas multas, quais encontram-se inscritas em dívida ativa? - Em relação às multas inscritas em dívida ativa, quantas ações foram ajuizadas para cobrança dos débitos?

Autoria: vereador Irlan Melo.

7) Requerimento de Comissão n° 767/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil - Obter as seguintes informações: - A Prefeitura antecipou a compra de Vales-transportes para assistir às empresas concessionárias que alegavam prejuízos com a redução de passageiros durante a pandemia. Qual o valor total antecipado? - A BHTrans tem algum relatório sobre o resultado financeiro das empresas prestadoras do serviço de transporte em Belo Horizonte que justifique essa antecipação? - Tal ajuda é regular, haja vista o contrato com as empresas prever, para os fins de mitigar os impactos da oscilação da demanda, um Fundo Garantidor de Equilíbrio Econômico? - Qual o valor disponível no Fundo

Garantidor de Equilíbrio Econômico durante todo o período da pandemia até o final de junho?

Autoria: vereador Irlan Melo.

8) Requerimento de Comissão n° 788/21 – Pedido de informação ao Presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans, Diogo Prosdocimi - Solicitar o acordo, (na íntegra) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) com o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (SetraBH) firmado no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em dezembro de 2020, para compras antecipadas de vales-transporte a serem utilizados pelos servidores públicos municipais.

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

- **Oitiva do Sr Mário Valadares para prestar informações sobre a doação realizada pelo Condomínio Operacional do Shopping Oiapoque ao Município.**

Registro da oitiva conforme a ATA Aprovada

O vereador Jorge Santos informou ter recebido resposta sobre gastos da PBH com publicidade e as respectivas notas fiscais. Acrescentou que esses gastos estão na ordem de R$28 milhões. Afirmou que o valor o surpreendeu.

O presidente solicitou que membras e membros tomem ciência das respostas aos requerimentos da comissão, para organização e pragmatismo nos trabalhos.

O proprietário do Shopping Oiapoque, Mário Valadares, tomou assento à mesa e distribuiu documento contendo justificativas aos presentes.

O presidente perguntou como ocorreu a negociação com a PBH para doação de cerca de R$308 mil em respiradores e outros acessórios, em julho de 2020, conforme publicação no Diário Oficial do Município - DOM.

Mário Valadares disse entender a pandemia como uma guerra mundial. Afirmou que respiradores transformam leitos comuns em leitos de Unidade de Tratamento Intensivo - UTI. Informou ter participado de audiências públicas nas quais sugeriu que entidades fizessem doações desses equipamentos. Declarou que tomou a iniciativa de efetuar doações aos Municípios de Belo Horizonte e Contagem como forma de incentivo. Disse que a CDL-BH e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg - seguiram seu exemplo. Observou que, se houvesse união da iniciativa privada e menos burocracia para a compra de vacinas, por exemplo, já não ocorreriam mais mortes causadas pela covid-19. Destacou que a compra de respiradores foi sua iniciativa e acrescentou que a doação aconteceu de forma clara, por meio de termo de doação em nome do Shopping Oiapoque.

O presidente indagou com quem a negociação foi feita.

Mário Valadares pediu que fossem projetados eslaides com informações e imagens de documentos, como o termo de doação, sobre todo o processo. Informou que a negociação foi feita com a SMSA e citou os nomes de Gladson, Breno da Motta e Guilherme Soares. Afirmou que pagou mais caro pelos produtos por ter optado pela pronta-entrega. Observou que almejava que sua iniciativa servisse de exemplo, por entender que, no setor privado, há mais agilidade e menos cobrança em caso de discrepância em relação a valores pagos. Informou que, no dia seguinte ao fechamento da compra, oito respiradores e outros acessórios foram entregues à SMSA.

O presidente perguntou se o secretário municipal de Saúde, Jackson Machado, estava ciente da doação.

Mário respondeu que ele sabia da doação dos oito respiradores. Acrescentou que a doação das peças também foi discutida com o subsecretário de Administração e Logística, Breno da Motta.

O presidente informou que o secretário disse não saber de todas as doações. Perguntou se a SMSA o havia informado sobre a necessidade de equipamentos e solicitado que a doação fosse realizada.

Mário Valadares respondeu que os tipos de acessório necessários foram informados pela SMSA, quando perguntada, embora a doação tenha partido de sua iniciativa, não havendo pedido da PBH para tal. Observou que também doou equipamentos a Contagem.

O presidente perguntou se a doação teve alguma relação com a autorização para reabertura do Shopping Oiapoque na primeira fase de reabertura do comércio, em 2020. Acrescentou que o Shopping Oiapoque foi um dos poucos locais a receberem liberação de reabertura na época.

Mário Valadares negou favorecimentos. Informou que o Shopping Oiapoque pôde reabrir parcialmente, mas depois voltou a fechar. Destacou que existem diferenças entre *shoppings* populares e convencionais. Afirmou que, no primeiro tipo, trabalham pessoas de classes D e E, muitas delas semianalfabetas, que não teriam outra opção a não ser trabalhar nas ruas. Acrescentou que, no caso dos *shoppings* convencionais, trabalham pessoas de classe C+ e B. Disse ser proprietário de centros comerciais convencionais, para os quais não solicitou reabertura. Afirmou que *shoppings* populares garantem o sustento de pessoas em vulnerabilidade e também cumprem o papel de reintegração social de egressos do sistema prisional. Citou a história de um de seus sócios, semianalfabeto, que, como outras pessoas, desfrutam de oportunidade única.

O presidente indagou sobre a realização de algum estudo de infectologia apresentado ao Comitê de Enfrentamento à Covid-19 do Município.

Mário Valadares respondeu que foram adotados no Shopping Oiapoque protocolos que passaram a ser seguidos também em supermercados, farmácias e outros comércios: deslocamento em sentido único e distanciamento nos atendimentos. Destacou sua preocupação com o combate à covid-19, apontando que protocolos exemplares foram sugeridos ao Executivo para que o *shopping* pudesse ser reaberto, possibilitando a subsistência de famílias.

O presidente perguntou sobre algum relacionamento pessoal com servidores ou secretários municipais, como a secretária municipal de Política Urbana, Maria Fernandes Caldas.

Mário Valares respondeu que conhecia somente a secretária municipal mencionada. Acrescentou tê-la conhecido durante a gestão de Fernando Pimentel.

O presidente reportou-se à fala do prefeito Alexandre Kalil, ocorrida no programa de televisão *Roda Viva*, a respeito da autorização de reabertura do *shopping* popular.

Mário Valadares afirmou que os seis *shoppings* populares do Município receberam a autorização na época, não só o Shopping Oiapoque.

O presidente citou o caso do *shopping* popular do Barreiro, que não foi liberado para a reabertura.

Mário Valadares disse que o centro comercial do Barreiro não é considerado *shopping* popular. Afirmou que a operação urbana que culminou em chamamento público, por meio de sorteio, para credenciamento de camelôs, envolveu quatro centros comerciais populares, entre eles Shopping Xavantes, Shopping Caetés e Shopping Tupinambás, do qual também é sócio.

O presidente citou comentário do prefeito Alexandre Kalil sobre o uso de tornozeleiras por maioria dos vendedores do *shopping* popular.

Mário Valadares respondeu que não se trata da maioria, mas há, sim, vários egressos do sistema prisional. Informou que não há restrição quanto a isso, pois o objetivo é oferecer a essas pessoas oportunidade de reintegração.

O presidente indagou por que não houve liberação do comércio a outros *shoppings*.

Mário Valadares destacou que há grande diferença entre *shoppings* populares e convencionais. Informou ser proprietário dos dois tipos de empreendimentos. Citou o caso de sensibilização à situação de camelôs licenciados no Rio de Janeiro e em São Paulo durante período da pandemia, dizendo que esses trabalhadores foram autorizados a vender seus produtos nas ruas. Afirmou que essa categoria de comerciante possui apenas três

opções, as quais consistem em voltar a trabalhar nas ruas, vender em *shoppings* populares ou cometer delitos para sobreviver. Informou ter argumentado com a PBH que, após a grande operação de retirada e de cadastramentos, seria um retrocesso permitir que esses comerciantes voltassem para as ruas.

A vereadora Flávia Borja agradeceu a disponibilização das notas fiscais e do termo de doação. Perguntou se o primeiro contato feito a respeito das doações ocorrera com o secretário municipal de Saúde, Jackson Machado.

Mário Valadares informou que não diretamente. Afirmou ter participado de audiências públicas, com vários representantes de órgãos e instituições, nas quais sugeriu as doações. Disse que também possui centros comerciais em Contagem. Acrescentou que o Shopping Oiapoque possui mais de 3 mil trabalhadores.

A vereadora Flávia Borja perguntou se todos esses trabalhadores retornaram às atividades quando a reabertura foi autorizada e se Mário Valadares sabia quantas dessas pessoas são egressas do sistema prisional.

Mário Valadares respondeu que a reabertura foi parcial, havendo, portanto, revezamento durante os dias de funcionamento. Acrescentou que os comerciantes de *shoppings* populares são comissionados, ou seja, sem poder trabalhar, ficavam sem receita. Afirmou não saber a quantidade de egressos. Citou a história da compra do imóvel da antiga cervejaria da Antarctica, que envolveu negociação direta com camelôs que vendiam produtos em frente ao local. Disse que, na época, foi movido pelo preconceito e afirmou ter pesquisado os antecedentes criminais das pessoas. Acrescentou que, ainda hoje, muitos empresários têm preconceito com pessoas egressas do sistema prisional. Complementou que considera essa atitude errada.

A vereadora Flávia Borja afirmou que o Shopping Popular do Barreiro é enquadrado na categoria de *shoppings* populares, pois participou de operação de remanejamento. Observou que não houve isonomia quando alguns *shoppings* populares foram autorizados a reabrir em razão do Decreto nº 17.361/20.

O vereador Bruno Miranda afirmou que Mário Valadares e a vereadora Flávia Borja estavam referindo-se a operações urbanas em momentos distintos.

A vereadora Flávia Borja perguntou se havia discriminação da quantidade de egressos do sistema prisional no Shopping Oiapoque quando a reabertura foi liberada.

Mário Valadares respondeu que não, mas acrescentou que é possível notar muitas pessoas com tornozeleiras. Declarou ter muito orgulho de seu empreendimento pela oportunidade que oferece a essas pessoas. Acrescentou que isso não acontece em *shoppings* convencionais.

A vereadora Flávia Borja indagou se outros estabelecimentos do hipercentro, caso empregassem funcionários egressos do sistema prisional, também teriam tido a oportunidade de reabrir na época.

Mário Valadares afirmou que o fato de empregar pessoas com antecedentes criminais não foi o único critério verificado para reabertura, mas também a situação de vulnerabilidade social, pois são pessoas pertencentes à classe D, muitas delas semianalfabetas.

O vereador Jorge Santos observou que a comissão não possui qualquer discriminação contra portadores de tornozeleiras. Pediu que Mário Valadares se limitasse a responder às perguntas e evitasse relatar suas histórias de vida.

A vereadora Flávia Borja perguntou se houve tratamento diferenciado aos *shoppings* populares.

Mário Valadares informou que, nesse caso, não pode haver isonomia, pois *shoppings* populares e convencionais diferem entre si em atividades e pessoas. Reiterou possuir outros *shoppings*, para os quais não solicitou abertura no período em questão.

A vereadora Flávia Borja perguntou se houve cobrança de aluguel dos *boxes*.

Mário Valadares respondeu que houve negociação e período de carência. Acrescentou que, no Shopping Oiapoque, o aluguel é subsidiado, ou seja, o preço é menor do que poderia ser cobrado.

A vereadora Flávia Borja indagou se a melhor alternativa no momento não seria assistir às famílias, tendo em vista a alta taxa de ocupação de leitos hospitalares.

Mário Valadares informou que as taxas na ocasião estavam em 78%. Afirmou que o decreto municipal não foi exclusivo aos *shoppings* populares, e acrescentou que, quando as taxas de ocupação voltaram a subir, o comércio foi fechado novamente.

A vereadora Flávia Borja perguntou se houve participação de algum parlamentar na negociação da doação. Citou a situação de milhares de empresas que encerraram suas atividades no ano passado. Perguntou se essas empresas ainda estariam em atividade se tivessem sido autorizadas a funcionar.

Mário Valadares informou que não houve envolvimento de parlamentares na doação. Observou que o decreto municipal liberou a reabertura de diversas outras atividades comerciais, como lojas de automóveis e papelaria, seguindo a diretriz de retorno gradual. Leu parte do decreto e afirmou que não houve privilégios, pois a taxa de ocupação de leitos na época era favorável.

A vereadora Flávia Borja indagou se houve tratamento desigual pelo fato de só os *shoppings* populares terem sido autorizados a abrir.

Mário Valadares respondeu que, em relação aos *shoppings* convencionais, sim. Acrescentou que já havia um movimento de retorno de trabalhadores às ruas.

A vereadora Flávia Borja perguntou se houve lucro no período em que o Shopping Oiapoque esteve aberto.

Mário Valadares confirmou, afirmando que todo comércio necessita de lucros para manter-se no mercado.

O vereador Bruno Miranda perguntou quais, dos seis centros populares de comércio, são administrados por Mário Valadares.

Mário Valadares respondeu que administra o Shopping Oiapoque o e Shopping Tupinambás.

O vereador Irlan Melo afirmou considerar irrelevante informações específicas sobre egressos do sistema prisional. Destacou a importância desse trabalho social e parabenizou Mário Valadares pela atitude.

Mário Valadares afirmou que possui sete *shoppings*, mas seu escritório é localizado dentro do Shopping Oiapoque por orgulhar-se do empreendimento.

O vereador Irlan Melo acrescentou que, se não houvesse tanto engessamento do poder público em relação a doações realizadas por pessoas físicas, inclusive de vacinas, o controle da pandemia teria avançado substancialmente. Perguntou se houve alguma combinação de favorecimento à liberação do funcionamento em troca da doação.

Mário Valadares negou. Destacou que a doação foi iniciativa sua e também foi feita para Contagem. Reiterou que sugeriu, em audiências públicas das quais participou, que doações desse tipo fossem efetuadas.

O vereador Irlan Melo perguntou se as audiências públicas mencionadas foram realizadas pela Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH.

Mário Valadares disse que foram reuniões virtuais, que contaram também com a presença de representantes da CDL-BH.

O vereador Irlan Melo indagou quando os *shoppings* populares foram autorizados a reabrir. Perguntou também se alguém da PBH pediu que a doação fosse feita para que os *shoppings* populares permanecessem abertos.

Mário Valadares informou que, na primeira fase, a reabertura ocorreu em 27/5/20 e, em 29/6/20, voltou-se à fase anterior e o comércio foi fechado. Por meio de eslaides, mostrou a cronologia dos fatos, afirmando que a doação ocorreu em julho, época em que o comércio estava fechado. Acrescentou que só pôde voltar a abrir no dia 6/8/20, numa liberação que englobou *shoppings* populares e convencionais.

O vereador Irlan Melo perguntou sobre o número de contaminações por coronavírus pelas pessoas que trabalham no Shopping Oiapoque.

Mário Valadares disse que alguns funcionários e lojistas se contaminaram e houve morte de um lojista. Acrescentou não ser possível precisar o número exato de contágio. Informou que o número diário de

frequentadores do *shopping* diminuiu durante a pandemia, com média de 8 mil pessoas.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou quais pessoas relacionadas à PBH estiveram envolvidas nas negociações da doação.

Mário Valadares respondeu que conversou por telefone com Breno da Motta a respeito das peças adicionais. Explicou que o fornecedor citou vários tipos de acessórios e, por não ter conhecimento sobre o assunto, fez contato com a SMSA para verificar quais deles interessariam à PBH.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou em que períodos o Shopping Oiapoque permaneceu aberto em 2021.

Mário Valadares afirmou que, com exceção da abertura na primeira fase, com os demais *shoppings* populares, nas demais fases acompanhou-se o determinado para o comércio em geral.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou se o Shopping Oiapoque permaneceu aberto em março deste ano.

Mário Valadares respondeu que estava funcionando em sistema de televendas e *drive-thru*. Disse que a empresa arcou com os custos de entrega e também foi lançado o sistema de venda *online*. Reportou-se à ocasião em que o vereador Nikolas Ferreira participou de filmagem no Shopping Oiapoque.

O vereador Nikolas Ferreira disse que a taxa de ocupação de leitos na época era alta e acrescentou que não houve isonomia.

Mário Valadares afirmou que gostaria de ter tido a oportunidade de conversar com o vereador na época, pois o decreto vigente autorizava o *drive-thru*.

O vereador Nikolas Ferreira declarou não ser possível julgar as diferenças entre *shoppings* populares e convencionais, pois toda possibilidade de sustento é importante. Perguntou, no entanto, qual tipo de *shopping* teria estrutura mais adequada para seguir protocolos e garantir distanciamento social.

Mário Valadares afirmou que *shoppings* populares se assemelham a supermercados e farmácias, que permaneceram abertos. Citou o protocolo seguido inicialmente: a) deslocamento em sentido único; b) revezamento entre *boxes* próximos, que abriam em dias alternados; c) limitação de acesso diário: antes da pandemia, circulavam 10 mil pessoas e, na primeira fase de reabertura, apenas 600. Observou que, nesse primeiro mês, não houve ocorrência de contaminação e acrescentou que tudo foi feito de forma consciente, com monitoramento constante de possíveis aglomerações.

O vereador Nikolas Ferreira indagou se essas medidas não poderiam ter sido adotadas por outros *shoppings*.

Mário Valadares afirmou que os funcionários dos *shoppings* populares precisavam de ajuda financeira imediata, pois, ao contrário dos funcionários de *shoppings* convencionais, que continuaram recebendo 80% do salário, aqueles estavam sem renda. Reiterou que a liberação de reabertura na primeira fase durou apenas um mês.

O vereador Nikolas Ferreira observou que a taxa de ocupação de leitos, em 27/5/20, era alta.

Mário Valadares destacou que a abertura se deu em horário restrito, fora do pico do transporte público. Acrescentou que foi algo bem pensado para evitar o aumento do fluxo de pessoas nos ônibus e metrôs e a volta dos camelôs para as ruas da cidade.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou sobre o episódio em que o Shopping Oiapoque foi interditado.

Mário Valadares afirmou que houve uma falha notada pela fiscalização, pois não estavam conseguindo impedir que motoristas saíssem de seus veículos no *drive-thru*. Informou que precauções foram tomadas para sanar o problema.

O vereador José Ferreira disse que não tinha perguntas a fazer.

O presidente registrou a presença remota da vereadora Marcela Trópia e do vereador Wesley, que também não fizeram perguntas.

O presidente indagou se alguma empresa foi contratada para impedir a contaminação.

Mário Valadares respondeu que foi contratada a consultoria de um infectologista.

A vereadora Flávia Borja afirmou que o critério relacionado à contratação de egressos do sistema prisional só foi publicizada pelo prefeito Alexandre Kalil após as eleições. Disse que essa informação poderia ter sido repassada para que outros comerciantes pudessem se manifestar a respeito. Complementou que é possível apenas supor que outros *shoppings* não contratem ex-presidiários, confirmando, portanto, que o Município não tratou comerciantes com isonomia.

Mário Valadares afirmou que o principal fator considerado foi a situação de vulnerabilidade e a possibilidade de retorno às ruas. Acrescentou que a questão dos egressos é apenas um detalhe.

A vereadora Flávia Borja afirmou que isso tirou a oportunidade de outros comerciantes. Destacou a importância da oferta de assistência e complementou que todo trabalho é nobre, mesmo o desempenhado por quem não tenha passado pelo sistema prisional.

Mário Valadares reiterou possuir outros *shoppings* e acrescentou que 80% do salário foi mantido aos funcionários.

O presidente agradeceu a presença e os esclarecimentos.

Mário Valadares afirmou estar à disposição.

- **Oitiva do Sr. Marcelo de Souza e Silva, presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte para prestar informações sobre o objeto de investigação da CPI.**

  Adiada a oitiva do Sr. Marcelo Souza e Silva em razão de justificativa e apresentação de atestado médico.

- **Reunião com os convidados Marcelo Ramos de Oliveira e Ronan da Silva Drumond, para apresentares sugestão à PBH de produto sanitizante de longa duração para desinfecção de ambientes.**

Registro da reunião conforme a ATA Aprovada

O vereador Irlan Melo citou como conheceu Marcelo Ramos e Ronan da Silva. Disse que, na ocasião, apresentavam produto com 99,9% de eficácia para desinfecção de ambientes, que pode reduzir significativamente o tempo para sanitização de, entre outros locais, ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu. Declarou que os convidara para esta reunião para que pudessem apresentar essa possível solução à PBH. Afirmou ter sido feito um experimento em seu gabinete parlamentar para verificar as taxas de contaminação antes e após a utilização do produto.

Ronan da Silva afirmou possuírem experiência de 31 anos na área, produzindo produtos de desinfecção hospitalar. Complementou que esses produtos passam por rigorosos protocolos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Informou que o produto em questão é estadunidense. Solicitou que apresentação de eslaides fosse projetada.

O vereador Bruno Miranda perguntou como é a ação do produto.

Ronan da Silva explicou que o produto utiliza a nanotecnologia para aderir às superfícies em grande concentração. Informou que cidades da Região Sul e também de Minas Gerais, como Mariana, já o utilizam. Observou que a Anvisa possui lista de substâncias que podem ser usadas para sanitização contra o coronavírus, mas nenhuma possui ação prolongada, sendo necessárias repetidas desinfecções. Informou que a UTI Neonatal da Santa Casa de Belo Horizonte está sendo monitorada com a utilização do produto, cujo efeito pode durar até um ano. Observou que, no Brasil, há muita desconfiança quanto à possibilidade de efeito de longa duração. Citou o uso do produto em hospitais e outros locais públicos de Singapura. Citou também o caso de aeroportos internacionais no Brasil, acrescentando que seus

protocolos de desinfecção fornecem falsa sensação de proteção, pois são limitados a uso de borrifadores em corrimões e banheiros.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou se há prefeituras fazendo uso do produto e se há comparativos entre os níveis de contaminação.

Ronan da Silva respondeu que Mariana e Muzambinho são exemplos de cidades mineiras onde o produto está sendo usado.

Marcelo Ramos acrescentou que o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Centro-Oeste - CIS Centro-Oeste - também já utiliza o produto para sanitização de ambulâncias de forma mais rápida e prática.

Às 11h23min, o presidente prorrogou a reunião por mais 30 minutos.

Ronan da Silva afirmou que os níveis de contaminação são verificados por medidores de Adenosina Trifosfato - ATP - ou análises laboratoriais.

O vereador Nikolas Ferreira observou que o produto poderia ser usado, por exemplo, nas Escolas Municipais de Educação Infantil - Emeis.

O vereador Irlan Melo pediu que o vídeo demonstrativo, feito em seu gabinete parlamentar, fosse exibido.

Ronan da Silva afirmou que o produto levou 10 minutos para agir e que os níveis de contaminação passaram de 183 para 8, observando que valores abaixo de 10 indicam esterilidade. Complementou que, no Brasil, somente o de duração de até 90 dias está sendo comercializado.

Marcelo Ramos destacou que há desconfiança do público brasileiro quanto à eficácia em longo prazo.

O vereador Irlan Melo declarou que enviará pedido de informação ao Executivo a respeito de gastos com desinfecção de ambientes em áreas específicas, como Saúde e Educação, e de forma geral. Perguntou se o produto é competitivo comercialmente.

Ronan da Silva informou que, para a sanitização de 50 ambulâncias, seriam necessários R$30 mil reais por mês.

O vereador Bruno Miranda perguntou se o produto já foi apresentado à PBH.

Ronan da Silva respondeu que, quando apresentado ao consórcio de Saúde, foi informado que o Samu não teria recursos para sua aquisição.

A vereadora Flávia Borja perguntou se, para eliminação do coronavírus, seria necessário desinfetar de maneira diferenciada.

Ronan da Silva respondeu que não.

Marcelo Ramos acrescentou que foi feito contato com vários consórcios e alegada a insuficiência de recursos.

O vereador Irlan Melo informou não ter interesse pessoal no uso do produto, mas disse acreditar que a PBH gaste mais R$30 mil por mês com esse tipo de despesa. Observou ser importante o uso para a possibilidade de aumento do número de crianças nas escolas.

O vereador Nikolas Ferreira sugeriu o uso no transporte público.

O vereador Irlan Melo afirmou que, nesse caso, a negociação deveria ser feita via Setra-BH.

O vereador Nikolas Ferreira solicitou que Marcelo Ramos e Ronan da Silva enviassem os dados dos contatos feitos a respeito do produto.

Ronan da Silva disse ser favorável à utilização do produto nas escolas, pois ele adere à superfície sem danificá-la.

O vereador Irlan Melo agradeceu as presenças e informou que também fará ofício para sugerir a utilização do produto pela PBH. Perguntou se há acompanhamento da empresa após a venda.

Ronan da Silva confirmou, dizendo que o produto é aplicado e monitorado pela empresa periodicamente.

10ª Reunião – 22/07/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 807/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil - Obter informações sobre o pregão eletrônico nº 013/2021 realizado entre a Prodabel e as empresas Decision Serviços de

Tecnologia da Informação Ltda. e Silvane Cristina dos Santos Vicente - ME.

Autoria: vereador Ciro Pereira.

2) Requerimento de Comissão n° 809/21 - Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil - Solicitar cópia integral dos seguintes documentos: - Procedimento Preliminar de Apuração – PPA n° 03.000.015/21-55 - Processo Administrativo 01-071.230/20-15 - Processo Administrativo de Responsabilização – PAR n° 01-031.352/21-78.

Autoria: vereador Irlan Melo.

3) Requerimento de Comissão n° 810/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil - Obter informações sobre a sanitização de ambientes como forma de prevenção à disseminação da Covid-19.

Autoria: Irlan Melo

4) Requerimento de Comissão n° 827/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 19/08/2021, às 09:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de Intimar a Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Maíra da Cunha Pinto Colares, na condição de testemunha, para prestar informações gerais pertinentes à atuação/omissão e à utilização de recursos públicos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, no contexto de enfrentamento à Covid-19.

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes

5) Requerimento de Comissão n° 828/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 16/08/2021, às 09:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de Intimar o servidor Breno de Souza Botelho, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para

prestar informações, pessoalmente, sobre o depoimento do Sr. Mario Valadares, realizado no dia 15/07/2021, que afirmou, naquela oportunidade, que negociou com o Sr. Breno, todos os trâmites e equipamentos que seriam doados pelo condomínio do Shopping Oiapoque à Prefeitura de Belo Horizonte.

Autoria: vereadores Nikolas Ferreira, José Ferreira e Professor Juliano Lopes.

6) Requerimento de Comissão n° 833/21 – Pedido de informação. Solicitar o compartilhamento dos conteúdos das conversas extraídas do celular do Sr. Luiz Paulo Dominghetti, suposto vendedor/intermediador de vacinas, que envolvam negociações com o Município de Belo Horizonte ou que mencione alguma ligação com o Prefeito Alexandre Kalil.

Autoria: vereador Nikolas Ferreira.

ARQUIVADO SEM RESPOSTA

- **Oitiva da Sra. Secretária Municipal de Educação, Ângela Dalben para prestar informações gerais pertinentes à atuação/omissão da PBH no enfrentamento da pandemia, em específico no que concerne às medidas de fechamento e cassação dos alvarás das instituições de ensino da capital.**

Registro da oitiva conforme a ATA Aprovada

A secretária municipal de Educação, Ângela Dalben, em presença remota, cumprimentou todas e todos.

O vereador Jorge Santos deu ciência à comissão de reportagem sobre desperdício de, aproximadamente, 11 mil doses de vacinas em Belo Horizonte. Disse que essa questão poderá ser verificada com o secretário municipal de Saúde, Jackson Machado, quando ele comparecer à CPI.

O presidente registrou a presença do vereador José Ferreira.

Citou processo para aquisição de leite em pó, sem lactose e em extrato de soja integral, e perguntou o que teria justificado a não observância do menor preço. Afirmou que o leite em pó foi comprado da marca Cooperativa Central Gaúcha Ltda. - CCGL - por R$69,30 o quilo em 13/10/20; e que, contudo, esse mesmo produto é comercializado no *site* oficial da referida empresa por R$41 o quilo, valor que, segundo declarou, foi verificado em 21/7/21.

Ângela Dalben declarou que o Município se preocupa com a segurança alimentar e que alguns estudantes necessitam de dieta especial. Informou que a compra do leite, feita normalmente pelos caixas escolares, foi interrompida no período devido à pandemia. Explicou que, no início da pandemia, ainda havia estoque de leite nas escolas, mas quando ele foi se encerrando, e na impossibilidade de incluir o leite nas cestas básicas, a Secretaria Municipal de Educação - Smed - precisou efetuar contrato emergencial para a compra. Afirmou que a Drogaria Araujo havia apresentado o melhor preço, porém não cumpriu todos os critérios para a contratação, não sendo possível, assim, concretizá-la.

O presidente ressaltou que não questiona a necessidade do leite. Acrescentou também ter conhecimento dos problemas fiscais da Drogaria Araujo. Indagou por que a compra não havia sido efetuada diretamente com a marca CCGL, em razão desse impedimento da empresa para aplicar preço mais vantajoso. Apresentou notas fiscais da compra efetuada mediante apresentação de eslaides, salientando a diferença de cerca de R$28,00 em relação a preço consultado no dia anterior.

Ângela Dalben respondeu que foi feita a tomada de preços em três orçamentos, e o processo seguiu as exigências da legislação vigente, considerando-se também a situação emergencial.

O vereador Irlan Melo sugeriu que a CCGL seja consultada para informar o preço do produto na época em que a aquisição foi feita.

O presidente disse que providenciará o requerimento de comissão. Afirmou que a PBH comprou o produto em valor superior ao publicizado no Diário Municipal do Município - DOM: R$69,30, e não R$48,01.

A vereadora Flávia Borja perguntou como o leite fora entregue às famílias.

Ângela Dalben respondeu que as famílias retiraram os produtos nas escolas.

O presidente perguntou sobre o retorno das crianças com deficiência às aulas presenciais.

Ângela Dalben informou que existe um plano de inclusão, que faz parte do grande planejamento de retorno segundo os protocolos sanitários e o sistema de monitoramento das interações nas “bolhas”, de acordo com as faixas etárias. Acrescentou que o monitoramento é individual e observa o desenvolvimento cognitivo e afetivo de alunas e alunos. Citou a elaboração de mapa socioeducacional, que foi feito em três etapas e facilitou a identificação e o atendimento a situações de vulnerabilidade e deficiências.

O presidente disse que, devido ao valor total do processo de compra mencionado, não foi necessário realizar uma licitação, nem eram necessários três orçamentos. Perguntou se foi observada a vigência do estado de calamidade pública na compra emergencial.

Ângela Dalben respondeu que foram feitos três orçamentos e, como a empresa com preço mais vantajoso não atendeu aos critérios, a compra foi fechada com a segunda empresa na classificação. Disse que tudo foi feito de acordo com a legalidade no período.

O vereador Nikolas Ferreira afirmou que a legalidade não está sendo questionada. Acrescentou que, havendo opção mais barata, o dinheiro público deveria ter sido respeitado. Manifestou-se a favor da consulta à empresa para verificar o preço do produto na época.

O presidente anunciou o recebimento de denúncias sobre a negligência das escolas com pessoas com deficiência, como autistas, pela impossibilidade de acompanhamento de monitores dentro das “bolhas”.

Ângela Dalben respondeu que há monitores para auxiliar crianças com dificuldade de mobilidade e de alimentação, mas o acompanhamento a autistas é um desafio que se apresentava desde antes da pandemia. Afirmou que os

protocolos sanitários também dificultam a situação, pela exigência de distanciamento social. Destacou a importância do monitor de apoio às crianças autistas, algo que deve ser discutido em outra ocasião. Citou alguns dados: aproximadamente mil alunas e alunos, dos cerca de dois mil que estão alocados em salas de Atendimento Educacional Especializado - AEE, são autistas, número que disse considerar expressivo. Disse que é opcional o retorno às aulas presenciais no momento.

O presidente pediu que os dados sejam encaminhados à comissão.

A vereadora Flávia Borja observou que autistas precisam de organização temporal contínua, e o retorno presencial em dias alternados não favorece o desenvolvimento dessas crianças.

Ângela Dalben declarou que a Smed tem feito o possível para trabalhar nos limites impostos pela pandemia e nos direcionamentos do Comitê de Enfrentamento à Covid-19.

A vereadora Flávia Borja indagou se há previsão para retorno presencial dos ensinos Médio e Superior e se, como secretária municipal, não teria autoridade para decidir sobre a pasta no Município.

Ângela Dalben afirmou que é seguido o matriciamento de riscos criado pelo comitê, explicando que índices entre 81 e 90% possibilitam o retorno do Ensino Médio e, a partir de 91%, do Ensino Superior. Disse que alunas e alunos a partir de 14 anos poderão retornar em agosto. Disse acreditar que, com o empenho na vacinação, o alcance desses índices será possível no segundo semestre. Informou que é convidada pelo comitê para discussão de assuntos relativos à Educação, mas os critérios científicos são seguidos à risca.

A vereadora Flávia Borja perguntou se a secretária faria algo diferente do determinado pelo comitê, visto que a Feira Hippie e pequenos eventos já foram liberados na capital.

Ângela Dalben afirmou que defende a escola, mas observou que, primeiramente, é preciso ter cuidado com a vida. Informou que, em agosto, somente 15% do corpo discente do Município não terá retornado às aulas.

Declarou que, apesar das inúmeras reformas, a metragem das salas é um fator limitante. Disse concordar com as definições do comitê por prezar pelas vidas.

O vereador Nikolas Ferreira pediu que fosse citado o estudo científico usado pelo comitê para convencer a Smed quanto à necessidade de manter as escolas fechadas. Salientou que essas decisões não podem ser tomadas com base em juízo de valor.

Ângela Dalben respondeu que toda a equipe é composta por técnicos, que trabalham com dados. Destacou a necessidade de alinhamento e de respeito às pesquisas sobre a covid-19, pois seu conhecimento é sobre a área da Educação. Negou insinuações de que apenas seguira o que foi imposto.

O vereador Nikolas Ferreira afirmou que, segundo estudos publicados pelo jornal *The Wall Street Journal* e pela revista científica *Nature*, é muito raro o risco de morte pela covid-19 em crianças. Reforçou a importância de estudos concretos.

Ângela Dalben disse que crianças são assintomáticas, mas podem transmitir o vírus para avós e demais familiares. Ponderou que o mundo está aprendendo a lidar com o novo coronavírus desde 2020 e, hoje, há condições de retorno com a vacinação. Informou que muitos professores da rede pública têm acima de 48 anos. Afirmou que o matriciamento de riscos foi elaborado com base em diversos estudos feitos por outras instituições, como o Centro de Controle e Prevenção de Doenças, de Atlanta, Center for Disease Control and Prevention - CDC, na sigla em inglês. Acrescentou que as secretarias municipais estão alinhadas na política de gestão.

A vereadora Flávia Borja disse que eram seguidos os parâmetros do CDC de Atlanta. Observou que, quando alguns critérios foram alterados, como o distanciamento mínimo exigido, que passou a ser de 1 metro, o comitê começou a seguir critérios próprios. Afirmou que não é interessante alterar as regras do jogo em andamento.

Ângela Dalben ponderou que todas e todos têm direito a opiniões. Sugeriu que essas perguntam sejam feitas ao Comitê de Enfrentamento à Covid-19. Afirmou que os desafios em relação à Educação não são universais, pois são influenciados pelas características de cada país e de cada Estado.

Argumentou que há lugares, por exemplo, onde é pequeno o número de crianças por sala de aula. Disse que o rigor científico representado por matriz própria de riscos faz com que Belo Horizonte preze pelo menor número de mortes possível. Expressou que, respondendo em nível pessoal, aderiu completamente aos direcionamentos do comitê.

O vereador Irlan Melo perguntou o valor do orçamento da Educação antes da pandemia e o valor dos gastos no enfrentamento da covid-19.

Ângela Dalben informou que o orçamento anual é na ordem de R$2 bilhões e 300 mil e, para as especificidades da pandemia, foram gastos cerca de R$28 milhões. Observou que as cestas básicas são adquiridas no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - Smasac.

O vereador Irlan Melo indagou se a reforma nas escolas está incluída no valor específico para a pandemia.

Ângela Dalben negou. Registrou o investimento recorde de cerca de R$102 milhões em obras e reformas, aplicados em troca de portas, parquinhos e demais espaços ao ar livre, ventilação cruzada etc. Explicou que são considerados no orçamento específico da pandemia investimentos em termômetros, aventais, máscaras, álcool e bebedouros, entre outros itens.

O vereador Irlan Melo afirmou que uma das reclamações recorrentes se deve ao fato de que crianças em situação de pobreza e extrema pobreza não têm condições de acompanhar o ensino remoto. Indagou se há previsão para auxílio a equipamentos e acesso à *internet,* caso o ensino remoto seja novamente necessário, e qual valor se pretende investir.

Ângela Dalben informou que haviam começado a conectar as escolas com fibra ótica, mas, antes da pandemia, não havia muitos avanços em termos de tecnologia. Afirmou que o mapa socioeducacional possibilitou identificar estudantes com dificuldade de conexão. Anunciou o credenciamento de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip - para visitar lares e fazer atendimento integrado com outras áreas. Disse que já foram adquiridos dois mil *tablets* no ano passado, e são esperados 45 mil *chips*, 45 mil novos *tablets*, *notebooks*, *webcams*, projetores multimídia etc. Declarou que são

almejadas salas de aula conectadas e com acesso a programas educacionais, como o Duolingo.

O vereador Irlan Melo parabenizou o trabalho. Defendeu a importância da tecnologia para tentar minimizar a defasagem pós-pandemia. Comentou a ausência da secretária nas reuniões da Câmara. Perguntou se a greve sanitária do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte - SindRede-BH - está interferindo na oferta de Educação no Município e acarretando gastos adicionais.

Ângela Dalben disse acreditar que algumas perguntas serão mais bem respondidas por outras pessoas da Smed, pois o trabalho na secretaria é feito de forma coletiva. Informou que durante a greve, já encerrada, argumentou-se com os profissionais que, além de eles já estarem vacinados, os protocolos sanitários estão sendo seguidos. Declarou que a Smed se preocupa com a situação de professoras e professores e, em 2017, foi criado um mapa social para mapear os diferentes contextos. Informou que não houve gastos em decorrência da greve.

A vereadora Flávia Borja perguntou se a secretária concorda com o abandono do protocolo do CDC de Atlanta, quando ele se tornou mais flexível.

Ângela Dalben disse que sim. Listou algumas ações da Smed desde março de 2020, como: discussão de modelos educacionais, da base curricular e de melhorias após os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; transmissões ao vivo sobre didática, plano de ensino x aprendizado por área, e outras. Afirmou que a definição das “bolhas” levou em conta o desenvolvimento cognitivo de cada aluna e aluno. Mostrou exemplar do almanaque de alfabetização e letramento, do qual disse orgulhar-se.

A vereadora Flávia Borja afirmou conhecer o referido material. Perguntou se não haveria incoerência ao permitir a realização de eventos com até 440 pessoas e não liberar o ensino presencial de forma geral.

Ângela Dalben citou a ocorrência de eventos clandestinos, afirmando que é melhor que aconteçam de forma controlada, para evitar surtos. Disse que os prejuízos maiores no ensino remoto são para a faixa etária entre 0 a 14

anos. Declarou concordar com a proposta do comitê, pois todos os seus questionamentos foram ouvidos e atendidos.

A vereadora Flávia Borja perguntou como foi gasto o recurso enviado para as escolas de Belo Horizonte pelo Ministério da Saúde.

Ângela Dalben respondeu que o recurso em questão foi enviado à Secretaria Municipal de Saúde - SMSA, que fez a compra de insumos iniciais necessários para a reabertura das escolas.

A vereadora Flávia Borja perguntou quanto Belo Horizonte recebeu do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - do governo federal.

Ângela Dalben disse que o valor provavelmente está disponível para consulta no portal da PBH.

A vereadora Flávia Borja informou que esse valor não está disponível; e solicitou que os dados sejam encaminhados à CPI. Mencionou que, em 21/10/20, o prefeito Alexandre Kalil afirmou que as escolas estavam prontas para reabertura em janeiro de 2021. Disse que visitou cinco escolas e, em todas elas, foi informada de que as obras foram iniciadas em janeiro. Perguntou se a informação estava incorreta ou se houve algum objetivo eleitoreiro.

Ângela Dalben destacou que as escolas estavam prontas com os principais insumos, se comparadas à realidade pré-pandemia. Afirmou que Belo Horizonte é ousada e almeja ser referência em seus territórios. Informou que muitas obras estavam previstas desde 2017, e as condições favoráveis foram surgindo. Declarou que, hoje, as escolas estão revitalizadas. Observou que o comentário do prefeito Alexandre Kalil foi correto. Acrescentou que, ao longo do ano, foram realizadas mais ações para melhoria e preparação.

A vereadora Flávia Borja afirmou que as obras foram excelentes, superando a estrutura de algumas escolas particulares.

Ângela Dalben disse que tudo é fruto de muito esforço para que escolas públicas e creches sejam exemplares.

A vereadora Flávia Borja pediu que seja revisto o protocolo para autistas, visto que ele prejudica, sobretudo, famílias vulneráveis.

Ângela Dalben afirmou que a Smed compartilha dessa preocupação e propõe *kits* escolares com atividades interessantes que alunas e alunos podem desenvolver nos períodos em que não estejam na escola.

A vereadora Flávia Borja observou que, mesmo com o material, há risco para as crianças quando não há oferta de aulas presenciais. Informou que foi contra a greve sanitária. Comentou recebimento de denúncia de monitores de oficinas do Projeto de Educação Integral - PEI, que alegam alteração de função nos contratos, pois agora precisam auxiliar na distribuição de matérias impressos, visitar casas etc. Destacou que mudanças em contrato exigem consentimento e elaboração de aditivo, conforme Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Ângela Dalben informou que não houve alteração de contrato. Afirmou que a escola integrada prevê o professor comunitário e vínculo maior da escola com a cultura do território.

A vereadora Flávia Borja disse que o SindRede-BH citou coação para assinatura de termos aditivos.

Ânegla Dalben afirmou que ajudara a construir o escopo do projeto com a UFMG e há previsão de, inclusive, percurso pelos bairros com as crianças. Acrescentou que os monitores estão sendo capacitados.

A vereadora Flávia Borja esclareceu que há relatos de visitas a ruas vulneráveis, o que, normalmente, é feito por conselhos tutelares, com acompanhamento da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte - GCMBH. Pediu que a situação seja verificada. Perguntou se a secretária tem conhecimento de que o Requerimento de Comissão nº 698/20 não foi respondido pela Smed, o que pode atribuir a esse órgão crime de responsabilidade.

Ângela Dalben informou que a Smed fica feliz e grata por informar suas ações, em razão dos comentários levianos sobre negligência. Solicitou que o pedido de informação seja reiterado.

A vereadora respondeu que será necessário aprovar novamente esse pedido de informação por meio da CPI, pois o prazo de resposta expirou.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou se a Smed foi consultada antes da publicação do Decreto nº 17.435/20, que suspendeu as aulas presenciais. Indagou, ainda, se há conhecimento de que muitas escolas particulares não conseguiram empréstimo para manutenção financeira.

Ângela Dalben respondeu que a Smed foi informada da suspensão. Sobre as escolas particulares, afirmou que houve equívoco quanto aos alvarás, pois não era necessário suspender todas as atividades da escola. Acrescentou que pôde orientar as pessoas que chegaram diretamente a ela, mas a Smed não é a pasta responsável por tal assunto.

O vereador Nikolas Ferreira indagou por que a Smed demorou mais de um ano para divulgar protocolo para volta das aulas. Disse que, segundo reportagem, Belo Horizonte é a única capital sem previsão total de volta presencial.

Ângela Dalben informou que houve muitas reuniões para construção de protocolos, os quais, quando divulgados, já estavam internalizados pelas instituições. Destacou a importância dessa divulgação, pois as escolas precisam repassá-los a alunas, alunos e familiares. Observou que, embora haja críticas ao tempo para divulgação, o que informou ser responsabilidade da área da Saúde, tudo foi bem pensado e praticado a *priori*.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou por que não houve retorno gradativo das aulas presenciais durante a onda verde.

Ângela Dalben disse que janeiro é um período tradicional de férias escolares e que, em fevereiro, como reflexo das festas de final de ano, houve aumento dos casos. Afirmou que não houve omissão.

O vereador Nikolas Ferreira declarou que dados contradizem a negativa de omissão. Informou que, desde abril de 2020, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais - DPMG - e o MPMG têm ajuizado ações para retorno imediato das aulas presencias. Perguntou se os referidos órgãos estariam equivocados.

Ângela Dalben disse que há opiniões envolvidas. Solicitou que a CPI leia documento escrito pelo juiz da Vara Cível da Infância e da Juventude de Belo

Horizonte, José Honório de Rezende, que se baseia em fatos e apresenta estudo detalhado de todas as ações da Smed. Disse que a secretaria não tem seu trabalho reconhecido.

O vereador Nikolas Ferreira disse ser temerário falar que a DPMG e o MPMG não se basearam em fatos. Perguntou se não deveria ter havido mais diálogo entre o Comitê de Enfrentamento à Covid-19 para que a escola fosse prioridade. Questionou o abandono dos protocolos do CDC e o uso de critérios da Organização Mundial da Saúde - OMS - de forma aleatória.

Ângela Dalben informou que as ações da DPMG e do MPMG estão sendo avaliadas pelo Judiciário e foram respondidas pelo juiz José Honório de Rezende, que apresentou entendimento certeiro da atuação da Smed. Disse que teve a oportunidade de acompanhar aberturas e fechamentos sucessivos de escolas ao redor do mundo, o que disse ser uma alternativa mais possível em países com menos desigualdades. Afirmou que se optou por construir ensino remoto robusto antes de criar expectativas de retornos que não fossem perenes, pois é necessário ter empatia e pensar nas vulnerabilidades do Brasil.

Às 11h22min, o presidente prorrogou a reunião por mais uma hora.

O vereador José Ferreira perguntou se a secretária teve conhecimento de contratos e notas fiscais das compras para adequação das escolas para as eleições.

Ângela Dalben informou que os recursos são descentralizados, e os caixas escolares possuem autonomia para fazer tomada de preços e aquisições. Disse que a equipe técnica da Smed e a Controladoria-Geral do Município - CTGM - são responsáveis por verificar possíveis irregularidades. Citou a oferta de cursos aos caixas escolares para que tudo seja feito de acordo com a legislação.

O vereador José Ferreira perguntou se há conhecimento de alguma nota fracionada ou de valor diferente do produto adquirido. Indagou, ainda, se a secretária assina os contratos com base no parecer de sua equipe técnica.

Ângela Dalben pediu que a pergunta fosse mais específica e detalhada. Afirmou prezar pela transparência de sua secretaria em relação ao uso do

dinheiro público. Sobre o segundo questionamento, disse que sim, que toma conhecimento geral desses pareceres em reuniões periódicas com sua equipe técnica.

O vereador José Ferreira perguntou qual destinação foi dada aos produtos comprados para escolas, como termômetros, pilhas, lixeiras, tapetes sanitizantes, papeleiras etc. após as eleições de 2020. Leu os itens e as respectivas quantidades.

Ângela Dalben respondeu que os itens se tornaram material permanente das escolas, pois, mesmo que não houvesse aula presencial no período, diretorias, bibliotecas etc. estavam em funcionamento.

O vereador José Ferreira perguntou se a Smed foi responsável pela compra e qual a justificativa para fracionamento das notas de empenho.

Ângela Dalben disse que a Smed foi, sim, responsável, orientada pela SMSA. Afirmou não saber se o fracionamento foi necessário.

O vereador José Ferreira listou algumas discrepâncias: notas correspondentes à mesma data, mas com números diferentes; notas de valor superior ao do contrato; notas sem discriminação de valores etc. Pediu que exemplo fosse mostrado mediante apresentação de eslaides.

Ângela Dalben pediu que as perguntas sejam formalizadas para que sua equipe possa respondê-las. Afirmou que há questões relacionadas à técnica orçamentária, como uso de saldo para mais de uma despesa.

O vereador José Ferreira indagou se os repasses mensais às creches conveniadas foram mantidos durante a pandemia; e, em caso afirmativo, como ocorreram. Indagou, ainda, se o valor é igual para todas as creches.

Ângela Dalben informou que os repasses, na ordem de R$17 milhões, foram mantidos e feitos da forma usual. Explicou que o valor repassado a cada creche depende da idade e do número de crianças que a entidade atende; e que há também, nesse atendimento, necessidades de adequações físicas e outras melhorias.

O vereador José Ferreira perguntou se os valores não deveriam ter sido reduzidos, já que as creches estavam fechadas.

Ângela Dalben respondeu que isso só se justificaria no caso de demissão em massa, pois a maior parte dos recursos é destinada a despesas de pessoal, e não foi o caso. Disse que, além da forma de contratação, a Smed não faz distinções entre creches parceiras e escolas municipais. Acrescentou que a secretaria acreditava que o retorno ocorreria em breve. Declarou que há casos de creches conveniadas com saldos elevados, e isso está sendo analisado pela equipe. Observou que a situação dessas instituições se transformou nos últimos anos, e não era viável cortar os repasses, mas agora tudo será analisado e equilibrado.

O vereador José Ferreira pediu o nome de alguma creche conveniada que recebe valor elevado. Perguntou se as prestações de contas continuaram durante a pandemia e se houve repasse de recursos para adequações para enfrentamento da pandemia.

Ângela Dalben respondeu que as creches com maior número de crianças recebem valores mais altos. Afirmou a continuidade das prestações de contas e o repasse para adequações, como foi feito com as demais escolas da rede pública municipal.

O vereador José Ferreira perguntou se percepções de visitas feitas às creches parceiras foram critério para manutenção dos recursos.

Ângela Dalben respondeu que as visitas são rotineiras para monitoramento da qualidade da oferta.

O presidente leu comentário e pergunta enviada por escrito pelo vereador Bruno Miranda, pois este estava com problemas para manifestar-se oralmente na sala de viodeoconferência: parabenizou o trabalho da secretária e elogiou sua competência. Perguntou quantos profissionais da Educação foram infectados ou adoeceram de covid-19 desde abril de 2021, após a retomada das aulas.

Ângela Dalben agradeceu o reconhecimento. Informou não ter sido detectado surto gerado dentro das escolas, mas ressaltou que, em caso de suspeita e de confirmação de covid-19, a “bolha” é afastada, e a situação é reportada à SMSA.

Registre-se a presença remota da vereadora Fernanda Pereira Altoé, que não integra a comissão.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé apresentou levantamento de requerimentos de comissão não respondidos pela Smed: em 2019: oito; em 2020: um; em 2021: sete; e muitas respostas, segundo observou, são intempestivas. Afirmou que juízes da Infância e da Juventude têm a competência de julgar, não de elaborar pareceres. Acrescentou que o papel de defesa é do Ministério Público e do gestor, no caso, o prefeito Alexandre Kalil, com o auxílio de secretários municipais. Mencionou fala da secretária em entrevista: “Reabrir as escolas antes de outros estabelecimentos é um desenho possível” e perguntou o que a secretária quis dizer com ela. Ressaltou que a reabertura não deveria ser considerada uma possibilidade, mas um dever do gestor, pois a Educação é o primeiro direito fundamental de cidadãs e cidadãos. Leu trecho de Nota Técnica nº 1/21 do Comitê de Enfrentamento à Covid-19, de 27/5/21, que informa que os parâmetros do CDC de Atlanta não seriam mais seguidos, em vista das diferenças das condições epidemiológicas e sociais entre os Estados Unidos da América - EUA - e o Brasil. Informou que essa nota foi emitida 12 dias após a penúltima atualização das diretrizes do CDC de Atlanta, que passou a recomendar distanciamento inferior a 1 metro para todos os níveis educacionais, não obrigatoriedade de uso de máscaras etc. Citou as portarias nºs 420 e 421/20 da SMSA, que não apresentam exigência de testagens, de vacinação e de distanciamento de 2 metros para alguns estabelecimentos e eventos. Comentou que, no último domingo, havia 30 mil pessoas na Feira Hippie. Perguntou se a Smed adotará as recomendações da SMSA.

Ângela Dalben respondeu que a Smed tem o hábito de responder aos requerimentos da Câmara e verificará o que ocorreu. Informou que, em legislaturas anteriores, alguns questionamentos eram respondidos por telefone a alguns parlamentares que se acostumaram a formatos mais informais de relacionamento. Disse não se recordar da fala citada, mas sugeriu que as perguntas sejam enviadas ao comitê.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé declarou que o comitê não é órgão um executivo, e suas recomendações são gerais. Afirmou que a secretária está apenas abaixo do prefeito em termos de autoridade, e deveria ter decisão final sobre a pasta.

Ângela Dalben respondeu que as afirmações não correspondem à realidade, pois o comitê possui conhecimento técnico-científico diferente do dela. Informou que sempre, quando necessário, participou das reuniões do comitê e foi ouvida. Acrescentou que tem história na área da Educação.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé afirmou que não questionava a competência da secretária.

Ângela Dalben disse que sua participação no comitê está sendo questionada. Afirmou que a pandemia apresentou muitas imprevisibilidades, como novas cepas e o comportamento nacional, mas uma proposta educacional foi pensada, apesar da diversidade no Município.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou se as duas portarias da SMSA serão adotadas na Educação. Disse que as diretrizes são relatividades para áreas diferentes.

Ângela Dalben afirmou que Smed segue as recomendações à risca, pois deve dar o exemplo. Destacou que o matriciamento de riscos é feito para toda a cidade, e não há dois pesos e duas medidas.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou sobre a prestação de contas de 2020 e sobre os gastos com as reformas na área da Educação.

Ângela Dalben informou que há dois tipos de investimentos em obras: 1) contínuo; 2) de adaptações específicas para enfrentamento da covid-19.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé citou falas proferidas pela subsecretária de Planejamento, Gestão e Finanças da Smed, Natália Araújo, informando que as escolas estavam prontas, e pela secretária, informando que as aulas não haviam começado devido a atrasos em obras. Perguntou se as obras foram motivo para que o retorno presencial não se efetivasse.

Ângela Dalben disse que a Smed foi perguntada pelo prefeito Alexandre Kalil sobre a possibilidade de reabertura as escolas, o que foi assentido, pois

as escolas já possuíam os equipamentos necessários para a reabertura. Explicou que, como a reabertura não foi possível por questões sanitárias, aproveitaram para dar andamento a obras e melhorias. Negou que atrasos em obras tenham sido motivo para que as aulas presenciais não fossem retomadas.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou de quais empresas foram os três orçamentos para compra emergencial do leite. Indagou também sobre a compra dos 45 mil *tablets*, já que a rede municipal de ensino possui cerca de 200 mil alunos, e isso indicaria a necessidade de ensino híbrido.

Ângela Dalben disse que os orçamentos pertencem à Drograria Araujo, à Aquarela Distribuidora e Comércio e à Essencial Alimentos. Sobre os *tablets*, informou que a compra foi autorizada, mas ainda não foi possível efetuá-la, pois há dificuldade nacional para compra de equipamentos eletrônicos. Disse que a Smed aderiu a várias atas de registros de preço. Acrescentou que dois mil *tablets* foram adquiridos em 2020 e foram usados, principalmente, por alunas e alunos do nono ano. Explicou que há projeto de uso de *tablets,* sobretudo por alunos entre 9 e 14 anos, e a tecnologia não fará papel central, mas complementar. Informou que há gastos significativos com impressão de materiais.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou se crianças de 0 a 8 ficaram sem opção de ensino na pandemia.

Ângela Dalben informou que não. Disse que os dados do mapa socioeducacional orientaram sistema de controle e monitoramento. Ressaltou que os *tablets* são recursos extras. Afirmou que Belo Horizonte e a Câmara terão orgulho do trabalho desenvolvido coletivamente pela Smed durante a pandemia. Disse que, mesmo na escola privada, há casos de alunas e alunos que desviam a atenção durante as aulas remotas.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé destacou a importância do ensino presencial.

O presidente registrou a presença remota da vereadora Professora Marli, que não integra a comissão.

Comunicou que a referida vereadora teve problemas em seu gabinete parlamentar e não pôde enviar perguntas durante a reunião. Agradeceu os esclarecimentos e a presença da secretária.

Ângela Dalben saudou a vereadora Professora Marli e agradeceu a oportunidade de falar sobre a atuação da Smed.

11ª Reunião – 29/07/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 853/21 – Pedido de informações à Prefeitura de Belo Horizonte e à Secretaria de Educação - Obter informações buscando-se compreender os dados e a motivação que apoiaram a tomada de decisão do Executivo em relação aos seguintes questionamentos: 1) De acordo com o portal da PBH, o orçamento estimado para a educação para o ano de 2021 é de aproximadamente 2,3 bilhões de reais e, até julho de 2021, cerca de apenas 500 milhões de reais havia sido gasto. Está correta esta informação? 2) Numa análise histórica, 2018, 2019, 2020, e 2021 houve desinvestimento por parte da PBH na educação, considerada a relação entre orçamento disponível e valor gasto? 3) Qual a média histórica do resultado de valor efetivamente gasto (liquidado) com o valor disponível? 4) Qual a demanda histórica por vagas não atendidas e crianças desassistidas de vagas escolares? Por que há crianças desassistidas se pelos dados orçamentários havia recurso financeiro disponível? 5) Houve alguma influência da pandemia para que houvesse o descolamento da realidade entre valor disponível e valor realmente gasto? 6) Qual o valor estimado pela PBH gasto por cada criança? Gentileza responder de acordo com as faixas etárias.

   Autoria: vereador Ciro Pereira.

2) Requerimento de Comissão n° 854/21 - Pedido de informações à Prefeitura de Belo Horizonte e Secretaria Municipal de Obras e

Infraestrutura de Belo Horizonte - Obter informações, buscando-se compreender os dados e a motivação que apoiaram a tomada de decisão do Executivo, garantido por isto verificar a publicidade, a eficiência, a legalidade e a impessoalidade da gestão do Executivo, assim como os critérios de economicidade (relação custo benefício) das medidas adotadas: 1) Se há alguma relação da Pandemia com a Prorrogação do contrato: CONTRATO SC 071/2014 - SCO 078/2013 — CC, Processo: 01-155.724/13-20 IJ.: 01.2014.2700.0062; a: ENGESOLO ENGENHARIA LTDA. 2) Quais são os motivos (fáticos e jurídicos) que embasam este contrato já estar em seu 13° Termo Aditivo? 3) Se a secretaria tem enviado o referido processo para parecer prévio da Advocacia Pública do Município? Em caso negativo, justificar. 4) Qual o valor original do contrato e qual valor hoje, somando-se todos os aditivos? 5) Foi feita alguma análise, apoiada em dados, sobre ser mais vantajoso prorrogar ao invés de licitar novamente? 6) Quando da licitação originária, houve dimensionamento da complexidade do trabalho ou da projeção deste no tempo e no espaço que impusesse uma realidade de 13 aditivos? 7) Houve aumento do escopo do contrato que poderia ser objeto de nova licitação?

Autoria: vereador Ciro Pereira.

3) Requerimento de Comissão n° 855/21 – Pedido de informações à Prefeitura de Belo Horizonte e Controladoria-Geral do Município - Obter informações buscando-se compreender os dados e a motivação que apoiaram a tomada de decisão do Executivo em relação aos seguintes questionamentos: 1) Houve a suspensão ou houve a diminuição no fluxo dos contratos celebrados com a COOPERTUR (CNPJ 10.687.745/0001-24) durante ou em razão da Pandemia? 2) Qual a quantidade de contratos, escopo destes, distribuição destes nas secretarias do Município que foram celebrados com a empresa Cooperativa de Transportes e Serviços Urbanos e Rurais – COOPERTUR? 3) Há algum acompanhamento quanto ao número de termos que estes são celebrados?

4) Ha indicadores de qualidade para estes contratos? O atendimento tem sido tão satisfatório e econômico para dimensionar o volume de aditivos que são celebrados? 5) Ha alguma denúncia ou procedimento administrativo perante a Controladoria que vise apurar os contratos com a COOPERTUR?

Autoria: Ciro Pereira

4) Requerimento de Comissão n° 861/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil - Informar sobre dois processos de compra com dispensa de licitação, um de nº 0.1.078.124-24 e outro de nº 01.078.125-99.

Autoria: vereador José Ferreira

5) Requerimento de Comissão n° 862/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil. - Obter informações sobre o repasse das Creches Conveniadas: 1. Como se deu o repasse mensal para as Creches Conveniadas durante o período da pandemia? 2. Todas as creches receberam o repasse mensal? Em caso afirmativo gentileza enviar planilha com os nomes das Creches Conveniadas que receberam a verba, juntamente com comprovante de repasse por meio da SMED. 3. A prestação de contas mensal realizada pelas Creches Conveniadas continuou durante o período da pandemia? 4. Alguma Creche Conveniada recebeu verba para adequação do protocolo de funcionamento durante a pandemia? Em caso afirmativo, gentileza enviar planilha com as creches beneficiadas, juntamente com a explicação de qual critério utilizado para o repasse.

Autoria: vereador José Ferreira.

6) Requerimento de Comissão n° 865/21 – Pedido de informações por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19 à(ao) Prefeito Alexandre Kalil. - Obter as seguintes informações sobre a perda técnica

de vacinas da Covid-19 em Belo Horizonte: 1 - A chamada "xepa" é um importante mecanismo que tem reduzido o desperdício em outras capitais. Por que Belo Horizonte não adotou até o presente momento algum mecanismo para a utilização das doses remanescentes? 2 - Existe algum planejamento para reduzir esses desperdícios em Belo Horizonte? 3 - No Ceará, o desperdício informado de 0,023% é creditado ao treinamento constante dos profissionais de saúde. Em Belo Horizonte, há algum treinamento constante dos profissionais da saúde para reduzir o desperdício da vacina?

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

7) Requerimento de Comissão n° 866/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 12/08/2021, às 09:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de Oitiva do Sr. Carlos Ernesto Ferreira Starling para prestar informações sobre atuação do Comitê de Enfrentamento à Epidemia da Covid-19 e quanto às orientações das medidas a serem tomadas com relação ao vírus e sua propagação em Belo Horizonte.

Autoria: vereadores Flávia Borja e Nikolas Ferrerira.

8) Requerimento de Comissão n° 867/21 Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil e ao Presidente da BHTrans, Diogo Prosdocimi. - Elucidar os dados apresentados durante a oitiva deste último, solicitando cópia dos termos aditivos aos contratos de concessão de transporte público após instalação do período de pandemia da Covid 19, ou dos documentos que lhe equiparem, referente a autorização para redução do número de agentes de bordo (trocadores/cobradores); alteração de itinerário das linhas de ônibus; redução do número de veículos do transporte público em circulação e que autorizou o adiantamento dos repasses de vale transportes.

Autoria: vereadores Flavia Borja, Professor Juliano Lopes, Nikolas Ferreira e José Ferreira.

9) Requerimento de Comissão n° 868/21 – Pedido de ao Prefeito Alexandre Kalil, e Secretário Municipal de Saúde, ao Jackson Machado Pinto - Obter informações sobre: - O estágio curricular obrigatório e presencial, não remunerado nos equipamentos da rede SMSA/SUS-BH (atividades práticas) são permitidos e acontecem a partir de qual período na formação para o trabalho em saúde e em quais instituições de ensino da capital? - Em função da pandemia da Covid-19, foram suspensas as atividades presenciais de estágios e termos de compromisso de estágio? Em caso afirmativo, quando se iniciou esta suspensão? As atividades presenciais de estágio foram retomadas na capital e em que data? - Quais as condições estabelecidas pela SMSA para retomada das atividades presenciais de estágio? Caso já tenha ocorrido, quais os indicadores epidemiológicos (incidência, coeficiência de mortalidade e letalidade) e taxas de ocupação de leitos de enfermaria e UTI na capital no momento da retomada? - Antes do dia 01/07/2021, quantos termos aditivos de estágios curriculares obrigatórios não remunerados regidos pela Portaria SMSA/SUS-BH nº 03/2019 foram entregues assinados pelos alunos à PBH? Há outros termos aditivos de estágios que se enquadrariam em outra situação? - Quanto aos estudantes de cursos da área de saúde, integrantes de quais períodos e cursos foram vacinados em decorrência da pandemia da Covid-19 e de quais instituições de ensino? - Sabendo que os termos de compromisso de estágios são assinados, em 03 vias, a saber: 01 do aluno, 01 da instituição de ensino e 01 no local de estágio, encaminhar cópia dos termos de compromisso firmados com cada aluno a partir de 19/03/2020 até a presente data. - Quais foram os atos administrativos e/ou eventuais e-mails encaminhados às unidades de estágio presencial comunicando a suspensão dos estágios na área de saúde? - Quais foram os atos administrativos e/ou eventuais e-mails encaminhados às unidades de estágio presencial comunicando o retorno das atividades de estágio?

Autoria: vereadores Flavia Borja, Professor Juliano Lopes, Nikolas Ferreira e José Ferreira.

10) Requerimento de Comissão n° 872/21 – Pedido de informações ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais - Reitera o pedido de informação do Requerimento de Comissão nº 627/21, bem como requer informações pertinentes a possíveis ações penais, procedimentos investigatórios, inquéritos ou diligências preliminares em que a empresa Comercial Nosso Lar EIRELI (CNPJ:18.266.878/0001-39) esteja envolvida em contratos lesivos ao erário municipal.

Autoria: vereadores Irlan Melo, José Ferreira e Juliano Lopes.

11) Requerimento de Comissão n° 873/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil - Solicitar a cópia de todos os processos administrativos em que a empresa Comercial Nosso Lar EIRELI esteve envolvida em contratos lesivos ao erário municipal.

Autoria: vereadores Irlan Melo, José Ferreira e Juliano Lopes.

12) Requerimento de Comissão n° 874/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil. - Obter informações sobre o montante de recursos próprios utilizados pela Prefeitura de Belo Horizonte no enfrentamento a Covid-19.

Autoria: vereadores Irlan Melo, José Ferreira e Juliano Lopes.

12ª Reunião – 05/08/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 880/21 – cancelamento da oitiva, aprovada pelo requerimento de comissão nº 701/21, do Secretário Municipal de

Saúde, Dr. Jackson Machado, agendada para o dia 12 de agosto de 2021, às 09:00h.

Autoria: vereador Juliano Lopes

2) Requerimento de Comissão n° 885/21 - Pedido de informações Prefeito Alexandre Kalil. - Obter informações sobre a previsão de abertura da feira do mineirinho: 1) Por qual motivo as feiras livres estão autorizadas a funcionar em Belo Horizonte e a feira do mineirinho continua suspensa? 2) Qual a previsão para reabertura da feira do mineirinho?

Autoria: vereador Nikolas Ferreira.

3) Requerimento de Comissão n° 886/21 – Pedido de informações à Prefeitura de Belo Horizonte - Obter informações com relação ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021 realizado entre a Prodabel e a empresa HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI, CNPJ 10.568414/0001-75.

Autoria: Vereador Ciro Pereira.

4) Requerimento de Comissão n° 924/21 – Pedido de informações à Polícia Federal do Brasil. - Solicitar cópia do Inquérito Policial 2020.0066171, bem como maiores informações sobre a atuação ou a utilização de recursos públicos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte que possam auxiliar a Comissão no cumprimento de seus objetivos.

Autoria: vereador Irlan Melo.

ARQUIVADO SEM RESPOSTAS

- **Oitiva do Sr. Eneas Silva Dias, representante legal da empresa Basic Promo Clothing, para prestar informações relacionadas à dispensa de licitação 041/2020, processo nº 04.000.436.20.03.**

Convidado não compareceu à oitiva em razão de problemas de saúde.

- **Oitiva do Sr. Leandro Alves dos Reis, representante legal da empresa Multifarma Produtos Hospitalares, para prestar informações relacionadas à dispensa de licitação 041/2020, processo nº 04.000.436.20.03.**

Registro da oitiva conforme a ATA Aprovada

O presidente registrou a presença do vereador Bruno Miranda.

O presidente perguntou à testemunha se ela é proprietária da empresa Multifarma Produtos Hospitalares.

Leandro dos Reis informou que é sócio e representante legal da referida empresa e fez breve explicação sobre o seu funcionamento.

O presidente questionou sobre a venda de 630 mil máscaras feita pela empresa à PBH, no dia 6/5/20, no valor de R$3,88 a unidade, e perguntou se a testemunha confirmava a venda.

Leandro dos Reis confirmou que realizou a venda. Disse que, no dia 20/4/20, recebeu um *e-mail* da PBH por meio de uma lista de transmissão, com cópia de publicação do Diário Oficial do Município - DOM, em que constava a informação de que a PBH tinha interesse de comprar 2 milhões de máscaras, bem como suas especificações.

O presidente questionou como foram feitas as negociações de preço e de prazo para a entrega das máscaras.

Leandro dos Reis explicou que, na publicação do DOM, a PBH já apresentava as especificações técnicas do produto e que a entrega deveria ocorrer em 10 dias corridos. Disse que as propostas poderiam ser apresentadas em lotes mínimos de 100 mil máscaras e que deveria ser entregue uma amostra para análise técnica. Comentou que sua empresa fez oferta pelo lote inteiro.

O presidente perguntou à testemunha sobre com quem, dentro da PBH, foi feita a negociação.

Leandro dos Reis disse que a negociação ocorreu normalmente. Informou que a documentação foi enviada por *e-mail* e a apresentação de amostras ocorreu presencialmente. Afirmou que, em 6/5/20, foi publicado o resultado da licitação, tendo a Multifarma Produtos Hospitalares ficado responsável pelo último lote. Relatou que a empresa recebeu um *e-mail* da PBH questionando se seria possível a diminuição do valor apresentado, mas disse que isso não foi possível. Informou que, na véspera da publicação do resultado, recebeu outro *e-mail* da PBH pedindo a confirmação do valor ofertado, o que foi feito.

O presidente ressaltou que a PBH quis negociar uma diminuição do valor, o que não foi possível. Questionou à testemunha se as máscaras foram entregues dentro do prazo estipulado de 10 dias corridos.

Leandro dos Reis apresentou a planilha de entregas. Informou que as máscaras foram entregues em lotes, nos dias 12, 15, 18 e 19/4/20.

O presidente perguntou onde as máscaras foram entregues e quem as recebeu.

Leandro dos Reis informou que as entregas ocorreram no almoxarifado central da Secretaria Municipal de Saúde - SMSA, tendo sido três lotes recebidos pelo Sr. Jaime Martins e um lote recebido pelo Sr. Rodrigo. Disse que disponibilizaria todos os documentos a esta comissão. Ressaltou não poder nada dizer sobre os valores apresentados pelas demais empresas. Salientou que seu valor de custo foi de R$2,55, que as demais empresas alocadas a sua frente na concorrência são também fabricantes e que sua empresa não conseguiu cobrir os valores por elas apresentados.

O vereador Irlan Melo perguntou à testemunha quando a empresa foi fundada e se, desde o princípio, ela atua com o fornecimento de materiais hospitalares.

Leandro dos Reis disse que a empresa foi fundada em 1986, mas a atual administração a adquiriu somente em 2013. Afirmou que a empresa trabalha com o fornecimento de materiais hospitalares desde a sua fundação.

O vereador Irlan Melo questionou se a testemunha já participou de outros processos licitatórios da PBH.

Leandro dos Reis informou que sim, tanto de maneira direta quanto indireta. Ressaltou que a empresa tem contratos com a PBH e com a Secretaria Estadual de Saúde, dos quais todos os Municípios são partícipes. Nesses casos, informou, fornece o mesmo produto para todas a prefeituras do Estado.

O vereador Irlan Melo indagou se a testemunha tem contato com alguém na SMSA e como sua empresa entrou na lista de transmissão de *e-mails* da PBH.

Leandro dos Reis disse que o Munícipio sempre convoca a empresa para participar dos processos licitatórios. Informou que acredita haver uma lista de transmissão. Disse que é costumeiro os órgãos enviarem *e-mails* chamando os fornecedores para a licitação para haver maior concorrência, não sendo esta uma prática exclusiva da PBH.

O vereador Irlan Melo perguntou se a testemunha tem alguma informação de fraude nesse processo licitatório.

Leandro dos Reis informou que não e que acredita ter sido um processo totalmente lícito. Disse que a PBH, ao abrir a possibilidade de as empresas forneceram lotes menores, permitiu preços menores. Ressaltou, contudo, que o agravante nesse negócio foi o prazo de entrega das máscaras, que era curto, o que tornaria o valor mais alto. Disse que, caso sua empresa tivesse ganhado a licitação do lote completo, como a proposta originalmente apresentada sugeria, iria atrasar alguma entrega.

O presidente perguntou se havia outra pessoa, além das que constam nos recibos, no momento das entregas das máscaras à PBH.

Leandro dos Reis explicou que uma parcela das entregas era submetida a uma análise técnica para verificar se o produto entregue estava dentro dos

parâmetros acordados. Comentou não saber informar mais detalhes sobre o procedimento das entregas.

A vereadora Flávia Borja solicitou à testemunha o envio de todos os documentos que possui referentes ao processo licitatório. Perguntou se ela não fabricava, mas apenas fornecia as máscaras.

Leandro dos Reis disse que se disponibiliza a enviar todos os documentos em até 24 horas. Afirmou que sua empresa não é produtora, mas apenas revendedora dos produtos.

A vereadora Flávia Borja perguntou se a empresa já tinha as máscaras em estoque ou elas foram adquiridas mediante o pedido da PBH.

Leandro dos Reis explicou que as máscaras requeridas pela PBH tinham características específicas e que não as tinha em estoque. Disse que quando recebeu o *e-mail* do chamamento público para participar da licitação, entrou em contato com seus fornecedores, que ficaram de sobreaviso. Informou que quando ganhou a licitação do último lote, finalizou a compra com os fornecedores.

A vereadora Flávia Borja perguntou de onde eram os fornecedores.

Leandro dos Reis esclareceu que adquiriu as máscaras de dois fornecedores distintos, um localizado em Divinópolis e o outro em Belo Horizonte.

A vereadora Flávia Borja perguntou quais eram as especificações das máscaras.

Leandro dos Reis leu a especificações constantes na abertura do processo licitatório publicado no DOM.

A vereadora Flávia Borja perguntou se as máscaras possuíam certificação de qualidade.

Leandro dos Reis explicou que não, porque eram máscaras artesanais. Informou que a própria PBH fez análise de qualificação técnica. Ressaltou que, inclusive, quando da entrega dos lotes, houve também essa análise para

verificar se o que estava sendo entregue condizia com as especificações previstas no edital.

A vereadora Flávia Borja perguntou se a PBH requereu uma amostra das máscaras antes de realizar a aquisição.

Leandro dos Reis disse que sim. Informou que, antes mesmo da publicação dos resultados, 98 empresas apresentaram amostras para análise de qualificação técnica.

A vereadora Flávia Borja perguntou onde as amostras foram entregues.

Leandro Reis disse que foram entregues na SMSA, no dia 22/4/20.

A vereadora Flávia Borja pediu à testemunha que disponibilizasse as notas fiscais da aquisição das máscaras com fabricantes. Perguntou à testemunha quanto pagou por cada máscara.

Leandro dos Reis informou que pagou R$2,55 por cada máscara de forma antecipada.

A vereadora Flávia Borja questionou qual foi a forma de pagamento.

Leandro dos Reis disse que o pagamento foi feito por transferência bancária.

A vereadora Flávia Borja informou que o Estado de Minas Gerais adquiriu quantidade similar de máscaras no mesmo período da venda feita à PBH por R$1,89. Perguntou o porquê da diferença de valores de venda do mesmo produto à PBH e ao Estado.

Leandro dos Reis disse que não participou do referido processo licitatório e não sabe informar as especificações apresentadas nele. Comentou que algo que tornou mais difícil a negociação de preços menores para a PBH foi o prazo de entrega curto exigido por ela, e não sabe dizer qual era o prazo de entrega requerido pelo Estado. Informou, ainda, que o Estado dá isenção fiscal do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - a fornecedores localizados em Minas Gerais, o que

diminuiria preços de custo em até 18%, o que não ocorre nas negociações com a PBH.

A vereadora Flávia Borja informou que a diferença apresentada é superior a 18% e, por isso, a isenção do ICMS não justificaria essa diferença.

Leandro dos Reis disse não saber sobre os preços praticados por seus concorrentes. Comentou que, no processo licitatório da PBH, um concorrente conseguiu preço bem inferior ao seu, mas não sabe falar sobre a prática comercial de outra empresa.

A vereadora Flávia Borja perguntou à testemunha se sua empresa participou de processos licitatórios com o Estado no mesmo período da venda à PBH.

Leandro dos Reis disse que não se recordava de ter participado de negociação de máscara, mas pode ter participado de licitações referentes a outros produtos.

A vereadora Flávia Borja questionou à testemunha por que sua empresa não participou da licitação estadual.

Leandro dos Reis disse que não teve ciência de tal processo.

A vereadora Flávia Borja perguntou se a testemunha não tem nenhum contato dentro da PBH.

Leandro dos Reis disse que não trabalha diretamente na operação cotidiana da empresa, que fica a cargo de seus funcionários. Ressaltou que a empresa participa de processos licitatórios em todo o País e que há uma equipe cuja função é acompanhar a publicações de editais de licitação.

A vereadora Flávia Borja perguntou se foram realizadas quatro entregas das máscaras à PBH, em quais dias elas ocorreram e qual a quantidade de máscara entregue em cada dia.

Leandro dos Reis confirmou terem sido quatro entregas, nos dias 12, 15, 18 e 19/5/20, com montantes de 40 mil, 237 mil, 308 mil e 45 mil máscaras, respectivamente.

A vereadora Flávia Borja perguntou se as máscaras entregues eram de fornecedores diferentes.

Leandro dos Reis disse que a maior parte era de apenas um fornecedor.

A vereadora Flávia Borja questionou à testemunha quantos dias se passaram entre o período da licitação e a entrega dos produtos.

Leandro dos Reis explicou que a publicação do edital de licitação no DOM ocorreu em 17/4/20, a empresa teve ciência em 20/4/20 e a confirmação da compra foi em 6/5/20, às 19 horas. Afirmou que, da confirmação da compra até a última entrega, passaram-se 12 dias corridos.

O vereador José Ferreira perguntou à testemunha se sua empresa também fornece ao setor privado.

Leandro dos Reis afirmou que sim. Explicou que a empresa atua tanto no segmento público quanto no privado, tendo entre seus clientes grandes hospitais. Disse que quando a empresa firma contrato com o Estado é obrigada a fornecer a todos os seus Municípios.

O vereador José Ferreira perguntou se a empresa tem uma sede física para atendimento.

Leandro dos Reis informou os endereços que a empresa já teve em BH e disse que atualmente se localiza em Vespasiano. Salientou que é uma empresa física, com grande galpão, mas que não presta atendimento ao público diretamente. Informou que as vendas são feitas por meio eletrônico.

O vereador José Ferreira confirmou o atual endereço da empresa e questionou quais são seus demais sócios.

Leandro dos Reis respondeu que a empresa Biobrasil Farmacêutica é dona de 90% do capital da Multifarma Produtos Hospitalares e que ele é detentor dos 10% restantes.

A vereadora Flávia Borja pediu que a testemunha confirmasse se sua empresa não participou de processo licitatório estadual de máscaras.

Leandro dos Reis disse que não se recorda de ter participado do referido processo.

A vereadora Flávia Borja afirmou ter em mãos o mapa de propostas do referido processo, no qual constam cinco propostas da Multifarma Produtos Hospitalares em valores inferiores ao cobrado no processo licitatório da PBH e perguntou sobre essa diferença.

Leandro dos Reis explicou que quando se fornece ao Estado há isenção do ICMS, o que diminui o valor do produto. Ressaltou que não há tal isenção quando se fornece à PBH e a diferença de preço se dá exclusivamente por isso.

A vereadora Flávia Borja perguntou à testemunha se ela confirmava que tinha participado do referido processo licitatório com o Estado.

Leandro dos Reis reafirmou que não se recordava, mas que, se a vereadora estava com o mapa de propostas da licitação e constava sua empresa, certamente tinha participado.

O vereador Irlan Melo informou que sua assessoria conseguiu agendar uma reunião com o delegado federal Roger Lima de Moura, da Delegacia de Combate ao Crime Organizado, para amanhã às 13 horas, a fim de discutir o inquérito 20200066171, e convidou todos os membros desta Comissão para dela participar.

13ª Reunião – 06/08/2021 – 14:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 927/21 – cancelamento da oitiva, aprovada pelo requerimento de comissão nº 828/21, do servidor Breno de Souza Botelho, lotado na SMSA, agendada para o dia 16 agosto de 2021, às 09:00h.

   Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

2) Requerimento de Comissão n° 928/21 - Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 16/08/2021, às 09:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de Intimar o Secretário de Administração e Logística, Sr. Breno Serôa da Mota, para prestar

informações, pessoalmente, de forma virtual ou presencial, sobre o depoimento do Sr. Mario Valadares realizado no dia 15/07/2021, que afirmou, naquela oportunidade, que negociou com o Sr. Breno, todos os trâmites e equipamentos que seriam doados pelo condomínio do Shopping Oiapoque à Prefeitura de Belo Horizonte.

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

3) Requerimento de Comissão n° 929/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 16/08/2021, às 10:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de intimar o representante legal da empresa Basic Promo Clothing, Eneas Silva Dias, na condição de testemunha, para prestar informações, pessoalmente, de forma virtual ou presencialmente, relacionadas à dispensa de licitação 041/2020, processo n° 04.000.436.20.03.

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

4) Requerimento de Comissão n° 931/21 – Pedido de informação ao Representante Legal da Empresa Multifarma Produtos Hospitalares, Leandro Alves dos Reis - Obter informações a respeito da venda de máscaras à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, publicada no Diário Oficial de Belo Horizonte, DOM, de 06/05/2021.

Autoria: vereadores Flávia Borja e Professor Juliano Lopes.

14ª Reunião – 12/08/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 962/21 – Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19: Solicitação de estudo técnico à Procuradoria da Câmara Municipal para avaliação da legalidade e pertinência do prazo, atualmente praticado, de 30 dias para resposta a esta Comissão

Parlamentar de Inquérito (CPI), nos termos das considerações e questionamento a seguir: a) Não seria mais adequado a aplicação dos prazos do CPC (assim como adotado pelo Senado Federal)? b) Qual a liberdade do Presidente da Comissão fixar o prazo de resposta conforme a demanda?

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

2) Requerimento de Comissão n° 976/21 - Pedido de informações por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19 à(ao) Secretaria Municipal de Educação - Obter as seguintes informações: 1) a dispensa de licitação n°007/2021 decorre da emergência da Pandemia, (COVID-19)? 2) Qual a justificativa para a dispensa de licitação? 3) O valor da compra é condizente com as práticas de mercado? 4) No momento de elaboração da contratação direta ou da justificativa para dispensa, identificaram-se alternativas, como a divisão por lotes ou itens, que estimulasse um comportamento competitivo? 5) Quando havia sido a última compra? Qual era a expectativa de uso da última compra? Qual foi a realidade? Poderia o Executivo ter antevisto o problema e realizado a compra por licitação com disputa, a exemplo do pregão? 6) De acordo com o portal da PBH, o orçamento estimado para a educação para o ano de 2021 é de aproximadamente 2,3 bilhões de reais e, até julho de 2.021, cerca de apenas 500 milhões de reais havia sido gasto. Está correta esta informação? 7) Por que não houve concorrência? 8) Por que se fez necessário durante o curso do ano letivo a contratação da prestação do serviço de acesso à rede mundial de computadores consubstanciado no fornecimento de 45.000 (quarenta e cinco mil) SIM cards , com a finalidade de atender a parte dos estudantes e docentes dos 2° e 3° ciclos do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Educação envolvidos em atividades letivas remotas no contexto de pandemia de nova coronavirose? 9) A compra, por meio de dispensa, não estava anteriormente prevista no plano de reabertura da educação? 10) Há comunicação e fluxo constante interno entre as

secretarias e o comitê covid-19? 11) Pode-se inferir a partir do prazo estabelecido, 06 (seis) meses, que esse é o prazo mínimo para o retorno às aulas presenciais dessa faixa de ensino? 12) Não havendo a diminuição do contágio, Prefeitura fará nova dispensa?

Autoria: vereador Ciro Pereira.

3) Requerimento de Comissão n° 977/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 26/08/2021, às 09:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de Intimar a Adriana Branco Cerqueira, atual Secretária Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social, em razão de sua atuação na resposta do município frente à pandemia, para prestar informações, pessoalmente, de forma virtual ou presencial.

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

- **Oitiva do Sr. Carlos Ernesto Ferreira Starling para prestar informações sobre as orientações quanto as medidas a serem tomadas em relação ao vírus e à sua propagação em Belo Horizonte**

Registro da oitiva conforme a ATA Aprovada

A vereadora Flávia Borja perguntou à testemunha sobre o transporte público durante a pandemia. Disse que o prefeito declarou que os maiores índices de transmissão estavam entre as empregadas domésticas e as diaristas. Afirmou que, em resposta a um pedido de informação da Comissão de Mulheres desta Casa, a PBH informou que tal declaração se devia ao fato de que um estudo apontava que a maior parte dos internados e intubados na cidade pertenciam a tal grupo profissional. Perguntou se houve orientação à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans, por parte do comitê, quanto a aumentar o distanciamento entre os passageiros, tendo em

vista que grande parte dos usuários do transporte público pertencem ao referido grupo profissional.

Carlos Starling informou que, desde o início dos trabalhos do Comitê de Enfrentamento à Covid-19, a BHTrans participou das discussões. Afirmou que sempre houve a orientação quanto ao distanciamento social e aos demais cuidados que as pessoas devem ter neste momento de pandemia. Destacou a preocupação do comitê com a mobilidade social.

A vereadora Flávia Borja perguntou por que a BHTrans não acatou as orientações.

Carlos Starling afirmou não saber. Observou que a função do comitê é de orientação, devido à capacidade técnica, e acrescentou que este não tem o poder de fiscalizar. Apontou a necessidade de manutenção das medidas de proteção durante o deslocamento das pessoas.

A vereadora Flávia Borja afirmou que foram controladas as atividades do comércio e das escolas, mas não as da BHTrans. Perguntou por que houve essa diferenciação.

Carlos Starling reafirmou que a função do comitê não é fiscalizadora, mas sim de orientação quanto às medidas para mitigar a pandemia, com base em conhecimento técnico. Informou que a orientação dada foi a de reduzir a mobilidade social e, eventualmente, foram tomadas decisões como o fechamento do comércio. Destacou que muitas outras cidades, do País e do mundo, tomaram medidas semelhantes.

A vereadora Flávia Borja perguntou se o mencionado controle caberia ao prefeito.

Carlos Starling informou que há órgãos, dentro da PBH, responsáveis pela fiscalização.

A vereadora Flávia Borja perguntou se a testemunha afirmava que houve omissão, por parte da PBH, nessa fiscalização.

Carlos Starling disse que não e essa é uma afirmação da vereadora. Destacou que não é sua função julgar o serviço do Executivo, mas sim orientar e sugerir medidas de controle da pandemia.

A vereadora Flávia Borja afirmou que, em relação às escolas, houve a adoção dos protocolos do Centers for Disease Control and Prevention - CDC - por muito tempo, mas, quando as escolas estavam prestes a retomar suas atividades presenciais, houve uma mudança nas medidas adotadas, passando-se a utilizar um protocolo criado pelo comitê local.

Carlos Starling apontou a importância de contextualizar as afirmações da vereadora. Explicou que as medidas e os critérios técnicos do CDC foram adotados, inicialmente, devido à respeitabilidade desse órgão. Afirmou que, contudo, com o avanço da pandemia, percebeu-se que tais orientações não condiziam mais com a realidade local. Citou, como exemplo, a recente orientação do CDC sobre suspender o uso de máscaras nos Estados Unidos em razão do avanço da vacinação em tal país, o que também ocorreu em Israel. Observou que essa medida não era compatível com a realidade da nossa cidade. Falou sobre os indicadores utilizados em Belo Horizonte para avaliar a evolução da pandemia e conduzir as orientações dadas pelo comitê. Destacou que não é possível garantir que outras cidades usem os mesmos parâmetros.

A vereadora Flávia Borja perguntou se o fechamento de leitos dificultou a administração da pandemia.

Carlos Starling disse que a abertura e o fechamento de leitos acontecem baseados na necessidade e na pressão que a pandemia causa no sistema de Saúde.

A vereadora Flávia Borja perguntou se seria possível continuar utilizando as orientações do CDC, com exceção da retirada das máscaras. Citou, como exemplo, os parâmetros utilizados pelo Programa Minas Consciente. Perguntou por que se utiliza um parâmetro para as escolas diferente do utilizado para as demais atividades, considerando que as crianças são as que menos se infectam ou apresentam agravamento da doença.

Carlos Starling disse que trabalhou no CDC e parte da sua formação se deu lá. Declarou que os pesquisadores estão aprendendo com a pandemia e destacou que há inúmeros trabalhos publicados internacionalmente, os quais têm sido utilizados como parâmetros na Europa e nos Estados Unidos ao longo de muitos anos. Acrescentou que não é atípica a proposição de estratégias

diferentes das propostas pelo CDC no combate à pandemia. Apontou que o comitê propôs o uso de índices que foram utilizados também em diversas cidades e, inclusive, pelo Programa Minas Consciente. Informou que o comitê participou de reuniões com os técnicos de tal programa.

A vereadora Flávia Borja perguntou por que Belo Horizonte não adotou os mesmos parâmetros do programa.

Carlos Starling disse que a PBH optou por não participar do programa.

A vereadora Flávia Borja indagou à testemunha qual estudo foi utilizado como base para os protocolos adotados na cidade.

Carlos Starling informou que são utilizados como parâmetros a incidência e a tendência à incidência da covid-19, assim como é feito em todo o mundo.

A vereadora Flávia Borja perguntou se a incidência em Belo Horizonte é diferente do restante do mundo.

Carlos Starling respondeu que não e acrescentou que são usados os mesmos índices utilizados em todo o mundo.

A vereadora Flávia Borja perguntou mais uma vez em qual estudo o comitê se baseou para definir os protocolos da cidade.

Carlos Starling disse que o comitê apresentou esse estudo em um congresso europeu de doenças infecciosas. Apontou que as métricas são as mesmas utilizadas por várias instâncias internacionais, como as universidades John Hopkins e de Oxford. Disse que a incidência e a tendência à incidência são utilizadas por serem dados públicos disponíveis em todo o Brasil.

A vereadora Flávia Borja perguntou qual era o peso da publicação.

Carlos Starling disse que não se lembra, mas informou que se trata de um dos maiores congressos de epidemiologia e infectologia do mundo. Reafirmou que as instâncias internacionais utilizam as mesmas métricas e que o comitê somente as tornou mais fáceis de serem compreendidas.

A vereadora Flávia Borja disse que o índice de mortalidade é menor em crianças e afirmou que o protocolo das escolas é mais rigoroso que o de outras

áreas, nas quais foi permitida a reabertura ainda que os profissionais não tivessem sido vacinados. Observou que os profissionais da Educação já estão todos vacinados e perguntou por que o protocolo mais rigoroso é mantido apenas para as escolas.

Carlos Starling afirmou que as crianças são sim acometidas pela doença. Citou um trabalho publicado na revista The Lancet em julho deste ano sobre a mortalidade dos pais dessas crianças, apontando para um total de 130 mil órfãos no Brasil. Informou que se observa, atualmente, em todo o mundo, um aumento da incidência de covid-19 em crianças. Destacou que, apesar de crianças se infectarem e se agravarem menos, elas também transmitem a doença, especialmente para seus pais.

A vereadora Flávia Borja disse que as famílias das crianças já estão trabalhando e o Município já está vacinando pessoas com 32 anos. Perguntou por que insistir na manutenção desse protocolo, que prejudica os alunos. Afirmou que não são as crianças as responsáveis pelas infecções de seus familiares.

Carlos Starling disse que essa é uma conclusão da vereadora. Destacou que todos os dados estão sendo acompanhados pelo comitê e o processo de flexibilização vem acontecendo de maneira intermitente. Informou que o comitê utiliza, ao longo de toda a pandemia, a estratégia da intermitência, proposta pela Universidade de Havard. Disse que, assim, à medida que o sistema de Saúde se aproxima do colapso, é necessário adotar medidas de restrição de mobilidade, o que foi sugerido em Belo Horizonte. Declarou que isso permitiu que a cidade tivesse o menor índice de mortalidade dentre as capitais com mais de 1 milhão de habitantes no Brasil.

A vereadora Flávia Borja perguntou por que as escolas possuem métricas diferentes das demais atividades da sociedade.

Carlos Starling informou que não há métrica diferente. Disse que as métricas de escolas e setores de eventos, por exemplo, foram discutidas e são muito semelhantes.

A vereadora Flávia Borja citou um documento enviado ao gabinete do prefeito pela Sociedade Mineira de Pediatria. Disse que está visitando várias

escolas e todas estão preparadas para retornar. Indagou se a testemunha visitou alguma escola.

Carlos Starling disse que o documento mencionado foi amplamente discutido com a Sociedade Mineira de Pediatria e com grupos de pais e escolas. Apontou que o protocolo da PBH foi publicado recentemente, na íntegra e com referências bibliográficas. Disse que a métrica foi adotada por ser algo mais palpável do que somente a disponibilidade de leitos. Citou escolas privadas que, voluntariamente, visitou e orientou quanto à adequação para que adotassem as medidas dos protocolos. Falou sobre reuniões e *lives* que realizou com as escolas, nas quais as métricas e o porquê de tomar todos os cuidados foram assuntos discutidos. Destacou a necessidade de se preocupar com as crianças, especialmente com a chegada da variante delta. Citou que há, atualmente, um aumento do número de infecções por coronavírus em crianças nos países asiáticos.

A vereadora Flávia Borja perguntou por que ainda é necessário o distanciamento de 2 metros nas escolas e afirmou que isso inviabiliza o trabalho. Disse que a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo desta Casa tem fiscalizado as escolas e afirmou que o protocolo não cumpre sua função social porque as crianças podem participar das aulas somente em alguns dias da semana. Destacou que a orientação sobre o distanciamento nas escolas foi alterada em junho, visto que, até então, era necessário o distanciamento de apenas 1,5 metro.

Carlos Starling informou que, anteriormente, eram seguidos os parâmetros do CDC. Relatou que, por tais parâmetros, o distanciamento mínimo de 2 metros era utilizado para locais onde a incidência da doença estivesse acima de 200 casos por 100 mil habitantes, e esta cidade estava com 400 casos por 100 mil habitantes. Afirmou que, portanto, a distância estabelecida era coerente com o que constava nos protocolos do CDC à época. Noticiou que o protocolo do CDC mudou em 4/8/21, alterando esse distanciamento mínimo para 1 metro, mas o comitê não considerou o novo parâmetro condizente com a realidade local.

A vereadora Flávia Borja perguntou se a testemunha é membro de alguma entidade pública ou privada da área médica.

Carlos Starling respondeu que sim e citou algumas sociedades científicas das quais é membro.

A vereadora Flávia Borja perguntou se a testemunha é membro da Associação Mineira de Epidemiologia e Controle de Infecções - Ameci.

Carlos Starling respondeu que sim e informou que foi convidado, em fevereiro deste ano, a participar de tal associação como responsável acadêmico. Citou outras entidades médicas nas quais também é responsável acadêmico.

A vereadora Flávia Borja informou que escolas privadas contrataram a Ameci para prestar consultoria com o fim de se adequarem aos protocolos. Afirmou que o caso se trata de conflito de interesses.

Carlos Starling disse que não participou de nenhuma consultoria e não elaborou qualquer parecer nesse sentido. Informou que sua atuação na Ameci se restringe a atividades científicas.

A vereadora Flávia Borja perguntou se as consultorias citadas foram gratuitas ou pagas.

Carlos Starling disse que não sabe, pois isso não faz parte de suas atividades na Ameci, as quais englobam apenas a área acadêmica. Acrescentou que não faz parte do corpo executivo da Ameci e não participa de suas atividades executivas. Reafirmou que suas atividades na Ameci são apenas de cunho científico, como a organização de palestras e escolha de palestrantes, o que praticamente não ocorreu durante a pandemia.

A vereadora Flávia Borja perguntou quem são os responsáveis pela parte executiva.

Carlos Starling citou o presidente da Ameci.

A vereadora Flávia Borja perguntou se algum outro membro do comitê participa das atividades executivas da Ameci.

Carlos Starling informou que o outro membro do comitê que participa da Ameci é o Dr. Estevão Urbano, o qual também não tem atividades executivas na associação. Destacou que contribuem para a Ameci, assim como para a Sociedade Mineira de Infectologia e a Sociedade Brasileira de Infectologia, apenas como consultores científicos.

A vereadora Flávia Borja perguntou se a testemunha recebe salário ou dividendos da Ameci.

Carlos Starling informou que não recebe qualquer valor da Ameci. Disse que, na década de 1980, foi um dos criadores da Ameci e, posteriormente a isso, nunca mais assumiu qualquer atividade por meio dela. Afirmou que o feito realizado em comum foi o desenvolvimento de programas de controle de infecção hospitalar, por meio da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig, pela qual já se aposentou há algum tempo. Destacou que não tem qualquer ligação com a Ameci a não ser a orientação de atividades científicas.

A vereadora Flávia Borja perguntou à testemunha se essa orientação influenciou no protocolo da PBH para as escolas.

Carlos Starling disse que não e complementou que não discutiu essa temática na Ameci. Afirmou que os aspectos técnicos foram discutidos no comitê e o protocolo foi elaborado pela vigilância sanitária.

A vereadora Flávia Borja disse ser estranho o fato de que uma associação da qual fazem parte dois membros do comitê da PBH tenha prestado consultoria às escolas para que estas se adequassem ao protocolo criado pelo próprio comitê.

Carlos Starling reiterou que não participou da elaboração de nenhum protocolo para a Ameci e destacou que não prestou qualquer consultoria às escolas com objetivos pecuniários. Disse que fez apenas uma consultoria voluntária à Escola da Serra, nesse caso com conflito de interesses por ser a escola em que suas filhas estudam, para ajudá-los a se adequarem aos protocolos estabelecidos pela PBH.

A vereadora Flávia Borja disse que o protocolo para as escolas é muito rígido.

O vereador José Ferreira passou a participar da reunião de forma presencial.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou se o prefeito acatou todas as orientações e decisões do comitê.

Carlos Starling disse que, no princípio da pandemia, o prefeito o chamou, juntamente aos demais membros do comitê, e perguntou qual seria a perspectiva da pandemia. Declarou que informaram que seria longa e complicada, por se tratar de um vírus que cresce em proporções geométricas, mas havia uma chance de evitar catástrofe ainda maior, sendo necessário que a cidade se preparasse. Disse que o prefeito pediu orientação aos médicos, porque não entendia sobre o assunto. Declarou não ser esta a primeira epidemia que enfrenta e disse que teve participação direta no controle de outras epidemias.

O vereador Nikolas Ferreira disse que sua pergunta não foi no sentido da motivação do prefeito em criar o comitê e afirmou que entende ter sido devido ao conhecimento técnico dos membros. Perguntou se o prefeito acatou as orientações dadas pelo comitê.

Carlos Starling disse que, em grande maioria, sim. Afirmou que o prefeito sempre dialogou e discutiu com o comitê. Informou que o prefeito também sempre debateu sobre as questões relacionadas ao comércio e à mobilidade social. Disse que as aberturas e os fechamentos da cidade ocorreram após discussões técnicas com a participação do prefeito.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou de quem foi a determinação de colocar grades em locais públicos de práticas de atividades físicas.

Carlos Starling disse que não sabe. Detalhou que a recomendação dada pelo comitê foi reduzir a mobilidade social e evitar aglomerações, tanto em locais públicos quanto privados.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou qual a base de tal recomendação.

Carlos Starling respondeu que evitar aglomerações nos períodos de maior transmissão do vírus é uma recomendação internacional.

O vereador Nikolas Ferreira disse que fez essa pergunta porque há estudos que mostram a importância da atividade física nesse período de pandemia, inclusive com efeitos imunológicos.

Carlos Starling relatou que, inicialmente, não se sabia como se dava a transmissão do vírus em locais abertos. Disse que, com o tempo, os estudos foram mostrando que atividades ao ar livre tinham menor risco de transmissão, desde que não houvesse aglomeração. Concluiu que por isso foi feita, posteriormente, a recomendação de flexibilizar as atividades ao ar livre.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou se essa recomendação veio do comitê.

Carlos Starling disse que sim. Afirmou que a questão foi discutida no comitê e as recomendações foram feitas a partir de trabalhos científicos desenvolvidos até o momento.

O vereador Nikolas Ferreira disse que foi em local público de prática de atividades físicas, algum tempo após o início da pandemia, e ainda havia ali grades impedindo o acesso da população. Afirmou que sua preocupação é com o gasto de dinheiro público, devido ao aluguel das grades.

Carlos Starling disse que o comitê discutiu sobre a temática e orientou que fossem evitadas aglomerações. Destacou que não era competência do comitê estabelecer quais medidas seriam tomadas para se evitar, de fato, as aglomerações.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou quais foram as orientações do comitê a respeito da realização de testes de covid-19 na população.

Carlos Starling disse que o comitê orientou diversas medidas barreiras, como o uso de máscaras. Acrescentou que a testagem e o isolamento das pessoas que testarem positivo são fundamentais. Informou que foram criados centros de assistência em Belo Horizonte, onde pessoas sintomáticas eram testadas. Apontou que o grande problema da testagem no Brasil é a baixa

disponibilidade de testes. Disse que vários testes surgiram ao longo da pandemia e depois se mostraram ineficazes.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou se as pessoas eram testadas nos postos de saúde.

Carlos Starling disse que, nos centros específicos, sim. Afirmou acreditar que nem todos os postos de saúde da cidade conseguiam realizar testes, em razão da falta deles, a qual se dava pela dificuldade de fornecimento de insumos. Destacou que isso aconteceu principalmente no início da pandemia, mas ainda persiste.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou se medidas como grades em espaços públicos e limitação de vendas de bebidas alcóolicas foram decisões tomadas pelo comitê ou pela Secretaria Municipal de Saúde - SMSA.

Carlos Starling disse que as orientações do comitê sempre foram genéricas, orientando tomar medidas de distanciamento social e evitar aglomerações. Observou que medidas como o fechamento de bares se enquadrariam nisso.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou se a SMSA acatava as orientações do comitê e executava algumas medidas.

Carlos Starling informou que diversas secretarias municipais tomavam medidas conforme as orientações dadas. Salientou que o papel do comitê é de orientação técnica, apenas, e a execução de medidas ficava a cargo do Executivo.

O vereador Irlan Melo perguntou se a testemunha definiu qualquer valor gasto durante a pandemia.

Carlos Starling disse que não e nem mesmo tem acesso a informação sobre gastos da PBH. Reafirmou que o comitê participou apenas de discussões técnicas. Apontou que decisões relacionadas a gastos não fazem parte das atribuições dos membros do comitê enquanto consultores técnicos.

O vereador Irlan Melo perguntou se a testemunha recebeu algum valor em contratos com a PBH, seja como pessoa física, seja como pessoa jurídica.

Carlos Starling respondeu que não. Declarou que não presta serviço para a PBH e não conhecia o prefeito antes de fazer parte do comitê. Destacou que não possuía qualquer relacionamento pessoal com pessoas do Executivo nem com os demais membros do comitê antes de sua formação.

O vereador Irlan Melo perguntou à testemunha como se deu o convite para participar do comitê.

Carlos Starling disse que o convite veio por meio do Dr. Jackson Machado, secretário municipal de Saúde. Falou sobre seu trabalho no combate a infecções hospitalares e epidemias. Disse que é médico sanitarista, infectologista e epidemiologista e afirmou acreditar que, devido ao seu trabalho com doenças infecciosas por tantos anos, foi convidado para integrar o comitê. Destacou não ter recebido qualquer contrapartida financeira por esse trabalho e disse que o vê como um retorno à comunidade, a qual financiou seus estudos, uma vez que sempre estudou em escolas públicas.

O vereador Irlan Melo perguntou se a testemunha intermediou, de alguma forma, a doação feita pela PBH à Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - e, em caso afirmativo, se houve algum valor pago a ela em forma de comissão.

Carlos Starling disse que não é professor da UFMG e não tem qualquer envolvimento com a instituição. Acrescentou que não participou da decisão de doar valores a ela. Informou que seu vínculo como pesquisador é com a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, e, mesmo assim, não recebe qualquer valor por isso, uma vez que é professor convidado, dando aulas ocasionais na fundação. Disse que o comitê sugeriu à PBH e aos governos estadual e federal a realização de investimentos em tecnologias nacionais, a fim de tornar o País independente para lidar com esta pandemia, e inclusive com eventuais epidemias futuras, como forma de segurança nacional.

O vereador José Ferreira perguntou se o comitê participou das decisões referentes à vacinação na cidade.

Carlos Starling disse que não e afirmou que a única orientação dada foi seguir o Programa Nacional de Imunizações - PNI, o que tem sido feito.

O vereador José Ferreira perguntou à testemunha se o comitê é apenas orientador.

Carlos Starling respondeu que sim e informou que o comitê participa de discussões técnicas. Salientou que os membros do comitê são consultores voluntários.

O vereador José Ferreira afirmou discordar da afirmação da testemunha de que o prefeito acatou as orientações do comitê. Disse que as orientações em relação aos ônibus, por exemplo, não foram acatadas em sua totalidade, o que aumentou o número de casos na cidade. Citou fala do prefeito de que as domésticas eram responsáveis pela transmissão do vírus e perguntou se o comitê passou a ele alguma informação nesse sentido.

Carlos Starling disse que não sabe exatamente a qual fala do prefeito o vereador está se referindo. Declarou que a transmissão no transporte público é um dado muito polêmico. Citou estudo realizado na China no ano passado que mostrou que as pessoas não se infectavam no transporte, efetivamente, mas nas suas próprias casas devido à quebra de protocolos. Disse que não sabia se era a isso que o prefeito se referia. Observou que a fonte de contaminação da covid-19 ainda é objeto de estudo. Disse que uma pesquisa apontou que 35,5% das pessoas são assintomáticas e se tornam grandes transmissores. Afirmou que, por isso, testar as pessoas é tão importante, apesar de ainda não haver no Brasil ampla testagem para a identificação dos assintomáticos. Apontou que essa é a razão pela qual a doença se espalhou tão rapidamente em toda a sociedade. Disse que, para reduzir o risco de transmissão, devem ser implantadas medidas de barreira e de contenção de mobilidade social de forma intermitente.

O vereador José Ferreira disse que há divergência entre as decisões do prefeito e as orientações do comitê. Afirmou que, se a PBH tivesse seguido as orientações do comitê, teríamos menos casos na cidade. Agradeceu ao comitê por seus trabalhos, essenciais para salvar muitas vidas.

O presidente registrou a presença remota da vereadora Fernanda Pereira Altoé, que não integra a comissão.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé leu a definição legal de funcionário público e afirmou que todo aquele que exerce influência sobre decisões públicas tem responsabilidade por elas. Destacou que a comissão não desmerece o trabalho do comitê, apenas tem a função de investigá-lo. Perguntou à testemunha se o comitê, atualmente, tem mais membros que quando foi criado.

Carlos Starling afirmou que, além dos médicos convidados, participam também o Dr. Jackson Machado, coordenador do comitê, e André Reis, secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, o qual dá suporte logístico ao comitê. Disse que, frequentemente, conforme a temática discutida, pessoas de outras secretarias também participam, assim como o prefeito.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé disse que uma das recomendações do Ministério Público foi de que o comitê fosse interdisciplinar. Perguntou à testemunha se o descumprimento dessa recomendação é consciente ou se acontece por ainda não ter conseguido concretizar essa interdisciplinaridade.

Carlos Starling observou que os membros não foram responsáveis pela formação do comitê, mas apenas convidados a integrá-lo. Disse que, devido ao fato de a doença ser sistêmica, um comitê multiprofissional, que abarcasse todo o espectro da doença, seria muito numeroso e dificultaria a rápida tomada de decisões. Informou que a ideia de manter o comitê menor é para ter maior celeridade nas orientações, sempre mantendo, porém, a ampla participação de todas as esferas da administração pública municipal. Disse entender, portanto, que a dinâmica de funcionamento do comitê sempre foi multiprofissional.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé afirmou que o comitê não é multidisciplinar, como requerido pelo Ministério Público. Perguntou à testemunha se tal decisão caberia ao prefeito.

Carlos Starling respondeu que a atuação do comitê é multiprofissional e multidisciplinar, pois os outros setores também participam das discussões do comitê. Salientou que as orientações do comitê não são autocráticas nem realizadas por um único membro. Disse que tais decisões são frutos de discussões com amparo de toda a máquina pública, que fornece informações e dados epidemiológicos.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou por que a secretária municipal de Educação não faz parte do comitê, tendo em vista o pedido de diversos órgãos internacionais para que as aulas sejam retomadas.

Carlos Starling disse que a secretária municipal de Educação faz parte das discussões.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou se há previsão de que alguém da Secretaria Municipal da Educação integre efetivamente o comitê.

Carlos Starling disse que a secretária faz parte do Executivo e, consequentemente, do comitê. Afirmou que o secretário municipal de Saúde faz a ligação do comitê com todas as demais secretarias municipais. Declarou entender que, apesar de mais enxuto, o comitê dialoga com todos os setores do Executivo.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou quais são os planejamentos do comitê para a chegada da variante delta.

Carlos Starling disse que a forma de reduzir a propagação dessa variante em nosso meio é a vacinação acelerada; sendo necessária, no mínimo, a vacinação completa de 80% da população, o que ainda não foi atingido. Afirmou que o distanciamento social e o uso de máscaras devem ser mantidos. Disse que, como os índices da cidade estão bons, foi possível retomar atividades escolares, culturais etc., prejudicadas pela pandemia em todo o mundo.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé disse que a cidade foi fechada no início da pandemia, quando ainda não havia necessidade de *lockdown*, mas no período de campanha política em 2020, funcionou como se não houvesse pandemia. Afirmou que, consequentemente, no início deste ano, os índices estavam altos. Perguntou como será o planejamento da cidade para os próximos meses devido à variante delta.

Carlos Starling disse que a cidade ficou fechada no início para se preparar para a pandemia. Destacou que, nesse período, não havia ainda equipamentos de proteção individual. Observou que a primeira reabertura da cidade foi em abril de 2020 e, desde então, o fechamento e a reabertura de

atividades ocorrem com base no critério da intermitência. Disse que as escolas estão voltando progressivamente, dentro dos índices de avaliação. Declarou que o comitê está com especial atenção à variante delta e, a partir do momento em que os índices se elevarem, voltará a acontecer fechamento.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé disse que a testemunha estava em contradição, afirmando que a variante delta tinha que ser monitorada apenas para as atividades escolares.

Carlos Starling afirmou que não é isso o que foi dito. Reiterou que a variante delta está sendo monitorada para todas as atividades.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou por que as regras para as escolas são menos flexíveis do que aquelas estabelecidas para as demais atividades.

Carlos Starling respondeu que, dentro da nova métrica estabelecida, todas as atividades passaram por planejamento.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou se, para as atividades culturais, também é exigido o distanciamento de 2 metros e o escalonamento de dias da semana e número de pessoas.

Carlos Starling disse que também há escalonamento para essas atividades. Informou que foram mapeados 128 modelos de atividades culturais.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou se também é exigida distância mínima de 2 metros entre as pessoas e vacinação.

Carlos Starling respondeu que sim.

Às 11h25min, o presidente prorrogou a reunião por 30 minutos.

Carlos Starling disse que a métrica está publicada e pediu maior atenção a ela. Afirmou que o distanciamento de 2 metros não é exigido somente entre pessoas que dividem o lar e estas precisam estar devidamente testadas. Declarou que gostaria que houvesse testes suficientes e menos invasivos, para que fossem feitos rotineiramente nas escolas, assim como acontece em outros países. Apontou que nenhum país reabriu as escolas com mais de 500 casos por 100 mil habitantes.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé disse que o CDC determinou, em fevereiro deste ano, que a reabertura de escolas fosse feita independentemente do número de casos. Afirmou que vários países reabriram as escolas para atividades presenciais, independentemente do índice de contágio da população.

Carlos Starling disse que a abertura e o fechamento das escolas se dão de forma intermitente. Falou sobre as diferenças estruturais entre as escolas do Brasil e as de outros países. Informou que em outros países há a disponibilidade de testes para todos, o que não ocorre no Brasil.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé disse que não há disponibilidade de testes na África e muitos países africanos iniciaram as atividades escolares em fevereiro deste ano.

Carlos Starling disse que os dados da África não são, do ponto de vista epidemiológico, confiáveis, devido a questões estruturais.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou se o comitê apenas leva as informações aos secretários municipais e ao prefeito, para que eles tomem as decisões.

Carlos Starling relatou que são apresentadas questões técnicas ao comitê, que são discutidas, e as decisões são tomadas em conjunto com os demais participantes. Disse que todos fazem suas ponderações e o comitê tem a participação de várias pessoas do Executivo.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou se há atas dessas reuniões.

Carlos Starling disse que a maioria das reuniões são espontâneas e não sabe dizer se alguém fez atas delas. Acrescentou que a ele nunca foi solicitado que as assinasse.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou se há convergência entre as orientações do comitê e as decisões tomadas pela PBH.

Carlos Starling respondeu que sim.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou se o comitê influencia em abertura e fechamento de leitos na cidade.

Carlos Starling disse que não e o responsável por tal função é o gestor municipal. Informou que os leitos são abertos e fechados devido a maior ou menor demanda da epidemia na cidade. Ressaltou que o período mais tenso de toda a pandemia foi o inicial, devido ao fato de tudo ser novo. Disse, ainda, que houve outro período tenso, com a chegada da variante P1, o qual coincidiu com um momento de flexibilizações. Ressaltou, contudo, que ninguém ficou sem receber assistência médica. Afirmou que, apesar de a cidade ter sofrido a mesma pressão que outros locais, não passou pelo mesmo caos que outras cidades porque houve planejamento, dentro da possibilidade do ineditismo desta pandemia.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou se houve orientação do comitê para o fechamento de espaços públicos com grades.

Carlos Starling declarou que, especificamente para que locais fossem fechados com grades, não, mas houve orientação no sentido de evitar aglomerações, tanto em locais públicos quanto privados. Disse que as orientações para as famílias era de evitar aglomerações dentro das próprias casas, usar máscaras, evitar ao máximo sair, além de vacinar-se, inclusive com a segunda dose, em razão da disseminação da variante delta. Afirmou que, ao mesmo tempo, busca-se evitar que a pandemia afete tanto as atividades econômicas, culturais e acadêmicas. Apontou que fazer o balanço entre todas essas situações e a reabertura dos locais é extremamente complexo.

O presidente comunicou que houve um erro de digitação na data de realização da audiência pública validada pelo Requerimento de Comissão nº 977/21, previamente aprovado.

Foi aprovada, por unanimidade, a alteração da data de realização da audiência pública aprovada pelo Requerimento de Comissão nº 977/21 para o dia 26/8/21, às 9 horas, no Plenário Helvécio Arantes. Registre-se que os vereadores Jorge Santos e Bruno Miranda já haviam se retirado da reunião e, por isso, não votaram a alteração.

A vereadora Flávia Borja destacou a fala do vereador Irlan Melo de que o escopo desta CPI são os gastos na pandemia. Disse que as decisões do prefeito foram tomadas com base nas orientações do comitê e elas influenciaram em toda a economia da cidade, havendo, inclusive, muitas empresas que faliram. Afirmou que, portanto, isso também faz parte do escopo desta CPI. Pediu aos demais parlamentares que exerçam suas funções nesta CPI com o devido aprofundamento.

O vereador Irlan Melo declarou que seu relatório será focado no escopo desta CPI. Acrescentou que qualquer pergunta feita por qualquer outro vereador é de sua livre escolha. Salientou que todas as perguntas são respeitadas e consideradas. Afirmou que as suas perguntas são feitas com base nesse escopo. Apontou que todos estão fazendo o seu trabalho de maneira correta e na busca pela verdade.

15ª Reunião – 16/08/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Oitiva do Subsecretário de Administração e Logística, Sr. Breno Serôa da Motta para prestar informações sobre o depoimento de Mário Valadares, realizado no dia 15/07/2021, que afirmou, naquela oportunidade, ter negociado com Breno todos os trâmites e equipamentos que seriam doados pelo condomínio do Shopping Oiapoque à PBH.**

Registro da oitiva conforme a ATA Aprovada

O presidente registrou a presença remota de Breno Motta.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou ao depoente qual é sua função na PBH, se ele havia negociado doação do Shopping Oiapoque para a PBH e por meio de quem o teria feito.

Breno Motta informou ser subsecretário de Administração e Logística. Afirmou não ter participado de negociação com Mário Valadares ou com o mencionado shopping sobre a referida doação. Informou que essa doação foi

feita pelo condomínio do Shopping Oiapoque à Secretaria Municipal de Saúde - SMSA. Declarou ter somente ratificado o ato de doação como subsecretário.

O vereador Nikolas Ferreira afirmou que Mário Valadares havia declarado, em oitiva desta CPI, que tinha conhecimento da doação de oito respiradores mecânicos e que o restante da doação fora tratado com outros servidores, inclusive com Breno Motta. Perguntou ao depoente se houve comunicação entre ele e Mário Valadares sobre o assunto.

Breno Motta reiterou que somente homologou a doação, para que esse ato tivesse validade jurídica, e declarou não ter tratado com Mário Valadares sobre essa doação.

Perguntado pelo vereador Nikolas Ferreira se conhece Gladson, servidor da SMSA, Breno Motta respondeu negativamente.

Perguntado pelo mesmo vereador sobre a qual órgão compete publicar as doações recebidas pela PBH, Breno Motta informou que esse ato compete ao órgão recebedor, sendo, no caso em análise, de competência da SMSA.

O vereador Nikolas Ferreira afirmou que a doação foi publicada no diário oficial somente após um ano da efetuação dessa.

Perguntado pelo presidente se assinou termo relativo a essa de doação, Breno Motta declarou ter assinado e reiterou não ter negociado a doação.

Flávia Borja observou que as informações prestadas por Mário Valadares à CPI contradizem as declarações de Breno Motta e perguntou ao depoente se ele ratificou outras doações.

Breno Motta declarou que houve em torno de 270 doações para a PBH, de valor total aproximado de R$21 milhões, e que essas doações foram feitas à SMSA, não à subsecretaria que ele coordenada.

Em resposta à pergunta da vereadora Flávia Borja sobre quem fez a discriminação dos produtos relativos à doação mencionada por Mário Valadares, Breno Motta informou que não compete à Subsecretaria de Administração e Logística esse tipo de análise de doações, que deve ser feita

pelo órgão recebedor, que informa se a doação é adequada e necessária.

Perguntado pela mesma vereadora a quem, na SMSA, compete especificar as doações recebidas, Breno Motta reiterou que a documentação relativa à doação objeto da discussão foi encaminhada para a Subsecretaria de Administração e Logística pela Diretoria de Logística e Suprimentos e que não tem como dizer quem especificou a doação.

A vereadora Flávia Borja perguntou ao depoente se ele se considerava injustamente citado em oitiva da CPI, tendo em vista não ter participado do processo relativo à doação mencionada.

Breno Motta afirmou ter sido citado injustamente e acrescentou ter destacado trechos do vídeo da oitiva em que as menções ocorreram.

A pedido da vereadora Flávia Borja, Breno Motta exibiu os trechos do vídeo da oitiva nos quais foi citado.

A vereadora Flávia Borja perguntou a Breno Motta se ele confirmava que não tivera contato com Mário Valadares e para onde foi encaminhada a doação.

Breno Motta reafirmou não ter tratado com Mário Valadares sobre a doação mencionada e disse que essa e outras doações foram encaminhadas para a SMSA, que lhes deu a devida destinação. Acrescentou não ter conhecimento dos valores nem da localização desses bens móveis.

Perguntado pela mesma vereadora se uma doação, após concluída, torna-se patrimônio da subsecretaria em que ele atua, Breno respondeu que essa doação passa a ser patrimônio do Município e que, tendo sido concluída, é irretratável.

A vereadora Flávia Borja perguntou se as doações se encontram então catalogadas como patrimônio do Município, e Breno respondeu que esses bens estão devidamente identificados ou em processo de identificação.

Perguntado pela mesma vereadora se tem conhecimento de doações feitas ao Município por outros estabelecimentos comerciais ou shoppings, Breno Motta declarou que existe uma lista extensa de doadores e que pode disponibilizá-la para a CPI. Observou que talvez essa lista tenha sido encaminhada para a comissão pela SMSA, tendo em vista que tem acesso a

esses dados, mas eles são oriundos da SMSA.

A vereadora Flávia Borja solicitou registrar que ela encaminhou à PBH um pedido de nº 692/21, que trata sobre 270 doações feitas ao Município, e obteve resposta imprecisa, sem cópia do processo e dos termos das doações. Reclamou de morosidade na resposta e observou que a situação pode configurar crime de responsabilidade. Avaliou ser cabível medida de busca e apreensão para esse caso, tendo em vista a ocorrência de cerceamento do poder de fiscalização da CPI.

O presidente sugeriu a aprovação, na próxima reunião da CPI, de requerimento de comissão para as medidas cabíveis.

A vereadora Flávia Borja reiterou o pedido de que Breno Motta informasse quais foram as doações para o Município e para onde foram encaminhadas.

Breno Motta declarou que a Subsecretaria de Administração e Logística prestou informações dentro do prazo e que não foram imprecisas.

O presidente perguntou a Breno Motta como ele poderia não ter participado da negociação de uma doação, tendo assinado o termo relativo a ela.

Breno Motta explicou que a subsecretaria em que ele atua faz o registro das doações e verifica se os requisitos para sua efetivação foram cumpridos e se os bens foram perfeitamente recebidos. Acrescentou que, por não apresentar óbice, o processo relativo à doação em discussão foi assinado por ele.

O presidente afirmou que será proposta acareação entre Mário Valadares e Breno Motta, por haver contradições nas considerações desses depoentes.

Em resposta a pergunta do vereador Irlan Melo, Breno Motta confirmou ter assinado o termo relativo à doação em discussão, mas não ter participado de negociação. Declarou sua disposição em esclarecer dúvidas que houver a esse respeito. Confirmou também terem sido abertos aproximadamente 270 processos relativos a doações para a PBH, no valor total aproximado de R$21

milhões.

Perguntado pelo mesmo vereador se esses processos se encontram disponíveis virtualmente, em nuvem, Breno Motta afirmou ter acesso a eles, inclusive a dados relativos aos nomes de doadores, e que poderia disponibilizar informações à comissão. Declarou sua disponibilidade para uma acareação, caso seja necessária.

O presidente solicitou a Breno Motta que envie à CPI, o mais breve possível, a documentação relativa às doações mencionadas e observou que a divulgação dessas informações deve ser pública.

Perguntado pelo presidente se há publicidade nas doações ao Município, Breno Motta respondeu afirmativamente e acrescentou que a publicidade compete ao órgão responsável pelo recebimento da doação. Complementou que, no caso em discussão, a doação de respiradores mecânicos teve publicidade realizada pela SMSA.

Perguntado pelo presidente se nunca teve contato com Mário Valadares, Breno Motta informou que, em 28 anos de serviço público, tratou com Mário Valadares em duas ocasiões, uma aproximadamente há oito anos e outra há mais ou menos quatro anos. Reiterou nunca ter tratado com ele sobre respiradores mecânicos. Acrescentou que não conhece esses equipamentos, suas peças ou acessórios e que a análise desses equipamentos coube a órgão específico.

O vereador Irlan Melo leu trecho da ata da reunião da CPI em que Mário Valadares depôs, no qual o referido depoente disse ter conversado com Breno Motta sobre peças adicionais e acessórios e que Breno dissera ter tratado com a SMSA sobre a necessidade desses itens. Considerou que, sendo assim, deve ocorrer uma acareação entre esses dois depoentes. Perguntou a Breno Motta se imaginava o motivo pelo qual Mário Valadares declarou ter feito contato com ele.

Breno Motta disse desconhecer o motivo e afirmou ter selecionado trechos em que foi citado no depoimento de Mário Valadares, por perceber imprecisões. Avaliou que, talvez pelo fato de haver menção a um setor de Logística no processo relativo à doação, Mário Valadares suponha que o

representante desse setor seja Breno Motta.

Perguntado pelo vereador Irlan Melo se conhece outra pessoa de nome Breno na Subscretaria de Administração e Logística, Breno Motta declarou não conhecer.

O vereador Irlan Melo reiterou a necessidade de a CPI ter acesso à documentação relativa às doações em discussão na audiência.

Breno Motta reafirmou que esses documentos são os mesmos que constam de arquivo da SMSA.

O vereador Irlan Melo reiterou que a SMSA não informa sobre esses documentos.

A vereadora Flávia Borja leu trecho da ata da CPI em que Mario Valadares foi ouvido e perguntou a Breno Motta se ele tinha conhecimento da alteração para simplificação do termo de doação mencionada nesse trecho.

Breno Motta declarou ter conhecimento dessa alteração de termo de doação e disse que os *e-mails* relativos à alteração constam do respectivo processo administrativo. Afirmou ter sido o último processo cujo ato de retificação assinara.

A vereadora Flávia Borja falou de dificuldades de acesso às informações sobre doações à PBH e perguntou a Breno Motta se, durante o processo de solicitação de informações sobre as 270 doações mencionadas na audiência, ele recebeu pedido para apresentar relatório a respeito.

Bruno Mota respondeu negativamente e complementou que lhe fora solicitada informação, por meio de um ofício de nº 810, com prazo de resposta até 24/8/21, que não trata de doações de ventiladores mecânicos.

A vereadora Flávia Borja declarou que não tem havido transparência por parte da PBH para a população, para parlamentares desta Casa e para a CPI.

O presidente afirmou que a doação feita pelo Shopping Oiapoque à PBH ocorreu em 20/7/20 e foi publicada em 1/6/21, quase um ano depois de efetivada. Disse acreditar que, se a publicação da doação ocorresse nos dias em que fora efetivada, seria questionada por outros shoppings do Município.

Considerou estranho o atraso dessa publicação.

A vereadora Flávia Borja observou que foi publicada no Diário Oficial do Município - DOM - uma das 270 doações mencionadas na audiência, pediu esclarecimento sobre as restantes e cobrou clareza por parte da PBH na publicação de doações recebidas. Reiterou a necessidade de ter conhecimento dos itens doados e dos nomes dos doadores.

O presidente afirmou que, conforme pesquisa recente, Belo Horizonte foi classificada em penúltimo lugar em transparência entre as capitais do País.

O vereador Nikolas Ferreira afirmou que, em outra oportunidade, um secretário municipal, ao ser perguntado sobre a doação em discussão na audiência, negou sua existência. Avaliou que a situação parece “nebulosa”.

A vereadora Flávia Borja considerou relevante esclarecer a população sobre o caso em análise, inclusive sobre o pedido de informação da CPI à PBH há 30 dias, sem resposta dentro do prazo e, posteriormente, com resposta evasiva e abstrata, demonstrando ineficiência ou intenção de ocultar informações. Considerou que, se a situação prevalecer, devem ser tomadas medidas mais drásticas.

O presidente agradeceu a Breno Motta a colaboração.

Breno Motta declarou-se à disposição da CPI e reiterou não ter havido resposta fora do prazo ou incorreta pela subsecretaria em que ele é lotado.

- **Oitiva do Sr. Eneas Silva Dias, representante legal da empresa Basic Promo Clothing, para prestar informações relacionadas à dispensa de licitação 041/2020, processo nº 04.000.436.20.03.**

Registro da oitiva conforme a ATA Aprovada

Passaram a compor a mesa Eneas Silva e seu advogado, Alexandre de Miranda.

Em resposta ao presidente, Eneas Silva confirmou ser o representante

legal da empresa Basic Promo Clothing e disse que a PBH comprou dele 100 mil máscaras de proteção contra covid-19 por R$1,99 cada.

Perguntado pelo presidente sobre como foi feita a negociação, principalmente em relação a prazos e preços, Eneas Silva afirmou ter sido uma compra feita por meio de licitação que ele venceu, juntamente com seu tio. Declarou não ter muito conhecimento sobre essa negociação, por ter sido realizada pelo tio, falecido recentemente.

O presidente esclareceu que a compra das máscaras não ocorreu por meio de licitação, mas por meio de uma concorrência.

Perguntado pelo presidente sobre quem negociou com a PBH sobre os valores da compra, Eneas Silva declarou ter sido seu tio. Disse que trabalhava com o tio há vinte e sete anos e pretendia criar o próprio empreendimento. Informou que a Basic Promo Clothing existe há quatro anos. Acrescentou que pensava ser aquela venda uma grande oportunidade de crescimento, mas a negociação gerou-lhe um grande prejuízo.

Perguntado pelo presidente se sabe com quem seu tio negociou e se eles são sócios, Eneas Silva declarou não saber com quem o tio negociou e que esse parente prestou serviço para ele, mas não era seu sócio.

O presidente perguntou a Eneas Silva se ele teria condições de entregar mais máscaras para a PBH.

Eneas Silva respondeu que não teria condições de efetuar novas entregas de máscaras. Disse que havia prazo de entrega, que teve muitas dificuldades para fornecer a quantidade vendida e que entregou as máscaras à PBH no prazo de dois ou três meses. Declarou que não realizaria uma transação comercial como essa novamente.

O vereador Irlan Melo pediu que Eneas Silva confirmasse o falecimento do tio, informasse se era sócio da Basic Promo Clothing e não fabricante, se recebeu convite por *e-mail* para participar de concorrência e se tem noção do preço de aquisição das máscaras por essa empresa para fornecimento à PBH.

Após informar o falecimento do tio, Ivan da Silva Azevedo, afirmou que a Basic Promo Clothing é representante, não fabricante, e que seu tio foi quem

tomou conhecimento dessa concorrência. Acrescentou não saber como o tio teve conhecimento da concorrência e disse que o tio tinha sua própria empresa, a Mega Têxtil. Afirmou que o custo das máscaras para a Basic Promo Clothing gerou prejuízo para a empresa. Disse que havia a expectativa de lucro de 100%, mas os custos operacionais superaram 50% do valor investido. Declarou que, se soubesse que poderia haver prejuízo, não teria participado da concorrência. Informou que sua empresa forneceu à PBH 100 mil máscaras e que não vendeu para outro cliente. Acrescentou nunca ter participado de concorrência para venda de máscaras e disse que a entrega foi concluída corretamente. Declarou que a Mega Têxtil não participou dessa concorrência, pois não tinha como essa participação ocorrer.

Perguntado pela vereadora Flávia Borja sobre onde as máscaras foram entregues, Eneas Silva declarou não ter participado das entregas, realizadas por seu tio, e informou que ajudara na fabricação das máscaras vendidas.

Questionado pela mesma vereadora por contradizer declaração anterior de que não fabricou os produtos, afirmou que participou da fabricação juntamente com o tio e que não comprou de outros fornecedores. Informou que a entrega das máscaras foi realizada em três etapas.

O presidente perguntou a Eneas Silva se existe recibo da entrega das máscaras.

Eneas Silva disse que, se existir, deve estar no setor de contabilidade de sua empresa e, sendo assim, terá de verificar a possibilidade de encaminhá-lo à comissão.

O advogado Alexandre Miranda declarou que existem notas fiscais e que verificará se há recibos da entrega das máscaras para a PBH. Comprometeu-se a encaminhar essa documentação para a CPI.

A vereadora Flávia Borja pediu a Eneas Silva que informasse a especificação dos modelos das máscaras, se houve lote rejeitado e qual foi o período de tempo entre o início e final da entrega.

Eneas Silva informou que o modelo das máscaras era parecido com o da que a vereadora Flávia Borja usava naquele momento, não brancas, de

malha, laváveis, de tamanho único e com suportes de cordinhas. Afirmou não ter havido lote rejeitado. Disse não saber informar a data de início e final da entrega, por ter participado somente da fabricação, e reiterou que ela ocorreu em aproximadamente três meses.

O presidente pediu que seja encaminhada à CPI o atestado de óbito do tio do depoente.

O advogado Alexandre Miranda informou que o documento será fornecido.

Perguntado pela vereadora Flávia Borja se possui *e-mails* referentes à concorrência de que participou e se poderia disponibilizá-lo, Eneas respondeu que não possui *e-mails* a respeito.

Alexandre Miranda sugeriu que a CPI apresente uma lista de documentos que necessita e assegurou que eles serão fornecidos. Declarou o interesse de seu cliente em colaborar e afirmou que a Basic Promo Clothing encontra-se paralisada.

A vereadora Flávia Borja observou que há necessidade dessas informações, tendo em vista que houve um processo formal da PBH para realização da concorrência.

Alexandre Miranda reiterou a disposição em fornecer à CPI a documentação necessária e declarou que não há necessidade de formalidade para que isso ocorra.

O vereador Irlan Melo observou que o fornecimento das informações à CPI deve ocorrer formalmente. Destacou a necessidade de que a comissão tenha acesso a notas fiscais e *e-mail* de convocação para participação da concorrência realizada.

Perguntado pela vereadora Flávia Borja se tem conhecimento da participação de outras empresas na concorrência para fornecimento de máscaras para a PBH e se considera justo o preço unitário de R$3,88 ofertado por outra empresa, Eneas Silva disse não ter conhecimento da participação de outras empresas e afirmou que não sabe informar se o preço mencionado é justo. Considerou que, inicialmente, o valor unitário de R$1,99, ofertado pela

Basic Promo Clothing, parecia interessante, mas não foi compensatório. Declarou que a entrega foi realizada para cumprir um compromisso.

A vereadora Flávia Borja ressaltou a necessidade de ter conhecimento sobre a data da primeira e da última entrega das máscaras, local da entrega e nome de quem as recebeu.

O advogado Alexandre Miranda declarou ter tomado nota das solicitações.

O vereador Irlan Melo assumiu a presidência.

Agradeceu ao depoente a colaboração.

16ª Reunião – 19/08/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 998/21 – Pedido de informações por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19 à(ao) Secretaria Municipal de Educação - Obter as seguintes informações sobre o pregão eletrônico nº Registro de Preço: 2021.03.01.03, Processo Administrativo: Nº 04-000.634/21-58, Instrumento Jurídico: 01.2021.2200.0027.00.00 realizado entre a Secretaria de Educação e a empresa: SAMSUNG SDS LATIN AMERICA TECNOLOGIA E LOGÍSTICA LTDA, CNPJ 24.574.383/0014-94: 1. Considerando que a compra se deu no contexto da COVID-19 e que a necessidade é premente, qual o motivo de ter ocorrido a realização de ata de registro de preço? 2. Há alguma expectativa e plano para a aquisição efetiva? 3. Para quando está prevista a entrega dos tablets? 4. Quais valores estão no termo de referência e qual o ganho efetivo com a contratação? 5. Houve negociação com o Pregoeiro? 6. Quantas empresas participaram do certame? 7. Houve a apresentação de propostas por empresas que possuam tablets com outras programações ou somente o sistema operacional compatível com SAMSUNG?

   Autoria: vereador Ciro Pereira.

2) Requerimento de Comissão n° 1.012/21 – Pedido de informações por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19 à(ao) Representante legal da empresa Basic Promo Clothing, Eneas Silva Dias - Obter as seguintes informações relacionadas à dispensa de licitação 041/2020, processo nº 04.000.436.20.03: Encaminhamento de cópia da documentação comprovatória da entrega dos materiais adquiridos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, informando data da efetiva entrega e a pessoa encarregada do seu recebimento; Encaminhamento de cópia de e-mail"s ou outra forma de comunicação adotada durante o processo de dispensa de licitação, com o órgão encarregado da aquisição das mercadorias pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Encaminhamento de cópia dos contratos de dispensa, notas fiscais emitidas e cópia das ordens de serviço.

   Autoria: vereadores Flávia Borja e Juliano Lopes.

   ARQUIVADO SEM RESPOSTA

3) Requerimento de Comissão n° 1.013/21 – Pedido de informações por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19 à(ao) Subsecretário de Administração e Logística, Breno Serôa da Motta - elucidar os dados apresentados durante a oitiva realizada em 16/08/2021, solicitando: - Informações dos processos de recebimento das 270 doações obtidas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte no contexto de enfrentamento à Covid-19. - Informar qual a discriminação de cada doação, o valor do bem doado, o doador e qual a destinação dada as doações recebidas informando o órgão de destino e o quantitativo, com as respectivas datas de movimentação e datas da publicação no DOM.

   Autoria: vereadores Flávia Borja e Juliano Lopes.

4) Requerimento de Comissão n° 1.022/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 09/09/2021,

às 09:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de Intimar o Subsecretario de Administração e Logística, Breno Serôa da Mota, e o proprietário do Shopping Oiapoque, Mario Valadares, para prestar, pessoalmente, informações sobre as divergências nos depoimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito no tocante as tratativas sobre a negociação prévia da doação de oito ventiladores pulmonares (respiradores) a Prefeitura de Belo Horizonte.

Autoria: vereador Irlan Melo

- **Oitiva da Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Maíra da Cunha Pinto Colares, para prestar informações gerais pertinentes à atuação/omissão e à utilização de recursos públicos pela PBH, no contexto de enfrentamento à COVID-19.**

Registro da oitiva conforme a ATA Aprovada

O presidente registrou a presença da secretária municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Maíra da Cunha Pinto Colares, a quem informou que, como testemunha, tinha o dever de dizer a verdade, sob pena de prática do crime de falso-testemunho. Pontuou que dados divulgados pela PBH no Diário Oficial do Município - DOM - apontam que foram gastos R$402,6 milhões com cestas básicas e kits de higiene pela PBH. Indagou se a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASSAC - havia participado efetivamente da compra de cestas básicas para estudantes e famílias em situação de vulnerabilidade para o enfrentamento da covid-19.

Maíra Colares respondeu que a SMASSAC havia participado da instrução, orçamentação, contratação e fiscalização de todo o processo de aquisição.

O presidente perguntou como ocorrera a negociação com os fornecedores para essa compra.

Maíra Colares relatou que, em março de 2020, quando a PBH decidiu fechar serviços não essenciais em Belo Horizonte e interromper as atividades escolares, foi preciso definir estratégias para garantir o acesso à alimentação, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Destacou, entre as medidas adotadas, a remodelagem da compra de cestas básicas para evitar aglomerações e a contratação do serviço em redes de supermercado. Explicou que, para a definição dos supermercados, foi feita uma pesquisa em 60 redes em Belo Horizonte, para a disponibilização do serviço. Declarou que vários supermercados responderam que não poderiam atender à demanda solicitada. Explicou que, na sequência, as cestas foram distribuídas por sistema de escala e consulta de *voucher* pelos beneficiários, priorizando-se, inicialmente, famílias matriculadas na rede municipal de ensino e, posteriormente, pessoas em situação de vulnerabilidade. Disse que foi feito um levantamento de preços, com base em pesquisa de mercado sobre itens, firmando-se, posteriormente, dois contratos. Informou que, na época, o orçamento mais caro foi de R$99,80 por cesta básica e, após negociação, chegou-se a um acordo que previa o pagamento de R$71,88 por cada cesta básica.

O presidente perguntou por quanto tempo a cesta básica havia sido distribuída e se ainda o estava sendo.

Maíra Coles respondeu que as cestas básicas começaram a ser distribuídas no dia 31 de março para estudantes e, em abril, passaram a ser entregues a famílias em situação de vulnerabilidade social ou econômica, considerando os cadastros oficiais da PBH. Afirmou que a distribuição continua sendo feita no Município, mas alertou que, com a possível aprovação do Projeto de Lei nº 159/21, de autoria do Executivo, que cria o Programa Auxílio Belo Horizonte, a oferta já poderá ser interrompida.

O presidente questionou qual seria o número total de beneficiados e se havia uma listagem com o nome de todos que receberam a cesta básica.

Maíra Colares respondeu positivamente sobre a existência da listagem. Relatou terem sido contatados os responsáveis pelos alunos matriculados nas escolas, para o levantamento de nomes, Cadastro de Pessoa Física - CPF -

dos beneficiários, bem como ponto de referência da escola matriculada. Em seguida, disse terem sido beneficiadas famílias em situação de vulnerabilidade, por meio de cadastros oficiais, como o Cadastro Único do Governo Federal e a base de dados das secretarias municipais, para o cruzamento de informações e atualização de dados.

O presidente informou que a CPI encaminhará à SMASSAC um requerimento solicitando a lista dos CPFs das pessoas beneficiadas. Lembrou que a Lei Federal nº 8.666/93 determina, para valores de contrato de licitação superiores a R$176 mil, a criação de uma comissão para conferência do material distribuído. Indagou, então, se essa comissão havia sido constituída.

Maíra Colares informou existir na PBH uma comissão de fiscalização, constituída por meio de decreto, para o controle da logística e da qualidade e quantidade dos itens oferecidos, que realizou visitas quinzenais em locais de distribuição de cestas básicas.

O presidente disse que encaminhará requerimento à SMASSAC para que esta envie o nome dos servidores responsáveis pelo recebimento e pela conferência de cestas nos supermercados, para a conferência de itens, disponibilização desses e comprovação do recebimento. Indagou, ainda, como funciona a logística para distribuição das cestas básicas.

Maíra Colares destacou ter sido muito extensa a logística para a realização desse trabalho, que utilizou 60 lojas do Supermercado Epa, 59 do Supermercados BH e 34 do Super Nosso Apoio e tinha que atender um grande número de beneficiários. Disse que a distribuição de cestas básicas teve por intuito evitar aglomerações e, para tanto, após o lançamento de dados pelos beneficiários, era gerado um *voucher* eletrônico, com data e turno marcados, e a definição da loja onde seria retirada a cesta, por distribuição georreferenciada. Salientou que a distribuição de cestas nas escolas e em equipamentos de assistência social não ocorreu no período devido à suspensão das atividades escolares e por considerar uma logística frágil de distribuição. Explicou que a família, ao se dirigir ao supermercado para retirar a cesta básica, faz a retirada no caixa do supermercado, que registra esse ato no sistema e entrega comprovante para o beneficiário. Acrescentou que também é feito o controle do

sistema com a disponibilização de canais de atendimento ao usuário (aplicativo de mensagens, *chat* e ouvidoria). Afirmou que os próprios beneficiários também se tornaram agentes de fiscalização, ao verificarem qualidade e validade dos produtos, bem como do atendimento prestado ao beneficiário.

O presidente indagou se constava do contrato referência identificação para a marca do produto que constava da cesta básica.

Maíra Colares respondeu não ser possível determinar a marca do produto, pois seria caracterizado reserva de mercado. Assim, a qualidade do produto era destaque do contrato, tanto que o supermercado poderia oferecer o mesmo produto, mas de várias marcas, desde que obedecesse ao mesmo padrão.

Quanto ao kit higiênico, o presidente informou que a PBH gastou mais de R$3,25 milhões. Indagou, então, qual a composição desse kit, o valor do seu custo e a quem foi entregue.

Maíra Colares esclareceu que foram entregues kits higiênicos a famílias moradoras em vilas e favelas, a catadores de materiais recicláveis e a pessoas de comunidades tradicionais, de acordo com Cadastro Único do Governo Federal, sendo gastos, ao todo, R$3,25 milhões. Informou que o valor do kit higiênico era de R$34,21, nele estando incluídos 8 sabonetes, 2 litros de cloro e 2 pacotes de sabão em barra. Esclareceu que a aquisição do kit foi prevista em contrato, bem como o controle e monitoramento da oferta de itens.

O presidente indagou se havia sido formada comissão para fiscalizar esse contrato, nos termos da legislação federal.

Maíra Colares respondeu que a mesma comissão que fiscalizou as cestas básicas fiscalizou o contrato dos kits higiênicos.

O presidente indagou o que foi feito com as cestas básicas ou kits higiênicos que não foram retirados pelos beneficiários.

Maíra Colares informou que a PBH não fez pagamento prévio, mas apenas aquilo que foi devidamente retirado pelo beneficiário e conferido pela equipe de fiscalização.

O vereador Bruno Miranda destacou a rapidez com que a SMASSAC havia tomado medidas efetivas para minimizar os impactos sociais causados pela pandemia do covid-19 e, assim, poder atender a população mais carente do Município. Indagou quais redes de supermercados haviam sido efetivamente contratadas.

Maíra Colares respondeu que, ao longo desse período, contou como distribuidores o Supermercado Epa, o Supermercados BH e o Super Nosso Apoio. Registrou que, atualmente, apenas o Supermercado Epa e o Super Nosso Apoio continuam prestando o serviço.

O vereador Bruno Miranda perguntou se a Procuradoria-Geral do Município havia referendado os contratos feitos pela secretaria.

A secretária Maíra Colares informou que, desde o início, a Procuradoria, além de acompanhar todos os contratos, emitiu pareceres e sugeriu ajustes.

O vereador Irlan Melo solicitou documentação referente aos orçamentos feitos pela SMASSAC e negativa de supermercados do Município.

Maíra Colares respondeu que já havia enviado essas informações para a Câmara, mas poderia enviá-las novamente.

O vereador Irlan Melo indagou se houve problemas para efetivação da entrega das cestas básicas.

Quanto à entrega de mais de 4 milhões de cestas básicas, Maíra Colares afirmou que a secretaria não teve problemas com as empresas, já que a composição do valor foi por preço fechado e não por itens, com referência de qualidade e especificação do produto. Destacou que a distribuição por meio dos supermercados garantiu que a logística para entrega das cestas fosse devidamente atendida. Destacou que, quando os supermercados pediam reequilíbrio do preço dos itens da cesta básica, a PBH o fazia com base nas pesquisas de mercado feitas pela ela.

O vereador Irlan Melo indagou sobre o repasse que era feito para alimentação em creches e escolas municipais de educação infantil - Emeis.

Maíra Colares explicou que, no que tange a creches e escolas municipais, incluindo as de educação infantil, vem sendo seguido o Programa

Nacional de Alimentação Escolar. Relatou que a gestão dessas escolas é feita por corresponsabilidade, por meio de contrato para o fornecimento de alimentos e para o manuseio desses dentro das unidades. Declarou, no entanto, não ter feito entregas de alimentos, nas escolas, durante a pandemia.

O vereador Irlan Melo perguntou qual era o valor do orçamento previsto para os anos de 2020 e 2021 e em quanto esse valor foi suplementado.

Maíra Colares destacou que, em 2020 e 2021, a secretaria recebeu mais recursos do orçamento que outras pastas, devido ao caráter emergencial do atual contexto. Destacou, portanto, que a emergência tem que ser controlada. Em 2020, houve um acréscimo de recursos para a secretaria, em relação ao orçamento inicial, de 43,74%, passando de R$390,6 milhões para R$560,5 milhões executados. Afirmou que esse procedimento permitiu manter a estratégia de garantir segurança alimentar. Considerou, também, que será preciso criar políticas de mitigação das situações de emergência geradas pela pandemia.

O vereador Irlan Melo indagou se a secretaria havia deixado de executar algum projeto por falta de recursos.

Maíra Colares respondeu que, além de cestas básicas e kits de higiene, a PBH tem, também, ações voltadas para um público mais vulnerável, como a população em situação de rua e idosos de instituições de longa permanência.

Quanto a pessoas com deficiência, o vereador Irlan Melo solicitou apoio da secretaria para se aplicar legislação federal para a vacinação de adolescentes de 12 a 17 anos.

Maíra Colares apontou que Belo Horizonte seguiu o Plano Nacional de Imunização, mas disse ser favorável à vacinação desse público que seria mais susceptível a contrair doenças.

O vereador Nikolas Ferreira apontou que, no contrato da PBH com a rede do Supermercado Epa, era permitido ao contratado fornecer diferentes marcas de produto. Perguntou como foi possível manter o preço das cestas básicas.

Maíra Colares reafirmou que a secretaria especificou a qualidade do produto e não a sua marca e, por isso, não foi preciso reajustar o preço.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou por que não consta no contrato o valor unitário dos produtos.

Maíra Colares informou que, se fosse considerado o valor de cada item, eventualmente, no momento de compra dos produtos, o fornecedor poderia conseguir um desconto e, em seu entendimento, esse procedimento prejudicaria a composição geral da cesta básica.

O vereador Nikolas Ferreira indagou o motivo para a existência de valores diferentes para o fornecimento de cestas básicas para diferentes supermercados.

Maíra Colares informou que, até o momento, haviam sido firmados três contratos e que os valores mudaram no momento de renovação dos contratos, em razão da inflação, que tornou impossível manter os preços ajustados no primeiro contrato. Registrou, no entanto, que o valor dos kits higiênicos teve uma redução de 5%.

O vereador Nikolas Ferreira indagou como foi feita a fiscalização.

Maíra Colares registrou que a secretaria firmou contratos diferentes e, para fiscalizar esses contratos, havia os fiscais de contrato, o processo de fiscalização dos produtos e os próprios usuários que apresentavam suas reclamações.

O vereador Níkolas Ferreira perguntou o preço de cada item do kit higiênico e a composição dos valores.

Maíra Colares disse que enviaria para a comissão.

O vereador José Ferreira perguntou se o Supermercado Mart Minas havia demonstrado interesse de fornecer cestas básicas.

Maíra Colares informou que esse supermercado não apresentou proposta de preço, quando solicitado.

O vereador José Ferreira perguntou se havia sido feita pesquisa de mercado para chegar ao preço da cesta básica e do kit higiênico.

Maíra Colares respondeu que, no início do processo, recebeu valores diferentes para distribuição das cestas e, diante desses valores, a PBH apresentou um valor, que foi aceito pelo Supermercado Epa, Supermercado BH e Super Nosso Apoio. Registrou parceria da PBH com empresas que acompanham oscilações de mercado, de forma a conseguir melhores preços e transparência de processo. Explicou que o processo de logística para distribuição das cestas básicas fez com que supermercados desistissem do processo, pois o procedimento vai além de apenas montar e vender as cestas básicas.

A reunião foi suspensa por um minuto.

Reaberta a reunião, o presidente perguntou se, durante a pandemia, a SMASSAC havia realizado eventos presenciais e não presenciais e se houve custos.

Maíra Colares disse que fez um regulamento sobre quais serviços essenciais seriam atendidos de forma presencial e quais seriam feitos de forma remota. Disse que a maioria das atividades coletivas foram suspensas e que fizeram uma regulação do atendimento presencial das unidades, pois alguns serviços não podiam ser interrompidos. Acrescentou que apenas os serviços essenciais tiveram custos para manter sua continuidade.

O presidente agradeceu a secretária Maíra Colares pelo trabalho desenvolvido na SMASAC e pela clareza das respostas apresentadas nesta reunião.

Maíra Colares destacou a experiência dos servidores de carreira da SMASAC e colocou-se à disposição para esclarecimentos adicionais.

17ª Reunião – 26/08/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 1.034/21 – Pedido de informações ao Presidente da Belotur, Gilberto Castro - Obter informações sobre o

contrato de prestação de serviços nº: 01.050797.21.01 - 58235 - Dispensa nº 020/2021, em que figuram como partes a Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A - BELOTUR e GUARDSEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI, que tem por objeto a "Prestação de serviço de segurança patrimonial para atender a demanda do "Prosas Juninas", que compõe a programação do Arraial de Belo Horizonte 2021".

Autoria: vereadoras Flávia Borja e Fernanda Pereira Altoé.

2) Requerimento de Comissão n°1.035 /21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil e Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Maíra da Cunha Pinto Colares. - Obter informações sobre o processo licitatório nº 01.031.202/21-55, referente à Dispensa Emergencial de Licitação que teve por objeto a contratação "da empresa PRIMARY COMÉRCIO VARE LTDA, CNPJ 30.416.869/0001-82, para fornecimento de CHOCOLATE EM PÓ" com fundamento na calamidade da pandemia de COVID-19, para apresentar toda a documentação do processo licitatório, além de esclarecer por que tais documentos não estão relacionados no Portal da Transparência.

Autoria: vereadoras Flávia Borja e Fernanda Pereira Altoé.

3) Requerimento de Comissão n° 1.036/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil e Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Maira da Cunha Pinto Colares - Obter informações sobre a Inexigibilidade de Chamamento Público SMASAC N° 02/2021, em que figuram como partes o Município de Belo Horizonte/Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Fundação CDL/BH, e que tem por objeto a formalização parcerias para execução do Projeto "Garantia de proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e suas famílias em face da situação de emergência em saúde e de calamidade pública decorrente da pandemia do Coronavirus-COVID-19. Para tanto requer a apresentação do processo administrativo na sua integra, inclusive o Plano

de Trabalho, além de esclarecer por que tais documentos não estão relacionados no Portal da Transparência

Autoria: vereadoras Flávia Borja e Fernanda Pereira Altoé.

4) Requerimento de Comissão n° 1.058/21 – pedido de informações à Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de obter as seguintes informações sobre o Termo de Colaboração da Secretaria Municipal de Educação com a Organização de Sociedade Civil Creche Casinha da Vovó (U:01.2021.2200.0023), que formalizaram relação de parceria, em regime de mútua cooperação que decorre do atual momento: 1- Quais são as “finalidades de interesse público e recíproco” que justifiquem o valor de R$7.293.684,25? Há plano de consecução detalhado destas “finalidades de interesse público e recíproco”? Se sim, qual? Qual o gasto previsto, quais são as despesas? 2- Por que é necessário e/ou vantajoso para o Município de Belo Horizonte celebrar um Termo de parceria com prazo de 5 anos (60 meses)?

Autoria: vereador Ciro Pereira.

REJEITADO, pois o assunto não é pertinente à matéria discutida nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

5) Requerimento de Comissão n° 1.077/21 – Pedido de ao Prefeito Alexandre Kalil e Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Maíra da Cunha Pinto Colares - Obter informações sobre o processo licitatório nº 01.005.575/20-44, referente ao Pregão Eletrônico 34/2021, que teve por objeto o "Registro de Preços para prestação de serviços de fornecimento de coffee break e kit lanche, por preço unitário, por um período de 12 (doze) meses" homologado em 13/08/2020, para apresentar toda a documentação do processo licitatório, inclusive as ordens de serviço da sua execução, bem como as listas de presenças e atas em que foram utilizados o objeto do contrato, de forma a esclarecer a necessidade de utilização de coffee break durante o período

de quarentena da pandemia de COVID-19, além de esclarecer porque tais documentos não estão relacionados no Portal da Transparência.

Autoria: vereadoras Flávia Borja e Fernanda Pereira Altoé.

6) Requerimento de Comissão n° 1.078/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 16/09/2021, às 09:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de Intimar o Subsecretário de Comunicação Social Francisco Maia Barbosa Duarte, para prestar informações gerais, pessoalmente, na condição de testemunha, pertinentes à utilização de recursos públicos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em contratos de publicidade, no contexto de enfrentamento à Covid-19.

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

- **Oitiva da Secretária Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social, Adriana Branco Cerqueira, para prestar informações sobre sua atuação na resposta do Município frente à pandemia.**

Registro da oitiva conforme a ATA Aprovada

O presidente perguntou qual cargo a testemunha ocupa atualmente na Prefeitura de Belo Horizonte - PBH.

Adriana Cerqueira respondeu que atualmente é secretária municipal de Comunicação Social e Assuntos Institucionais.

O presidente perguntou se a testemunha teve alguma participação ou interferiu nos processos de abertura e fechamento da cidade durante a pandemia.

Adriana Cerqueira disse que não. Informou que não faz parte do Comitê de Enfrentamento à Covid-19 nem do grupo de trabalho de reabertura gradual, ambos da PBH.

O presidente afirmou que a PBH gastou cerca de R$53 milhões em publicidades de combate e prevenção da pandemia, entre o período de março de 2020 a junho de 2021. Perguntou como foram escolhidas as agências de publicidade responsáveis por esse trabalho.

Adriana Cerqueira explicou que tal escolha se deu por meio de um processo licitatório realizado em 2019, dentro dos rigores da lei.

O presidente perguntou quais empresas participaram do supracitado processo licitatório.

Adriana Cerqueira disse que não tem, no momento, a listagem de todas as agências que participaram da licitação, mas garantiu que são todas grandes agências de publicidade, capacitadas e com certificação. Disse que poderia enviar a listagem por escrito.

O presidente perguntou como a PBH definiu em quais veículos e mídias ocorreriam as publicidades e se a testemunha foi responsável pela definição.

Adriana Cerqueira explicou que há uma equipe técnica na secretaria que realiza um planejamento anual, baseado em anos anteriores. Disse que os gastos vêm se mantendo na média dos valores previamente apresentados e que foi solicitado o orçamento dentro da média. Esclareceu que, com a disponibilidade do orçamento, as agências são acionadas para o desenvolvimento de campanhas dentro da demanda das secretarias da PBH. Salientou que a secretaria sob seu comando atende todas as pastas da PBH.

O vereador Irlan Melo perguntou se a testemunha, durante a pandemia, ordenou despesas de publicidade e se os valores foram superiores aos anos anteriores.

Adriana Cerqueira disse que os valores se mantiveram na mesma média dos anos anteriores.

O vereador Irlan Melo perguntou se os valores gastos com publicidade foram ordenados pela testemunha.

Adriana Cerqueira respondeu que sim.

O vereador Irlan Melo perguntou se a testemunha tem participação em alguma agência de publicidade.

Adriana Cerqueira disse que não.

O vereador Irlan Melo perguntou se o edital de licitação citado pela testemunha em resposta previamente dada era para estabelecer os valores gastos com publicidade ou para determinar as agências.

Adriana Cerqueira apontou que os valores para contratos de publicidade são os mesmos desde 2015 e que a gestão atual nunca gastou o orçamento integral. Explicou que houve uma licitação em 2019, cujos contratos estão disponíveis no portal da Prefeitura.

O vereador Irlan Melo pediu à testemunha que esclarecesse o objeto do edital de 2019.

Adriana Cerqueira afirmou que o referido edital tinha por objeto a contratação de agências para prestar serviços de publicidade à PBH.

A vereadora Flávia Borja pediu que a testemunha informasse os valores específicos gastos em publicidade relacionada à covid-19.

Adriana Cerqueira apontou terem sidos gastos cerca de R$55 milhões durante o período de março de 2020 a agosto de 2021.

A vereadora Flávia Borja perguntou à testemunha quais foram os valores totais gastos com publicidade de um modo geral em 2020.

Adriana Cerqueira informou que os valores gastos entre março de 2020 e agosto de 2021 foram cerca de R$73 milhões.

A vereadora Flávia Borja questionou quais agências prestam serviço de publicidade para a PBH.

Adriana Cerqueira disse que são as agências Perfil 252, Dezoito e Lápis Raro.

O vereador Nikolas Ferreira afirmou que a PBH celebrou contrato com a empresa Perfil 252 em fevereiro de 2020, no valor de R$ 46 milhões. Perguntou em que foi aplicado o valor do contrato que não foi gasto com campanhas relacionadas à covid-19.

Adriana Cerqueira informou que sua pasta atende demandas de todas as secretarias. Comentou que, além da campanha de prevenção à covid-19, houve também campanhas publicitárias relacionadas ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, à prevenção de acidentes de trânsito, entre outros.

O vereador Nikolas Ferreira questionou se, no período em que a testemunha atuou como diretora executiva do Clube Atlético Mineiro - CAM, a empresa Perfil 252 prestou algum tipo de serviço ao time.

Adriana Cerqueira disse que não.

O vereador José Ferreira afirmou que a PBH oferece, em parceria com a Unimed, consultas *on-line* para pacientes usuários do Sistema Único de Saúde - SUS - com suspeita de covid-19. Perguntou à testemunha como se deu a publicidade dessa modalidade de consulta.

Adriana Cerqueira informou que houve publicidade da parceria em todos os portais da PBH e por meio de anúncios.

O vereador José Ferreira perguntou se existe algum levantamento que demonstra que tal modalidade de consultas gerou economia para a PBH. Pediu que, em caso afirmativo, fosse informado o estudo.

Adriana Cerqueira disse não ser de sua competência tal informação. Afirmou que o vereador poderia encaminhar para ela a solicitação que ela se encarregaria de encaminhá-la para o setor responsável.

O vereador José Ferreira perguntou quanto a PBH gastou com a parceria com a Unimed.

Adriana Cerqueira reiterou a resposta anterior.

O presidente perguntou se a testemunha influenciou na decisão da PBH de adiantar a quantia de R$220 milhões para os empresários de transporte.

Adriana Cerqueira respondeu que não.

O presidente perguntou quem foram os responsáveis por essa negociação.

Adriana Cerqueira disse não saber informar, por não ser matéria de sua competência.

O presidente afirmou que a PBH não investiu em leitos de unidade de terapia intensiva - UTI - durante a pandemia. Perguntou se a testemunha acha justo a PBH gastar R$72 milhões com publicidade durante esse mesmo período.

Adriana Cerqueira disse que é dever da PBH prestar contas para a população e dar publicidade ampla a isso. Apontou que os gastos referentes à publicidade representam menos de 0,5% da arrecadação total do Município. Comentou que a comunicação é essencial durante esse período e tem caráter informativo, educativo e preventivo. Salientou que a informação é também uma ferramenta de gestão. Disse que, apesar de não poder responder por outra pasta que não a sua, a abertura de leitos não se deu por falta de recursos, mas por um problema nacional de falta de profissionais e de equipamentos disponíveis.

A vereadora Flávia Borja perguntou à testemunha quanto do recurso advindo do governo federal foi gasto com publicidade.

Adriana Cerqueira explicou que toda a despesa com publicidade advém do tesouro municipal e, portanto, tais valores não provêm de recursos advindos do governo federal.

A vereadora Flávia Borja perguntou se a testemunha participou de alguma reunião do Comitê de Enfrentamento à Covid-19 da PBH em que tenha sido justificada uma diferenciação do protocolo de reabertura das escolas em relação aos de outros estabelecimentos.

Adriana Cerqueira informou que não participa do referido comitê nem do grupo de trabalho criado para discussão da reabertura gradual da cidade.

A vereadora Flávia Borja perguntou se foi requerido à testemunha comunicar, por meio de sua secretaria, a diferenciação dos protocolos de abertura das escolas.

Adriana Cerqueira respondeu que não e informou que tais tomadas de decisão não são de sua competência.

A vereadora Flávia Borja afirmou que os protocolos de abertura eram publicados pela pasta da testemunha e perguntou como isso ocorria.

Adriana Cerqueira informou que sua pasta recebia os protocolos e dava ampla divulgação a eles.

A vereadora Flávia Borja perguntou se a testemunha sabe informar se havia atas das reuniões do Comitê de Enfrentamento à Covid-19.

Adriana Cerqueira respondeu não ter conhecimento sobre isso.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou qual a relação pessoal da testemunha com o sócio-administrador da agência Perfil 252, Carlos Eduardo Porto Moreno.

Adriana Cerqueira informou que conhece Carlos Eduardo Moreno, assim como também conhece sócios de outras agências, porque trabalha no setor há muitos anos.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou se isso não fere o princípio da impessoalidade.

Adriana Cerqueira disse que conhece também as outras agências vencedoras da licitação. Afirmou que a agência Perfil 252 já atendia a PBH quando ela se juntou ao Executivo. Asseverou que houve processo licitatório dentro dos parâmetros legais.

O vereador Nikolas Ferreira afirmou que há uma foto da testemunha e de Carlos Eduardo Moreno na estreia do CAM no Campeonato Libertadores e que seu relacionamento se estenderia para a vida privada. Disse que isso afrontaria o princípio da impessoalidade. Perguntou se o relacionamento da testemunha com todas as agências se dá em nível profissional ou se há uma diferenciação em relação ao publicitário Carlos Eduardo Moreno.

Adriana Cerqueira disse que possui relacionamento com todas as agências, inclusive com aquelas que não ganharam o processo licitatório. Explicou que foi convidada pela diretoria do CAM para participar do evento citado pelo vereador e que tirou licença não remunerada de seu cargo para participar. Pontuou que o Senhor Carlos Eduardo Moreno também foi convidado pelo clube, assim como outras pessoas. Asseverou que não possui qualquer outra relação com Carlos Eduardo Moreno.

O vereador Nikolas Ferreira disse que houve dificuldade em localizar o procedimento licitatório que resultou na contratação da Perfil 252 no portal da PBH. Perguntou se a testemunha saberia informar quais empresas dele participaram e qual o critério de julgamento adotado para a contratação da agência Perfil 252.

Adriana Cerqueira disse que, no portal da PBH, constam todos os documentos da licitação, mas também pode enviá-los, caso necessário.

O vereador Nikolas Ferreira solicitou, então, que a testemunha enviasse a íntegra do processo licitatório a esta comissão e obteve concordância dela.

O vereador Irlan Melo perguntou à testemunha se o Ministério Público - MP -apresentou algum questionamento quanto a licitação de 2019.

Adriana Cerqueira disse que não.

O vereador José Ferreira afirmou não ser possível encontrar os valores gastos com a plataforma da Unimed no portal da transparência. Perguntou à testemunha qual foi esse valor.

Adriana Cerqueira esclareceu que a referida plataforma não é uma publicidade, mas uma ferramenta de gestão da Saúde. Disse que o vereador pode encaminhar a ela as dúvidas que tiver que ela as encaminhará para o setor responsável.

O vereador José Ferreira perguntou quem é o responsável pelos gastos referentes a essa plataforma.

Adriana Cerqueira disse ser a Secretaria da Saúde.

O vereador José Ferreira perguntou o que motivou a suspensão por tempo indeterminado das atividades do Shopping Popular Caetés.

Adriana Cerqueira informou que as portarias publicadas por sua pasta seguiram rigorosamente a determinação dos decretos. Disse que, por essa razão, assinava as portarias de fechamento e abertura do Shopping Caetés, uma vez que a gestão desse shopping faz parte da pasta de sua responsabilidade.

O vereador José Ferreira disse que parece ter havido uma portaria somente para lidar com o Shopping Caetés e perguntou à testemunha se isso seria verdade.

Adriana Cerqueira disse que o decreto determinava que cada secretaria fizesse uma portaria determinando o fechamento ou abertura de estabelecimentos e, na ocasião citada pelo vereador, foi o fechamento.

O vereador José Ferreira perguntou se a portaria também determinava a isenção dos aluguéis dos camelôs.

Adriana Cerqueira disse que não. Explicou que a portaria tratava somente sobre o fechamento das atividades comerciais.

O vereador José Ferreira perguntou se os camelôs continuaram a pagar os aluguéis.

Adriana Cerqueira disse não saber informar, pois tal questão não é de sua competência.

A vereadora Flávia Borja perguntou se há uma centralização, dentro da PBH, de recebimento dos pedidos de informação enviados por esta Casa.

Adriana Cerqueira respondeu que sim, acrescentando que os referidos pedidos de informação são centralizados na Secretaria de Governo.

A vereadora Flávia Borja perguntou se a testemunha tem acesso a tal centralização.

Adriana Cerqueira respondeu que não, por não ser de sua competência e sim da Secretaria de Governo.

A vereadora Flávia Borja perguntou a quem é subordinado o diretor de acompanhamento legislativo, Guilherme de Souza Barcelos.

Adriana Cerqueira respondeu que ele é subordinado à Secretaria de Governo.

A vereadora Flávia Borja perguntou se a testemunha foi responsável, em algum momento, por essa função.

Adriana Cerqueira disse que sim, durante a gestão anterior, mas não sabe precisar o período.

A vereadora Flávia Borja afirmou que mais de cem pedidos de informação desta Casa ficaram sem resposta na legislatura passada. Perguntou se a testemunha tem conhecimento sobre isso.

Adriana Cerqueira disse que não tem acesso a essa informação e afirmou que esta Casa pode reencaminhar os pedidos de informação não respondidos correspondentes ao período em que ela esteve nessa função que ela se encarregará de respondê-los.

A vereadora Flávia Borja comentou a dificuldade de conseguir informações na PBH e questionou o que a testemunha tem a dizer sobre isso.

Adriana Cerqueira reiterou que isso não é de sua competência, mas da Secretaria de Governo. Informou que podem enviar a ela as informações sobre os requerimentos não respondidos que ela os encaminhará para a Secretaria de Governo solicitando celeridade nas respostas.

A vereadora Flávia Borja perguntou se a testemunha concorda que há uma dificuldade por parte da PBH em prestar informações a esta CPI.

Adriana Cerqueira disse que não emitirá opinião sobre uma atividade que não faz parte de suas competências.

O vereador José Ferreira perguntou por que todas as feiras permanentes foram autorizadas a funcionar, com exceção da Feira do Mineirinho.

Adriana Cerqueira disse que não faz parte de sua competência autorizar o fechamento e a reabertura de comércio. Explicou que sua função se restringe a publicar portarias sobre as feiras de sua responsabilidade, conforme o decreto realizado.

O vereador José Ferreira perguntou quem é responsável pela Feira do Mineirinho.

Adriana Cerqueira disse que o Comitê de Enfrentamento à Covid-19 e o grupo de trabalho discutem a possibilidade de reabertura gradual da cidade.

O vereador José Ferreira perguntou quem é a pessoa responsável pela Feira do Mineirinho.

Adriana Cerqueira disse que tal feira é uma atividade privada, realizada em propriedade fechada e que necessita de alvará de funcionamento. Disse que ela provavelmente se enquadra no decreto de reabertura de áreas comerciais da mesma categoria.

O vereador José Ferreira afirmou que a feira do Mineirinho tem encontrado dificuldades em seu retorno às atividades.

Adriana Cerqueira reiterou que a Feira do Mineirinho é uma atividade privada que necessita de alvará de funcionamento. Ressaltou que acredita que o retorno já foi autorizado.

O presidente questionou se a testemunha participa de algum outro conselho na PBH além da Secretaria de Assuntos Institucionais e Comunicação Social. Solicitou que, caso a resposta seja afirmativa, a testemunha informe quais seriam esses conselhos e se algum deles teria relação com a covid-19.

Adriana Cerqueira respondeu que participa de alguns conselhos, mas nenhum é relacionado à temática da covid-19. Disse que não saberia elencar todos os conselhos dos quais participa no momento, mas poderia enviar por escrito a lista.

O presidente perguntou se a testemunha recebe alguma remuneração por participar desses conselhos.

Adriana Cerqueira respondeu que é remunerada por participar de alguns conselhos e, por outros, não.

A vereadora Flávia Borja afirmou que Mário Valadares, dono do Shopping Oiapoque, em depoimento a esta CPI, disse que teve a ideia de doar equipamentos hospitalares à PBH durante uma audiência pública. Perguntou se a testemunha participou de tal audiência.

Adriana Cerqueira respondeu que não. Disse que tais audiências provavelmente foram realizadas pelo grupo de trabalho de reabertura gradual da cidade, do qual ela não faz parte.

A vereadora Flávia Borja perguntou quem sugeriu ao Senhor Mário Valadares fazer a referida doação à PBH.

Adriana Cerqueira disse que não sabe.

A vereadora Flávia Borja perguntou se a testemunha saberia dizer se a mesma oportunidade de doação de equipamentos hospitalares foi dada a outros donos de shoppings.

Adriana Cerqueira disse não saber informar.

A vereadora Flávia Borja perguntou por que a PBH privilegiou apenas o Shopping Oiapoque com a reabertura em detrimento de outros shoppings que também são de operação urbana.

Adriana Cerqueira disse que não sabe. Informou que, pelo que sabe, todos os shoppings de operação urbana de inclusão de camelôs foram fechados e reabertos juntos.

A vereadora Flávia Borja afirmou que o shopping do Barreiro não teve tal oportunidade e perguntou se a testemunha saberia dizer o motivo.

Adriana Cerqueira informou que tal shopping não tem operação urbana com a PBH. Ressaltou que tal matéria não faz parte de sua competência, mas poderá encaminhar o questionamento da vereadora à área competente.

A vereadora Flávia Borja disse que o depoimento do Senhor Mário Valadares contradisse afirmações do prefeito Alexandre Kalil em relação à justificativa da reabertura do Shopping Oiapoque. Perguntou a opinião da testemunha sobre tal contradição.

Adriana Cerqueira disse que não pode opinar porque não faz parte de suas competências. Informou que os shoppings populares que foram autorizados a funcionar naquele momento eram os que possuíam operação urbana com a PBH.

A vereadora Flávia Borja perguntou quem, dentro da PBH, foi responsável por dar informações a respeito das doações ao Senhor Mário Valadares.

Adriana Cerqueira respondeu que não sabe.

A vereadora Flávia Borja disse que outras doações não foram discriminadas pela PBH, apenas aquela realizada pelo Shopping Oiapoque. Perguntou por que houve tal diferenciação.

Adriana Cerqueira disse que não pode explicar porque não faz parte de suas competências.

18ª Reunião – 27/08/2021 – 14:30h – Plenário Helvécio Arantes

- **Requerimento de Comissão nº 1.098/21 - Prorrogação por 60 (sessenta) dias, a partir de 15/09/2021, do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito. - Requerimento 144/2021**

  Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

  APROVADO

- **Discussão e votação**

  1) Requerimento de Comissão n° 1.096/21 – Pedido de informações à Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC, Maíra da Cunha Pinto Colares - Obter as seguintes informações, que visam a elucidar os dados apresentados durante depoimento prestado em 19/08/2021 a esta comissão: - Cópias dos e-mails do chamamento público e das respostas positivas e negativas para a venda das cestas básicas e kits de higiene, constando todas as empresas que foram chamadas; - Cópias dos e-mails de orçamentação enviados pelas empresas interessadas em vender as cestas básicas e kits higiene; - Cópias dos e-mails das negociações dos preços das cestas básicas e kits higiene; - As pesquisas de mercado usadas para embasar as negociações dos preços; - A base de dados final atualizada dos beneficiários das cestas básicas e kits de higiene, contendo a qualidade de responsáveis pelas matrículas por escola municipal e o número total de beneficiários das famílias em vulnerabilidade. Não é necessário o

envio de CPF e RG; - Nome e boletim de matrícula-BM dos servidores que nomeados como fiscais dos contratos referentes à compra das cestas básicas e kits de higiene; - Cópias dos resultados das fiscalizações realizadas nos supermercados, contendo as datas, os nomes e BM dos fiscais; - Além do Núcleo de Qualidade, foi criada uma comissão de 3 servidores conforme estipulado no art. 15, § 8º da Lei 8.666/93, que determina que todo contrato administrativo celebrado com a Administração Pública, que o valor for superior a R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), deverá ser constituída uma Comissão para conferência e recebimento dos materiais ora adquiridos?

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

SEM RESPOSTA

2) Requerimento de Comissão n° 1.099/21 – Pedido de informações ao Secretário de Saúde - Obter as seguintes informações: 1. Qual a motivação (embasamento legal ou científico) que dá a Prefeitura o embasamento para escolher qual vacina o cidadão irá tomar? 2. Qual a motivação (embasamento legal ou cientifico) que dá a Prefeitura o embasamento para escolher as faixas etárias e grupos de controle (como comorbidades) que direciona para cada tipo de vacina? 3. A eficácia de cada vacina é fator de influência na escolha entre cada faixa etária? 4. O Cidadão tem o direito de escolher qual vacina pretende tomar?

Autoria: vereadores Nikolas Ferreira e Ciro Pereira

3) Requerimento de Comissão n° 1.102/21 – Pedido de informações à Secretária de Assistência Social, Maíra da Cunha Pinto Colares, e Prefeito Alexandre Kalil. - Obter a seguinte informação: - No contrato celebrado entre a PBH e a empresa DMA DISTRIBUIDORA para o fornecimento do Kit higiene, no item 9.1 da cláusula 9ª ficou a cargo da Diretoria de Assistência Social a fiscalização da execução do contrato. Nesse sentido: Como foi realizada essa fiscalização pela Diretoria? A

Diretoria elaborou relatórios dessas fiscalizações realizadas durante a vigência dos contratos? Favor encaminhar cópia dos relatórios de fiscalização a esta Comissão.

Autoria: vereador Nikolas Ferreira.

4) Requerimento de Comissão n° 1.103 /21 – Pedido de informações à Secretária de Assistência Social, Maíra da Cunha Pinto Colares; Prefeito Alexandre Kalil - Obter informações sobre Kit higiene contratado pela Prefeitura composto por 02 litros de Cloro, 02 pacotes com 05 barras de sabão e 08 sabonetes em tablete. Nesse sentido, qual o preço unitário de cada produto nos dois contratos celebrados com a DMA?

Autoria: vereador Nikolas Ferreira.

19ª Reunião – 02/09/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 1.111/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil. - Obter informações sobre o repasse das Creches Conveniadas durante o período da pandemia.

Autoria: vereador José Ferreira.

2) Requerimento de Comissão n° 1.112/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil e ao Secretário Municipal de Governo, Adalclever Lopes - Obter informações sobre a plataforma utilizada para consultas na modalidade online durante o período da pandemia.

Autoria: vereador José Ferreira.

3) Requerimento de Comissão n° 1.116/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil - Obter informações sobre o Plano de Trabalho

dos anos 2020 e 2021 das Creches Conveniadas, período esse que abrange a suspensão das aulas presenciais, devido à crise sanitária vivida mundialmente.

Autoria: vereador José Ferreira.

4) Requerimento de Comissão n° 1.117/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil. - Obter informações sobre o programa Novos Tempos e adequação/ reformas das Creches Conveniadas, EMEIS e Escolas durante o período da pandemia.

Autoria: vereador José Ferreira.

5) Requerimento de Comissão n° 1.118/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil - Obter informações sobre relatórios de acompanhamento de obras durante o período da pandemia do Covid-19 nas escolas, EMEIs e creches conveniadas por parte da GEMERF.

Autoria: vereador José Ferreira.

6) Requerimento de Comissão n° 1.142/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil e à Secretária Municipal de Educação, Ângela Dalben. - Obter informações sobre a Demanda 335864 (resposta da SMED ao Requerimento de Comissão n° 862/2021 de minha autoria). Solicita o envio de inteiro teor dos contratos de Convênio de Cooperação Mútua dos anos de 2020 e 2021 (compreendidos ao período da pandemia) listado abaixo pelos respectivos códigos: 1 - ARB03; 2 - ARB06; 3 - ARL06; 4 - ARL34; 5 - ARN31 e 6 - ARNO10.

Autoria: vereador José Ferreira.

7) Requerimento de Comissão n° 1.143/21 – Pedido de informações à Prefeitura de Belo Horizonte - Obter as seguintes informações: 1- A reabertura gradual das atividades econômicas é acompanhada pela

ampliação da malha do transporte público? 2- Os horários de funcionamento do transporte público, a quantidade de veículos disponíveis (ônibus e metrô) tem retornado ao normal? 3- O equilíbrio financeiro dos contratos administrativos de concessão será revisto, de modo a impor que as concessionarias do transporte público cumpram com as metas contratuais? 4- O que as empresas estão economizando serão objeto de reajuste tarifário, de modo a aliviar o bolso da população? 5- O que as concessionárias estão economizando nesse período, de alto fluxo de demanda (retorno das atividades econômicas) e baixa oferta de vazão (redução de transportes públicos) é ou será objeto de auditoria? 6- Há processo sancionador já aberto contra alguma concessionaria que não tem atendido satisfatoriamente o objeto do contrato? Gentileza listar.

Autoria: vereador Ciro Pereira.

SEM RESPOSTA

20ª Reunião – 09/09/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 1.157/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil - Obter informações sobre o repasse das Creches Conveniadas durante o período da pandemia.

Autoria: vereador Jose Ferreira.

- **Acareação entre o Subsecretário de Administração e Logística, Breno Serôa da Motta, e o proprietário do Shopping Oiapoque, Sr. Mário Valadares, para prestarem informações sobre as divergências nos depoimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito no tocante às tratativas sobre a negociação prévia da doação de oito ventiladores pulmonares (respiradores) a Prefeitura de Belo Horizonte**

Registro da acareação conforme a ATA Aprovada

O presidente registrou a presença remota do Subsecretário de Administração e Logística, Breno Serôa da Mota, e do proprietário do Shopping Oiapoque, Mario Valadares.

O vereador Irlan Melo questionou Mário Valadares se ele tratou com Breno Serôa da Mota sobre a doação dos respiradores para a prefeitura de Belo Horizonte.

Mario Valadares informou que havia se enganado e que a negociação não tinha sido feita com Breno Serôa da Mota.

O vereador Irlan Melo questionou se Mario Valadares conhece pessoalmente o Breno Serôa da Mota.

Mario Valadares se desculpou com Breno Serôa da Mota e disse que o contato foi realizado com André Reis, que foi muito rápido, e que o nome de Breno Serôa da Mota consta em um dos documentos que ele tinha em mãos, o que teria ocasionado a confução.

A vereadora Flávia Borja perguntou se o contato com André Reis foi por telefone e apenas uma vez ou se ocorreu em mais de uma ocasião.

A testemunha respondeu que foi apenas um contato com André Reis e que depois passou a tratar com o gerente de Contratação de Serviços e Engenharia Clínica, Leonardo Guilete Matos. Explicou os detalhes dos equipamentos doados e dos ajustes feitos nesses equipamentos.

A vereadora Flávia Borja questionou quem definiu o objeto da doação.

Mario Valadares respondeu que se candidatou a doar respiradores em função da grande ocupação dos leitos de UTI à época. Disse que fez contato com o secretário municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto, e disse que queria doar respiradores. Informou que cada um tinha um custo estimado de R$ 100.000,00, de forma que se propôs a doar três respiradores para o Município de Belo Horizonte. Complementou que foi transferido para conversar com André Reis o qual o transferiu novamente para tratar com Leonardo Vilete

Matos. Lembrou que participou de audiências públicas com participação do Comitê de Enfrentamento à Covid de Belo Horizonte e que essas audiências contaram com a presença de diversos outros empresários. Informou que conseguiu adquirir os três respiradores pelo valor de R$ 45.000,00 e que, em função do valor, optou por adquirir outros cinco, que tiveram o custo de R$ 30.000,00 cada um. Disse que a doação foi feita pelo Shopping Oiapoque e que os equipamentos foram entregues a Leonardo Vilete Matos. Respondeu não saber onde esses equipamentos foram instalados e apresentou o recibo de entrega dos equipamentos assinado por Leonardo Vilete Matos. Apresentou registros de mensagens de WhatsApp entre um de seus funcionários e Leonardo Vilete Matos no qual foi acordada a substituição de tubos pediátricos por adultos, por haver maior demanda desses últimos. Esclareceu que a doação se concretizou em 14/7/20, com a entrega dos equipamentos e que que no dia 20/7/20 foi celebrado o termo de doação. Respondeu que a conversa em WhatsApp mencionada anteriormente ocorreu em 10/7/20, quando estava ocorrendo a negociação com o fabricante para compra dos respiradores. Informou que valor total da compra dos equipamentos foi de R$ 308.000,00.

O vereador Irlan Melo questionou Breno Serôa da Mota se ele realmente não tratou com Mario Valadares sobre essa doação e questionou sobre afirmação feita de que a Prefeitura tinha recebido cerca de R$ 20 milhões em doações durante a pandemia.

Breno Serôa da Mota confirmou que até a última verificação o Município tinha recebido o equivalente a R$ 25.500.000,00 em doações, em um total de 329 itens. Informou que disponibilizou para a CPI uma planilha detalhando cada uma das doações recebidas. Disse que as negociações sobre doações não passam por ele, que ele apenas assina o final do processo para chancelar a entrada dos equipamentos no patrimônio do município.

A vereador Flávia Borja confirmou que recebeu a informação mencionada pelo Breno Serôa da Mota, mas que sentiu falta da informação do órgão de destino desses equipamentos.

Breno Serôa da Mota esclareceu que seria a Secretaria Municipal de Saúde que teria o controle do local de alocação desses equipamentos.

A vereadora Flávia Borja registrou que a informação fornecida pelo Breno Serôa da Mota ficou incompleta no sentido que não discrimina o local de destino dos equipamentos doados. Questionou sobre as doações recebidas do Supermercado BH.

A testemunha disse que a alocação desses materiais deve ser verificada com a Secretaria Municipal de Saúde. Esclareceu que o patrimônio é colocado sob responsabilidade de cada pasta e que cada uma pode alocar esse equipamento de acordo com a conveniência do serviço. Complementou que é feito inventario periódico.

A vereadora Flávia Borja questionou o motivo da demora de quase um ano na publicação das informações sobre a doação dos respiradores no diário oficial.

Breno Serôa da Mota respondeu que o órgão que recebe a doação é o responsável pela publicação das informações no Diário Oficial. Disse que o processo foi aberto pela Secretaria Municipal de Saúde e que o Secretario da pasta é o responsável em última instancia pela publicação. Ponderou que a demora pode ter decorrido em função do excesso de demandas durante a pandemia, mas que isso seria apenas uma suposição de sua parte. Lembrou que todos os documentos referentes à doação estão corretamente datados.

O vereador Irlan Melo questionou se as doações recebidas pelo Município foram solicitadas pela Prefeitura e, se o foram, quer fez a solicitação.

Breno Serôa da Mota respondeu que não tem conhecimento de que nenhuma solicitação nesse sentido tenha sido feita.

O vereador Irlan Melo disse que, após a doação realizada, o Shopping Oiapoque voltou a funcionar. Questionou se esses fatos tiveram alguma relação.

Breno Serôa da Mota respondeu não saber responder e que não participa do Comitê de Enfrentamento à Covid-19 em Belo Horizonte.

O vereador Irlan Melo questionou Mario Valadares se as doações dos respiradores foram solicitadas pela Prefeitura e, em caso positivo, quem as teria solicitado.

Mario Valadares respondeu que a doação foi feita por sua vontade e após o fechamento do comercio.

O vereador Irlan Melo questionou Mario Valadares se foi feito algum acordo condicionando a abertura do Shopping Oiapoque à realização da doação de respiradores.

Mario Valadares respondeu que não.

O presidente questionou se Mario Valadares teve contato com o secretário municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto, e se o secretário definiu as peças e equipamentos que seriam doados.

Mario Valadares respondeu que já se encontrou com o Jackson Machado Pinto e que não houve solicitação de nenhuma doação. Afirmou que a iniciativa das doações foi sua e que teria tido a mesma iniciativa no Município de Contagem. Comentou sobre os programas sociais que mantem.

O presidente questionou se Jackson Machado Pinto sabia das doações feitas pela testemunha ao Município.

Mario Valadares respondeu que sim e lembrou que Jackson Machado Pinto foi o primeiro contato que teve na Prefeitura quando decidiu fazer as doações.

O vereador Nikolas Ferreira ponderou que a questão está nebulosa e que há conflito nas informações fornecidas pelas testemunhas. Disse que Mario Valadares havia mencionado ter tratado com “Gladson” da Secretaria Municipal da saúde e que hoje nem mencionou esse nome.

Mario Valadares respondeu que o contato inicial foi feito com o secretário Jackson Machado Pinto no dia 2/7/20. Complementou que o secretário transferiu a tratativa para André Reis, com quem a testemunha teria conversado por trinta segundos antes de ser transferido para tratar com Leonardo Vilete Matos. Disse que as conversas com Leonardo Vilete Matos foram feitas por um de seus funcionários. Disse que não conhece nenhuma das pessoas mencionadas de forma pessoal e que somente tratou brevemente com eles.

O vereador Nikolas Ferreira questionou Mario Valadares sobre com quem foi feita a negociação dos tipos e modelos dos equipamentos a serem doados.

Mario Valadares respondeu que essa negociação foi feita pelo seu funcionário João Vítor, que seria seu responsável por compras, e que não participou diretamente dessa discussão. Disse que os oitos equipamentos doados o foram por sua iniciativa.

A vereador Flávia Borja disse estar sem entender a cronologia dos eventos.

Mario Valadares disse que sugeriu a realização de doação de equipamentos por empresários em uma das audiências públicas que ocorreram durante a pandemia. Esclareceu que essas audiências contaram com a presença de empresários, do Comitê de Enfrentamento à Covid-19 em Belo Horizonte, de representantes da Federação das Indústrias de Minas Gerais - FIEMG -, da Câmara de Diretores Lojistas - CDL -, dentre outros. Respondeu que era convidado para essas audiências, mas não se lembra se por e-mail ou por WhatsApp. Respondeu que não tem contato com Adriana Branco há mais de quinze anos e não soube informar se ela participou das audiências públicas mencionadas.

O vereador Irlan melo disse que o objetivo da CPI é buscar a verdade que são seus membros que decidem o que é relevante para a investigação.

A vereadora Flávia Borja questionou Breno Serôa da Mota se, quando ocorre uma doação, os itens recebidos são conferidos.

Breno Serôa da Mota respondeu que são conferidos pelo órgão que os recebe. Complementou que os equipamentos são conferidos quando recebidos e, posteriormente, são direcionados pela necessidade do órgão. Disse que, no caso dos respiradores, o recebimento foi feito pela Secretaria Municipal de Saúde e que a movimentação desses equipamentos é de responsabilidade daquela pasta.

A vereadora Flávia Borja informou que houve doação de 650 mil comprimidos de cloroquina pelo Supermercados BH e questionou se a testemunha tinha conhecimento desse fato.

Breno Serôa da Mota disse não o julgamento de conveniência e oportunidade do recebimento de doações é de cada pasta e que não se lembra dessa doação específica. Lembrou que a alocação e distribuição de medicamentos é feita pela Secretaria Municipal de Saúde.

O presidente agradeceu a presença das testemunhas.

O vereador Nikolas Ferreira questionou Breno Serôa da Mota confirma a existência dos servidores André Reis e Leonardo Vilete Matos no quadro de pessoal da Prefeitura de Belo Horizonte.

Breno Serôa da Mota confirmou que as duas pessoas citadas são servidores da Prefeitura de Belo Horizonte.

O vereador Nikolas Ferreira questionou Breno Serôa da Mota se ele sabia nas negociações entre Mario Valadares e a Secretaria Municipal de Saúde.

Breno Serôa da Mota disse que não tinha conhecimento e que ficou sabendo, posteriormente, por meio da CPI e que buscou informações para atender a convocação dessa comissão.

21ª Reunião – 14/09/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 1.185/21 – cancelamento da oitiva, aprovada pelo requerimento de comissão nº 1.078/21, do Subsecretário Municipal de Comunicação Social, Sr. Francisco Maia Barbosa Duarte, agendada para o dia 16 de setembro de 2021, às 09:00h.

   Autoria: vereador Juliano Lopes.

22ª Reunião – 16/09/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 1.181/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 07/10/2021, às 09:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de intimar o Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, André Abreu Reis, para prestar informações, pessoalmente, sobre o depoimento de Mário Valadares realizado no dia 09/09/2021.

   Autoria: vereadores Flávia Borja, Professor Juliano Lopes e Nikolas Ferreira.

2) Requerimento de Comissão n° 1.182/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 14/10/2021, às 09:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de intimar o Gerente de contratação de serviços gerais e de engenharia, Leonardo Vilete Matos, para prestar informações, pessoalmente, sobre o depoimento de Mário Valadares realizado no dia 09/09/2021.. Lista de convocados anexa.

   Autoria: vereadores Flávia Borja, Professor Juliano Lopes e Nikolas Ferreira.

3) Requerimento de Comissão n° 1.183/21 – Pedido de informações ao Prefeitura de Belo Horizonte. - Obter as seguintes informações: 1- Quais os dados, estatísticas e motivação apoiaram à PBH para criar a regra: 3.3. As janelas e portas das salas e outros departamentos deverão permanecer abertas. O uso de ventilador é permitido no modo exaustor. Não é permitido o uso de ar condicionado no ANEXO DA PORTARIA SMSA/SUS-BH Nº 179/2021; PORTARIA SMSA/SUS-BH N° 374/2021 e PORTARIA SMSA/SUS-BH N° 265/2021 que disciplinam o retorno as aulas; 2- Foi levado em consideração os males do calor de um país tropical, do grau de irritabilidade, de atenção e de bem estar numa sala de

aula durante os dias mais quentes? 3- A prefeitura estuda autorizar o ar condicionado ou outras medidas de refrigeração para serem utilizadas pelas escolas? 4- Pode-se substituir o uso de máscara por face shield nos dias mais quentes? 5- A Prefeitura pensa em aplicar um protocolo diferente para os dias que superem a sensação térmica de 25 graus? 6- A Prefeitura estuda a questão do corpo humano como propagador de calor e que deve ser revisto o não uso do ar condicionado e dos ventiladores? 7- Foi feita uma análise de custo e benefícios nos males do calor e do ar condicionado e ventilador?

Autoria: vereador Ciro Pereira

4) Requerimento de Comissão n° 1.214/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil - Obter informações sobre os gastos com publicidade da plataforma utilizada para consultas na modalidade online durante o período da pandemia.

Autoria: vereador José Ferreira.

5) Requerimento de Comissão n° 1.215/21 – Pedido de informações por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19 à(ao) Prefeito Alexandre Kalil - Obter informações sobre as ações e medidas propostas pela Secretaria Municipal de Educação de colocarem os professores no quadro de excedência (agosto/setembro) nas suas unidades de trabalho após a publicação da Portaria SMSA/SUS Nº 0374/2021 de 20 de agosto de 2021, que altera a Portaria SMSA/SUS Nº 179/2021, que dispõe sobre protocolos específicos de vigilância em saúde para atividades nas escolas municipais.

Autoria: vereador José Ferreira.

6) Requerimento de Comissão n° 1.216/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) em horário definido(s) posteriormente no dia 23/09/2021, no(a) Plenário Camil Caram,

com a finalidade de Intimar o ex-presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans, Célio Bouzada, para pessoalmente, prestar informações sobre a responsabilidade do Poder Executivo e da BHTrans, sobre a exposição dos usuários do sistema de transporte público em coletivos superlotados ao vírus da Covid-19, bem como sobre outros assuntos atinentes ao tema.

Autoria: vereadores Flávia Borja e Nikolas Ferreira.

7) Requerimento de Comissão n° 1.217/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil - Obter informações sobre as equipes que trabalharam nas consultas de modalidade online durante o período da pandemia.

Autoria: vereador José Ferreira.

8) Requerimento de Comissão n° 1.218/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil - Obter informações sobre as empresas e empreiteiras conveniadas à GERMEF e que realizam adequação e obras das creches conveniadas durante o período da pandemia.

Autoria: vereador José Ferreira.

9) Requerimento de Comissão n° 1.235/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil - Obter informações sobre as ações e medidas propostas pela Secretaria Municipal de Educação de colocarem os professores no quadro de excedência (agosto/setembro) nas suas unidades de trabalho após a publicação da Portaria SMSA/SUS-BH Nº 0374/2021 de 20 de agosto de 2021 que altera a Portaria SMSA/SUS Nº 179/2021, que dispõe sobre protocolos específicos de vigilância em saúde para atividades nas escolas municipais.

Autoria: vereador José Ferreira.

23ª Reunião – 23/09/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 1.275/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 21/10/2021, às 09:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de Intimar o Presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, Diogo Prosdocimi, para, pessoalmente, prestar informações sobre a responsabilidade do Poder Executivo no que diz respeito à exposição à Covid-19 dos usuários do sistema de transporte público em coletivos superlotados, bem como sobre o auxílio financeiro fornecido às empresas concessionárias de transporte coletivo pela PBH em razão de supostos prejuízos de tais empresas.

   Autoria: vereador Irlan Melo.

2) Requerimento de Comissão n° 1.298/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 30/09/2021, às 09:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de Intimar o presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros - SETRABH, Sr. Joel Jorge Pasqualin, para prestar informações, pessoalmente, de forma virtual ou presencial.

   Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

- **Oitiva do Ex Presidente da Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte S.A. – BHTrans –, Sr Célio Bouzada, para prestar informações sobre a responsabilidade do Poder Executivo e da BHTrans, sobre a exposição dos usuários do sistema de transporte público em coletivos superlotados ao vírus da Covid-19, bem como sobre outros assuntos atinentes ao tema.**

Registro da oitiva conforme a ATA Aprovada

O presidente registrou a presença remota de Célio Bouzada.

O vereador Nikolas Ferreira declarou não ter perguntas a fazer naquele momento.

A vereadora Flávia Borja afirmou que, após ter acesso a documentos disponibilizados pela CPI da BHTrans e a informações sobre oitivas da mencionada CPI, verificou que houve adiantamento, para as concessionárias do transporte coletivo municipal, de valores relativos à compra antecipada de vales-transporte; que o depoente havia enviado ofício ao secretário municipal da Fazenda sobre esse adiantamento de valores, para a melhoria do fluxo de caixa das concessionárias; e que ele reconhece ter ocorrido o primeiro adiantamento no valor aproximado de R$5 milhões. Perguntou a Célio Bouzada se ele se preocupava com fluxo do caixa dessas empresas antes de haver manifestação por parte delas.

O depoente relatou que havia uma crise em todo o País, tendo sido publicado um decreto municipal de calamidade pública em 17/3/20 e ocorrido a suspensão de atividades no Município no dia seguinte. Disse que, nesse contexto, o Município reconheceu, diante da imprensa, a necessidade de melhorias no transporte público; que a situação do transporte público foi discutida em uma reunião, com a participação de um grande número de secretários municipais; e que, nessa reunião, as concessionárias alegaram verbalmente aumento de dificuldades de operar o transporte coletivo. Acrescentou que houve também a proibição, por meio de decreto, do transporte de pessoas em pé e a consequente redução significativa do número de passageiros por viagem. Declarou que, tendo em vista a recomendação da Associação Nacional de Transporte Público - ANTT - e do Fórum Nacional de Nacional de Secretários e Dirigentes de Mobilidade Urbana de apoiar operações de transporte, inclusive por meio de compra de combustível pelo poder público e de compra antecipada de créditos, o Município considerou a última recomendação mencionada como alternativa adequada para minorar a crise verificada.

Perguntado pela vereadora Flávia Borja sobre qual foi a data da reunião mencionada e se havia ata dessa reunião, Célio Bouzada disse não poder precisar a data de reuniões realizadas. Acrescentou que ocorreram duas reuniões, sendo uma no período inicial da suspensão de atividades do Município, e a segunda quando houve a determinação, pelo prefeito Alexandre Kalil, de limitação da quantidade de passageiros. Afirmou que não houve registro dessas reuniões em ata.

Perguntado pela mesma vereadora sobre se houve participação do prefeito nessa decisão para ajudar empresas do transporte coletivo e se havia intenção das empresas de receber auxílio naquele momento, tendo em vista que o solicitaram somente em 17/5/20, o depoente declarou que o Município não tinha conhecimento da amplitude e do tempo que poderia durar a situação. Acrescentou que o auxílio foi concedido com base nas recomendações dos órgãos de controle do transporte coletivo por ele mencionados e para a manutenção de serviços essenciais para ao Município.

A vereadora Flávia solicitou que se registrasse em ata a declaração do depoente sobre a inexistência de ata da reunião que tratou da concessão de auxílio financeiro a empresas de transporte coletivo e sobre a inexistência de pedido formal, por essas empresas, para os primeiros repasses de valores feitos a elas.

Célio Bouzada afirmou que as concessionárias alegaram a redução de 70% da receita no início da pandemia e que a operação do transporte não foi reduzida na mesma proporção e, sendo assim, necessitavam resolver essa situação.

A vereadora Flávia Borja considerou importante que houvesse a demonstração prévia de um prejuízo. Perguntou sobre os critérios para que o Município concluísse as contas para realizar esse repasse; e se essa medida poderia ser considerada um adiantamento de repasse ou um subsídio.

Célio Bouzada afirmou que não se tratava de um subsídio nem de um pedido, mas de um adiantamento de compras com previsão.

A vereadora Flávia Borja exibiu eslaides sobre os adiantamentos de valores pela PBH às concessionárias e perguntou ao depoente se ele

confirmava a ocorrência de um adiantamento de R$5 milhões em 7/3/21. Pediu ao depoente o ofício que fundamentou esse repasse. Afirmou que, desde a época desse repasse até maio de 2021, foram totalizados aproximadamente R$224 milhões em repasses para essas empresas. Reiterou a solicitação de que o depoente informasse a denominação dessa operação e se poderia se tratar de um empréstimo.

Célio Bouzada afirmou ter conhecimento do adiantamento de repasse de valor aproximado de R$5 milhões e disse que enviará à CPI o ofício que fundamentou esse repasse. Reiterou tratar-se de um adiantamento de compra, tendo em vista ser a PBH detentora dos vales-transporte.

Perguntado pela vereadora Flávia Borja sobre como seria a devolução dos valores repassados às concessionárias, o depoente declarou que essa devolução ocorre por meio de uma gestão compartilhada, cuja operacionalização ele não sabe detalhar. Acrescentou que a gestão dos vales-transporte é feita pela Prefeitura.

A vereadora Flávia Borja disse entender que a BHTrans tem responsabilidade no caso em questão e perguntou ao depoente se ele não tem conhecimento dos termos do acordo para o repasse de recursos para concessionárias do transporte coletivo e, sendo assim, transferiu a responsabilidade para a PBH. Indagou também se ele não se preocupou sobre como ocorreria a devolução dos valores repassados.

Célio Bouzada afirmou que há preocupação, sim, com a devolução dos valores pelas concessionárias e que essa devolução tem ocorrido. Disse que, no contrato firmado entre a PBH e o Conselho Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus de Belo Horizonte - Transfacil, há previsão da forma e do período de devolução dos valores. Disse ser possível enviar cópia do aditivo do contrato para a vereadora Flávia Borja.

Perguntado se, ao afirmar que têm sido devolvidos os valores repassados pela PBH a concessionárias do transporte coletivo, pode informar se a devolução tem ocorrido por meio de cartão eletrônico de passagem do servidor, o depoente respondeu afirmativamente.

Perguntado pela mesma vereadora sobre quem fiscaliza a devolução, o

depoente informou ser a Secretaria da Fazenda, mas observou que não sabe informar por meio de qual setor a fiscalização ocorre. Declarou ser possível fornecer a última informação posteriormente.

A vereadora Flávia Borja perguntou ao depoente por que não foram utilizados recursos do Fundo Garantidor do Equilíbrio Econômico - FGE, previsto em contrato, para ajuda financeira às concessionárias.

Célio Bouzada explicou que os valores existentes no mencionado fundo são considerados baixos para resolver o caso em questão e já haviam sido utilizados em situações anteriores. Observou que o repasse de valores para as concessionárias não pode ser considerado subsídio, pois seria fornecer recursos sem ter contrapartida. Acrescentou que, no caso em análise, as empresas beneficiárias devem devolver o que receberam.

Perguntado pela vereadora Flávia Borja sobre a forma de devolução e se esta ocorre por meio de aplicação de valores em cartões eletrônicos de passagem de servidores, o depoente informou que esse é um procedimento de crédito específico, que ele não saberia explicar em detalhes. Afirmou tratar-se de uma devolução em forma de vales-transporte.

A vereadora Flávia Borja afirmou que, conforme planilha do Sindicato dos Permissionários Autônomos do Transporte Suplementar de Passageiros do Município de Belo Horizonte - Sindpautras - e documentos da CPI da BHTrans, as concessionárias têm devolvido em dinheiro os valores recebidos da PBH. Solicitou que se registrasse em ata que o adiantamento de valores da Prefeitura para as concessionárias do transporte público foi um empréstimo. Perguntou ao depoente se ele concorda em que se trata de um crime de responsabilidade e que a operação em análise é uma compra antecipada.

Célio Bouzada explicou que um contrato entre a PBH e o Transfacil prevê a compra de vales-transporte; que esse consórcio operacional distribuiu os valores relativos a essa compra para concessionárias do transporte coletivo e empresas do transporte complementar; e que, quando a Prefeitura compra novos vales-transporte, usa os créditos antigos. Assegurou que não se trata de uma compra antecipada e acrescentou que o mencionado contrato prevê a forma da compra e como serão resgatados os créditos.

Perguntado pela vereadora Flávia Borja se tem conhecimento de como e quando será a devolução de valores pelas empresas de transporte suplementar, o depoente respondeu negativamente e observou tratar-se de operação específica relativa a esses prestadores.

Perguntado por essa vereadora se o Transfacil é localizado na sede do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte - Setra-BH, Célio Bouzada informou que a sede desse consórcio operacional está no mesmo prédio onde funciona o Setra-BH.

A vereadora Flávia Borja observou que, em janeiro de 2021, o repasse de valores da PBH para empresas do transporte coletivo totalizava em torno de R$64 milhões e que, atualmente, chega a aproximadamente R$224 milhões. Acrescentou que as empresas necessitariam de prazo de 10 anos para conseguirem devolver os valores recebidos, mas restam 8 anos para expirar o contrato. Pediu que o depoente prestasse esclarecimentos sobre essa situação.

Célio Bouzada explicou que as beneficiárias acionaram a Justiça em relação à PBH e, em virtude disso, foi feito, então, acordo judicial que estabeleceu novas condições de repasse e de devolução de valores. Afirmou que, ao firmar o acordo, não se tinha conhecimento do prazo que as empresas necessitariam para a devolução.

Questionado pela mesma vereadora se ele estaria responsabilizando a PBH pelo gerenciamento da devolução, o depoente considerou que a Prefeitura tem mecanismos para controle da situação.

A vereadora Flávia Borja solicitou que se registrasse em ata que existe um montante de empréstimo feito pela PBH a empresas do transporte coletivo, cujo prazo para pagamento ultrapasse o prazo de duração do contrato que regula essa operação; e que o total desse empréstimo é superior a R$224 milhões.

O vereador Irlan Melo perguntou ao depoente qual o número do processo relativo à transferência de valores da PBH para o Transfacil e se, para esse repasse, foram usados recursos recebidos do governo federal destinados ao combate à covid-19.

Célio Bouzada declarou não ter o número do processo e que esse dado e a ata da reunião que trata desse processo judicial estão no *site* do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Afirmou que os recursos utilizados para o repasse foram exclusivamente do Tesouro Municipal.

Perguntado pelo mesmo vereador se, em algum momento, empresas de transporte coletivo usaram recursos federais ou estaduais repassados ao Município, durante a pandemia, para manterem seus serviços, o depoente declarou não ter conhecimento desse tipo de uso de verbas.

O presidente comunicou ter recebido cópia do acordo judicial realizado pelo Município no TJMG e informou que a enviaria para o relator, vereador Irlan Melo, para subsidiar seu relatório.

A vereadora Flávia Borja declarou interesse em ter acesso aos termos do acordo judicial mencionado. Observou que, após nove meses do início dos repasses de valores pela PBH, foi firmado esse acordo; e questionou o motivo dessa medida, tendo em vista que os repasses já se encontravam em andamento.

Célio Bouzada declarou não ter conhecimento dos termos jurídicos do mencionado acordo. Reiterou que as concessionárias do transporte coletivo acionaram a Justiça com o pedido de repasse de valores e que, em virtude disso, é que foi firmado o acordo judicial. Acrescentou que os valores de repasse previstos no acordo foram os mesmos que estavam em andamento.

A vereadora Flávia Borja solicitou que se registrasse em ata que havia um acordo em andamento, desde março de 2020, para repasse de valores pela PBH a concessionárias do transporte coletivo; e que, em dezembro do mesmo ano, foi firmado acordo judicial sobre os mesmos valores previstos no primeiro acordo e que Célio Bouzada não sabia informar o motivo desse acordo judicial.

Perguntado pela vereadora Flávia Borja sobre quem assinou o acordo judicial como representante da PBH, o depoente disse ter sido ele, o prefeito Alexandre Kalil, o então secretário da Fazenda e o então chefe da Procuradoria do Município.

A vereadora Flávia Borja afirmou que o depoente havia declarado, em

oitiva realizada pela CPI da BHTrans, que o repasse de valores para concessionárias do transporte coletivo tinha o intuito de manter a regularidade das viagens, inclusive por meio da oferta de ônibus extra pelas concessionárias, se necessário. Perguntou por que, apesar do uso de verba pública por essas empresas, houve redução da frota; e se isso não configura uma quebra do acordo.

Célio Bouzada informou que o objetivo desse repasse de valores foi a diminuição do número médio de passageiros por viagem e afirmou que essa redução ocorreu. Acrescentou que as empresas eram multadas se reduzissem o número de viagens.

Questionado pela mesma vereadora se a redução da quantidade de viagens não incidiria em quebra de acordo, o depoente reiterou que essa medida gerava multa e considerou que uma rescisão do acordo prejudicaria a população.

A vereadora Flávia Borja solicitou que se registrasse em ata que houve quebra de acordo por parte das concessionárias do transporte coletivo, por não terem reduzido o número de passageiros por viagem nem mantido a frota mínima. Alertou que essa situação pode ter gerado contaminação e mortes no Município.

Perguntado pela vereadora Flávia Borja se tinha ciência de que o acordo de repasse de valores pela PBH às concessionárias de transporte foi descumprido e, mesmo assim, o repasse prevaleceu, o depoente observou que esse acordo foi firmado em dezembro de 2020 e ele encerrou sua atuação como presidente da BHTrans em 4/1/21. Disse não poder afirmar se concorda em que houve descumprimento de acordo, porque não tinha os “números” a partir da data de sua saída da presidência.

Perguntado pela mesma vereadora se houve percentual de repasse de valores pela PBH às empresas de transporte suplementar e se esse repasse ocorreu desde o início do acordo relativo aos repasses, o depoente declarou ter sido estipulado o percentual de 10% dos valores de repasse para essas empresas e que elas, desde o início dos repasses, não receberam valores estipulados.

A vereadora Flávia Borja solicitou que se registrasse em ata que as concessionárias do transporte coletivo receberam valores da PBH desde março de 2020 e que as empresas de transporte suplementar passaram a receber somente a partir de maior do mesmo ano.

Perguntado pela vereadora Flávia Borja como foi definido o percentual de 10% de repasse para as prestadoras de serviço de transporte suplementar e como foi feito o cálculo dos valores a serem repassados a elas, o depoente declarou que o percentual foi definido tendo em vista que o transporte suplementar representa 10% do transporte público do Município e que o cálculo para apuração dos valores a serem repassados considerou a amplitude da frota de transporte público da cidade. Acrescentou não ter os dados relativos aos cálculos naquele momento.

A vereadora Flávia Borges disse ter conhecimento de que, além da demora para garantir o repasse de valores para as empresas de transporte suplementar, esse repasse passou a ser até 15% menor, chegando a um percentual final de 8,5%. Perguntou ao depoente qual foi o fundamento dessa redução de percentual de repasse.

Célio Bouzada reiterou que, a partir de janeiro de 2021, não era mais responsável pela política de transportes do Município e afirmou não ter conhecimento do que houve em relação à situação relatada.

O presidente registrou a presença remota do vereador Braulio Lara, não integrante da comissão.

O vereador Braulio Lara considerou relevantes os problemas relativos ao transporte suplementar. Relatou que esse setor procurou a CPI da BHTrans para reclamar de não inclusão nas políticas de transporte do Município e de demora para serem beneficiados no acordo de repasse de valores pela PBH. Perguntou ao depoente como a situação dos prestadores de serviço de transporte suplementar foi tratada no início da pandemia de covid-19.

Célio Bouzada relatou que os prestadores de serviço de transporte suplementar procuraram a PBH, demonstraram sofrer também os impactos da pandemia e reivindicaram auxílio. Disse que a PBH entendeu, então, ser pertinente o repasse de valores a esses prestadores; e que eles passaram a

receber 10% do total a ser repassado.

Perguntado pelo vereador Braulio Lara por que houve redução do percentual estipulado e por que a BHTrans não interveio como fiscalizadora, o depoente assegurou que foi repassado o percentual estipulado de 10%; e que podem ter ocorrido descontos relativos ao pagamento de serviço de bilhetagem prestado pelo Transfacil ao Sindpautras.

O vereador Braulio Lara afirmou que os dados demonstram que havia um valor de repasse para as empresas de transporte suplementar equivalente a 10% do total dos repasses, antes de haver descontos. Perguntou ao depoente se o caso foi apresentado à BHTrans e a empresa não tomou qualquer medida.

O depoente afirmou que esse caso não foi apresentado à BHTrans e observou tratar-se de uma prestação de serviços entre Transfacil e Sindpautras.

O vereador Braulio Lara declarou que tem conhecimento de que o caso de redução de percentual de repasse foi apresentado à BHTrans, embora o depoente discorde dessa afirmativa.

O Presidente registrou a presença remota da vereadora Fernanda Pereira Altoé, não integrante da comissão.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé chamou a atenção para a existência de um acordo de repasse de valores pela PBH e, aproximadamente nove meses depois, a celebração de novo acordo para legitimar um ato que se iniciou de forma equivocada. Perguntou ao depoente se ele considerava ter havido uma compra antecipada cujo prazo de quitação ultrapassa o período de duração do contrato que a prevê.

Célio Bouzada observou que, quando foi firmado o acordo, não havia previsão do tempo de duração da pandemia de covid-19. Disse acreditar que a PBH tinha mecanismos para rever esses valores e ser ressarcida.

Pediu ao depoente que informasse se considerava o repasse de valores relativo à compra de vales-transporte pela Prefeitura um empréstimo ou um subsídio.

Célio Bouzada declarou tratar-se de um contrato de compra antecipada

de vales-transporte.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé informou que solicitará a apresentação de pedido de informação sobre o acordo firmado entre a PBH e o Transfacil.

Perguntado pela mesma vereadora se o mencionado acordo tinha prazo de encerramento determinado e se está sendo cumprido atualmente, o depoente respondeu que não existe prazo determinado para encerramento do acordo e que não tem conhecimento de que ele esteja sendo cumprido pelo atual presidente da BHTrans.

O presidente registrou a presença remota do vereador Gabriel, não integrante da comissão.

Perguntado pelo vereador Gabriel se tinha feito pedido ao prefeito Alexandre Kalil para não retornar à CPI da BHTrans, para que não ficasse mais diante desse vereador em uma CPI, o depoente disse que esteve com o prefeito algumas vezes após ter encerrado sua presidência na BHTrans e que não se recordava de ter feito pedido com esse teor a Alexandre Kalil.

O vereador Gabriel afirmou que o depoente mentiu na resposta e que cometeu várias falhas em sua gestão como presidente da BHTrans e no contexto da pandemia. Considerou inadequado o adiantamento de valores relativos a vales-transporte, tanto em termos contratuais quanto por aplicar recursos em consórcio de bilhetagem. Observou que os valores mencionados não deveriam ter sido repassados para concessionárias do transporte coletivo e deveriam permanecer de posse do Transfacil. Disse que esse repasse para as concessionárias poderia ocorrer, contanto que o depoente concordasse em que houve conluio para a efetivação dessa medida. Afirmou que a primeira antecipação de prazo do repasse foi solicitada por Célio Bouzada, conforme nota técnica de março de 2021. Detalhou que o pedido de auxílio financeiro pelas concessionárias ocorreu em 19/5/20 e que o repasse tinha ocorrido dois meses antes desse pedido, sem ainda se ter conhecimento da situação apresentada. Observou que a ação judicial sobre o caso também ocorreu após o início dos repasses e que, antes de ser firmado acordo, já ocorria dispêndio de dinheiro público. Considerou que, tendo sido publicado decreto que limitou o

número de passageiros por viagem, entre outras obrigações estipuladas para as concessionárias, houve quebra de contrato por descumprimentos dessa e de outras obrigações. Avaliou que essa quebra de contrato deveria ocorrer judicialmente. Afirmou que o decreto, publicado em maio de 2020, com exigências a serem cumpridas pelas concessionárias de transporte coletivo, foi criticado pelo próprio prefeito. Afirmou que Alexandre Kalil criticou a atuação de Célio Bouzada e do Comitê de Enfrentamento à Covid-19. Perguntou em que se baseiam as decisões desse comitê e cobrou o envio a esta Casa, pela PBH, das atas de reuniões e de decisões do mencionado comitê. Considerou importante ter acesso às atas sobre decisões da PBH durante a pandemia, tendo em vista que elas podem motivar atos administrativos. Perguntou quem assina essas decisões. Observou que as atas do referido comitê devem ser assinadas por agentes públicos; e afirmou que há integrantes desse comitê que não são agentes públicos.

Questionado pelo vereador Gabriel sobre afirmação da inexistência de atas de reuniões sobre os repasses feitos a concessionárias do transporte coletivo, Célio Bouzada declarou que não existem atas das reuniões sobre o assunto das quais participou.

Perguntado pelo mesmo vereador se conhece Alberto Lage e qual a forma de sua relação com ele quando o depoente era presidente da BHTrans, Célio Bouzada respondeu positivamente e acrescentou que sempre teve uma relação cordial com todas as pessoas.

O vereador Gabriel perguntou ao depoente se ele tem conhecimento de que Alberto Lage entregou à CPI da BHTrans uma lista e nota técnica relativas às ações do depoente na presidência da BHTrans e, posteriormente, pediu demissão.

Célio Bouzada declarou ter conhecimento da mencionada demissão por ela ter sido divulgada na imprensa, mas observou que não sabia da entrega de documentos mencionada.

Perguntado pelo vereador Gabriel se tinha ciência de que sua fala contradizia declarações de Alberto Lage à CPI da BHTrans, o depoente respondeu negativamente.

O vereador Gabriel sugeriu uma acareação entre Célio Bouzada e Alberto Lage e considerou que existe uma interação entre esta CPI e a que trata sobre a BHTrans.

O presidente declarou ser possível essa acareação.

O vereador Gabriel perguntou ao depoente se ele tinha conhecimento de onde se entravam as caixas de documentos sob a guarda da BHTrans que estavam desaparecidas e se, como assessor do presidente dessa empresa, ele percebeu que o presidente procurava por esses documentos; ou se ele foi indagado pelo presidente sobre os documentos.

Célio Bouzada afirmou que existe um serviço de guarda de caixas de documentos e que, por se encontrar em trabalho remoto, não viu manifestações do presidente da BHTrans sobre os documentos mencionados.

Após criticar as respostas proferidas pelo depoente, o vereador Gabriel perguntou-lhe se, quando ele participou da reunião que tratou sobre o repasse de valores para concessionárias de transporte coletivo, a PBH já havia autorizado esse repasse.

Célio Bouzada disse que essa reunião foi realizada após ocorrerem problemas para as concessionárias e com base em recomendações de órgãos de controle do transporte.

Perguntado pelo mesmo vereador se se lembrava da nota técnica sobre esse repasse, o depoente declarou ter conhecimento de sua existência.

Perguntado pelo vereador Gabriel se, por ineficiência, passou a ser escamoteado pelo presidente da BHTrans, o depoente disse não ter conhecimento a respeito dessa informação.

O vereador Gabriel afirmou que, assim que percebeu a desordem causada pelo depoente, o presidente da BHTrans, Diogo Prosdocimi, buscou formas de encerrar o acordo relativo aos repasses de valores para concessionárias. Perguntou a Célio Bouzada se não havia prazo determinado para o contrato se encerrar.

O depoente declarou que todo contrato firmado pela PBH relativo ao transporte público tem prazo determinado de duração.

O vereador afirmou que o depoente recebeu de empresários do transporte valores para custear curso que ministrou na Universidade Fumec. Perguntou-lhe quanto recebeu do Setra-BH para lecionar nessa universidade.

Célio Bouzada declarou que recebe remuneração aproximada de R$10 mil para lecionar na referida universidade e que essa remuneração é paga por essa instituição de ensino.

O vereador Gabriel indagou por que as caixas com documentos sob a guarda da BHTrans foram localizadas somente após tanto tempo; por que o depoente mentiu sobre o paradeiro das caixas; e se ele não recebeu sequer um *e-mail* do presidente da BHTrans a respeito ao extravio desses documentos.

Célio Bouzada disse não saber o motivo da demora na localização das caixas; afirmou não ter mentido sobre o paradeiro desses documentos nem ter recebido qualquer *e-mail* que perguntasse sobre a localização deles.

O vereador Gabriel considerou pertinente que Célio Bouzada seja penalizado por prejuízos gerados para o Município e chamou a atenção para os problemas verificados pela CPI no transporte coletivo e para a participação do depoente no agravamento deles.

O vereador Gabriel perguntou ao depoente se ele já conversou com Adalclever Lopes e se verificou se Adalclever participava de negociações com empresas do transporte coletivo.

Célio Bouzada disse ter conversado com Adalclever na última gestão e não ter verificado a participação dele nessa negociação.

O vereador Gabriel Perguntou ao depoente se, em alguma reunião, o prefeito Alexandre Kalil parecia alcoolizado; ou se já fez ligação alcoolizado para o depoente em horário noturno; e se, em todas as decisões tomadas, o prefeito encontrava-se em perfeitas condições mentais.

Célio Bouzada negou as acusações de situações de alcoolismo e afirmou que o prefeito estava em boas condições mentais.

Perguntado pelo mesmo vereador se considerava suas próprias decisões as melhores possíveis durante a pandemia, o depoente Célio Bouzada declarou que essas decisões foram tomadas, no âmbito da PBH, com

o objetivo de prestar o melhor serviço possível para a cidade.

O vereador Gabriel perguntou ao depoente de quem é a responsabilidade por condições precárias do transporte coletivo e por ônibus superlotados durante a pandemia.

Célio Bouzada afirmou que essa responsabilidade cabe às concessionárias do transporte público, que devem cumprir normas estabelecidas em decreto.

Perguntado pelo vereador Gabriel se não havia, no acordo firmado no Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG, condições para a prestação do serviço de transporte e por que não tomou medidas para controle dessa situação, o depoente esclareceu que havia previsão de multa por descumprimento de normas em cada viagem considerada irregular e que tomou medidas cabíveis previstas na legislação.

Perguntado pelo mesmo vereador por que o prefeito considerou estúpido o decreto elaborado pelo depoente e por que o prefeito não acatou esse documento, o depoente afirmou que todos os decretos são realizados de forma técnica, por várias pessoas, e declarou não saber a qual decreto o vereador se referia.

O vereador Gabriel esclareceu que se trata de um decreto relativo à covid-19, e outro relativo à redução de horários; e que o segundo decreto foi assinado e depois negado pelo prefeito. Perguntou por que isso ocorreu.

O depoente disse não ter conhecimento sobre essa negação e considerou que o prefeito é que deve declarar seus motivos.

O vereador Gabriel reafirmou a necessidade de acareação entre Célio Bouzada e Alberto Lage.

O presidente reiterou que o requerimento da acareação sugerida seria elaborado.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou ao depoente se ele se considerava responsabilizado injustamente pelas situações apontadas na audiência.

Célio Bouzada observou que as decisões da PBH ocorrem sempre de forma conjunta, sob a responsabilidade dos secretários municipais envolvidos em cada tema; e que, nos assuntos relativos ao transporte, as decisões são de competência da BHTrans. Acrescentou que existe uma assessoria jurídica prestada pela Procuradoria do Município - PGM.

O vereador Nikolas Ferreira considerou importante verificar se o depoente estava acompanhado, tendo em vista não ser permitida assessoria ou ajuda externa nos depoimentos prestados à CPI.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou ao depoente se a BHTrans tem causado problemas para o Município em razão da forma como essa empresa tem sido administrada; e se ele se considera o único a ser responsabilizado pelos erros da BHTrans.

Célio Bouzada observou que a BHTrans pode ser considerada um órgão técnico que auxilia o funcionamento da cidade. Quanto à sua responsabilização, ponderou que foi presidente da empresa, mas observou que ela possui uma estrutura de governança.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou ao depoente se ele iniciou sua atuação na BHTrans no início da gestão do prefeito Alexandre Kalil e se acredita que o prefeito confia nele e sempre lhe reporta as decisões tomadas.

Célio Bouzada informou que é servidor concursado e respondeu positivamente quanto à confiança e quanto à postura do prefeito de lhe reportar as decisões tomadas.

Perguntado pela vereadora Fernanda Pereira Altoé se poderia afirmar que as situações em discussão tiveram participação do prefeito Alexandre Kalil, o depoente respondeu positivamente; e acrescentou que essa participação estende-se aos secretários municipais.

Perguntado pela mesma vereadora a quais secretários ele estaria se referindo, Célio Bouzada explicou que a participação dos secretários ocorre de maneira geral, citando como exemplo a participação das secretarias da

Fazenda e do Planejamento na compra de vales-transporte. Acrescentou que o prefeito tem também assessoria jurídica prestada pela PGM.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou por que foram concedidos subsídios e empréstimos ilegais.

O depoente disse acreditar que as operações financeiras mencionadas ocorreram por meio de processo legal.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé declarou não concordar que Célio Bouzada seja um “bode expiatório”, tendo em vista que ele é subordinado ao prefeito, que é responsável pela gestão do dinheiro público.

A vereadora Flávia Borja chamou a atenção para a ocorrência de concessão de subsídio pela PBH como forma de adiantamento de valores, sem provocação por parte das concessionárias do transporte coletivo, tendo sido esse repasse de valores iniciado em poucos dias de início da pandemia. Disse ter conhecimento de solicitação do Sindpautras ao então presidente da BHTrans, Célio Bouzada, de subsídio, que foi concedido sem a aprovação prévia de lei autorizativa. Disse entender que, para não chamar a operação financeira de subsídio, a PBH considerou-a uma concessão de vales-transporte. Chamou a atenção para o fato de a devolução dos valores repassados ocorrer em dinheiro, e não em vales-transporte, e para o adiantamento de valores para as concessionárias devolverem em 10 anos, faltando 8 anos para o encerramento do prazo de devolução. Solicitou o registro em ata de que o prefeito Alexandre Kalil deve ser responsabilizado pelas irregularidades mencionadas, e não Célio Bouzada. Observou que, por um lado, concessionárias do transporte público receberam subsídio mas, por outro, comerciantes e escolas, por exemplo, não receberam auxílio financeiro do Município durante a pandemia. Considerou que essa situação caracteriza o privilégio de um setor da cidade em detrimento de outros; e que isso é inadmissível.

O presidente declarou concordar em que Célio Bouzada tem responsabilidade em relação às irregularidades apontadas nesta audiência, mas observou que o prefeito Alexandre Kalil é o principal responsável. Acrescentou que o prefeito deve ser responsabilizado também por não ter

fiscalizado o cumprimento, pelas concessionárias, de limitação do número de passageiros na pandemia. Disse que, se as concessionárias desobedecessem a essa regra, o valor a ser repassado deveria ser reduzido; que os ônibus circularam sobrecarregados, sem fiscalização; e que, mesmo assim, os valores foram repassados integralmente pela PBH. Reafirmou que haverá acareação entre Alberto Lage e Célio Bouzada. Acrescentou que as empresas de transporte suplementar não receberam repasses no início da operação, ao contrário do que ocorreu em relação às concessionárias de transporte coletivo.

Às 11h19min, o presidente prorrogou a duração da reunião por 10 minutos.

A vereadora Flávia Borja considerou que, quando houve auditoria no transporte público que apontou que a passagem poderia custar R$6,30, o prefeito Alexandre Kalil, com o intuito de mostrar-se bom para a cidade, estipulou o valor de R$4,50, mas sem ter qualquer parâmetro para essa determinação. Considerou que as concessionárias do transporte coletivo pediram auxílio financeiro também sem ter parâmetros para esse pedido.

O presidente observou que o auxílio financeiro para essas empresas ocorreu sem que elas pedissem.

O vereador Braulio Lara considerou importante juntar documentos que comprovem que houve a concessão de subsídio pelo governo municipal, por iniciativa própria, para concessionárias do transporte coletivo, e outros documentos sobre o repasse de valores. Citou a nota técnica de 23/3/21, termos de audiência judicial, informações sobre solicitação de providências para reequilíbrio de contrato, termos de audiência judicial de contrato de uso de cartão eletrônico de passagem, entre outras informações. Afirmou que o aditivo contratual relativo ao repasse de valores pela PBH às concessionárias de transporte coletivo tem prazo de vigência de 29/7/21 a 28/7/22. Referindo-se ao trecho desse aditivo que prevê que as passagens adquiridas antecipadamente serão devidamente usadas pelo Município mensalmente, até seu esgotamento, sem limite de prazo, indagou por que não se limitou esse prazo. Recomendou que seja feito pedido de informações detalhadas sobre os adiantamentos de valores pela PBH. Disse ter conhecimento de registros sobre repasses a

empresas de transporte suplementar feitos em 11/5/21 e apontou a necessidade de esclarecimentos sobre adiantamentos realizados antes dessa data. Apontou a necessidade de saber também como e por que foram feitos esses repasses; e quem foram as pessoas responsáveis por essas operações financeiras. Ressaltou a necessidade de responsabilização do prefeito Alexandre Kalil por seus atos, por atos que ele assinou e por atos realizados por sua equipe de trabalho.

O presidente disse que esteve na Prefeitura para tratar sobre repasse de valores para o Sindpautras e tem conhecimento de que o repasse para esse sindicado foi bloqueado e parcelado. Avaliou que o Sindpautras pode ser considerado vítima e que não foi tratado com a devida atenção pelo prefeito Alexandre Kalil, que deve ser responsabilizado.

Célio Bouzada declarou-se à disposição da CPI.

O vereador José Ferreira solicitou à assessoria que informe a data em que a PBH recebeu requerimento de comissão de sua autoria com pedido de informação relativo a creches conveniadas, tendo em vista não ter recebido resposta até o momento.

24ª Reunião – 30/09/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 1.325/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil e Ângela Dalben - Obter informações sobre os comprovantes dos repasses efetuados no período da pandemia para as creches conveniadas: 1. Creche Comunitária Eunice Lanza; 2. Creche Casinha da Vovó; 3. Creche Comunitária Vila Piratininga; 4. Creche Comunitária Padre Francisco Carvalho Moreira; 5. Movimento de Promoção Social - MOPS; 6. Instituto Pedagógico Sonho da Vovó.

   Autoria: vereador José Ferreira.

2) Requerimento de Comissão n° 1.326/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil - Obter informações sobre o repasse das Creches Conveniadas durante o período da pandemia.

Autoria: vereador José Ferreira.

3) Requerimento de Comissão n° 1.327/21 – Pedido de informações à Secretaria Municipal da Fazenda - Obter as seguintes informações referentes ao Pregão Eletrônico, 045/2021: 1– A licitação em tela decorreu ou utilizou de recursos direcionados ao combate da Pandemia? 2– O concorrente, BENASSI MINAS EXPORTACÃO E IMPORTAÇÃO LTDA, antes de ser declarado vencedor, negociou o prego com o Pregoeiro ou houve aceite direto da proposta? 3- O preço aceito está dentro do valor consignado no preço de referência? 4- Por qual motivo a empresa MG SOLUÇÕES EM ALIMENTOS LTDA se sagrou vencedora do 1º lote, mas foi desabilitada do 2º? Os critérios de habilitação eram diferentes? 5- Qual a diferença de preço da BENASSI MINAS EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA para a proposta da DIVINAGULA HORTIFRUTI EIRELI? 6- A empresa MG SOLUÇÕES EM ALIMENTOS LTDA manifestou seu interesse em recorrer da sua desclassificação no lote 2?

Autoria: vereador Ciro Pereira.

4) Requerimento de Comissão n° 1.332/21 – Juntada de documentos - reportagens referentes ao tema da compra antecipada de vales-transportes pela Prefeitura de Belo Horizonte, em documento físico ou mídia digital.

Autoria: vereadoras Flávia Borja e Fernanda Pereira Altoé.

5) Requerimento de Comissão n° 1.333/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - COVID-19, a ser realizada(o) no dia 21/10/2021, às 10:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de Convocar o ex-presidente da BHTrans, Célio Freitas Bouzada, e o ex-

chefe de gabinete do Prefeito Alexandre Kalil, Alberto Lage, para acareação, a fim de esclarecer divergências nos depoimentos prestados no tocante a autoria da proposição de compra antecipada de passagens, bem como às medidas adotadas pelo Município para o enfrentamento da COVID-19.

Autoria: vereadoras Flávia Borja e Fernanda Pereira Altoé.

6) Requerimento de Comissão n° 1.334/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 28/10/2021, às 09:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de Intimar o presidente da Transfacil, Ralison Guimarães de Andrade, e o ex-presidente da mesma instituição, Renaldo de Carvalho Moura, para, pessoalmente, prestarem informações sobre como tem sido feita a devolução dos créditos antecipados e vale-transporte, bem como percentuais descontados deste repasse aos suplementares.

Autoria: vereadoras Flávia Borja e Fernanda Pereira Altoé.

7) Requerimento de Comissão n° 1335/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil e Presidente da BHTrans, Diogo Prosdocimi - Obter as seguintes informações: - Cópia do termo autorizativo ou contrato de compra antecipada de passagens, firmado em março de 2020, bem como seus aditivos; - Cópia do acordo celebrado perante o Tribunal de Justiça de Minas Gerais em dezembro de 2020; - Todas as DPR SMFA que fundamentaram os repasses aos concessionários; - A Nota técnica da BHTrans DTP/SUTP/GCETT nº 009/2020, bem como as demais existentes sobre o assunto; - Todos os ofícios, e-mails e/ou mensagens trocados entre a presidência da empresa BHTrans e os órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte relacionados às tratativas sobre o assunto, em especial o ofício enviado ao Secretário Municipal de Fazenda, com o título "antecipação aquisição créditos vale-transporte", datado de 25/03/2020; - Todas as solicitações de reequilíbrio e pedido de subsídio enviados pelas empresas de transporte à BHTrans ou a qualquer órgão

da PBH; - A cópia dos registros de utilização e devolução dos créditos de transportes adquiridos de forma antecipada.

Autoria: vereadoras Flávia Borja e Fernanda Pereira Altoé.

SEM RESPOSTA

8) Requerimento de Comissão n° 1.336/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil - Obter as seguintes informações referentes ao Comitê de Enfrentamento à pandemia da Covid-19 de Belo Horizonte: 1) Favor enviar as atas das reuniões do Comitê de Enfrentamento à pandemia da Covid-19 realizadas em 2020 e 2021. 2) Como são tomadas as decisões do Comitê de Enfrentamento à pandemia da Covid-19? 3) Os membros do Comitê de Enfrentamento à pandemia da Covid-19 são agentes públicos? 4) De quem é a responsabilidade pelas ações determinadas pelo Comitê de Enfrentamento à pandemia da Covid-19?

Autoria: vereadores Flávia Borja e Professor Juliano Lopes.

9) Requerimento de Comissão n° 1.337/21 – Requer que seja determinada a elaboração de relatório integral, dos requerimentos aprovados por esta comissão, incluindo-se os que venham a ser aprovados, constando a numeração, data de aprovação e de encaminhamento, assim como a respectiva resposta. - Requerimento 144/2021

Autoria: vereadores Flávia Borja e Professor Juliano Lopes.

10) Requerimento de Comissão n° 1.338/21 – Requer seja determinada a transcrição integral, ipsis literis, de todos os depoimentos prestados perante esta comissão. - Requerimento 144/2021

Autoria: vereadores Flávia Borja e Professor Juliano Lopes.

11) Requerimento de Comissão n° 1.340/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19, a ser realizada(o) no dia 14/10/2021,

às 10:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de Intimar o Secretário Municipal de Governo, Adalclever Ribeiro Lopes, para prestar informações, pessoalmente, para elucidar os questionamentos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, referentes à condução da Secretaria Municipal de Governo no enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

12) Requerimento de Comissão n° 1.347/21 – Pedido de informações ao Juiz Federal da 4ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1) – Seção Judiciária de Minas Gerais, Subseção Judiciaria de Belo Horizonte, Alexandre Buck Medrado Sampaio - Obter informações sobre a existência de eventuais processos tramitando nesta inestimável Vara para apurar possíveis práticas delituosas na atuação e na utilização de recursos públicos pela Prefeitura de Belo Horizonte no enfrentamento da pandemia do Covid-19 no Município.

Autoria: vereador Irlan Melo.

13) Requerimento de Comissão n° 1.348/21 – Pedido de informações ao Juiz Federal Murilo Fernandes de Almeida, da 9ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRFI) – Seção Judiciária de Minas Gerais, Subseção Judiciária de Belo Horizonte - Solicitar informações sobre a existência de eventuais processos tramitando na 9ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRFI) – Seção Judiciária de Minas Gerais, Subseção Judiciária de Belo Horizonte para apurar possíveis práticas delituosas na atuação e na utilização de recursos públicos pela Prefeitura de Belo Horizonte no enfrentamento da pandemia do Covid-19 no Município.

Autoria: vereador Irlan Melo.

SEM RESPOSTA

14) Requerimento de Comissão n° 1.350/21 – Pedido de informações ao Juiz Federal Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa, da 11ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1) – Seção Judiciaria de Minas Gerais, Subseção Judiciaria de Belo Horizonte. - Solicitar informações sobre a existência de eventuais processos tramitando nesta inestimável Vara para apurar possíveis práticas delituosas na atuação e na utilização de recursos públicos pela Prefeitura de Belo Horizonte no enfrentamento da pandemia do Covid-19 no Município.

Autoria: vereador Irlan Melo.

15) Requerimento de Comissão n° 1.351/21 – Pedido de informações à Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, da 35ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRFI) – Seção Judiciária de Minas Gerais, Subseção Judiciária de Belo Horizonte - Obter informações sobre a existência de eventuais processos tramitando na 35ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRFI) – Seção Judiciária de Minas Gerais, Subseção Judiciária de Belo Horizonte para apurar possíveis práticas delituosas na atuação e na utilização de recursos públicos pela Prefeitura de Belo Horizonte no enfrentamento da pandemia do Covid-19 no Município.

Autoria: vereador Irlan Melo.

SEM RESPOSTAS

16) Requerimento de Comissão n° 1.354/21 – Pedido de informações ao Prefeito Alexandre Kalil - Obter informações referentes ao gasto mensal com o transporte público dos servidores da Prefeitura de Belo Horizonte-PBH.

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

- **Oitiva do presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Setra-BH, Sr. Joel Jorge Pasqualin para prestar informações a esta CPI.**

Registro da oitiva conforme a ATA Aprovada

O presidente registrou a presença remota de Joel Jorge Pasqualin.

A vereadora Flávia Borja perguntou ao depoente se ele tem atuado em um contexto de desequilíbrio de fluxo de caixa ou se essa situação é exclusiva da pandemia.

Joel Jorge informou não ser mais o presidente do Setra-BH.

A vereadora Flávia Borja perguntou quem é o atual presidente do Setra-BH e quando ocorreu a troca de ocupante do cargo.

Joel Jorge informou que Raul é o novo presidente do Setra-BH. Disse que a alteração documental referente à troca de ocupante do cargo iniciou-se em junho deste ano e encerrou-se no mês de setembro. Afirmou que já havia um desequilíbrio financeiro no transporte coletivo e, durante a pandemia, surgiu um novo tipo de desequilíbrio.

A vereadora Flávia Borja perguntou desde quando havia o mencionado desequilíbrio.

Joel Jorge declarou não saber precisar com exatidão e acrescentou que poderia verificar melhor e enviar tal informação a esta CPI.

A vereadora Flávia Borja disse que, conforme depoimento de Célio Bouzada, houve reunião do governo municipal para tratar sobre compra de créditos para o transporte público municipal. Pediu ao depoente que confirmasse a ocorrência dessa reunião e informasse os participantes e a data de sua realização.

Joel Jorge afirmou que esteve nessa reunião, na qual se encontravam também o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, Célio Bouzada e vários secretários municipais, inclusive Josué Valadão. Disse não saber informar os

nomes de todos os secretários participantes. Afirmou que a reunião ocorreu logo após a suspensão de atividades no Município. Acrescentou que tal reunião foi solicitada em caráter emergencial pelos representantes do transporte coletivo. Disse acreditar que ela ocorreu em data muito próxima à publicação do decreto de suspensão de atividades.

A vereadora Flávia Borja solicitou que se registrasse em ata que as prestadoras de serviço de transporte coletivo municipal não ofereceram a venda antecipada de crédito à PBH. Perguntou ao depoente como ocorreu a compra antecipada de créditos pela PBH e como concluiu-se que essa seria a melhor alternativa para a resolução do problema.

Joel Jorge declarou não saber quem propôs tal compra antecipada. Disse que essa foi uma sugestão surgida na mesa de discussões.

A vereadora Flávia Borja indagou se o prefeito Alexandre Kalil apoiou a decisão de compra antecipada de créditos.

O depoente respondeu que sim.

A vereadora Flávia Borja noticiou que, em 18/3/20, foi publicado o primeiro repasse de valores relativos a créditos antecipados para empresas do transporte coletivo e observou que as beneficiárias receberam tal repasse. Perguntou ao depoente se houve contrato relativo a esse repasse.

Joel Jorge afirmou que, antes da mencionada compra antecipada de créditos, já existia um contrato relativo à antecipação de vales-transporte. Disse não se recordar sobre o termo aditivo a esse contrato.

A vereadora Flávia Borja relatou que, aproximadamente sete dias após a vigência do decreto de suspensão de atividades no Município, houve adiantamento de aproximadamente R$5 milhões para empresas do transporte coletivo, sem contrato. Perguntou ao depoente se ele saberia esclarecer a respeito desse repasse.

Joel Jorge afirmou que, em razão da suspensão de atividades no Município, a redução do número de passageiros no transporte coletivo gerou queda de arrecadação superior a R$5 milhões.

A vereadora Flávia Borja solicitou ao depoente o envio de cópia do

contrato mencionado por ele, relativo à compra regular de créditos, bem como de todos os contratos relativos a bilhetagem. Informou que será feita solicitação formal dessa documentação pela CPI, com prazo de quarenta e oito horas para atendimento. Pediu que se registrasse em ata o prazo estipulado.

O depoente disse que acredita ser possível cumprir o prazo mencionado. Afirmou que trataria com o Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte - Transfácil - sobre o envio das cópias dos referidos contratos.

A vereadora Flávia Borja indagou quem fez a distribuição de aproximadamente R$220 milhões para repassar a empresas de transporte coletivo e como foi o fluxo desse repasse.

Joel Jorge disse que a PBH efetuou essa distribuição. Afirmou que o repasse objetivava o adiantamento de vales-transporte.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou ao depoente sobre o critério de distribuição dos valores. Indagou se esse critério se baseou na extensão do serviço prestado por cada empresa e se ocorreu algum repasse de valores por meio do Setra-BH.

Joel Jorge observou que o Setra-BH não é entidade patronal e, sendo assim, não possui movimentação financeira relativa ao tipo de operação em análise. Afirmou que essa movimentação ocorreu por meio do Transfácil, que cobra taxas das empresas do transporte coletivo. Acrescentou que o Transfácil pode prestar informações mais detalhadas sobre essa operação.

A vereadora Flávia Borja perguntou ao depoente por que, apesar de os repasses de valores para as empresas de transporte coletivo terem se iniciado em março de 2020, somente em maio do mesmo ano as empresas pediram o auxílio financeiro.

Joel Jorge declarou que, logo que percebeu a situação de dificuldades por que passavam as concessionárias de transporte coletivo, o Setra-BH enviou *e-mails* à PBH, solicitando redução do número de viagens. Afirmou que, além de um *e-mail* enviado em 25/3/20, houve outros, cujos envios passaram a ser diários.

A vereadora Flávia Borja solicitou o envio à CPI, no prazo de até quarenta e oito horas, de cópias dos *e-mails* mencionados, bem como de outros que demonstrem a incapacidade das concessionárias de transporte coletivo de manterem o sistema operacional em funcionamento. Perguntou ao depoente se houve somente um pedido de auxílio.

Joel Jorge afirmou que, por terem sido vários os *e-mails* enviados pelo Setra-BH, não se lembrava de detalhes a respeito de um específico. Declarou que faria o possível para enviar as cópias de *e-mails* para a comissão no prazo estipulado.

A vereadora Flávia Borja perguntou por que as empresas de transporte público, mesmo tendo recebido o repasse com a finalidade de manter o número normal de viagens, reduziram tal número.

O depoente disse que o repasse foi insuficiente para a manutenção integral das viagens. Acrescentou que, mesmo tendo havido a redução do número de viagens, há que se observar que a quantidade de passageiros decaiu significativamente e houve consequente necessidade de novo subsídio.

A vereadora Flávia Borja perguntou ao depoente se, por dizer que havia a necessidade de novo subsídio, ele afirmava que, anteriormente, havia subsídio para empresas de transporte coletivo.

Joel Jorge declarou que não havia subsídio. Acrescentou que reveria essa informação. Disse que considera fácil comprovar que as empresas não tiveram subsídio no passado.

A vereadora Flávia Borja indagou se o número de viagens foi reduzido, apesar do recebimento de subsídio pelas empresas de transporte coletivo.

O depoente observou que a redução ocorrida foi proporcionalmente menor que a queda da quantidade de passageiros. Acrescentou que não se podia prever a duração da pandemia e, tendo em vista a impossibilidade de manter o serviço de transporte coletivo, o qual ele considera atividade essencial, cabia ao Setra-BH alertar o poder público sobre essa situação.

A vereadora Flávia Borja disse que os fatos indicam que o repasse de valores pela PBH a empresas de transporte coletivo é um subsídio. Solicitou

que se registrasse em ata que o mencionado repasse é um subsídio. Perguntou ao depoente se, em algum momento, houve direcionamento que orientasse para que essa operação financeira fosse considerada uma compra antecipada.

Joel Jorge declarou não saber o fundamento dos repasses de valores realizados e afirmou que essa foi uma medida aprovada. Disse tratar-se de repasse antecipado de valores relativos a passagens, os quais têm sido devolvidos. Acrescentou que a devolução tem sido em forma de passagens, todo mês, e informou que mais de R$6 milhões já foram devolvidos. Observou que os prestadores de serviço de transporte suplementar receberam um valor total aproximado de R$204 milhões.

A vereadora Flávia Borja disse que tem conhecimento sobre a ocorrência de descontos de valores dos prestadores de serviço de transporte suplementar. Solicitou que se registrasse em ata que esses prestadores têm devolvido valores em dinheiro para a PBH e isso configura empréstimo.

O presidente acrescentou que essa operação financeira pode ser considerada também uma “pedalada fiscal”.

O depoente afirmou não haver outra forma de controle da situação que não seja o repasse de valores mencionado. Destacou a expectativa de que, em janeiro de 2022, o funcionalismo público retorne ao trabalho presencial, a Prefeitura retome a compra de vales-transporte e a compensação dos recursos em análise se intensifique.

A vereadora Flávia Borja declarou que, em um contexto histórico de desequilíbrio das empresas de transporte coletivo, durante a pandemia, houve oportunismo por parte da PBH para injetar dinheiro nessas empresas por meio de empréstimo ilegal. Observou que, tendo em vista a dificuldade de aprovação de subsídio por esta Casa, a PBH optou por realizar empréstimo. Acrescentou que essa medida privilegiou um setor do Município em relação aos demais, que não tiveram qualquer ajuda financeira durante a pandemia.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé falou sobre a ocorrência de reajustes quadrienais da tarifa de transporte coletivo e sobre a não efetivação desse reajuste em 2016, que ocorreu então em 2018. Perguntou ao depoente

se existem os cálculos dos valores que comprovam o fundamento do reajuste da tarifa do transporte coletivo para R$4,50.

Joel Jorge informou que existem duas bases de reajuste no contrato de prestação de serviço de transporte coletivo: uma anual, baseada na verificação dos custos com insumos, e outra quadrienal, baseada na análise do equilíbrio do contrato, por meio de auditoria. Disse acreditar que a devolução à PBH dos repasses de valores relativos a adiantamento de vales-transporte deve ser concluída em seis anos.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé indagou se a devolução seria em dinheiro.

O depoente disse que, para essa devolução, a PBH emite ordem de compra para abastecer cartões eletrônicos de passagens de funcionários públicos.

O presidente informou que, na última semana, o secretário municipal da Fazenda, ao ser questionado a respeito de sobras do recurso mencionado, declarou que será apresentado projeto de lei nesta Casa (PL 229/2021) para que a devolução, no valor aproximado de R$100 milhões, ocorra por meio da concessão de vales-transporte a pessoas carentes. Afirmou que essa medida demonstraria a ocorrência de uma “pedalada fiscal”, por meio da criação de tal auxílio financeiro, já que não havia mais prazo para a devolução aos servidores de valores relativos a vales-transporte.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou ao depoente se, quando foram efetuados os repasses de valores às empresas de transporte coletivo, houve previsão do valor total e do prazo de devolução desses valores.

Joel Jorge disse que o decréscimo do número de passageiros comprova a existência do problema enfrentado pelas empresas de transporte coletivo. Afirmou que, mesmo em situação de desequilíbrio financeiro, as empresas deverão devolver os valores recebidos.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou ao depoente se, com base em cálculos, ele considerava compensador receber o repasse para devolvê-lo, mesmo em situação de desequilíbrio financeiro e de redução de

viagens.

Joel Jorge disse que se trata de uma situação que levou essas empresas a tal alternativa. Afirmou que a devolução ocorrerá e reiterou a expectativa de retorno da normalidade no Município a partir de janeiro de 2022.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé observou que o Município não pode fazer empréstimo para a iniciativa privada. Disse que a operação financeira em discussão é um empréstimo. Perguntou ao depoente se o prefeito Alexandre Kalil participou de todas as reuniões que trataram sobre o repasse de valores para empresas de transporte coletivo.

Joel Jorge afirmou que Alexandre Kalil participou de algumas dessas reuniões.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé indagou se as empresas de transporte coletivo podem fazer a devolução de valores com base em uma expectativa de equilíbrio financeiro.

O depoente observou que não é necessário que a PBH peça a devolução dos valores repassados, pois ela pode mandar que lhes sejam gerados créditos em cartões eletrônicos.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou ao depoente se a ocorrência de uma pandemia foi o que justificou o repasse de valores para as empresas de transporte coletivo.

Joel Jorge disse que, por muito tempo, durante a pandemia, o transporte coletivo passou a operar com demanda de passageiros reduzida a cerca de 45 a 50% daquela em períodos anteriores. Complementou que o público a ser atendido passou a ser, principalmente, as pessoas que realizavam as atividades essenciais do Município.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé indagou o motivo de ser firmado contrato para repasse de valores nos 10 dias iniciais da pandemia de covid-19. Afirmou que a PBH tomou essa medida de forma dissimulada e ilegal.

O presidente exibiu em eslaides o acordo firmado pelo Município com empresas do transporte coletivo no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG. Afirmou que, conforme esse acordo, o valor de repasse

diminuiria na medida em que se aumentasse a quantidade de passageiros por viagem, acima das quantidades estipuladas no contrato. Perguntou ao depoente se essa regra do acordo foi cumprida.

Joel Jorge respondeu que sim e acrescentou que, semanalmente, era calculada uma média de passageiros transportados.

O presidente observou que o acordo não se refere a uma média, mas à quantidade de passageiros por viagem. Disse ter conhecimento de que esse acordo não foi cumprido. Afirmou que os ônibus circularam superlotados na pandemia e, mesmo assim, os repasses continuaram a ocorrer. Perguntou ao depoente como ele avaliava essa situação.

Joel Jorge observou que o Setra-BH não recebe os repasses mencionados. Afirmou que a maioria das viagens permaneceu no nível permitido. Destacou problemas enfrentados pelas empresas de transporte coletivo, como a dificuldade de manter o limite de passageiros em situações de grande demanda por transporte. Reiterou que a BHTrans apurava mensalmente a média de passageiros transportados e alterava a quantidade de valores repassados para as empresas conforme a variação dessa média.

O presidente perguntou ao depoente como ele podia afirmar que foi cumprido o acordo relativo ao limite de passageiros por viagem se não houve ampliação do número de ônibus em horário de pico.

Joel Jorge afirmou que tem sido realizado o número máximo possível de viagens. Disse que algumas pessoas preferem viajar em pé e que isso gera uma situação visual quem nem sempre corresponde ao número real de passageiros.

O presidente perguntou ao depoente por que foi suspenso o serviço de transporte coletivo noturno e por que ele não voltou a ser ofertado no retorno das atividades de bares e restaurantes, mesmo tendo havido repasse de valores da PBH aos prestadores do serviço.

Joel Jorge afirmou que têm sido feitos ajustes para melhorar a oferta do transporte noturno, mas a demanda atendida pelo serviço continua abaixo de 70%.

O presidente indagou se é necessário que a PBH forneça mais recursos aos prestadores do serviço para que ocorra a regularização do transporte noturno.

O depoente respondeu que não e acrescentou que há necessidade de mais passageiros.

O presidente perguntou ao depoente se ele poderia enviar para a CPI cópia do pedido das empresas de transporte coletivo à PBH de auxílio financeiro. Solicitou-lhe informar à comissão qual o valor recebido por essas empresas no período de março a dezembro de 2020.

Joel Jorge declarou que não possuía os dados relativos aos valores de repasse no momento, mas, posteriormente, enviará tais dados a esta CPI.

O presidente perguntou ao depoente se ele participou de alguma reunião juntamente com Adalclever Lopes ou com Raul, atual presidente do Setra-BH. Indagou se Alberto Lage participou de alguma reunião da qual o depoente participou.

Joel Jorge observou que participou de várias reuniões, com a presença de vários secretários municipais. Declarou lembrar-se de que Alberto Lage teve participação rápida em uma das reuniões.

O presidente perguntou se, em alguma das reuniões, foi tratado sobre ajuda em campanha eleitoral para alguém.

Joel Jorge respondeu que não.

O presidente perguntou ao depoente se os valores repassados pelo Município às empresas de transporte coletivo, anteriormente ao acordo judicial firmado sobre os repasses, foram necessários e contribuíram para amenizar a crise nesse setor.

Joel Jorge falou sobre vários gastos das mencionadas empresas com despesas para manter o serviço prestado. Disse que o auxílio financeiro se perdeu em razão desses custos. Afirmou que a PBH auxiliou essas empresas, para que não paralisassem suas atividades, sob a condição de haver a devolução dos valores repassados a elas.

O presidente indagou ao depoente se ele considera que os empresários de transporte público têm prestado um bom serviço ao Município.

Joel Jorge disse que o serviço prestado não tem sido o ideal, mas demonstra o máximo possível de qualidade alcançada, sendo considerado o contexto de dificuldades de uma pandemia.

O presidente perguntou ao depoente se o repasse do valor aproximado de R$5 milhões, em 27/3/20, do Município às empresas de transporte coletivo, ocorreu por iniciativa do governo municipal ou em atendimento a pedido. Indagou, caso tenha sido por iniciativa da PBH, por que ocorreu sem haver demanda por parte do Transfácil ou do Setra-BH.

Joel Jorge afirmou que o Setra-BH apresentou, de forma assertiva, dados e relatos à PBH que demonstravam o risco de o serviço de transporte coletivo deixar de ser efetuado.

O presidente agradeceu a Joel Jorge Pasqualin as informações prestadas à CPI e informou que o acordo do TJMG será disponibilizado para a comissão.

25ª Reunião – 07/10/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 1.376/21 – Pedido de informação por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19. Obter as seguintes informações sobre a Licitação: Processo: 04.000216.19.73; Instrumento Jurídico: 01.2019.2302.0209.03.00; Contratante: Município de Belo Horizonte/Secretaria Municipal de Saúde; Contratada: LITORAL MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA: 1- A que se deve a revisão neste contrato e o aumento de preço de aproximadamente 25%? 2- Por que prorrogou o contrato até 2022? 3- A Procuradoria do Município anuiu com esta prorrogação? 4- A prorrogação é a exceção da regra obrigatória final de licitar, assim somando-se a prorrogação, a revisão e o reajuste, qual o impacto financeiro final deste contrato? 5- As ambulâncias são compradas

ou alugadas? 6- Com o ritmo crescente da vacinação e redução nas internações e casos graves, justifica-se o aumento do escopo deste contrato? Com base em quais dados?

Autoria: vereador Ciro Pereira.

2) Requerimento de Comissão n° 1.383/21 – Juntar os documentos anexos, retirados dos autos nº 5172824-67.2020.8.13.0024, da ação proposta perante o TJMG, referentes ao tema de repasses de adiantamento de compra de passagem.

Autoria: vereadoras Flávia Borja e Fernanda Pereira Altoé.

3) Requerimento de Comissão n° 1.400/21 – Juntar os documentos anexos, retirados dos autos da CPI BHTrans (Requerimento nº 145/2021), bem como a cópia do contrato de carga de vales-transportes e seus aditivos, firmado entre a Prefeitura de Belo Horizonte e o Consórcio Transfácil, retirados do site oficial do município, para fins de instrução do parecer desta comissão.

Autoria: vereadoras Flávia Borja e Fernanda Pereira Altoé.

- **Oitiva do Sr. Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. André Abreu Reis, para prestar informações sobre o depoimento de Mario Valadares realizado no dia 09 de setembro de 2021.**

Registro da oitiva conforme a ATA Aprovada

O presidente lembrou ao depoente que ele teria de dizer a verdade, sob pena de praticar crime de falso testemunho. Perguntou se o secretário havia integrado o Comitê de Combate à Covid-19.

André Reis informou a existência de dois comitês: um de combate e

prevenção da Covid-19, do qual fazem parte profissionais de saúde e o secretário municipal de Saúde, Jackson Machado; e outro de retomada econômica, do qual ele faz parte, juntamente com as secretarias de Fazenda, Saúde, Desenvolvimento Econômico e Política Urbana.

O presidente indagou como eram realizadas as reuniões desse comitê e se eram registradas em atas.

André Reis afirmou que não havia uma rotina fixa do comitê e, por isso, as reuniões eram realizadas quando surgiam demandas do mercado e dos setores econômicos, como, por exemplo, as possibilidades de reabertura do comércio. Relatou que essas reuniões não eram registradas em atas, mas lembrou que, no início da pandemia, havia um grupo de trabalho que contou, inclusive, com a participação de vereadores, cujas reuniões foram registradas em ata.

O vereador José Ferreira usou a palavra para registrar sua presença remota e declarou que não tinha perguntas a fazer.

O presidente registrou também a presença remota do vereador Bruno Miranda.

O presidente solicitou informações sobre o planejamento da Prefeitura para obter o repasse, pelas empresas de ônibus, de recursos da ordem de R$220 milhões, a elas repassados pela PBH durante a pandemia.

André Reis respondeu fazer parte de sua competência verificar a capacidade fiscal do Município de arcar com qualquer tipo de compromisso relativo à pandemia.

O presidente relatou ter o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, publicado um decreto de fechamento de comércio no dia 19/3/21 e, já no dia 25/3/21, ter feito um repasse de R$5 milhões para as empresas de ônibus. Indagou se possuía algum documento em que ficasse comprovado esse pedido de auxílio das empresas de ônibus.

André Reis afirmou não possuir qualquer documento nesse sentido, pois, segundo declarou, essa negociação não fazia parte de suas atribuições e que o repasse foi feito por meio de contrato relativo a vales-transportes e por meio de

acordo judicial.

O presidente solicitou fosse registrado em ata sua estranheza pelo fato de a Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - ter repassado recursos às empresas de ônibus sem que houvesse um documento que os solicitasse. Relatou que o presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans, Célio Bouzada, e o secretário municipal da Fazenda, João Antônio Fleury Teixeira, também haviam negado, em oitivas nesta CPI, o recebimento de documento com uma solicitação com esse conteúdo das empresas de ônibus. Criticou, ainda, o fato de, com apenas seis dias de pandemia, a PBH ter repassado R$5 milhões para a Transfácil sem que houvesse documento que registrasse a ajuda financeira.

O vereador Nikolas Ferreira questionou sobre a intermediação da Secretaria Municipal de Planejamento na doação de ventiladores pulmonares feita pelo empresário e dono do Shopping Oi, Mário Valadares.

André Reis afirmou não ter ocorrido uma negociação propriamente dita. Relatou que, em 2/7/21, Mário Valadares solicitou-lhe, por telefone, dados para fazer a doação de respiradores. Afirmou, então, que a conversa fora exclusivamente sobre as especificações, nome dos servidores responsáveis pela aquisição desse tipo de aparelho – para indicar especificações e possíveis fornecedores – e, também, sobre o local de entrega. Disse não saber a destinação dos aparelhos após a chegada no almoxarifado da PBH.

O vereador Nikolas Ferreira relatou que o secretário municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto, havia declarado, nesta comissão, que desconhecia a doação, que tinha ocorrido sob a intermediação da Secretaria Municipal de Planejamento. O vereador disse estranhar o fato, já que, segundo declarou, foi a maior doação recebida pela PBH no âmbito privado. Perguntou, então, de quem seria a responsabilidade por publicar, no Diário Oficial do Município - DOM, o recebimento dos equipamentos.

André Reis declarou desconhecer de quais atos da doação o secretário Jackson Machado havia participado e que a publicação no DOM seria de responsabilidade do almoxarifado da Secretaria Municipal da Fazenda.

O vereador Irlan Melo indagou se o secretário André Reis tinha

conhecimento se recursos federais haviam sido repassados às empresas de ônibus.

André Reis disse desconhecer o repasse de recursos federais ou estaduais para empresas de ônibus.

O vereador Irlan Melo perguntou sobre estimativa de retorno dos valores destinados ao adiantamento de compra de vales-transportes ao erário público.

André Reis disse que esse retorno dependeria da configuração do retorno do trabalho presencial. Relatou que, no mês de setembro, houve um retorno de consumo semelhante ao padrão de 2019, lembrando que, nos meses anteriores, havia muito trabalho remoto e as aulas funcionando *online*, fatores que levaram ao baixo dispêndio de vale-transporte nesse período. Explicou também que somente parte dos R$220 milhões relativos ao adiantamento estariam vinculados aos vales-transportes de servidores públicos municipais, pois seriam dois montantes: um de aproximadamente R$101 milhões, devolvidos por meio dos cartões dos servidores mensalmente; e outro de cerca de R$116 milhões, que poderiam ser utilizados em políticas públicas voltadas para as populações mais carentes. Apontou que uma das possibilidades aventadas no início das negociações seria a vinculação dessas passagens de ônibus ao Auxílio Belo Horizonte, aprovado na semana passada pela Câmara Municipal.

O vereador Irlan Melo, então, solicitou ao depoente que enviasse à CPI a estimativa em relação à perspectiva real de retorno dos recursos ao erário municipal, uma vez que, segundo avaliou, não havia garantia de ressarcimento dos cofres públicos. Solicitou também cópia do acordo feito com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG.

André Reis explicou que, nos termos do acordo judicial, somente parte do valor total está vinculado aos vales-transportes, e o restante poderia ser utilizado em políticas públicas municipais, como o Auxílio Belo Horizonte.

O vereador Irlan Melo perguntou quanto dos recursos já haviam retornado para os cofres da PBH.

André Reis explicou que a Secretaria de Planejamento lança toda a

demanda de pagamento e compensação de vale-transporte dos servidores e a encaminha para a Secretaria Municipal da Fazenda, que, por sua vez, faz a compensação dos valores. Informou que, anualmente, a Prefeitura gasta cerca de R$25 milhões com o transporte de seus funcionários, sendo os valores referentes ao período anterior à pandemia. Informou ainda que 90% dos servidores da PBH já teriam retornado ao trabalho presencial.

O presidente relatou que o Secretário Municipal de Fazenda, João Antônio Fleury Teixeira, havia declarado à imprensa que não existe a possibilidade de a PBH receber os recursos em vale-transporte para servidores públicos. Para tanto, seria preciso que a Câmara aprovasse um projeto de lei referente ao vale-transporte social. Considerou, então, que a PBH havia emprestado dinheiro para as empresas de ônibus e agora não tinha como receber. Afirmou que, até o momento, as empresas de ônibus haviam repassado para a PBH apenas R$7 milhões.

O vereador Iran Melo manifestou a necessidade de conhecer detalhes do acordo com o TJMG para entender as premissas que foram ali estabelecidas.

André informou que, naquele momento, estava repassando para o vereador Irlan Melo os termos do acordo judicial.

O presidente informou que o acordo firmado com o TJMG estabelece tratativas referentes a vale-transporte para o servidor público. Criticou, no entanto, que, antes dessa data, a PBH já havia repassado valores para as empresas de ônibus.

A vereadora Flávia Borja apontou que o acordo judicial emprega o termo adiantamento. Indagou, então, qual o lastro contratual para esse adiantamento.

André Reis afirmou não ter participado da mesa dessa negociação. Apesar disso, explicou ter sido feito um adiantamento, com base em contrato firmado pela PBH, e que esse adiantamento objetivava criar um crédito junto às empresas para a aquisição de vales-transportes no futuro.

A vereadora Flávia Borja considerou não ter sido um adiantamento e sim um empréstimo que, inclusive, estava sendo devolvido em espécie. Relatou ter

ocorrido uma reunião em março de 2020, próximo da primeira publicação do decreto municipal de fechamento do comércio, em que foi discutido o auxílio às empresas de ônibus. Indagou, então, se o secretário havia participado dessa reunião.

André Reis respondeu não ter participado da reunião, mas que havia assinado o contrato em razão de este abordar questão relativa a servidores públicos.

A vereadora Flávia Borja indagou quem seria o autor da proposta de antecipação do crédito para as empresas de ônibus.

André Reis explicou que o que embasa os valores do acordo é uma nota técnica da BHTrans.

A vereadora Flávia Borja apontou a existência de um contrato relativo à cessão do uso do cartão BHBus e fornecimento de vale-transporte eletrônico, em que é prevista a antecipação de crédito a partir do terceiro aditivo, assinado em 27/4/21. Nesse sentido, perguntou qual instrumento jurídico havia formalizado os repasses anteriores ao aditivo, uma vez que os repasses haviam começado em 27/3/21.

André Reis explicou que o contrato de fornecimento de vales-transportes sempre existiu, mas que é renovado anualmente. Registrou que o termo aditivo só pode ser feito quando há um contrato preexistente.

O vereador Bruno Miranda solicitou que fosse enviado à comissão cópia do contrato que recebeu aditivo.

A vereadora Flávia Borja solicitou fosse constado em ata que o adiantamento ocorreu de forma verbal, sem que houvesse um instrumento hábil o garantindo. Disse estranhar o fato de aditivo prever um acréscimo de mais de R$8 milhões, quando a média de gasto dos servidores públicos é de R$3 milhões por mês. Segundo a vereadora, o contrato de vale-transporte foi assinado em julho de 2017 e possui prazo máximo de 60 meses, assim, em abril de 2020, quando foi assinado o aditivo, faltavam apenas 20 meses para o encerramento do contrato. Pelas contas da vereadora, até o fim do contrato, a PBH compraria quase R$90 milhões de vales-transportes. Questionou, então,

como uma compra limitada a R$90 milhões havia chegado a R$224 milhões.

André Reis reafirmou que R$101 milhões seriam devolvidos mensalmente por meio dos vales-transportes dos servidores e outros cerca de R$116 milhões seriam devolvidos nos termos do acordo judicial.

O presidente avaliou que, antes do acordo com o TJMG, a PBH já havia repassado milhões em recursos para as empresas de ônibus. Segundo o vereador, a PBH emprestou tanto que as empresas de ônibus não têm como devolver. Considerou o ato como “pedalada fiscal”.

Após conferir os termos do acordo firmado entre a PBH e as empresas no TJMG, o vereador Irlan Melo considerou que os valores do acordo e os declarados nesta reunião não são coincidentes, pois o secretário André Reis afirma que o acordo é de R$116 milhões, mas, com base na ata do acordo, só conseguia chegar a R$10 milhões.

O presidente, considerando que todos os servidores públicos tenham voltado ao trabalho presencial, apresentou o seguinte cálculo: R$25 milhões anuais gastos com vale-transporte multiplicado por 7 anos totalizam R$175 milhões. Disse não compreender, então, o motivo de a PBH ter repassado R$220 milhões para as empresas de ônibus.

O presidente registrou a presença remota do vereador Braulio Lara.

O vereador Braulio Lara informou que, até o final de novembro de 2020, a PBH já tinha feito um adiantamento de R$107,5 milhões. Avaliou também que os números apresentados não fecham.

A vereadora Flávia Borja considerou que, se as empresas devolverem, a partir da data de hoje, R$1,5 milhão, conforme previsto no contrato, multiplicados pelos 81 meses que faltam para o término do contrato de concessão, totalizam R$121,5 milhões que, somados aos R$6 milhões que já foram devolvidos pelas empresas de ônibus, totalizam R$127 milhões. Indagou, então, como seriam devolvidos os R$97 milhões restantes do adiantamento. Declarou ser uma conta que não fecha e que a Câmara não iria compactuar com isso, “para arrumar essa bagunça” e legalizar essa “pedalada fiscal”.

O presidente concordou que a conta não fecha e solicitou o envio de

comprovante da devolução dos R$7 milhões.

André Reis esclareceu que o retorno vem sendo feito conforme a demanda mensal para consumo de valores de vales-transportes dos servidores da PBH e que os vales-transportes são emitidos sem que haja pagamento por eles pela PBH. Assim, disse não saber informar se haveria um recibo de devolução dos recursos ou um contrato de envio de vales-transportes com o pagamento adiantado. Registrou ser preciso levar em consideração o limite contratual, que pode ser diferente dos valores efetivamente repassados. Apontou que a existência do aditamento do contrato passa pela Secretaria Municipal de Planejamento e que a gestão dos valores efetivamente repassados é feita pela Secretaria Municipal da Fazenda. Afirmou ainda que a intenção da PBH sempre foi utilizar os recursos em políticas públicas para pessoas carentes.

A vereadora Flávia Borja solicitou, então, ao secretário o envio de ampla documentação sobre os repasses, as devoluções e a utilização de vales-transportes por parte da PBH, uma vez que houve redução no número de servidores trabalhando presencialmente.

O presidente registrou a presença remota da vereadora Fernanda Pereira Altoé.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé relatou que, no início da pandemia, ocorreu um pedido de demanda de reequilíbrio contratual para as empresas de ônibus e, sete dias depois, a PBH fez uma compra antecipada de vales-transportes, ato que, no seu entendimento, só foi legalizado com o acordo judicial. Questionou, então, quanto fora a redução do número de passageiros na primeira semana para justificar a compra antecipada de vales-transportes.

André Reis afirmou não ter participado de todas as tratativas sobre esse assunto. Disse conhecer os valores globais dos recursos adiantados, mas que os mecanismos de funcionamento e operacionais seriam de responsabilidade da BHTrans.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé disse estranhar o fato de a Secretaria Municipal de Planejamento não participar do planejamento de uma compra antecipada da PBH.

André Reis declarou que a legalidade dos atos estava sendo acompanhada pela Procuradoria Geral do Município - PGM - e pelo Ministério Público de Minas Gerais - MP. Reafirmou caber à Secretaria Municipal de Planejamento apenas apresentar a estimativa de demanda mensal de valores e verificar se estavam dentro do contexto fiscal.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou qual havia sido o valor gasto com contratos emergenciais durante a pandemia de covid-19.

André Reis disse desconhecer o valor, mas que esse tipo de informação poderia ser obtido no Portal da Transparência da PBH. Explicou que esses contratos não precisam ser assinados por ele, já que os contratos são feitos de forma descentralizada; assim, cada secretaria é responsável pela execução do seu orçamento.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou se havia ocorrido contratação de organização social no combate à pandemia e se havia ocorrido pagamento adiantado em outros contratos no combate à pandemia.

André Reis disse não saber a resposta. Reafirmou que, apesar de ser secretário municipal de Planejamento, não é responsável pela execução da totalidade dos muitos contratos firmados pela PBH.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé indagou o que o secretário poderia apresentar de informação sobre o planejamento durante a pandemia.

André Reis avaliou que os vereadores estavam com uma expectativa de respostas a perguntas que iam além de sua competência. Disse caber à secretaria o controle fiscal geral que permitisse à PBH terminar o exercício de forma fiscalmente organizada, sem dever a servidores e a fornecedores.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé indagou então em que haviam sido gastos os R$320 milhões repassados pelo governo federal.

André Reis afirmou que essa informação poderia ser obtida no *site* da PBH.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou sobre a origem dos recursos que custearam as cestas básicas para distribuição à população carente antes das eleições ocorridas no ano passado.

André Reis informou que parte dos recursos foram retirados da parcela destinada à merenda escolar e a outra parte veio do Tesouro Municipal.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé questionou se a PBH estava repassando os recursos federais para os hospitais da Fundação Hospitalar de Minas Gerais - Fhemig.

André Reis explicou que esse repasse é feito pela Secretaria Municipal de Saúde e que, portanto, não saberia informar os prazos de repasse.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé indagou quantos dos 7.000 novos respiradores pulmonares anunciados haviam sido efetivamente comprados pela PBH.

André Reis respondeu não saber quantos haviam sido comprados.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé indagou, então, de que o secretário teria conhecimento.

André Reis respondeu saber que, durante a pandemia, não havia morrido pessoa alguma na fila dos hospitais em Belo Horizonte por falta de atendimento.

A vereadora Flávia Borja perguntou qual seria o destinatário do acordo judicial, já que não era destinado ao servidor.

André Reis declarou que o acordo foi firmado para geração de crédito junto às empresas de ônibus tendo em vista a necessidade desenhada pela própria BHTrans.

A vereadora Flávia Borja solicitou fosse registrado em ata que o repasse de R$120 milhões não tinha um destinatário específico. Avaliou que o adiantamento foi uma “maquiagem” para esconder um subsídio para um setor específico. Relatou que os próprios empresários de ônibus já afirmaram que sempre operaram em desequilíbrio de fluxo. Disse que a PBH viu na pandemia a possibilidade de “abrir uma torneira de dinheiro” para compensar o lucro perdido pelas empresas de ônibus em todos esses anos e, para acertar as contas, solicitava a aprovação do transporte gratuito assistencial. Reafirmou que a Câmara não iria compactuar com esse procedimento.

Braulio Lara apontou a capacitação técnica do secretário André Reis, principalmente pelas informações prestadas em coletivas durante a pandemia. No entanto, criticou as respostas evasivas declaradas pelo secretário nesta oitiva. Indagou então quem havia dado o comando para direcionar os recursos durante a pandemia.

André Reis explicou que, nas coletivas, Jackson Machado fornecia informações epidemiológicas, cabendo a ele apenas as informações sobre o funcionamento do comércio. Afirmou que cada secretário possui competência para executar os gastos dentro de suas funções institucionais.

O presidente Juliano Lopes agradeceu a todos pelo comparecimento. Comunicou a realização de reunião extraordinária, em 26/10/21, para realização de oitiva do secretário municipal de Finanças, Antônio Fleury, em função do prazo de encerramento da CPI em 16 de novembro.

26ª Reunião – 14/10/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 1.412/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19 a ser realizada(o) no dia 29/10/2021, às 14:30h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de intimar Carlos Eduardo Porto Moreno, diretor-presidente da empresa Perfil 252 Comunicação Completa LTDA, para prestar informações, pessoalmente, de forma virtual ou presencial, referentes aos contratos de publicidade pactuados com a Prefeitura de Belo Horizonte durante a pandemia da Covid-19.

   Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

2) Requerimento de Comissão n° 1.413/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19. a ser realizada(o) no dia 29/10/2021, às 15:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de intimar o

Secretário Municipal de Fazenda, João Antônio Fleury Teixeira, para prestar informações, pessoalmente, de forma virtual ou presencial, referentes aos gastos da Prefeitura de Belo Horizonte durante a pandemia da Covid-19.

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

3) Requerimento de Comissão n° 1.437/21 – Pedido de informação à Prefeitura de Belo Horizonte, em especial à Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Maíra da Cunha Pinto Colares, ao Controlador-Geral do Município, Leonardo de Araújo Ferraz, ao Procurador-Geral do Município, Castellar Modesto Guimarães Filho para obter informações sobre as dispensas de licitação: Processo nº 01.059.770/21-84, Processo nº 01.059.771/21-47 e Processo nº 01.059.774/21-35.

Autoria: vereador Ciro Pereira.

SEM RESPOSTA

4) Requerimento de Comissão n° 1.438/21 – Pedido de informação ao prefeito Alexandre Kalil, ao secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, André Reis, ao secretário municipal de Fazenda, João Antônio Fleury Teixeira, e ao controlador-geral do Município, Leonardo de Araújo Ferraz, para saber a “indicação de qual é o programa e a ação constantes no PPAG 2018-2021 e na LOA 2020 que englobam a aquisição antecipada de vales-transportes, bem como a dotação orçamentária utilizada para o pagamento da antecipação desses créditos, adquiridos por meio do acordo firmado perante o TJMG na ação nº 5172824-67.2020.8.13.0024, conforme informado pelo Secretário André Reis na sua oitiva à CPI COVID desta Câmara (minutos 28:57 à 32:30 e 55:47), em 07/10/20211; - Cópia integral dos autos do contrato nº 01.2017.0803.0026.05.00, de compra de vales-transportes dos servidores públicos, firmado entre a PBH e a Transfácil, contendo todos os atos de

justificativa e execução, inclusive os pareceres jurídicos e técnicos que subsidiaram as decisões; - Documentos comprobatórios da devolução dos créditos antecipados, bem como os extratos de carregamento e utilização dos cartões pelos servidores da Prefeitura de janeiro de 2020 até a presente data; - Estudo técnico de estimativa de utilização dos créditos antecipados.

Autoria: vereador Ciro Pereira.

SEM RESPOSTA

5) Requerimento de Comissão n° 1.439/21 – Pedido de informação ao prefeito Alexandre Kalil, ao secretário municipal André Reis, ao secretário municipal João Antônio Fleury Teixeira e ao controlador-geral Leonardo de Araújo Ferraz, com a finalidade de “obter as seguintes informações: 1. Os valores gastos com os contratos emergenciais do Município desde março/2020 até a presente data, indicando de forma detalhada o número do instrumento jurídico, as partes, o objeto, o valor, a data da assinatura e da publicação, se há aditivos, bem como seus respectivos dados; 2. Se houve contratação de organização social no combate à pandemia, e, se sim, quais foram elas; 3. Se houve pagamento adiantado em algum contrato na pandemia, e, se sim, quais foram, bem como as informações detalhadas do objeto, valor, data da assinatura e da publicação, se houve aditivos e seus respectivos dados; 4. Se houve devolução de equipamentos ou itens comprados no combate à pandemia, e, se sim, qual o valor e como foram devolvidos; 5. Demonstrar detalhadamente como foram gastos os R$ 314.887.666,00 milhões enviados ao Município pelo Governo Federal para enfretamento à COVID; 6. Informações e comprovação de qual dotação orçamentária custeou as cestas básicas distribuídas à população antes das eleições; 7. Informação se a PBH está repassando, em dia, os recursos federais para os hospitais da FHEMIG na capital, que têm destinação definida para eles e que devem ser repassados em até 5 dias após serem recebidos; 8. Informação de quantos dos 7 mil novos respiradores foram efetivamente comprados pela

PBH; 9. Informação de quem paga os leitos do SUS em BH: o Município ou o Estado. Qual valor foi pago efetivamente pela PBH?

Autoria: vereadoras Flávia Borja e Fernanda Pereira Altoé.

SEM RESPOSTAS

6) Requerimento de Comissão n° 1.440/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19 a ser realizada(o) no dia 04/11/2021, às 09:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de intimar o Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto para prestar informações, pessoalmente, referentes aos gastos da Prefeitura de Belo Horizonte durante a pandemia da Covid-19.

Autoria: vereadoras Flávia Borja e Fernanda Pereira Altoé.

7) Requerimento de Comissão n° 1.441/21 – Pedido de informação ao prefeito Alexandre Kalil e à secretária municipal de Cultura, Fabíola Moulin, com a finalidade de obter toda a documentação do processo licitatório e da execução do contrato relativo à Dispensa SMC nº 007/2021 - Processo nº 01.051.149/21-27, que teve por objeto a prestação de serviços especializados para o desenvolvimento de pesquisa para atender à demanda da Secretaria Municipal de Cultura, visando a elaboração de um diagnóstico das atividades artístico-culturais em Belo Horizonte, considerando as diversas formas de organização (autônomos, grupos, coletivos, empresas), antes e durante a pandemia da Covid-19, buscando identificar o impacto da pandemia sobre essas atividades e contribuir para formulação de políticas públicas mitigadoras desses efeitos e de retomada do setor em Belo Horizonte.

Autoria: vereadoras Flávia Borja e Fernanda Pereira Altoé.

SEM RESPOSTAS

8) Requerimento de Comissão n° 1.446/21 – Pedido de informação à PGM com a finalidade de obter informações referentes à consulta realizada pelo Secretário Municipal de Governo, Sr. Adalclever Ribeiro Lopes, sobre pesquisa relativa à Covid-19 a ser realizada no Estado de Minas Gerais pela empresa Perfil 252 Comunicação Completa Ltda.

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes

SEM RESPOSTA

9) Requerimento de Comissão n° 1.448/21 – Pedido de informação ao Prefeito Alexandre Kalil, com a finalidade de obter informações referentes ao acordo firmado em dezembro de 2021 entre a Prefeitura de Belo Horizonte, o SetraBH e outros consórcios referente à compra antecipada de vales-transporte.

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

SEM RESPOSTA

- **Oitiva do Gerente de Contratação de Serviços Gerais e de Engenharia, Leonardo Vilete Matos, para prestar informações sobre o depoimento de Mário Valadares, realizado no dia 09 de setembro de 2021.**

Registro da oitiva conforme a ATA Aprovada

O presidente registrou a presença remota de Leonardo Vilete Matos.

Presidente informou a Leonardo Vilete que o empresário Mário Valadares havia declarado a esta comissão, na oitiva de 9/9/21, que negociou com o depoente as peças de equipamentos doados para a PBH e perguntou-lhe se confirmava tal declaração.

Leonardo Vilete afirmou não ter feito contatos com Mário Valadares, mas sim com sua assessoria, na pessoa de João Vítor. Detalhou que, nesse contato,

houve esclarecimentos sobre a doação proposta e que requisitou ao mencionado representante a troca de cinco acessórios pediátricos por acessórios apropriados para uso adulto, que tinham maior demanda.

Em resposta à vereadora Flávia Borja, confirmou não ter realizado qualquer contato com Mário Valadares. Disse que João Vítor trabalha para o mencionado empresário e que não tem conhecimento do sobrenome de João Vítor.

Em resposta a pedido de esclarecimentos da vereadora Flávia Borja sobre a definição de critérios dos bens doados, Leonardo Vilete informou que o método de elaboração do descritivo desses bens foi desenvolvido de acordo com a necessidade da rede de serviços a ser atendida. Disse que os equipamentos em discussão são usados atualmente no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu, tendo sido seu descritivo direcionado para o Samu. Acrescentou que, no descritivo, foram estabelecidos também os acessórios para atender necessidades de esterilização, utilização e transporte. Afirmou que não foi definida marca, mas aprovada a marca apresentada pelo doador, que foi encontrada por esse doador com base no descritivo.

Perguntado pela vereadora Flávia Borja sobre quem informou a necessidade dos equipamentos doados e quando houve essa informação, o depoente declarou que recebeu de Henrique, que é diretor de Planejamento, Gestão e Finanças da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - Smpog.

A vereadora Flávia Borja perguntou ao depoente se ele recebeu outras doações de outros colaboradores, além da que foi realizada pelo Shopping Oiapoque; se teve contato com outras entidades para fazerem doações; e se elas geraram algum tipo de favorecimento ao doador.

Leonardo Vilete afirmou não ter recebido outras doações; que não estabeleceu comunicação sobre doações com outros estabelecimentos; que não tem conhecimento sobre favorecimento a doador em razão da doação realizada; que a PBH recebeu doações de cinco equipamentos, provavelmente respiradores, do governo do Estado ou do Banco Itaú, informações essas que ele necessita confirmar.

Registre-se que o vereador Irlan Melo passou a participar presencialmente da reunião.

O vereador Irlan Melo pediu ao depoente que confirmasse sua função na PBH e informasse se respiradores são equipamentos atinentes a sua área de atuação.

O depoente declarou ser gerente de Contratação de Serviços de Engenharia Pública e que respiradores são compatíveis com sua atuação na área clínica.

O vereador Irlan Melo perguntou ao depoente quem lhe forneceu a descrição dos equipamentos recebidos pela PBH; se o fornecedor da descrição tinha capacidade técnica para fornecer essa descrição; e se esse fornecedor pediu auxílio de outros para criar esse descritivo.

Leonardo Vilete informou que teve assessoria de equipe técnica, que atua na descrição de equipamentos para a rede de serviços da PBH.

Perguntado pelo vereador Irlan Melo se há médico nessa equipe de descrição de equipamentos, o depoente declarou que, na gerência em que atua, não há médicos, mas há engenheiros. Informou ser a coordenadora de Engenharia Clínica Médica, Débora Morgado, a responsável pelos descritivos de equipamentos e que ela é subordinada a ele.

O vereador Irlan Melo observou que Mário Valadares, em depoimento a esta CPI, havia declarado ter tido contato com o secretário municipal André Reis sobre a doação de equipamentos e que, em seguida, passou a tratar com o depoente sobre essa doação. Perguntou-lhe se ele afirmava que Mário Valadares havia mentido sobre seu contato com o depoente.

Leonardo Vilete reafirmou ter conversado com João Vítor, e não com Mário Valadares, sobre a doação mencionada.

O vereador Irlan Melo solicitou que se registrasse em ata que Mário Valadares prestou informações pessoalmente à CPI por duas vezes, as quais foram posteriormente verificadas como não verídicas. Afirmou que esse fato deve ser considerado no relatório final. Leu trecho do depoimento de Mário

Valadares no qual o depoente declarou ter tratado com Leonardo Vilete sobre os equipamentos doados e sobre ajustes feitos nesses equipamentos.

Perguntado pelo vereador Irlan Melo se houve acordo entre a PBH e o referido empresário para que fossem retomadas as atividades do Shopping Oiapoque tão logo fosse efetivada a doação dos mencionados equipamentos, o depoente declarou não ter ciência sobre algum tipo de acordo com esse objetivo.

O vereador Irlan Melo leu trecho de fala do Mário Valadares, de oitiva anterior, que reitera ter esse depoente tratado com Leonardo Vilete sobre a doação de equipamentos. Pediu a Leonardo Vilete que confirmasse se realmente não tratou com Mário Valadares.

Leonardo Villete confirmou não ter tratado com Mário valares sobre a doação de equipamentos para a PBH.

O presidente registrou a presença remota da vereadora Fernanda Pereira Altoé, não integrante da comissão.

Perguntado pela vereadora Flávia Borja se há diferença de especificação de produtos doados quando a doação ocorre com base em pedido da PBH e quando ocorre sem essa motivação; e se tem conhecimento de que a doação dos respiradores foi solicitada pela PBH ou se foi oferecida pelo doador, Leonardo Vilete afirmou não possuir informações a respeito do que foi perguntado.

O vereador Irlan Melo pediu que o depoente informasse a destinação dos equipamentos recebidos.

Leonardo Vilete informou que três foram destinados à Unidade de Pronto Atendimento - Upa - Norte, e cinco foram distribuídos para as Upas Nordeste, Oeste e Venda Nova; e que, dos cinco referidos, dois foram para a última Upa mencionada. Explicou que, após o recebimento pelo setor destinatário, há movimentações do equipamento recebido de acordo com as necessidades locais. Acrescentou que existe um acordo que prevê a possibilidade de movimentação desses equipamentos entre Upas, conforme a necessidade de

cada unidade. Acrescentou que essa movimentação ocorreu durante a pandemia e todos esses equipamentos se encontram disponíveis nas Upas.

Perguntado pelo vereador Irlan Melo se, em algum momento, João Vítor mencionou que a doação de equipamentos havia sido solicitada, o depoente respondeu negativamente e acrescentou ter tratado com João Vítor somente sobre o descritivo dos equipamentos que seriam doados. Detalhou que João Vítor apresentou-lhe os equipamentos para análise e que, em seguida, passaram a negociar sobre o local da entrega, sendo então esse local definido como a gerência ocupada pelo depoente.

Perguntado pelo vereador Irlan Melo se houve algum contato de Mário Valadares com o secretário municipal de Saúde, Jackson Machado, para tratar sobre a doação em análise, Leonardo Vilete declarou não ter conhecimento sobre isso, em razão de ter tratado somente com João Vítor sobre essa doação. Afirmou nunca ter tido contato com Mário Valadares.

Perguntado pelo mesmo vereador se tem conhecimento de outras doações, principalmente de equipamentos médicos, Leonardo Vilete reiterou que houve a doação de outros equipamentos; que não tem certeza se foram doados pelo Banco Itaú ou pelo governo do Estado; e que não se lembra se foram doados antes ou depois da doação feita por Mário Valadares nem as datas das doações desses equipamentos.

O vereador Irlan Melo pediu ao depoente que confirmasse as informações sobre a responsável pelo descritivo dos equipamentos doados por Mário Valadares.

Leonardo Vilete detalhou que a responsável pelos descritivos dos equipamentos recebidos por meio de doação é a coordenadora de Contratação, a engenheira Débora Morgado.

O vereador Irlan Melo sugeriu que Débora Morgado fosse ouvida pela CPI, tendo em vista perceber que Mário Valadares mente ou demonstra esquecimentos quando é ouvido pela comissão.

O presidente disse concordar com o vereador Irlan Melo e acrescentou que Mário Valadares, além de mentir para a CPI, tem colocado servidores da PBH sob suspeita.

A vereadora Flávia Borja perguntou ao depoente quais outros equipamentos foram doados para o Município durante a pandemia e se ele teve contatos com outros estabelecimentos comerciais sobre doações.

Leonardo Vilete disse não saber especificar outros equipamentos doados ao Município, mas que pode verificar posteriormente. Afirmou ter tido contato com estabelecimento comercial somente a respeito da doação em análise.

O vereador Nikolas Ferreiras pediu ao depoente que informasse o cargo ocupado por Henrique e se Henrique enviou ao depoente o processo relativo à doação em análise.

Leonardo Vilete informou que Henrique é diretor de Planejamento e que não lhe enviou processo relativo à doação, mas somente lhe informou o contato de João Vítor para tratar sobre essa doação.

Perguntado pelo vereador Nikolas Ferreira sobre qual foi a ordem desse diretor relativa ao contato a ser feito, o depoente detalhou que passou a Henrique o descritivo do equipamento objeto da doação e Henrique lhe passou então o contato da equipe de trabalho de Mário Valadares.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou se Débora Morgado realizou todo o processo.

O depoente informou que a mencionada engenheira não realizou todo o processo relativo à doação. Quanto ao processo, explicou que ele próprio encaminhou o descritivo que atenderia e, a partir de então, João Vítor entrou em contato para informar o equipamento disponível para a doação e discutir sobre sua descrição.

Perguntado pelo vereador Nikolas Ferreira se o prefeito ou o secretário de Saúde tiveram alguma interferência na negociação da doação, o depoente declarou não ter conhecimento sobre isso.

Perguntado pelo mesmo vereador se foi ele quem definiu sobre a alocação dos equipamentos recebidos, Leonardo Vilete informou que essa alocação foi definida pela gerência de Urgência, em conjunto com a área técnica, e que os equipamentos foram encaminhados para as Upas.

O vereador Nikolas Ferreira fez críticas a Mário Valadares, por considerar que ele tem mentido em depoimentos à CPI e, aparentemente, acusado falsamente outras pessoas envolvidas no assunto em discussão.

O vereador Irlan Melo considerou importante saber se Mário Valadares foi beneficiado em razão da doação que fez. Observou que servidores da PBH negam ter ocorrido esse favorecimento, mas que há contradições nos depoimentos de Mário Valadares.

Flávia Borja chamou a atenção para as dificuldades de apurar os dados sobre a doação em análise. Perguntou ao depoente se o Shopping Oiapoque fez essa doação por iniciativa própria ou se houve pedido da PBH.

Leonardo Vilete reiterou ter sido o mencionado shopping o único doador com o qual teve contato e acrescentou que o objetivo do contato foi somente para esclarecer sobre acessórios dos equipamentos doados.

Perguntado pela vereadora Flávia Borja por que somente um estabelecimento fez doação para o Município e se tem conhecimento de outras doações, o depoente disse não saber explicar. Reiterou que houve outras doações, como a do Banco Itaú, por exemplo. Quanto a essa doação, observou tratar-se de ventilador fixo e afirmou que não fez contato em relação a ela.

Perguntado pela vereadora Flávia Borja se foi pedido algo, mas o que foi entregue era diferente, Leonardo declarou que foi enviado um descritivo e foram recebidos os equipamentos objeto da discussão.

A vereadora Flávia Borja questionou por que houve tratamento especial para a doação feita pelo Shopping Oiapoque.

O depoente avaliou que não houve tratamento especial e reiterou ter feito contato com o colaborador somente para saber se a doação ofertada atenderia as necessidades.

A pedido da mesma vereadora, confirmou ter conversado somente com João Vítor como intermediador do Shopping Oiapoque.

A vereadora Flávia Borja solicitou que se registrasse em ata que, durante a pandemia, foram feitas doações à PBH que equivaleram a milhões de reais e que o Shopping Oiapoque foi o único estabelecimento comercial que teve tratamento especial relativo às especificações de sua doação e que funcionou durante a pandemia.

O presidente informou que poderão ocorrer reuniões extraordinárias da CPI, caso seja necessário.

O vereador Irlan Melo declarou a expectativa de conclusão dos trabalhos da comissão no prazo previsto.

O presidente agradeceu a Leonardo Vilete a colaboração com a CPI.

- **Oitiva do Secretário Municipal de Governo, Adalclever Ribeiro Lopes para prestar informações e elucidar os questionamentos desta CPI, referentes à condução da Secretaria Municipal de Governo no enfrentamento da Pandemia de Covid-19.**

Registro da oitiva conforme a ATA Aprovada

Registrou-se a presença remota de Adalclever Ribeiro Lopes e de seu advogado, Bruno César Gonçalves da Silva.

Bruno César informou ter sido expedido salvo-conduto em favor do depoente, para assegurar-lhe não responder a perguntas de caráter pessoal ou que não sejam de objeto desta CPI, direito ao silêncio, assistência de advogado, bem como a inviolabilidade do escritório do depoente, de onde ele prestaria as informações à comissão.

Em resposta a pergunta do vereador Irlan Melo sobre ter ou não encaminhado o mencionado documento para a CPI, Bruno César informou que cópia do salvo-conduto foi encaminha por e-mail para a comissão.

Às 10h11min, o presidente suspendeu a reunião para análise do mencionado documento.

Às 10h18min, o presidente reabriu os trabalhos.

Registre-se que os vereadores Nikolas Ferreira e José Ferreira passaram a participar presencialmente da reunião.

O vereador Irlan Melo informou ter sido emitido *habeas corpus* em favor do depoente e fez a leitura do mencionado documento.

A pedido do presidente, o depoente confirmou ser ocupante do cargo de secretário de Governo.

O presidente perguntou ao depoente, tendo em vista que a Diretoria de Acompanhamento Legislativo da PBH consulta outros órgãos do Município para a emissão de pareceres, se o comitê que trata de assuntos relativos à covid-19 ou a SMGO foram consultados para a emissão de parecer sobre veto a projeto de lei que considerava essenciais as atividades desenvolvidas por academias de ginástica; ou se há parecer da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - Smel.

Adalclever Lopes disse não ter conhecimento sobre consulta ao mencionado comitê ou à SMGO para emissão do referido veto. Acrescentou que a existência de parecer da Smel deve ser verificada nessa secretaria.

Questionado pelo presidente se, mesmo sendo esse assunto pertinente à SMGO e sendo a referida Diretoria de Acompanhamento Legislativo subordinada à essa secretaria, o depoente não tinha informações sobre a consulta para a emissão do parecer sobre o mencionado veto, Adalclever Lopes declarou que teve conhecimento do mencionado veto por meio do Diário Oficial do Município - DOM - e observou que o veto é uma prerrogativa exclusiva do prefeito.

Perguntado pelo presidente se não houve intervenção do Comitê de Enfrentamento à Epidemia da Covid-19 ou da Smel para a emissão desse veto,

o depoente reiterou ser o veto prerrogativa do prefeito e de acordo com a consciência desse mandatário.

O presidente perguntou ao depoente se, tendo em vista ser a orientação da participação popular uma das prerrogativas da SMGO previstas em lei, como essa secretaria orientou academias durante a pandemia e qual era o canal de participação popular de munícipes durante a pandemia.

Adalclever Lopes informou que a participação popular ocorre por meio de audiências públicas. Acrescentou que há um portal, no *site* da PBH, que trata da transparência, inclusive da ouvidoria, portal no qual qualquer pessoa pode postar opiniões.

Questionado pelo presidente se o secretário municipal de Governo não atuava na área de participação popular, o depoente afirmou que sim, conforme é demandado, e que as decisões são tomadas pelo prefeito.

O presidente afirmou que as consultas à PBH têm demonstrado que as decisões sobre assuntos relativos à pandemia são tomadas pelo Comitê de Enfrentamento à Epidemia da Covid-19 e que esse comitê não envia informações por escrito sobre suas decisões. Perguntou se existiam atas de reuniões do comitê.

O depoente afirmou nunca ter participado de reuniões do mencionado comitê. Informou ter tomado posse em 1º/1/21, sendo que esse grupo de trabalho foi criado em 5/6/20.

Perguntado pelo vereador Irlan Melo se participou de reuniões do Comitê de Enfrentamento à Epidemia da Covid-19, ao menos como ouvinte, após ter tomado posse como secretário, o depoente respondeu que não e que, por não ser integrante desse comitê, não foi convidado.

Perguntado pelo mesmo vereador se não tinha conhecimento sobre a existência de atas das reuniões do mencionado comitê, o depoente orientou-o a perguntar ao secretário municipal de Saúde e ao prefeito.

O vereador Irlan Melo afirmou que essa pergunta foi feita a vários representantes do governo municipal. Disse perceber que ocorriam reuniões do referido comitê, que resultados de decisões tomadas eram publicadas no DOM,

mas que não há como saber se o conteúdo do decreto relativo à covid-19 resultou de determinações desse comitê.

Perguntado pelo vereador Irlan Melo se participou da negociação de doações feitas pelo Shopping Oiapoque e se tem conhecimento dessas doações, o depoente respondeu negativamente.

Perguntado pelo vereador Irlan Melo se houve acordo entre a PBH e esse shopping para a liberação de seu funcionamento após a mencionada doação, o depoente também respondeu negativamente.

Perguntado por esse vereador se tem conhecimento do uso de recursos federais ou estaduais para o adiantamento de valores a empresas do transporte público municipal, Adalclever Lopes também respondeu negativamente e acrescentou que esse é um assunto não pertinente a sua secretaria, mas de outra pasta específica.

Perguntado pelo mesmo vereador se participou de reunião com a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A. - BHTrans, sobre os repasses mencionados, o depoente também respondeu negativamente e reiterou não ser ele uma das partes que integram o acordo sobre esses repasses.

Em resposta à pergunta do mesmo vereador se esteve presente no Tribunal de Justiça de Estado de Minas Gerais - TJMG - para a efetivação do acordo sobre o mencionado repasse de recursos, Adalclever Lopes declarou não ter participado desse acordo.

O presidente perguntou ao depoente quais são as suas atribuições, tendo em vista que declarava não participar de assuntos sobre os quais era questionado e não participou das grandes decisões da PBH como secretário de Governo.

O depoente reiterou que assuntos relativos à covid-19 não competem à SMGO; e que não participou das reuniões do Comitê de Enfrentamento à Epidemia da Covid-19 por não ser secretário na época das decisões tomadas por esse grupo de trabalho. Pediu permissão para ler as suas atribuições como secretário de Governo.

O presidente dispensou a leitura.

O presidente afirmou que vários acordos relativos à suspensão e ao retorno de atividades comerciais e relativos ao serviço de transporte público foram realizados durante a gestão do depoente.

Adalclever Lopes explicou que um comitê foi criado exclusivamente para tratar sobre um assunto específico, do qual nenhuma outra secretaria trataria.

O presidente observou que foi criado um comitê ao qual não se tem acesso. Afirmou que um depoente havia declarado para a CPI que as decisões desse comitê são tomadas pelo prefeito.

A vereadora Flávia Borja informou que, conforme declarações do secretário municipal André Reis à CPI, créditos para empresas do transporte coletivo municipal não estão vinculados a questões relativas a servidores e poderão ser utilizados em outras políticas públicas. Perguntou ao depoente se ele tem conhecimento sobre a destinação que se pretende dar a esses recursos.

Adalclever Lopes reiterou que, quando tomou posse como secretário de Governo, o comitê que trata sobre questões relativas à covid-19 já havia sido criado e, sendo assim, ele não participou de reuniões ou decisões relativas a esse comitê.

Perguntado pela vereadora Flávia Borja se concordava que o mencionado comitê funcionou como uma pasta isolada que tomava decisões sobre o Município, o depoente declarou não considerar esse comitê uma pasta e observou que qualquer cidadã ou cidadão pode acompanhar, no *site* da PBH, a evolução das ações desse comitê. Informou que a secretaria de Governo não é parte desse comitê e reiterou que, por isso, não participou de reuniões desse grupo de trabalho.

Perguntado pela vereadora Flávia Borja, tendo em vista declaração do secretário André Reis de que não há política relativa ao recebimento dos créditos relativos a repasses para empresas de transporte, se tinha conhecimento sobre a destinação desses créditos, o depoente observou que o

prefeito, o secretário André Reis e o secretário da Fazenda é que podem responder essa pergunta.

A vereadora Flávia Borja afirmou que o decreto que trata sobre medidas de prevenção da disseminação da covid-19 no transporte coletivo foi desrespeitado e, mesmo assim, o repasse de valores para as empresas desse setor continuaram a ocorrer. Perguntou ao depoente se o prefeito Alexandre Kalil articulou com ele sobre a possibilidade de rescisão desse acordo.

Adalclever Lopes afirmou não ter sido consultado pelo prefeito a respeito desse assunto.

A vereadora Flávia Borja solicitou que se registrasse em ata que cabe ao secretário municipal de Governo executar prioridades do prefeito e que o chefe do Executivo, mesmo tendo à disposição uma assessoria técnica, não determinou o cerceamento dos repasses de valores para empresas do transporte coletivo; e que o fato de a população ser transportada em situação precária não era um problema prioritário para o prefeito.

Adalclever Lopes afirmou que o conteúdo objeto do registro solicitado não condizia com sua fala, mas que era uma conclusão da vereadora Flávia Borja.

A vereadora Flávia Borja declarou concordar que o registro solicitado era de sua própria conclusão.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou ao depoente qual foi sua forma de atuação na compra de créditos repassados pela PBH a empresas de transporte coletivo.

O depoente disse que ocorreu uma situação grave, na qual o prefeito Alexandre Kalil passou a decidir com bases científicas, assessorado por um comitê técnico, criado exclusivamente para tratar de questões relativas à pandemia de covid, composto por cientistas e médicos. Reiterou não ter participado de reuniões sobre o assunto objeto da indagação.

Perguntado pelo vereador Nikolas Ferreira se existem atas das reuniões desse comitê, o depoente afirmou que todas as decisões do prefeito eram posteriormente esclarecidas por técnicos à imprensa e aos presentes.

Acrescentou que os registros dessas explicações encontram-se disponíveis, em áudio e vídeo, nos relatórios diários do Portal de Transparência da PBH.

O vereador Nilolas Ferreira solicitou que se registrasse em ata que há registros dessas reuniões em áudio e vídeo, que podem ser requisitados pela CPI.

O depoente observou que há registros somente das entrevistas realizadas após as reuniões e declarou não ter conhecimento sobre registros em atas das reuniões.

Perguntado pelo vereador Nikolas Ferreira se tem conhecimento sobre o estudo que embasou as decisões do comitê que trata sobre questões relativas à covid-19, o depoente disse que, por esse comitê tratar de assunto pertinente à área médica, deixou que suas decisões ficassem a cargo dos médicos responsáveis.

Perguntado pelo mesmo vereador de quem foi a ideia de antecipar créditos para empresas do transporte coletivo e se houve negociações anteriores, Adalclever afirmou não saber quem propôs a antecipação de crédito. Informou que participaram do acordo o TJMG, a PBH e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG. Acrescentou que o prefeito e os presidentes desses órgãos é que saberiam informar sobre a existência de negociações anteriores.

Perguntado pelo vereador Nikolas Ferreira se há comprovação do repasse da PBH para empresas de transporte coletivo, ocorrido em 27/3/20, de aproximadamente R$5 milhões, o depoente declarou não saber informar, porque não atuava na PBH no período em que ocorreu esse repasse.

Perguntado pelo mesmo vereador se, nesse período, ele auxiliava o prefeito Alexandre Kalil de alguma forma, o depoente afirmou que não e que trabalhava em um instituto.

O vereador Nikolas Ferreira perguntou ao depoente qual era a forma de sua relação com empresários do transporte coletivo e se não esteve em reunião com eles.

Adalclever Lopes declarou que conhece todos os empresários desse setor, por ter ocupado várias funções em entidades representativas do transporte. Afirmou não ter realizado reuniões com eles como secretário municipal. Acrescentou que, no desempenho das atribuições de secretário, não tem qualquer relação com esses empresários.

O vereador Nikolas Ferreira pediu ao depoente que descrevesse algo objetivo que tenha realizado na sua atuação como secretário de Governo.

Adalclever Lopes afirmou ter encaminhado ao prefeito Alexandre Kalil várias demandas apresentadas por escolas particulares, igrejas e empresários da área comercial sobre medidas a serem tomadas durante a pandemia. Reiterou não ter tratado com empresários de transporte por haver um comitê por ele mencionado.

O vereador Nikolas Ferreira afirmou que havia dificuldades de obter as respostas de Adalclever Lopes, possivelmente por desconhecimento ou por descaso do depoente.

O depoente observou que algumas questões apresentadas são mais pertinentes ao prefeito que ao secretário de Governo.

O presidente afirmou que, na data da posse do depoente, foi criada a Gerência de Acompanhamento de Colegiados. Perguntou ao depoente se esse órgão é um conselho de participação popular, se o depoente esteve em reuniões com conselhos municipais, tendo em vista serem “ligados” à Secretaria Municipal de Governo, e se existem atas dessas reuniões.

Adalclever Lopes disse ter iniciado sua atuação como secretário uma semana após sua posse, devido ao prazo de realização de exames admissionais. Afirmou que o assunto mencionado foi tratado no Comitê de Enfrentamento à Epidemia da Covid-19, e não em sua secretaria.

Perguntado pelo presidente se, até a presente data, não se reuniu com nenhum conselho municipal, o depoente reiterou que, por haver um comitê que trata de assuntos relativos à pandemia de covid-19, as secretarias não participam de suas reuniões.

O presidente afirmou que, conforme decreto, “esse conselho” é diretamente ligado à Secretaria Municipal de Governo e não ao Comitê de Enfrentamento à Epidemia da Covid-19; e que, mesmo assim, não houve reunião com o conselho na mencionada secretaria, inclusive para tratar de assuntos não relativos à covid-19.

O vereador Bruno Miranda observou que, devido à pandemia, vários conselhos municipais tiveram seus funcionamentos prejudicados. Pediu que se esclarecesse sobre a existência de previsão em decreto de período de funcionamento e de periodicidade para reuniões do conselho, para não parecer que houve somente omissão por parte do secretário Adalclever Lopes.

O presidente afirmou que não há previsão de periodicidade de reuniões em decreto e que nenhum conselho municipal se reuniu com a PBH ou com o secretário de Governo. Disse que, em gestões anteriores, havia reuniões mensais com os conselhos; e que há reclamações de conselhos sobre a não realização de reuniões com a PBH e informação de não saberem sequer o nome do secretário responsável pelas reuniões.

Perguntado pela vereadora Flávia Borja sobre que tipo de assessoria tem prestado ao prefeito para atendimento a demanda de grupos sociais e entidades, tendo em vista a existência de um comitê que tem tomado todas as decisões do Município durante a pandemia, o depoente afirmou que sua secretaria atendeu a todos. Afirmou ter reativado, recentemente, reuniões de um conselho municipal que trata sobre pessoas em situação de rua. Disse que tem retomado as reuniões presenciais há pouco tempo, pela dificuldade de realizá-las durante a pandemia, pelo risco de gerar aglomeração. Declarou que não foram solicitadas reuniões virtuais à Secretaria de Governo, em virtude de haver um comitê que trata de questões relativas à covid-19, do qual essa secretaria não faz parte.

A vereadora Flávia Borja observou que decisões têm sido tomadas no Município pelo mencionado comitê e perguntou ao depoente se ele tem conhecimento de que Carlos Starling e Estêvão Urbano, integrantes desse comitê, fazem parte de uma organização que vendeu protocolo de retorno de atividades para escolas.

Adalclever Lopes declarou não ter conhecimento do caso mencionado e que, se realmente ocorreu, é uma situação de conflito, que deve ser tratada por comissão de ética.

A vereadora Flávia Borja solicitou que se registrasse em ata que, no contexto da pandemia, todas as decisões do Município foram tomadas por um comitê fechado e que, aparentemente, todas as demais pastas deixaram de atuar, porque não tinham autonomia para agir; e que dois membros desse comitê venderam protocolos de retorno de atividades para escolas.

O vereador Bruno Miranda chamou a atenção para a gravidade da declaração da vereadora Flávia Borges sobre venda de protocolos. Observou que, desde o início da pandemia, a PBH tomou providências para o controle da covid-19, sendo que o prefeito Alexandre Kalil criou um comitê técnico-científico para assessorá-lo. Referindo-se aos dois médicos citados pela vereadora Flávia Borja, afirmou serem sanitaristas renomados que contribuíram com o Município com base em seus conhecimentos. Pediu respeito a esses profissionais.

A vereadora Flávia Borja afirmou que, conforme previsto em decreto, a Secretaria Municipal de Governo deve fazer a gestão de documentos dos conselhos. Disse entender que, se o depoente declara não haver atas de reuniões, ele não cumpre essa função.

Adalclever Lopes afirmou não ter declarado a inexistência de atas de reuniões e reiterou que a vereadora Flávia Borja pode oficiar à PBH ou à PGM para ter informações sobre a existência das atas.

A vereadora Flávia Borja observou que o conteúdo dos vídeos relativos a reuniões do Comitê de Enfrentamento à Epidemia da Covid-19, mencionados pelo depoente, não são compatíveis com atas. Reiterou a necessidade de documentação relativa a essas reuniões.

Adalclever Lopes sugeriu que a vereadora Flávia Borja envie ofício a ele com solicitação dessa documentação e afirmou que fará contato com as áreas pertinentes da PBH e enviará a documentação para a CPI.

Perguntado pela vereadora Flávia Borja se confirmava a inexistência de atas do referido comitê, tendo em vista declarações dos secretários municipais de Saúde de Planejamento em oitivas anteriores da comissão, o depoente declarou não ter conhecimento sobre isso e acrescentou que os integrantes desse comitê é que poderiam informar.

Perguntado pela vereadora Flávia Borja sobre a quantidade e a periodicidade das reuniões do mencionado comitê, o depoente disse que as reuniões do comitê ocorrem conforme a demanda e que a informação exata sobre a quantidade de reuniões realizadas pode ser informada pelo secretário municipal da Saúde, por procurador do Município ou pelo prefeito.

Questionado pela mesma vereadora se a secretaria de Governo não deveria guardar a documentação do referido comitê, Adalclever Lopes reiterou a sugestão de envio de ofício a ele e afirmou que, se houver ata ou outro tipo de documentação para fornecer, responderá.

A vereadora Flávia Borja perguntou ao depoente por que, durante a pandemia, ele ouviu escolas e igrejas, por exemplo, e não empresários do transporte coletivo; e se representantes desse setor o procuraram.

Adalclever Lopes declarou que, se esses empresários foram ouvidos, foi por meio da BHTrans, pois ele próprio não teve contato com eles.

Perguntado pela vereadora Flávia Borja se alguma oportunidade de fazer doação à PBH foi dada a algum setor ou entidade, como o Shopping Oiapoque ou o setor de transporte, o depoente afirmou não ter conhecimento sobre isso.

Às 11h12min, o presidente prorrogou a reunião por uma hora.

O presidente agradeceu ao depoente sua colaboração e informou que o objetivo da CPI é apurar qualquer tipo de denúncia de favorecimento ou omissão por parte da PBH e destacou a atuação desta comissão em defesa de pessoas prejudicadas.

Adalclever Lopes agradeceu a oportunidade de colaborar com a CPI.

Registre-se a presença remota do vereador Léo, não integrante da comissão.

O vereador Léo destacou os trabalhos da CPI e a prestação de esclarecimentos por Adalclever Lopes para solucionar duvidas da comissão.

Registre-se a presença remota do vereador Gabriel, não integrante da comissão.

O vereador Gabriel disse considerar o depoente um servidor ineficiente, por não demonstrar conhecer as próprias funções de secretário municipal, e, sendo assim, era incrível acreditar que o depoente era pessoa de confiança do prefeito Alexandre Kalil. Sugeriu que Adalclever Lopes seja retirado do governo, para não causar mais prejuízos ao Município.

O presidente afirmou que o depoente não forneceu informações relevantes para a CPI.

O advogado Bruno César declarou-se também à disposição da CPI.

27ª Reunião – 21/10/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 1.474/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19 a ser realizada no dia 04/11/2021, às 09:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes. Intimar o Secretário de Saúde, Jackson Machado e o proprietário do Shopping Oiapoque, Mário Valadares, a fim de esclarecer as divergências nos depoimentos prestados no tocante a doação realizada pelo Shopping Oiapoque a Prefeitura de Belo Horizonte.

   Autoria: vereadores Nikolas Ferreira e Flávia Borja

2) Requerimento de Comissão n° 1.475/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19. Intimar Estevão Urbano Silva e Unaí Tupinambás para prestarem informações, pessoalmente, no tocante a atuação do Comitê de Enfrentamento à Epidemia da Covid-19 e quanto

as medidas tomadas pelo Comité com relação ao vírus e sua propagação na cidade de Belo Horizonte.

Autoria: vereador Nikolas Ferreira e Flávia Borja.

REJEITADO

3) Requerimento de Comissão n° 1.476/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid - 19, a ser realizada(o) no dia 03/11/2021, às 09:00h, no(a) Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de convocar a Secretária Municipal de Educação, Ângela Dalben, e a Subsecretária de Planejamento, Gestão e Finanças, Natália Araújo, para prestarem informações gerais pertinentes a respostas que não foram dadas em requerimentos feitos a Prefeitura de Belo Horizonte no enfrentamento da pandemia do Covid-19 no Município.

Autoria: vereadores Flávia Borja; José Ferreira; Nikolas Ferreira

4) Requerimento de Comissão n° 1.489/21 – Cancelamento da oitiva. Aprovado pelo requerimento de comissão nº 1.412/21, do Presidente da empresa Perfil 252 Comunicação Completa LTDA, Carlos Eduardo Porto Moreno, agendada para o dia 29 de outubro de 2021, às 14:30h, no Plenário Helvécio Arantes.

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

5) Requerimento de Comissão n° 1.504/21 – Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid - 19, a ser realizada no dia 03/11/2021, às 10:30h, no Plenário Helvécio Arantes com a finalidade de intimar Débora Morgado Maia, Coordenadora de Engenharia Clínica na Gerência de Contratação de Serviços Gerais e de Engenharia, para, pessoalmente, prestar informações pertinentes à sua atuação na doação de oito ventiladores pulmonares pelo Shopping Oiapoque à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Autoria: vereador Irlan Melo

- **Oitiva do Presidente da Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte, Sr. Diogo Prosdocimi para prestar informações sobre a responsabilidade do Poder Executivo no que diz respeito à exposição à Covid-19 dos usuários do sistema de transporte público em coletivos superlotados, bem como sobre o auxílio financeiro fornecido às empresas concessionárias de transporte coletivo pela PBH em razão de supostos prejuízos de tais empresas.**

ATA da reunião não liberada pelo setor responsável

- **Acareação entre o ex-Presidente da Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte, Sr. Célio Bouzada, o ex-chefe de gabinete do Prefeito Alexandre Kalil, Alberto Lage, para esclarecer divergências nos depoimentos prestados no tocante a autoria da proposição de compra antecipada de passagens, bem como às medidas adotadas pelo Município para o enfrentamento da COVID-19.**

ATA da reunião não liberada pelo setor responsável

28ª Reunião – 28/10/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

1) Requerimento de Comissão n° 1.531/21 – Pedido de informação Prefeito Alexandre Kalil e Presidente da BHTrans, Diogo Prosdocimi com a finalidade de obter as seguintes informações: - Todas as DPR SMFA que fundamentaram os repasses aos concessionários; - Os boletins do sistema eletrônico de transporte que demonstram o número de passageiros que utilizaram o transporte público por dia e por viagem.

Autoria: Vereadoras Flávia Borja e Fernanda Pereira Altoé

SEM RESPOSTA

- **Oitiva do Presidente da Transfácil, Sr. Ralison Guimarães de Andrade, e do Ex Presidente da Trasfácil, Sr. Renaldo de Carvalho Moura, para prestar informações sobre como tem sido feita a devolução dos créditos antecipados e vale-transporte, bem como percentuais descontados deste repasse aos suplementares.**

ATA da reunião não liberada pelo setor responsável

29ª Reunião – 29/10/2021 – 14:30h – Plenário Helvécio Arantes

- **Ausência de quórum**

1) Requerimento de Comissão n° 1.557/21 – Requer da Procuradoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte a realização de pedido judicial de quebra de sigilo bancário e fiscal de determinados consórcios concessionários de serviços públicos de transporte e as empresas que os compõem.

   Autoria: vereadores Professor Juliano Lopes, Flávia Borja e José Ferreira.

   Requerimento não apreciado

- **Oitiva do Secratário Municipal de Fazenda, Sr. João Antônio Fleury Teixeira para prestar informações sobre os gastos da Prefeitura de Belo Horizonte durante a pandemia da Covid-19.**

OITIVA NÃO REALIZADA

30ª Reunião – 03/11/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Oitiva da Secretária Municipal de Educação, Sra. Ângela Dalben, e da Subsecretária de Planejamento, Gestão e Finanças, Sra. Natália Araújo, para prestar informações gerais pertinentes a respostas que não foram dadas em requerimentos feitos a Prefeitura de Belo Horizonte no enfrentamento da pandemia do Covid-19 no Município.**

  ATA da reunião não liberada pelo setor responsável

- **Oitiva da Coordenadora de Engenharia Clínica na Gerência de Contratação de Serviços Gerais e de Engenharia, Sra. Débora Morgado Maia, para prestar informações pertinentes à sua atuação na doação de oito ventiladores pulmonares pelo Shopping Oiapoque à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.**

  ATA da reunião não liberada pelo setor responsável

31ª Reunião – 04/11/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Discussão e votação**

  1) Requerimento de Comissão n° 1.557/21 – Requer da Procuradoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte a realização de pedido judicial de quebra de sigilo bancário e fiscal de determinados consórcios concessionários de serviços públicos de transporte e as empresas que os compõem.

     Autoria: vereadores Professor Juliano Lopes, Flávia Borja e José Ferreira.

  2) Requerimento de Comissão n° 1.562/21 – Requer da Procuradoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte a realização de pedido judicial de quebra de sigilo bancário e fiscal de determinados consórcios

concessionários de serviços públicos de transporte e as empresas que os compõem.

Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

- **Oitiva do Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto para prestar informações referentes aos gastos da Prefeitura de Belo Horizonte durante a pandemia da Covid-19.**

ATA da reunião não liberada pelo setor responsável

- **Acareação do Secretário de Saúde, Sr. Jackson Machado, e o proprietário do Shopping Oiapoque, Sr. Mário Valadares, a fim de esclarecer as divergências nos depoimentos prestados no tocante a doação realizada pelo Shopping Oiapoque à Prefeitura de Belo Horizonte.**

ATA da reunião não liberada pelo setor responsável

- **O Secretário Municipal de Finanças, João Antônio Fleury Teixeira, compareceu voluntariamente à comissão e prestou esclarecimentos referentes a gastos durante a pandemia da Covid-19.**

32ª Reunião – 05/11/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Oitiva do Secretário Municipal de Fazenda, João Antônio Fleury Teixeira, para prestar informações, pessoalmente, de forma virtual ou presencial, para elucidar os questionamentos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, referentes aos gastos da Prefeitura de Belo Horizonte durante a pandemia da Covid-19.**

32ª Reunião – 05/11/2021 – 09:00h – Plenário Helvécio Arantes

- **Entrega do relatório**

3.3. Das Diligências

Esse relator efetivou vários requerimentos de acesso a inquéritos policiais, investigações em curso e procedimentos administrativos e judiciais acerca do objeto das investigações. Diligenciou junto a: Polícia Federal; Polícia Civil; Ministério Público Estatual e Ministério Público Federal além da Justiça Federal, na Seção Judiciária de Minas Gerais. Tivemos acesso a procedimentos em curso, que, inclusive, encontra-se com pedido de arquivamento pelo Ministério Público Federal (arquivo anexo); além das informações que estão jungidas ao final deste relatório que demonstram até a presente data a inexistência de qualquer condenação por parte do Município.

4. PONTOS ESPECÍFICOS DO REQUERIMENTO DE ORIGEM E DO PLANO DE TRABALHO

Neste capítulo serão abordados os principais pontos de suspeição levantados no requerimento que originou esta Comissão Parlamentar de Inquérito, qual seja, a atuação/omissão da Prefeitura de Belo Horizonte e a utilização dos recursos do erário no enfrentamento à Pandemia da Covid-19.

Estes requisitos foram levantados de forma detalhada no plano de trabalho e abordados com maior ou menor intensidade pelos membros desta Comissão, bem como pelos vereadores participantes das reuniões, durante o deslinde da CPI-Covid-19.

Após está diminuta introdução, é de suma importância destacar que as escolhas dos caminhos a se desbravar resultaram em inúmeras possibilidades abdicadas, pois, aos homens, falíveis como são, resta impossível alcançar o todo.

Dentro do espectro desta CPI, as limitações impostas pelas escolhas tolhem o trabalho desde o seu nascimento. Nestes termos, começa-se a atividades parlamentares nesta Comissão com a condicionante de se ater ao objetivo proposto pelo Requerimento nº 144/2021.

Cumpre ainda ressaltar que a esta CPI recaíram diversas restrições de ordens técnicas e temporais. Em primeiro, destaca-se que o restrito tempo para sua resolução – apenas 180 dias, conforme dispõe o art. 81, § 3°, do Regimento Interno desta Casa Legislativa. Tal determinação impõe aos trabalhos enfocar em pontos específicos da análise, restando em aberto, por absoluto, diversas outras possibilidades.

Com tal condicionante temporal, encontra-se ainda outros comedimentos que nos obrigam a optar pelos conteúdos a serem analisados dentro da extensa gama de objetos possíveis. Com tantas opções, esta Comissão se viu obrigada a restringir a abordagem a alguns pontos que entendeu serem mais relevantes. Itens com ínfimas pontuações foram discricionariamente suprimidos da análise para que se pudesse debruçar sobre questões de maior repercussão e suspeição. Tal escolha

resultou do quantitativo de material colhido e do interesse dos parlamentares membros nos requerimentos propostos e aprovados.

Ademais, cabe ainda destacar que, em razão do grande número de contratos firmados pelo Executivo Municipal durante o período pandêmico, por duas vezes esta Comissão Parlamentar de Inquérito requisitou serviços de auditorias para apurar irregularidades nos referidos contratos.

A primeira solicitação foi aprovada na 5ª reunião desta CPI por meio do Requerimento de Comissão nº 639/21. Este pedido, de autoria do Vereador Professor Juliano Lopes, almejava a contratação de uma empresa para apuração dos contratos firmados pela PBH no enfrentamento à Covid-19.

> Requerimento de Comissão nº 639/21 – Envio de ofício da Comissão Parlamentar de Inquérito – Covid-19 à Presidência da Câmara Municipal de Belo Horizonte – Requer a contratação de empresa de auditoria para apurar possíveis irregularidades nos contratos firmados pela Prefeitura de Belo Horizonte – PBH – para enfrentamento da pandemia da Covid-19, no período que se compreende de março de 2020 a junho de 2021.

O Presidente desta Comissão justificou o seu pedido enfatizando a dificuldade dos vereadores em examinar detalhadamente todos os processos de contratação. Ainda observou que os parlamentares não dispunham de pessoal técnico capaz de analisar cada contrato, especialmente aqueles que envolvem valores maiores de recursos.

Sem respostas em prazo hábil de 30 dias, o Requerimento de Comissão nº 639/21 foi arquivado, conforme solicitação da Seção de Apoio às Comissões – SECAPC.

A segunda solicitação desta Comissão, para que a Câmara Municipal socorresse a CPI da Covid com serviços de auditoria nos contratos da PBH, ocorreu na 6ª reunião. Com a mesma motivação do pedido supracitado, o Vereador Professor Juliano Lopes, por meio do Requerimento de Comissão nº 672/21, pediu à Presidência da Câmara a realização, pelos próprios setores desta Casa Legislativa, de auditoria interna.

> Requerimento de Comissão nº 672/21 – Envio de ofício da Comissão Parlamentar de Inquérito - Covid-19 à Presidência da Câmara Municipal de Belo Horizonte - Solicitar auditoria interna a ser realizada pelas diretorias da Câmara Municipal de Belo Horizonte para apurarem possíveis irregularidades nos contratos firmados pela Prefeitura de Belo Horizonte - PBH para enfrentamento da pandemia da Covid-19, no período que se compreende de 18 de março de 2020 até a data de instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito Covid-19, em maio de 2021.

Tal proposição foi encaminhada, por meio do ofício Dirleg nº 2602/21, à Procuradoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte, mas ainda não houve resposta. Transcorrido o prazo de 30 dias para a resposta, o Requerimento de Comissão nº 672/21 foi arquivado.

A título de observação, os pedidos acima citados diferem-se pelo fato de o Requerimento de Comissão nº 639/21 solicitar que o serviço seja realizado por alguma empresa a partir de uma contratação. Por sua vez, o Requerimento de Comissão nº 672/21 solicita a realização da auditoria pela própria Câmara.

Conclui-se, fazendo o uso dos requerimentos mencionados, que esta Comissão ainda encontrou no seu deslinde outra limitação em sua atividade investigatória. Apesar de não haver suspeitas quanto à capacidade e competência do corpo técnico de cada gabinete dos Vereadores membros desta CPI, a análise do conteúdo de cada contrato exige um quantitativo de pessoal e grau de conhecimento específico que não permitiria abordar o extenso número de contratos – com seus aditivos –, processos e documentos.

Por fim, foi necessário abdicar de algumas análises contratuais, em razão do espectro abrangente que a temática desta CPI aborda. Reforça-se, contudo, que os pontos de maior interesse versados nas 32 reuniões foram contemplados nas análises que se seguem.

4.1. Da gestão dos recursos destinados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19 em Belo Horizonte.

Destaca-se neste subtítulo a análise de alguns gastos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: na contratação de máscaras de tecido; na compra de cestas básicas e kits de higiene; na publicidade; e no repasse prestado pelo Executivo Municipal às empresas concessionárias de transporte coletivo pela PBH em razão de supostos prejuízos de tais empresas decorrentes da pandemia.

Ademais, também neste subtítulo abordaremos temas caros à esta CPI, como os aditivos contratuais firmados com a empresa Medicar Emergências Médicas LTDA e as doações de ventiladores pulmonares pelo Condomínio Operacional do Shopping Oiapoque.

4.1.1. Do aporte financeiro advindos da União e do Estado para o combate à pandemia de COVID-19 no Município.

Cientes que os Governos Federal e Estadual destinaram verbas aos municípios para o enfrentamento da Pandemia da Covid-19, alguns requerimentos buscaram averiguar qual o valor exato recebido pelo Município de Belo Horizonte.

Com a intenção de prestar o esclarecimento necessário à esta CPI, o Executivo Municipal encaminho a Nota Técnica nº 024/2021, de 15 de junho 2021, elaborada pela Diretoria Central de Coordenação Orçamento da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SMPO. Neste documento consta que foram destinados à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pelo Governo Federal, até maio de 2021, o montante de R$ 883.282.646,53 (oitocentos e oitenta e três milhões, duzentos e oitenta e dois mil, seiscentos e quarenta e seis reais e cinquenta e três centavos) dos quais R$ 820.736.404,03 (oitocentos e vinte milhões, setecentos e trinta e seis mil, quatrocentos e quatro reais e três centavos) em 2020. Tais informações vieram atender os Requerimentos de Comissão nºs 541/21, 571/21, 585/21 e 592/21.

Por sua vez, o Governo do Estado de Minas Gerais destinou, até a mesma data, o valor global de R$ 23.421.835,00 (vinte e três milhões, quatrocentos e vinte um mil, oitocentos e trinta e cinco reais), sendo R$ 9.612.803,00 (nove milhões, seiscentos e doze mil, oitocentos e três reais) em 2020.

Tais montantes, segundo informado pela Prefeitura Municipal, foram utilizados no combate à Pandemia da Covid-19. Dentre os quais alguns estão destacados nos demais tópicos.

4.1.2. Da compra de máscaras de tecido por meio da dispensa de licitação 041/2020.

Cumpre em princípio destacar que esta Comissão Parlamentar de Inquérito apresentou especial atenção ao tema aqui abordado. No intuito de averiguar a compra de máscaras de proteção artesanal confeccionadas em tecido, foram efetuados 6 (seis) pedidos de informações (Requerimento de Comissão nºs 585/21, 692/21, 698/21, 703/21, 931/21 e 1012/21).

Também ocorreram, no procedimento investigatório sobre possíveis irregularidade na compra das máscaras de tecido, duas oitivas com o escopo de obter informações relacionadas à dispensa de licitação 041/2020, processo n° 04.000.436.20.03.

Resultante do Requerimento de Comissão nº 700/21, no dia 05 de agosto de 2021 ocorreu a oitiva do Representante Legal da Empresa Multifarma Produtos Hospitalares, Leandro Alves dos Reis, que firmou com a Prefeitura de Belo Horizonte um contrato de venda de 630.000 (seiscentos e trinta mil) máscaras de tecido pelo preço de R$3,88 (três reais e oitenta e oito centavos).

Por sua vez, o requerimento nº 929/21 resultou na oitiva do Sr. Eneas Silva Dias, representante legal da empresa Basic Promo Clothing, no dia 16 de agosto de 2021. O motivo da intimação deste empresário decorreu da comercialização de 100.000 (cem mil) máscaras de tecido com o Executivo Municipal pelo preço de R$1,99 (um real e noventa e nove centavos).

Não obstante as oitivas acima mencionadas terem como finalidade a estrita busca por esclarecimentos sobre o processo de venda de máscaras, em outros momentos do andamento desta CPI a temática discorrida neste tópico foi objeto de discussão por parte dos vereadores participantes das reuniões, como por exemplo na oitiva do Secretário Municipal de Saúde, Dr. Jackson Machado Pinto, ocorrida no dia 24 de junho de 2021.

Nesta ocasião, questionou-se o Sr. Secretário de Saúde sobre a variação de preço na compra das máscaras de tecido (diferença de 95% entre o menor e o maior valor), e sobre a distribuição. Tais indagações, portanto, configuram o tema da análise empreendida neste tópico.

Conforme observado no processo 04.000.436.20.03, o Executivo Municipal efetuou a compra de 2.000.000 (dois milhões) de máscara por meio de dispensa de licitação. Segundo resposta da Secretaria Municipal de Saúde aos Requerimentos de Comissão o processo objetivava

> (...) atender à população do município, com destaque para a situação de vulnerabilidade, em razão da edição do Decreto n° 17.332/2020, publicado no Diário Oficial do Município (DOM) de 17/04/2020, que tornou obrigatório o uso de máscaras no município, e as recomendações do Comitê de Enfrentamento à Epidemia da COVID-19.
>
> Adicionalmente, o município de Belo Horizonte editou norma no sentido de atribuir penalidade para aqueles que não fizessem o uso da máscara de proteção individual. Nesse cenário, foi publicado o Decreto n° 17.353 de 05 de maio de 2020 que estipulou multa no valor de R$80,00 (oitenta reais), a ser aplicada pela fiscalização ou pela Guarda Civil Municipal a partir de 15 de maio de 2020. Após, a norma foi editada e tornou-se lei 2 em 14 de julho de 2020.
>
> Em observância ao princípio da equidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e em cumprimento às obrigatoriedades legais, a Prefeitura Municipal por meio da Secretaria Municipal de Saúde decidiu adquirir as máscaras para a população, como medida

de urgência, de enfrentamento à disseminação da COVID-19 e como ação de saúde pública preventiva em atenção às necessidades individuais da população e não causar prejuízos desproporcionais.

(...)

Assim, com vista no acima exposto, foram concluídas as compras de máscaras artesanais de proteção, reutilizáveis e de cor branca, para a população vulnerável de vilas e aglomerados de Belo Horizonte.

Segundo ainda informa o processo 04.000.436.20.03, o Executivo Municipal dispôs da dispensa de licitação com fundamento na declaração da Organização Mundial de Saúde – OMS – que, em 11 de março de 2020, decretou a propagação do Coronavírus como uma pandemia Mundial. Ademais a dispensa de licitação encontra amparo nas seguintes legislações:

- Art 4º da Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

> Art 4º. **É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei**. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020) – **Vigente à época da Dispensa 041/20.** (grifo nosso)

- Art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> IV - **nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas**, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e **somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa** e para as parcelas de obras e serviços que

possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

- Art. 3º do Decreto nº 17.297, de 17 de março de 2020

> Art. 3º Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:
>
> (...)
>
> II - **nos termos do art. 24 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência.**

Resta claro, portanto, que não se observa irregularidade na adoção da dispensa de licitação para a compra das máscaras.

No que concerne ao valor de compra, busca-se averiguar os justos motivos para a variação, em torno de 95%, do preço das máscaras de tecido. Neste aspecto, o Executivo Municipal detalha, na resposta aos requerimentos 692/21, 698/21 e 703/21, os passos do processo de definição das empresas a serem contratadas.

Posterior à definição do quantitativo de máscaras de tecido necessárias (2.000.000 – dois milhões), do modelo a ser adquirido e do prazo de entrega (10 dias corridos a partir do recebimento do empenho), o Convite para que os interessados pudessem enviar as suas propostas foi publicado no Diário Oficial do Município – DOM – no dia 17 de abril de 2020.

Segundo a Secretária Municipal de Saúde,

> Foram recebidas 98 (noventa e oito) propostas com amostras para análise, quando findado o prazo estipulado para encaminhamento das propostas comerciais. Todas as amostras foram avaliadas conforme a exigência apresentada no Termo de Referência, com especificações que atendem às orientações técnicas de qualidade e segurança para os usuários definidas de acordo com orientações da Agência

Nacional de Vigilância Sanitária no momento da construção do Termo de Referência para aquisição, e foram validadas todas as empresas que apresentaram amostras em conformidade com o objeto da aquisição.

Destas propostas recebidas, 89 foram reprovadas, conforme publicação do resultado da análise das amostras, no dia 30 de abril de 2020, no DOM. Já no dia 05 de maio de 2020 foi publicada a lista de empresas que obedeciam aos critérios técnicos para o andamento da contratação.

Por fim, o quadro classificatório final ficou com a seguinte disposição.

Empresa	**Quantidade**	**Valor em R$**
Basic Promo Clothing	100.000	1,99
Capital Comércio	300.000	2,50
Tamirez Silva Barretos	100.000	2,70
Nayr Confecções LTDA	300.000	2,85
Cordoba Confecções LTDA	100.000	2,90
Pluriforme Indústria de Uniformes	200.000	2,90
LS Indústria Comércio Eireli	170.000	2,90
Danielle Benício Indústria e Comercio de Roupas	100.000	3,59
Multifarma Produtos Hospitalares	630.000	3,88
TOTAL	**2.000.000**	**6.240.400,00**

O Secretário Municipal de Saúde, Dr. Jackson Machado Pinto, em oitiva realizada no dia 26 de junho de 2021 informou ainda que as empresas classificadas com os preços mais baixos não conseguiriam entregar a quantidade necessária em tempo hábil, razão pela qual a compra foi fracionada e dividida entre fornecedores diferentes até que fosse atingido o quantitativo necessário.

Ainda no que pertine ao valor compactuado com a Prefeitura para a venda das máscaras de tecido, o sócio da empresa Multifarma Produtos Hospitalares, Sr.

Leandro Alves dos Reis, informou – em oitiva realizada no dia 05 de agosto de 2021 – que o prazo curto exigido pela Prefeitura de Belo Horizonte para a entrega encareceu o seu produto, que teve o custo de R$2,55 (dois reais e cinquenta e cinco centavos). Tais fatos foram devidamente comprovados com a entrega das notas fiscais dos seus fornecedores, solicitadas por meio do Requerimento de Comissão nº 931/21.

Por sua vez, o empresário com a oferta de valor mais baixo, Sr. Eneas Silva Dias, sócio da Basic Promo Clothing, ouvidos nesta Comissão no dia 16 de agosto de 2021, afirmou que a comercialização do produto pelo preço de R$1,99 (um real e noventa e nove centavos) trouxe-lhe prejuízos. Não há, contudo, dados referentes às suas alegações, haja vista os documentos prometidos na oitiva não terem sido remetidos à esta Comissão

Conclui-se, portanto, que, no tocante à disparidade de preço na compra das máscaras de tecido, evidencia-se que o processo de aquisição observou a lisura necessária para a sua conformação, não havendo informações suficientes que permitam atribuir culpabilidade do Executivo Municipal na condução do procedimento.

No que diz respeito à distribuição das máscaras o Executivo Municipal – em resposta aos requerimentos 692/21, 698/21 e 703/21 – informa que:

> Para a distribuição das máscaras ao público alvo, inicialmente, foi realizado um mapeamento da população mais vulnerável de acordo com dados do IBGE 2010 e Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) municipal, que foi revisto com os dados do SISREDE, sistema próprio da Prefeitura para registro de prontuário eletrônico.
>
> O mapeamento feito foi utilizado para definir a estratégia e o planejamento das entregas que seriam realizadas nos territórios por meio dos Centros de Saúde, com a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS e Agentes de Combate à Endemias - ACE. A distribuição foi realizada com a entrega dos itens nas residências dos usuários e por meio dos endereços vinculados nos Centros de Saúde.

Os quantitativos entregues às regionais foram divididos entre os Centros de Saúde dos territórios e a distribuição das máscaras foi realizada em forma de mutirão, em que todos os profissionais (ACS e ACE) da unidade realizaram, além da atividade de rotina de ação de vigilância em saúde, a entrega das máscaras. A organização foi de responsabilidade do gestor local do Centro de Saúde com apoio das diretorias regionais. Foi sugerido, como forma de organização, que as entregas fossem realizadas por quarteirões, sendo os ímpares para os ACS e os ACE nos quarteirões pares. Foram entregues 02 (duas) máscaras para cada morador com idade igual ou superior a 9 (nove) anos.

Anteriormente ao trabalho de campo, foi realizado planejamento no Centro de Saúde para organização e separação do quantitativo de máscaras a serem entregues por turno de trabalho, por profissional. Para nortear a decisão do quantitativo a ser levado, foi utilizado também o registro do núcleo familiar do formulário de visita domiciliar e territorial do ACS.

Foi comunicado aos agentes que a entrega das máscaras tinha como premissa realizar a ação de vigilância em saúde, orientando sobre a prevenção e controle do contágio da COVID 19. Dessa forma, os kits com as máscaras continham, além das máscaras, folder com as orientações para o cuidado com a máscara.

Sabe-se, entretanto, que as visitas constituíam esforço local, delimitado pela área de abrangência das equipes e pelo horário de funcionamento do serviço e a localização desta população-alvo varia conforme a mobilidade das pessoas, que nem sempre estavam na residência, ou podiam receber os agentes nos horários nos quais estes se organizavam para realizar a busca ativa.

Desse modo, identificada a realidade fática e o recepcionamento da população, outras estratégias de entrega de máscaras foram montadas dentro dos equipamentos do SUS-BH visando abarcar a necessidade da população. Estas ações foram, essencialmente:

• Entrega de máscaras aos pacientes do CERSAM e CERSAM AD que procuravam atendimento sem máscara própria, mas não apresentavam sintomas respiratórios;

• Entrega de máscaras para pacientes e acompanhantes de pacientes dependentes que procuravam o serviço dos Centros de Saúde e Unidades de Pronto Atendimento (UPA) sem máscara própria e também não apresentavam sintomas respiratórios;

• Entrega para as instituições acompanhadas pelo território sanitário e vinculadas às políticas públicas, sendo elas as SRTs (serviços de residências terapêuticas), UATs (unidades de atendimento transitório), ILPIs conveniadas (instituições de longa permanência para idosos), UAI (unidade de acolhimento infantil), dentre outros;

• Entrega de máscaras para os pacientes crônicos que são vinculados aos serviços de diálise da capital.

Todo este esforço foi somado a ações intersetoriais, realizadas em consonância com o que rege a Lei n° 8.080/90 quanto aos princípios organizativos do SUS. Dentre essas ações, citamos as seguintes parcerias com:

• Guarda Municipal, para entrega das máscaras à população;

• Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), para atendimento à população em situação de rua, operacionalizada por meio de entregas nos abrigos da capital, vinculados à essa Secretaria, contando também com a mobilização das equipes de

Abordagem de Rua, Consultório de Rua e BH de Mãos Dadas Contra a AIDS;

• Secretaria Municipal de Políticas Urbanas (SMPU), para entrega em áreas vulneráveis nas ações de fiscalização.

Além disso, foi entregue quantitativo de máscaras para unidades da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) que possuem servidores em trabalho de atendimento direto ao público durante o contexto pandêmico.

Não há, contudo, documentos que comprovam as informações prestadas pelo Executivo Municipal no que diz respeito à distribuição das máscaras, apesar de os Requerimentos de Comissão nºs 692/21 e 698/21 solicitarem expressamente dados comprobatórios sobre a entrega das máscaras aos destinatários.

Por sua vez, também não há evidências sobre irregularidades no supracitado processo de distribuição. Com os parcos documentos à disposição desta CPI, a análise quanto à existência de desvio de finalidade no processo de distribuição das máscaras de tecido às pessoas em situação de vulnerabilidade restou prejudicada.

Por fim, no que tange ao tópico em apreço, analisa-se a questão do grande estoque de máscaras verificado a partir da apresentação, pela Vereadora Flávia Borja, de fotografias do Almoxarifado da PBH. Nestas, foi possível identificar diversas caixas de máscaras um mês após a sua aquisição a partir da dispensa de licitação 041/21. Tal fato demonstraria a ausência de urgência, haja vista o escoamento dos bens adquiridos não cumprirem com a sua destinação de forma célere.

Em sua defesa, a Secretaria Municipal de Saúde informou que, das caixas demonstradas na foto, era possível identificar que algumas se tratariam das máscaras de tecido recebidas da empresa Basic Promo Têxtil apenas entregues no dia 20 de maio de 2020.

O Secretário Municipal de Saúde, Dr. Jackson Machado Pinto, em oitiva realizada no dia 26 de junho de 2021 informou, entretanto, que 70% das máscaras haviam sido distribuídas em um intervalo de dois meses, observando-se uma

logística de distribuição. Tal informação é correspondente à resposta ao Requerimento de Comissão nº 703/21. Nesta a SMSA esclarece que,

> (...) na data da realização das fotos, tinha-se disponível o estoque de 456.963 (quatrocentas e cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta e três) máscaras, de fornecedores variados, que estavam em processo de separação e distribuição para as unidades e setores atuantes na entrega do item. As demais máscaras recebidas já haviam sido distribuídas, conforme os critérios supracitados.

Diante de todo o exposto, e conforme as restrições pertinentes ao material colhido, não se vislumbra irregularidades na atuação do Executivo Municipal na contratação das máscaras de tecido a partir da dispensa de licitação. Ademais, corrobora com esse entendimento o parecer jurídico emitido pela Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Saúde, disposto nas fls. 321/325v do processo – processo 04.000.436.20.03.

Outrossim, sugerimos a remessa deste relatório ao Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público Estadual e Federal para prosseguimento das investigações.

4.1.3. Da empresa Medicar Emergências Médicas LTDA

Em apertada síntese, verificou-se de início que o serviço de operacionalização das ambulâncias foi prestado pela empresa TRL de fevereiro de 2011 até julho de 2017, alguns períodos, inclusive, sem cobertura contratual, até que fosse feita a dispensa emergencial.

No processo de dispensa participaram apenas essas duas empresas, tendo a MEDICAR sagrando-se vencedora, em razão da melhor proposta financeira, mesmo que não seja esse o critério determinante de julgamento nesse tipo de licitação.

Iniciada a prestação de serviço contratada pela dispensa, que como já dito, foi objeto de intensa apuração, a PBH deu início, também, ao Pregão 234/2018, com

objeto idêntico e que, após análise pelo TCU no processo nº TC 36.445/2018-5, foi anulado.

Além disso, em outubro/2018, a PBH renovou a contratação por dispensa com prazo de 180 dias, com a mesma empresa (Dispensa 214/2018 – instrumento jurídico nº 01.2018.2302.0386.00.20).

Por fim, a PBH realizou o Pregão 005/2019, em que a Medicar Emergências Médicas LTDA, ainda que tenha em curso uma investigação acerca da sua capacidade técnica, foi a empresa vencedora.

Após a entrega de toda a documentação devida, a empresa vencedora assinou Contrato com a Prefeitura de Belo Horizonte cujo objeto é a prestação de serviços de operacionalização, diuturnamente, de 29 veículos, sendo 28 (vinte e oito) destes propriedade da PBH/SMSA e 01 (um) de propriedade do Hospital Odilon Behrens - HOB, mais 04 (quatro) veículos reservas de propriedade da contratada, destinados ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU –, incluindo a mão de obra de motorista e a limpeza, guarda e manutenção preventiva e corretiva dos veículos, para atender demanda do Município de Belo Horizonte.

Interessante observar que no Pregão 005/2019 a exigência de capacitação técnica foi alterada, passando a pedir a comprovação de que o *interessado já executou ou executa contrato com o objeto semelhante em município cuja população seja igual ou superior a 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) HABITANTES* em vez da comprovação de que o *interessado já executou ou executa serviços de natureza compatível com o objeto deste pregão comprovando a operacionalização de no mínimo 14 veículos tipo ambulância*.

Foi possibilitado, também, o somatório de atestados desde que o *interessado comprove que já executou ou executa serviços de natureza compatível com o objeto deste pregão comprovando a operacionalização de no mínimo 07 veículos tipo ambulância*.

A suspeição quanto à contratação de empresa Medicar Emergências Médicas LTDA foi levantada pela Vereadora Flávia Borja na primeira oitiva desta Comissão Parlamentar de Inquérito, quando o Dr. Jackson Machado Pinto, no dia 26 de junho de 2021, foi indagado sobre a celebração do pacto com empresa supracitada, tendo em vista que o Tribunal de Contas da União, no Acórdão 2174/2020, considerou-a

inidônea para participar de contratos com a administração pública, nos termos que se apresenta abaixo.

> ACÓRDÃO Nº 2174/2020 - TCU - Plenário
>
> 1. Processo TC 021.474/2018-4.
>
> 1.1. Apenso: 006.781/2019-5.
>
> 2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.
>
> 3. Responsáveis: Jackson Machado Pinto (175.498.336-72); Lorena Abreu Aguiar Mafra (071.473.376-89); Medicar Emergências Médicas Ltda. (68.322.411/0001-37); Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - MG (18.715.383/0001-40).
>
> 4. Entidade: Município de Belo Horizonte - MG.
>
> 5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
>
> 6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
>
> 7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
>
> 8. Representação legal: Ricardo Barreto de Andrade (OAB/DF 32.136); Solon Henriques de Sá e Benevides (OAB/PB 3.728); Aline Lícia Klein (OAB/SP 198.024-A); Adriana Miranda Ferreira Cardoso (OAB/MG 78.496); Tomáz de Aquino Resende (371.484.946-72); José Alexandre dos Reis Cardozo (OAB/RJ 76.519) e outros.
>
> 9. Acórdão:
>
> **VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação que trata de irregularidades ocorridas no procedimento de dispensa de licitação 58/2018 realizado pelo município de Belo Horizonte para contratação emergencial do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu.**

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, §1º, da Lei 8.666/1993) e no art. 103, §1º, da Resolução-TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. indeferir o novo requerimento de medida cautelar formulado pela empresa representante, tendo em vista o reconhecimento da presença, dada a natureza do objeto contratado, do periculum in mora in reverso, nos termos do art. 276 do Regimento Interno/TCU;

9.3. indeferir o novo pedido da representante para ingresso como parte interessada no processo;

9.4. acatar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Jackson Machado Pinto (CPF 175.498.336-72) e Lorena Abreu Aguiar Mafra (CPF 071.473.376-89);

9.5. **aplicar à Medicar Emergências Médicas Ltda. (CNPJ 68.322.411/0001-37), com fundamento no art. 46 da Lei 8.443/1992 (LOTCU), c/c o art. 271 do Regimento Interno/TCU, a sanção de declaração de inidoneidade para participar de licitação na Administração Pública Federal, pelo prazo de 6 (seis) meses;**

9.6. dar ciência desta decisão à Controladoria-Geral da União para a inscrição da empresa indicada no subitem anterior no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis);

9.7. dar ciência desta decisão, à Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte/MG e aos Srs. Jackson Machado Pinto (CPF 175.498.336-72) e Lorena Abreu Aguiar Mafra (CPF

071.473.376-89); à Medicar Emergências Médicas Ltda. (CNPJ 68.322.411/0001-37) e à representante;

9.8. encaminhar cópia da presente decisão à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais para adoção das providências que entender pertinentes, haja vista o possível enquadramento na conduta tipificada no art. 90 da Lei 8.666/1993.

10. Ata n° 31/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 19/8/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2174-31/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

(grifo nosso)

Após extensa apuração dos fatos, o TCU, por meio do Acórdão nº 2174/2020, publicado em 19/08/2020, acolheu a proposta de encaminhamento constante à peça 107, no sentido de não acatar as razões de justificativas apresentadas pela empresa Medicar Emergências Médicas LTDA., aplicando-lhe, com fundamento no art. 46 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 271 do Regimento Interno/TCU, a sanção de declaração de inidoneidade para participar de licitação na Administração Pública Federal.

No mesmo instrumento o TCU isentou de responsabilidade os Srs. Jackson Machado Pinto e Lorena Abreu Aguiar Mafra, atores da contratação, por entender que não ficou evidenciada nos autos a caracterização de má fé por parte destes quanto ao aceite de atestado com informação que procedia (apesar de a Medicar

prestar nesse caso serviços de locação de ambulâncias e não de operacionalização).

Em resposta ao questionamento da Vereadora Flávia Borja sobre a contratação de empresa inidônea, o Secretário de Saúde Municipal, Dr. Jackson, na oitiva do dia 26 de junho de 2021, afirmou que a empresa Medicar impetrou recurso junto ao TCU contra a decisão proferida no dia 19 de agosto de 2020. Segundo o Secretário Municipal de Saúde, o caso ainda não transitou em julgado, por isso a empresa não poderia ser ainda considerada inidônea.

Em resposta a pedido de informação da CPI – COVID-19 protocolado pela Câmara de Vereadores de Belo Horizonte sobre a contratação da empresa condenada por inidoneidade a PBH informou que:

> (...) em 15 de setembro de 2020, o Tribunal de Contas da União registrou pedido de Reexame (R001 0 (peças 128 a 130) – Pedido de reexame – Leandro Carvalho Cunha, AUFC – Mat. 8188-4 – 15/09/2020) conforme documento anexo à pasta do Google Drive, e conferiu efeitos suspensivos aos itens 9.1 e 9.5 do Acórdão (...)

No entanto, o documento citado não foi encontrado no endereço indicado.

Na movimentação processual do TCU também não consta expresso o deferimento de efeito suspensivo, mas tão somente o recebimento do recurso.

De fato, a situação do processo 021.474/2018-4 encontra-se EM ABERTO, conforme pesquisa no site do Tribunal de Contas da União, sendo a última manifestação ocorrida no dia 04 de outubro de 2021.

Contudo, o escopo da presente Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os gastos da PBH no enfrentamento à pandemia da Covid-19 não nos permite adentrar no mérito do contrato em si. Cabe a esta CPI averiguar as possíveis irregularidades dos Termos Aditivos ao contrato de prestação de serviços celebrado entre o Município de Belo Horizonte, através da Secretaria Municipal de Saúde e a empresa Medicar Emergências Médicas LTDA. São eles:

- 1º Termo Aditivo – Prorroga o prazo por mais 12 meses a contar do dia 26 de abril de 2020; suprime itens da Planilha de

Preços; reduz o Valor do Contrato em 3,66%; atualiza a frota de veículos – celebrado em 24 de abril de 2020.

• 2° Termo Aditivo – Altera o objeto do Contrato para acrescentar mais 4 veículos de propriedade da PBH/SMSA em função da pandemia de Covid-19 (alteração com vigência até dezembro de 2020), e mais 5 ambulâncias da PBH/SMSA para complementação da reserva técnica de veículos visando atender as normas do Ministério da Saúde, destinados ao Serviço de Urgência, incluindo mão de obra de motorista, limpeza, guarda e manutenção preventiva e corretiva dos veículos; acresce o Valor do Contrato na ordem de 9,44% – celebrado em 26 de junho de 2020.

• 3° Termo Aditivo – Amplia e descentraliza do serviço de limpeza e desinfecção dos veículos destinados ao Serviço Móvel de Urgência SAMU/Transporte de Urgência em virtude da alteração de protocolos de higienização para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 estabelecidos pela SMSA; cria 6 (seis) pontos de limpeza e desinfecção em funcionamento 24 (vinte e quatro) horas e define que em cada ponto funcionarão 2 (dois) postos de trabalho de 24 (vinte e quatro) horas; acresce o Valor do Contrato na ordem de 10,50% (alteração contratual com vigência até dezembro de 2020, com possibilidade de prorrogação por necessidade justificada do contratante) – celebrado em 10 de julho de 2020.

• 4º Termo Aditivo – Suprime do rol de veículos a ambulância destinada ao atendimento das demandas do Hospital Odilon Behrens, que passou a ter contrato próprio; reduz o Valor do Contrato em 1,19% – celebrado em 18 de dezembro de 2020.

• 5º Termo Aditivo – Prorroga prazo dos serviços inclusos nos 2° (incremento mais 4 veículos de propriedade da PBH/SMSA) e 3° (amplia e descentraliza do serviço de limpeza

> e desinfecção dos veículos) Termos Aditivos, em razão da manutenção do contexto pandêmico; acresce o Valor do Contrato na ordem de 5,05% – celebrado em 30 de dezembro de 2020.
>
> • 6º Termo Aditivo – Prorroga o prazo por mais 12 meses a contar do dia 26 de abril de 2021; extingue os postos adicionais de limpeza e desinfecção criados no 3º Termo Aditivo; prorroga o prazo dos serviços inclusos nos 2° Termo Aditivo (incremento de mais 4 veículos de propriedade da PBH/SMSA); reduz o Valor do Contrato em 9,81% – celebrado em 23 de abril de 2021.

Ainda na oitiva da 6ª Reunião desta CPI, o Secretário de Saúde foi questionado sobre os aditivos acima expostos. Em sua resposta, afirmou que os aditamentos ao Contrato firmado com a empresa Medicar, objetos de análise desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ocorreram com estrita observância à legislação e que foram necessários e importantes para aumentar o quantitativo de ambulâncias nesta Capital, diante da sobrecarga nas Unidades de Pronto Atendimento - UPAs.

Por fim o Dr. Jackson ainda afirmou que as prorrogações e alterações contratuais trataram-se de questões emergenciais que minoraram os casos de óbito em Belo Horizonte no período de enfrentamento da Pandemia.

No mesmo sentido, porém com maior detalhamento, informou a Secretaria Municipal de Saúde em resposta aos Requerimentos de Comissão n 692/21 e 702/21, segundo pode-se observar.

> Os aditivos destinados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19 possibilitaram a manutenção dos atendimentos e a redução no tempo de espera com a garantia do deslocamento do paciente em menor tempo até as unidades de referência.
>
> No tocante à ampliação do número de ambulâncias, dado o aumento no número de chamadas registradas e nos atendimentos realizados pelo SAMU e a alteração dos protocolos, o tempo de espera dos chamados aumentou, sendo necessária a inclusão dos veículos reservas em circulação.

> Quanto à ampliação e a descentralização dos pontos de limpeza e desinfecção dos veículos, houve a alteração nos protocolos de limpeza, higienização e desinfecção dos veículos do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). O novo protocolo considerou que, como não é possível saber, imediatamente, se o paciente é portador de COVID-19 ou não, a desinfecção deveria ocorrer para todos os chamados, evitando que um paciente atendido por outro motivo não corra o risco de se contaminar, além de garantir a segurança dos profissionais.
>
> Tal esquema priorizou um processo mais seguro aos pacientes para que não haja contaminação cruzada entre os atendimentos e que, por consequência, impactou diretamente no tempo da realização do processo de limpeza.
>
> Esclarece-se que era urgente a necessidade de instaurar estratégias e potencializar ações, políticas e procedimentos de forma coordenada para diminuir o número de óbitos e complicações advindos da COVID-19, primando pelo interesse público e garantindo a saúde, direito social fundamental e de obrigação do Estado como ator que promove, protege e recupera a saúde por meio das ações e políticas públicas.
>
> Todos os atos administrativos guardam respaldo legal e foram assinados pelo Secretário ou Subsecretário por delegação.

Parte-se, após a introdução acima, para os pontos que exigem maior atenção desta Comissão, em razão de estarem evidenciadas possíveis atos de irregularidade nos aditamentos.

4.1.3.1. Eventual ilegalidade nos aditamentos contratuais

O contrato nº 01.2019.2302.0068, decorrente do PE 005/2019, iniciado em 26/04/2019, tem valor mensal de R$ 1.438.464,69, e sofreu constantes aditamentos de aumento, supressões e prorrogações, conforme demonstrado acima.

Inicialmente, cumpre analisar a legalidade dos aditivos contratuais, tanto para prorrogação do prazo contratual, quanto para alteração do objeto e dos valores.

O primeiro aditivo contratual foi realizado em 24/04/2020, para prorrogação do prazo contratual. Neste caso, a eventual prorrogação de prazo em contratos administrativos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte, desde que prevista no edital e no contrato, poderá ocorrer, por meio da celebração de termo aditivo, após ato da autoridade competente, nos termos da Súmula CTGM Nº 67 DE 07/03/2013.

Conforme Lei nº 8.666/1993 (artigo 57, § 2º) e Decreto Municipal nº 10.710/2001 (artigo 36), o ato da autoridade competente que justifica a intenção de prorrogar deverá conter, no mínimo, os motivos que justifiquem a necessidade da prorrogação, a demonstração da conveniência e oportunidade da prorrogação, a comprovação da qualidade da atuação da contratada, a indicação da existência de dotação orçamentária, bem como informações que comprovem a manutenção das condições de habilitação e idoneidade da contratada.

O parecer jurídico, necessário à celebração do termo aditivo com vistas à prorrogação, deverá afirmar a presença ou não das condições acima, sem prejuízo de outros aspectos legais.

Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte deverão adotar medidas que assegurem a constante fiscalização e acompanhamento dos contratos administrativos de modo a subsidiar de informações a autoridade competente pela decisão relativa à prorrogação.

A autoridade competente deverá assegurar que o exame e as eventuais providências necessárias à prorrogação dos instrumentos contratuais se iniciem com o prazo de 06 a 03 meses antes do término da vigência do contrato, a depender da complexidade da contratação, ficando vedada a prorrogação de prazo de contrato administrativo cuja vigência já tenha expirado.

No entanto, apesar de requeridos, nenhum desses documentos foram apresentados à CPI.

Ainda, para a alteração do valor contratual requer-se análise de sua vantagem. Conforme apontado nos documentos, a atual prestadora de serviço do Hospital Odilon Beherns apresenta preço mais vantajoso, por exemplo.

Em toda a orçamentação dos aditivos ficou demonstrado orçamentos menores que o da atual contratada e ainda assim, negando as diretrizes da Lei de Licitações, os aditamentos foram concluídos sem qualquer juízo crítico ou justificativa de que a manutenção do atual contrato é mais vantajosa que uma nova contratação.

4.1.3.2 Eventual desproporcionalidade quanto ao preço para limpeza dos veículos e duplicidade de contratação

Por fim, há ainda a dúvida sobre a contratação da MGS para prestação de serviço já englobado pelo contrato com a MEDICAR.

No DOM do dia 28/08/2021 foi publicada a designação de fiscal e gestor para o seguinte contrato:

> Processo: 04.000472.21.58 Dispensa: 035/2021
>
> Objeto: A contratação de empresa para operação de 5 pontos para desinfecção e limpeza de 37 ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) do município de Belo Horizonte, com funcionamento 24 horas por dia x 7 dias por semana. Empresa: MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S. A.

No entanto, para se compreender a inconsistência é necessário fazer novamente a linha temporal dos aditamentos do contrato.

Consta no contrato original celebrado com a Medicar Emergências Médicas Ltda. (I.J. nº 01.2019.2302.0068.00.00) o serviço de desinfecção e limpeza de 29 (vinte e nove) ambulâncias, pelo valor mensal de R$ 15.254,74 e R$ 23.437,72, respectivamente.

No Segundo Termo Aditivo, foram acrescidos 9 veículos, sendo 5 de reserva técnica, perfazendo um total de 38 ambulâncias. Dessa forma os custos de desinfecção e limpeza foram ajustados para o total mensal de R$ 19.572,31 e 30.065,80, respectivamente.

O Terceiro Termo Aditivo, por sua vez, aumentou e descentralizou os postos de desinfecção e limpeza em 6 unidades até 31/12/2020, o que culminou num aumento de 10,50% do total global do contrato, ou seja, R$ 1.750.461,12 (um milhão setecentos e cinquenta mil quatrocentos e sessenta e um reais e doze centavos).

O Quarto Termo Aditivo suprimiu uma ambulância, permanecendo 37 veículos no contrato.

O quinto Termo Aditivo prorrogou o uso de 4 das 9 ambulâncias acrescidas até 25/04/2021 e de 5 dos 6 postos de desinfecção e limpeza até 28/02/2021.

Por fim, o Sexto Termo Aditivo, vigente até o momento, extinguiu os seis postos adicionais de desinfecção e limpeza e prorrogou para 25/04/2022 as 4 ambulâncias adicionais incluídas no Segundo Termo Aditivo.

A justificativa à época, é que os postos de limpeza adicionais eram necessários pois, em razão da pandemia de COVID-19, os veículos precisavam ser desinfectados após o transporte de cada um dos pacientes. Ainda assim, os serviços de desinfecção e limpeza geral estão inclusos no contrato da MEDICAR.

Dessa forma o contrato permanece com o valor de desinfecção e limpeza vigente para os 9 veículos inclusos no segundo TA (já que apesar da prorrogação dos 4 adicionais os 5 de reserva técnica não foram excluídos) e com a supressão do valor pago pelos 6 postos de limpeza adicionais incluídos pelo terceiro TA.

Mesmo assim, a PBH, por meio da dispensa 35/2021 contratou a MGS para prestação de serviço de desinfecção e limpeza em 5 pontos para 37 ambulâncias (total que engloba os 4 adicionais e os 5 da reserva técnica) pelo valor mensal de R$ 235.440,61 (duzentos e trinta e cinco mil quatrocentos e quarenta reais e sessenta e um centavos) e anual de R$ 2.825.287,32 (dois milhões, oitocentos e vinte e cinco mil duzentos e oitenta e sete reais e trinta e dois centavos).

Ou seja, se está pagando mais de dez vezes o valor previsto no contrato original para desinfecção e limpeza extra dos mesmos veículos lá inclusos.

Não houve justificativa do motivo da supressão dos postos adicionais no contrato vigente e nem justificativa da vantajosidade da contratação do mesmo serviço por dez vezes o valor mensal.

4.1.3.3. Conclusão

No entanto, em razão da suspeição de que a referida contratação não tenha cumprido com os requisito obrigatórios prevista na Lei 8.666/1993 e no Decreto Municipal 17.710//2001, haja vista o acesso a maiores provas, além das juntadas a denúncia original, restar prejudicada uma vez que a PBH não publicou nos sites oficiais os detalhes dos processos licitatórios, não há alternativa senão a apurada e minuciosa fiscalização pelos órgãos competentes, a fim de se verificar o cometimento dos eventuais ilícitos.

Sendo assim sugerimos a remessa dos autos da CPI ao Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas do Estado para esta avaliação.

4.1.4. Da abertura dos Shoppings Populares e doação de ventiladores pulmonares pelo Condomínio Operacional do Shopping Oiapoque

Dos inúmeros processos de doação de terceiros destinadas ao Município, em decorrência da Covid-19 (dados observados até o dia 28 de agosto de 2021), uma em especial chamou a atenção desta Comissão Parlamentar de Inquérito. A doação de oito ventiladores pulmonares (respiradores) à Prefeitura de Belo Horizonte pelo Condomínio Operacional do Shopping Oiapoque.

Observa-se a atenção despendida ao caso a partir do número de oitivas requeridas sobre o tema. No intuito de averiguar indícios de irregularidade neste processo de doação, os membros da CPI-Covid 19 solicitaram a intimação, para prestar informações específicas sobre a temática aqui abordada, do Sr. Mário Valadares (proprietário do Shopping Oiapoque), do Sr. Breno Serôa Motta (Subsecretário de Administração e Logística – SUALOG), do Sr. Leonardo Vilete Matos (Gerente de Contratação e Serviços Gerais e de Engenharia), da Sra. Débora Morgado Maia (Coordenadora de Engenharia Clínica na Gerência de Contratação de Serviços Gerais e de Engenharia), e do Sr. Marcelo de Souza e Silva (presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte – CDLBH). Este último, por motivos de saúde, comprovados mediante apresentação de atestado médico, deixou de comparecer na data da oitiva, não sendo mais convocado.

Além das oitivas mencionadas acima, também foram sugeridas duas acareações no intuito de apurar depoimentos divergentes. Neste sentido foram confrontados, no dia 09 de setembro de 2021, os senhores Breno Serôa Mota e Mario Valadares. Posteriormente, já na 31ª reunião – ocorrida no dia 04 de novembro de 2021 – buscou-se esclarecer a divergência no discurso do Secretário Municipal de Saúde, Dr. Jackson Machado Pinto, com a fala do Sr Mário Valadares.

Ademais, o Dr. Jackson Machado, na primeira oitiva desta CPI, mas de forma genérica, também foi abordado sobre a doação empreendida pelo Condomínio Operacional do Shopping Oiapoque à PBH.

O esforço investigativo empreendido sobre a questão da doação de 8 (oito) ventiladores pulmonares, que perfazem um valor de aproximadamente R$308.000,00 (trezentos e oito mil reais) decorreu do fato de o Shopping Oiapoque, assim como outros shoppings populares, obter o direito de reabertura e continuidade de sua atividade enquanto os demais Shoppings de Belo Horizonte permaneceram fechados.

Em síntese, conforme o Decreto Municipal nº 17.361 de 22 de maio de 2020, os Centros de comércio popular instituídos a qualquer tempo por Operações Urbanas visando a inclusão produtiva de camelôs, desde que localizados no Hipercentro ou em Venda Nova, poderiam funcionar, ainda que com horário reduzido e rigoroso controle de acesso.

Nos termos do Decreto supramencionado, apenas os shoppings populares que surgiram em decorrência da retirada dos “camelôs” e “toureiros” que exerciam a atividade comercial informal nas ruas de Belo Horizonte seriam liberados para funcionamento.

Tal fato, além de evidenciar ausência de isonomia no tratamento oferecido a estabelecimentos de mesma natureza, haja vista o shopping do Barreiro – por exemplo – não ter sido contemplado com a possibilidade de reabertura, também aguçou a desconfiança de um suposto benefício a algumas instituições, ainda mais após uma vultuosa doação.

O proprietário do Shopping Oiapoque, Mário Valadares, em oitiva do dia 15 de julho de 2021, contudo, negou favorecimento aos seus negócios, e atribuiu o tratamento diferenciado dispensado aos shoppings populares em razão da

vulnerabilidade dos trabalhadores nestes centros comerciais e do importante papel de reintegração social de egressos prisionais que tais estabelecimentos cumprem.

Tais alegações não se sustentam. Primeiro que a presença de funcionários pertencentes a classe menos favorecida da população não é uma prioridade dos centros de comércio popular, existem aqueles que exercem suas atividades em outros ramos da economia da cidade e até mesmo de natureza individual e na informalidade. Segundo, não se trouxe aos autos qualquer prova ou estimativa da presença de cidadãos oriundos do sistema prisional.

Ademais, no tocante à tentativa de transparecer que o ato de abertura tem um cunho socioeconômico, o discurso do proprietário do Shopping Oiapoque não se sustentou, haja vista, no decorrer dos trabalhos, ele ter confessado que durante todo o decorrer da pandemia manteve a cobrança integral dos valores dos alugueis devidos. Ademais, impôs de multa de R$ 1.000,00 (hum mil reais) aos lojistas e funcionários flagrados sem a utilização de máscaras de proteção.

Além do mais, nem se diga que a decisão se refere apenas àqueles centros de comércio oriundos de operação urbana, pois: **a uma,** os beneficiados originalmente pela operação urbana em sua grande maioria, hoje não mais integram os centros de comércio populares; **a duas,** a autorização do Decreto do Prefeito foi direcionada, violando os princípios basilares da prática do ato administrativo, vez que, beneficiou apenas um grupo restrito de empresários. Somente a região do hipercentro foi beneficiada. A guisa, por exemplo do Shopping Popular do Barreiro e do bairro Alípio e Melo, também oriundo de operação urbana, que não foram autorizados a retomar suas operações, tendo sido feitas, inclusive, denúncias de intervenção armada da Guarda Municipal no sentido de forçar o encerramento das atividades dos comerciantes.

Oportuno de ser ressaltado que a política urbana implementada pelo novel Plano Diretor, prestigia a descentralização das atividades comerciais com o intuito de esvaziar o hipercentro, prestigiando a regionalização das atividades comerciais. Numa decisão que vai na contramão da política urbana eleita, o Prefeito Alexandre Kalil concentrou o exercício da atividade de comércio popular no hipercentro, medida

esta que contraria qualquer política, por mais infundada que seja, de enfrentamento a uma pandemia.

O empresário ainda informou que a iniciativa para a doação partiu dele, não sendo instado a fazê-la por qualquer pessoa vinculada à política.

Outro ponto que despertou interesse dos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito diz respeito ao fato de o extrato do Processo 01.05.4662.20.43, em que consta a doação firmada no dia 20 de julho de 2020, só haver sido publicado no Diário Oficial da União no dia 01 de junho de 2021, quase um ano após o oferecimento do equipamento.

Neste ponto, a Secretaria Municipal de Saúde, em resposta ao requerimento nº 692/21, informou que o atraso nas publicações decorreu dos efeitos adversos que o contexto pandêmico ocasionou no fluxo de serviços do órgão. Assim,

> (...) a mudança de rotina imposta pela pandemia trouxe um cenário que exigiu que todas as equipes tivessem que repensar e reorganizar todos os seus processos de trabalho, enquanto a demanda de todas as frentes aumentou consideravelmente e necessitava de resposta imediata. Nesse cenário, a publicização das doações não foi feita no tempo em que elas efetivamente ocorreram. No entanto, todos os registros foram realizados e os processos foram instituídos pela equipe do Almoxarifado Central, tão logo fosse possível, e as doações foram publicadas com a informação das datas de recebimento das doações, primando, assim, pela transparência dos processos e em respeito à população do município.
>
> Tal ação da Secretaria demostra total compromisso com a população e com os princípios da Administração Pública, restando claro a não intenção de fraude ou ocultação de informações. Houve, apenas, a dificuldade de organização, no tempo mais hábil, da formalização e publicação dos processos, diante de um cenário de calamidade pública.

> Atualmente, a Secretaria retoma o fluxo e atua diretamente na formalização e publicação do passivo dos processos de doação recebidos durante esse período. Para atendimento ao Requerimento, foram digitalizados todos os processos relativos às doações recebidas, mesmo que ainda em fase de instrução processual, conforme detalhado na planilha com dados das doações.

Esta questão, por si só, já levanta fundada suspeita. Afinal, a publicidade é um caro princípio constitucional e administrativo que objetiva a exterioridade dos atos do Poder Público. Tal ato garante ainda a possibilidade de fiscalizar os atos administrativos, o que restou prejudicado com o atraso por parte do Executivo.

Por último, mas não menos importante, os Vereadores debruçaram-se e explanaram em diversos momentos sobre as contradições do Sr. Mário Valadares no que diz respeito às tratativas para que fosse efetuada a doação dos ventiladores pulmonares.

Ao ser questionado pelo Vereador Nikolas acerca dos servidores da Prefeitura que estiveram envolvidos na negociação da doação, o Sr. Mário Valadares respondeu que tratou por telefone com o Subsecretário de Administração e Logística, Sr. Breno Serôa Mota acerca das peças e acessórios dos ventiladores pulmonares. Contudo, na oitiva do dia 16 de agosto de 2021, o Sr. Subsecretário afirmou não ter participado de qualquer negociação com o Sr. Mário Valadares.

Posteriormente, em acareação entre o Sr. Breno Serôa e o Sr. Mário Valadares, este afirmou haver se confundido e que a negociação não foi feita com o Subsecretário da SUALOG.

Conforme registrado na ata da 20ª reunião, em que ocorreu a acareação supramencionada, o Sr. Mário Valadares (...) disse que o contato foi realizado com André Reis, que foi muito rápido, e que o nome de Breno Serôa da Motta consta em um dos documentos que ele tinha em mãos, o que teria ocasionado a confusão.

Por fim, Mário Valadares informou ter tratado com o Sr. Leonardo Vilete Matos, Gerente de Contratações de Serviços Gerais e de Engenharia sobre os detalhes dos equipamentos doados, e apresentou registros de mensagens entre este servidor com um funcionário do empresário.

Indagado na oitiva do dia 14 de outubro de 2021 se havia negociado com o Sr. Mário Valadares, o Sr. Leonardo Vilete negou e esclareceu que o contato para tratar dos equipamentos a serem doados foi efetuado com o Sr. João Vitor, funcionário do proprietário do Shopping Oiapoque.

Diante do transcorrer dos fatos, pode-se observar que apesar dos transtornos decorrentes das imprecisões no discurso do Sr. Mário Valadares, não entendo haver, por ora, razão suficiente para afirmar que este senhor mentiu nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. O primeiro desacerto, referente à tratativa com o sr. Breno Serôa, foi prontamente assumido na primeira fala da oitiva ocorrida na 20ª reunião. Quanto ao equivoco envolvendo a tratativa com o Sr. Leonardo Vilete, entendo que a questão se resolveu algumas falas mais à frente. Conforme ata da reunião do dia 09 de setembro de 2021, é notória a fala do Sr. Mário Valadares ao afirmar que (...) as conversas com Leonardo Vilete Matos foram feitas por um de seus funcionários.

No tocante à doação dos oito ventiladores pulmonares à PBH, apesar de restarem claros os motivos da suspeição, não há elementos suficientes para estabelecer um nexo causal entre a doação e o benefício propiciado pela abertura parcial do comércio promovida pelo Decreto nº 17.361 de 22 de maio de 2020.

O deslinde da questão, no entanto, envolve instrumentos além dos poderes dessa comissão como, por exemplo, a quebra de sigilo das conversas entre o doador e os demais membros da administração pública de modo a entender se a doação foi uma contraprestação à benesse de ter seu estabelecimento aberto.

Deixo, contudo, a sugestão para que o Ministério Público, com disponibilidade de maior tempo e estrutura para análise dos fatos, prossiga com a investigação iniciada por esta CPI para comprovar, ou não, irregularidade ou favorecimento ilícito no ato da doação dos ventiladores pulmonares por parte do Condomínio Operacional do Shopping Oiapoque.

4.1.5. Da compra de cestas básicas e kit higiene.

Em relação aos gastos com cestas básicas e kits de higiene a Prefeitura de Belo Horizonte já gastou aproximadamente R$410.000.000,00 (quatrocentos e dez

milhões de reais). Dos quais R$373.000.000,00 (trezentos e setenta e três milhões de reais) com as cestas e R$37.000.000,00 (trinta e sete milhões) com os kits higiene.

É importante frisar que, em razão do advento da pandemia, um dos grandes desafios a ser enfrentado é a queda da renda, o desemprego e o acesso à alimentação. Com as políticas de isolamento social, que culminaram na suspensão das aulas presenciais, uma medida que urgiu ser necessária foi a substituição da alimentação escolar pela distribuição das cestas básicas para as crianças e adolescentes a fim de conformar o novo contexto com o Plano Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

No entanto, a necessidade de o Poder Executivo Municipal observar a segurança alimentar não se resumiu aos alunos matriculados nas escolas públicas municipais, e a oferta das cestas básicas estenderam-se às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Neste novo cenário, conforme depoimento da Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Sra. Maíra da Cunha Pinto Colares, efetuou-se uma busca por supermercados para o fornecimento das cestas pelo menor preço. Segundo relatado, foram pedidos orçamentos para 60 (sessenta) estabelecimentos. Destes apenas as Redes EPA, Supermercados BH e Super Nosso Apoio responderam ao chamado e cumpriram com os critérios para execução de forma planejada e consoante com as restrições impostas pela pandemia.

Conforme analise da tabela de contratações/aquisições Covid-19 , disposta no portal da transparência, as compras das cestas básicas iniciaram com o preço em R$77,88 (setenta e sete reais e oitenta e oito centavos) e alcançaram já em setembro/outubro de 2021 com o valor de R$99,38 (noventa e nove reais e trinta e oito centavos).

Conforme bem observou a Sra. Maíra Colares na 16ª reunião desta CPI, com a vigência e regulamentação da Lei 11.314, de 05 de outubro de 2021, que cria o Programa de Auxílio na cidade de Belo Horizonte, a oferta de cestas básicas será interrompida.

No que diz respeito aos produtos oferecidos, a Secretária da SMASAC – conforme ata da oitiva do dia 19 de agosto de 2021 – informou ainda

> *não ser possível determinar a marca do produto, pois seria caracterizado reserva de mercado. Assim, a qualidade do produto era destaque do contrato, tanto que o supermercado poderia oferecer o mesmo produto, mas de várias marcas, desde que obedecesse ao mesmo padrão.*

Em relação ao Kit Higiene (destinado a moradores de vilas e favelas, a catadores de materiais recicláveis e a pessoas de comunidades tradicionais, de acordo com Cadastro Único do Governo Federal) destaca-se que são compostos por 8 sabonetes, 2 litros de cloro e 2 pacotes de sabão em barra. Desde o início de sua distribuição, o valor deste kit variou entre R$28,30 (vinte e oito reais e trinta centavos) e R$34,21 (trinta e quatro reais e vinte e um centavos).

Ressalta-se que, tanto nos casos de distribuição das cestas básicas, quanto em relação aos kits de higiene, os contratos foram celebrados com fundamento no:

- Art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> IV - **nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas**, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e **somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa** e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

- Art. 3º do Decreto nº 17.297, de 17 de março de 2020

> Art. 3º Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:
>
> (...)

> II - **nos termos do art. 24 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência.**

Com os elementos dispostos, e observando o cumprimento dos requisitos legais para a contratação por meio da dispensa de licitação e o parecer favorável da Procuradoria-Geral do Município disposto nos processos, não entendo haver irregularidade nos processos de aquisição e distribuição de cestas básicas e kits de higiene realizados pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Deixo, contudo, a sugestão para que o Ministério Público, com disponibilidade de maior tempo e estrutura para análise dos fatos, prossiga com a investigação iniciada por esta CPI para comprovar, ou não, irregularidade ou favorecimento ilícito no fornecimento das cestas básicas e kits de higiene.

4.1.6. Dos gastos com publicidade.

No que pertine aos gastos com publicidade, o principal documento apresentado a esta CPI configura o depoimento da Secretária Municipal de Comunicação Social e Assuntos Institucionais – SMAICS –, Sra. Adriana Branco Cerqueira.

Em resumo, os gastos gerais com publicidade no lapso temporal compreendido entre março de 2020 e agosto de 2021 chegaram ao aporte de R$73.000.000,00 (setenta e três milhões de reais). Destes, aproximadamente R$55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais) foram gastos em publicidade relacionado à Covid-19. Todo o valor despendido com a pasta é oriundo do erário municipal.

Em resposta ao Requerimento 535/2021, a SMAICS informou que, até julho,

> (...) o valor gasto com publicidade em campanhas de combate e prevenção a pandemia do Covid-19, divulgando os protocolos de segurança e prevenção, foi de R$ 29.789.582,59 (vinte e nove milhões, setecentos e oitenta e nove mil, quinhentos e

> oitenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) em 2020 e R$ 23.378.073,28 (vinte e três milhões, trezentos e setenta e oito mil, setenta e três reais e vinte e oito centavos) até junho de 2021.

É importante salientar, no entanto, que as empresas que prestam os serviços de publicidade para a Prefeitura de Belo Horizonte foram aprovadas em processo licitatório realizado em 2019, portanto, em período pretérito ao advento da pandemia do Coronavírus. São elas: Perfil 252, Dezoito e Lápis.

Conforme ata da 26ª reunião desta CPI, a Sra. Adriana Branco, ao ser questionada sobre a necessidade de destinar setenta e três milhões de reais em publicidade – enquanto a cidade não investiu em leito de UTI – informou que

> (...) é dever da PBH prestar contas para a população e dar publicidade ampla a isso. Apontou que os gastos referentes a publicidade representam menos de 0,5% da arrecadação total do Município. Comentou que a comunicação é essencial durante esse período e tem caráter informativo, educativo e preventivo. Salientou que a informação é também uma ferramenta de gestão.

No tocante ao tema em tela, o Vereador José Ferreira ainda apresentou requerimento de Comissão (nºs 571/21 e 1214/21) para averiguar os gastos com a publicidade envolvendo a parceria da PBH com a Unimed no oferecimento de consulta *on-line* para pessoas com suspeita de Covid-19.

Em resposta ao Requerimento 571/21, a Secretaria Municipal de Saúde informou o seguinte:

> Desde abril de 2020, a SMSA-BH passou a fornecer aos moradores do município, a Teleconsulta Covid-19 em parceria **sem custos** com a Unimed-BH, logo **não houve ônus e nem houve pagamento de aluguel para uso da ferramenta ou desembolso para sua aquisição**. A parceria com a UNIMED-BH foi implementada via Termo de Cooperação Técnica (disponível em anexo), no qual define-se a oferta de plataforma de troca de áudio e vídeo (plataforma de teleconsulta),

> customizada para a utilização da SMSA e, cuja **customização também não gerou nenhum custo para a PBH**. A tecnologia foi fornecida dentro de todos os parâmetros adequados à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) sendo um serviço que poderia ser demandado espontaneamente pelo usuário sintomático e/ou contactante de casos suspeitos e/ou confirmados.
>
> O papel da empresa parceira é proporcionar o acesso ao recurso (plataforma) para realização da consulta, enquanto que a SMSA-BH disponibiliza os profissionais que realizam as consultas e os telemonitoramentos, sendo todos vinculados à PBH. Os atendimentos são voltados para os usuários que devem ter, obrigatoriamente, vinculação com algum Centro de Saúde da capital. Os dados coletados na teleconsulta são disponibilizados à SMSA através da plataforma, formatados em planilhas simples, e os registros e todas as documentações geradas são repassados ao prontuário eletrônico utilizado pela prefeitura de Belo Horizonte. Ambos instrumentos fornecem informações para a manutenção dos processos de atendimento, avaliação e evolução do quadro dentro dos protocolos atuais vigentes.

Cumpra ainda ressaltar que o gasto com publicidade no Município de Belo Horizonte pouco alterou em relação aos anos que precederam a situação de emergência derivada do Coronavírus.

Tendo em vista o desenrolar desta Comissão e os parcos documentos requisitados sobre a questão dos gastos com publicidade, não entendo haver indícios que sustentem a suspeição de irregularidade na condução da SMAICS no enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Deixo, contudo, a sugestão para que o Ministério Público, com disponibilidade de maior tempo e estrutura para análise dos fatos, prossiga com a investigação iniciada por esta CPI para comprovar, ou não, irregularidade nos gastos de publicidade efetivados pelo Município.

4.1.7. Dos repasses realizados ao consórcio operacional do serviço de Transporte Coletivo Público Convencional do Município de Belo Horizonte – TRANSFÀCIL – a título de adiantamento de receitas de Vale Transporte.

Para correta compreensão dos fatos que culminaram no repasse milionário de dinheiro às empresas concessionárias de ônibus é necessária uma contextualização histórica do funcionamento do serviço público de transporte no município de Belo Horizonte.

Desde a década de 70 o transporte público era controlado pela Companhia de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte (METROBEL), uma autarquia pública, criada pela Lei Estadual 7275/1978, com a finalidade de gerenciar o transporte coletivo em Belo Horizonte e em toda a região metropolitana, até então, constituída por 14 municípios.

Com a promulgação da Constituição da República, em 1988, os municípios passaram a ter capacidade administrativa autônoma. Nesse contexto, em 1991, o então prefeito, Eduardo Azeredo, cria a Bhtrans para organizar o transporte no âmbito exclusivo do município de Belo Horizonte.

O transporte era prestado por autorizações precárias herdadas da Metrobel e assim continuou até que, em 1997, o prefeito Célio de Castro decide licitar o serviço na forma de concessão, tornando a relação contratual em 1998.

Houve grande resistência em se fazer o processo licitatório porque, as detentoras das autorizações, eram famílias tradicionais da cidade, bem relacionadas com os diversos poderes, e que, de certo modo, sempre monopolizaram a prestação do serviço entre si. O que se viu, há época, foi uma manipulação dos poderes, inclusive com diversos recursos judiciais e manobras legislativas, para se evitar a licitação e manter as autorizações, que eram discricionárias e muito antigas.

Após longa discussão jurídica entendeu-se que a lei criadora da BHTrans poderia ser considerada uma delegação do serviço público da concessão do transporte, e criou-se, assim, o modelo de subconcessão. Por esse modelo, a

Bhtrans passou a subconceder o direito de exploração do serviço de transporte através de contratos de concessão.

Importante observar que, nesse momento, verifica-se o primeiro ponto de encontro de interesses da Bhtrans e dos empresários de transporte coletivo. As tradicionais famílias, detentoras das autorizações precárias, submetiam-se agora à Bhtrans para continuar a exploração do serviço por meio da subconcessão.

A relação contratual estabelecida era totalmente gerenciada pela Bhtrans em clara ingerência estatal. Cabia a ela controlar o planejamento, a operação, a arrecadação e até mesmo o almoxarifado das empresas, responsabilizando-se por tudo, inclusive, lucro ou prejuízo.

Até então o transporte se dava de maneira exclusiva pelas subconcessões até que, nos anos 2000, surgem os perueiros. Os perueiros eram trabalhadores autônomos que ofereciam o serviço de transporte nas mesmas rotas abrangidas pelos concessionários.

A existência da concorrência passou a impactar o serviço de transporte público tradicional, não deixando alternativa senão judicializar a questão. No âmbito judicial, entendeu-se que não havia exclusividade no serviço de transporte do município, ou seja, podia haver exploração econômica do serviço fora do âmbito da concessão pública.

A discussão arrastou-se por anos, até que, por meio de uma Ação Civil Pública o município conseguiu a proibição do transporte prestado por perueiro dentro do perímetro do anel rodoviário voltando o serviço aos moldes tradicionais.

O decurso do tempo, entretanto, foi fatal. Em virtude do controle estatal da operação o município subsidiou, durante todo o período da desavença, o sistema público de transporte tradicional, primeiro renunciando o valor da outorga e injetando esse valor na operação e, posteriormente, passando a injetar recursos diretos para a manutenção do sistema. A solução, entretanto, ultrapassou a capacidade do tesouro municipal gerando uma dívida astronômica, que até hoje é paga pelo município de Belo Horizonte aos empresários detentores das concessões originais.

Em 2008, ano final das primeiras concessões firmadas em 1998, apegou-se à possibilidade de estabelecer um novo modelo. Dessa vez, o modelo contratual tinha

por objetivo afastar qualquer forma de subsídio ao sistema, protegendo, assim, o município de um novo colapso.

O novo modelo apresentado, que culminou na concessão do serviço de transporte atual, foi assinado em 2008, em uma licitação duvidosa. Pensado como um modelo inovador e liberal, ele afastou do município todo o custo do contrato e concedeu ao particular plena autonomia no gerenciamento da operação, inclusive na arrecadação, obrigando-o, por outro lado, a suportar todo e qualquer prejuízo.

O novo contrato não considera o custo como medida de equilíbrio-financeiro. O equilíbrio do contrato é verificado pelo fluxo de caixa e sua remuneração decorre da Taxa Interna de Retorno (TIR) que, na definição do próprio contrato, é a "*taxa que traz a valor presente os capitais investidos - pela CONCESSIONÁRIA e os saldos de caixa da CONCESSÃO projetados ao longo da vigência do CONTRATO, de modo a zerar o fluxo de caixa, correspondendo à remuneração dos valores investidos*". Ou seja, trata-se de um contrato blindado à ingerência estatal, tanto no gerenciamento quanto na subsistência, e que jamais poderá se desequilibrar por riscos inerentes à atividade econômica explorada como, por exemplo, ausência de retorno financeiro ou queda na demanda de passageiros. Todas essas condições e exceções estão previstas na Cláusula 19.4 do contrato de concessão.

A licitação de 2008, dividiu a cidade em 4 áreas de concessão de transporte, cada uma servida por um consórcio composto de várias empresas. São eles: Consórcio Leste, Consórcio Dez, Consorcio Dom Pedro II e Consórcio Pampulha.

O contrato de concessão previu, ainda, que a comercialização e liquidação dos créditos deveria ser feita, de forma exclusiva, por uma empresa autônoma, nascendo, assim, o Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por ônibus do Município de Belo Horizonte - TRANSFÁCIL, que é um consórcio composto por todas as demais empresas concessionárias.

A apuração de irregularidade dos repasses aos concessionários de transporte coletivo surgiu, na CPI-BHTRANS, a partir da denúncia dos permissionários do transporte suplementar de que a prefeitura de Belo Horizonte, no começo de 2020, havia repassado o valor aos concessionários o valor de R$ 221 milhões de reais, para mitigar os efeitos da pandemia no sistema de transporte, e que os

permissionários, apesar de comporem o sistema, não haviam sido comtemplados com esse suporte.

A investigação desenrolou-se na CPI-COVID que buscou entender como a pandemia justificou o reequilíbrio dessas concessões, quais recursos foram envolvidos nessa operação e quais instrumentos contratuais subsidiaram a avença.

Os repasses, nomeados pela prefeitura como compra antecipada de créditos de vales-transportes, tiveram dois momentos distintos. O primeiro, compreendido no período de 27/03/2020 (data do primeiro repasse) até 01/12/2020, decorreu do contrato nº 01.2017.0803.0026.05.00, que tem por objeto a cessão de uso dos cascos do cartão BHBus vale-transporte, a licença do software e sua manutenção, e a prestação de serviço de fornecimento de vales-transportes eletrônicos, por intermédio dos mecanismos de carga a bordo, firmado em 2017. O segundo, fundamentou-se no acordo judicial celebrado no âmbito da ação ordinária nº 5172824-67.2020.8.13.0024, que apesar de assinado em 21/12/2020, retroagiu à 01/12/2020 e findou-se em 30/06/2021.

O andamento das investigações trouxe vários questionamentos, os quais se passa a analisar de forma destacada:

4.1.7.1 Do vício de iniciativa na demanda de reequilíbrio

No âmbito dos contratos administrativos é cediço, por força do art. 37, inc. XXI[1], da Constituição, que toda obra, serviço, compra e alienação da Administração seja contratada por processo licitatório garantindo, entre outros direitos, a igualdade de condição entre os concorrentes e a manutenção das condições efetivas da proposta.

[1] Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
(...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifamos)

Em outras palavras, uma vez apresentada a proposta de uma prestação de serviço à Administração os fatos supervenientes que tiverem o condão de alterá-la, trazendo prejuízo a uma das partes e vantagem excessiva à outra, é considerado um desequilíbrio contratual passível, portanto, de adequações.

Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. Assim, o administrador público não pode, mediante mero ato administrativo, conceder direitos, estabelecer obrigações ou impor proibições aos cidadãos.

No caso dos repasses aos concessionários observou-se, através de documentos e depoimentos, que não houve solicitação de reequilíbrio por parte dos concessionários. **A demanda partiu de ofício da BHtrans**.

Por meio da Nota Técnica Bhtrans DTP/SUTP/GCETT nº 009/2020, datada de 23 de março de 2020, observa-se, na referência que, a pedido da Diretoria de Transportes Públicos da Bhtrans, coordenada pelo Sr. Daniel Marx Couto – BT 00849, é feito um estudo de "*avaliação dos impactos das medidas restritivas em função da pandemia de Coronavírus, no transporte público de passageiros por ônibus de Belo Horizonte*".

O primeiro fechamento da cidade de Belo Horizonte foi publicado em 18/03/2020 por meio do Decreto nº 17.304/2020, passando a valer a partir de 20/03/2020.

O estudo, assinado pelos servidores Adilson Elpidio Daros; Sérgio Luiz Ribeiro de Carvalho e Daniel Marx Couto, comparou a demanda de passageiros e a oferta de viagens nos dias 13, 14 e 15/03/2020 (sexta-feira, sábado e domingo anteriores ao primeiro lockdown da cidade) e 20, 21 e 22/03/2020 (sexta, sábado e domingo posteriores ao primeiro lockdown) constatando que "*após as medidas implantadas, a redução de passageiros atingiu 56% para o dia útil, 65% para o sábado e 65% também no domingo*". No mesmo estudo afirmou que "*a oferta disponibilizada para a população"* continuava *"em patamares próximos aos 80% das viagens programadas*" concluindo que "*a proporção da redução de passageiros transportados, provavelmente não serão condizentes com os custos necessários à operação, gerando impacto que pode afetar o equilíbrio das concessões*".

Com base nesse estudo, o presidente da BHtrans, sr. Célio Freitas Bouzada – BT 000120, enviou à Secretaria de Fazenda do Município o ofício BHTRANS-DPR/SEFAZ nº 189/2020, datado de 25/03/2020 solicitando "*que o município, diante da citada emergência,* ***avalie a possibilidade de antecipação da aquisição de R$ 5 milhões de reais em créditos de vale transporte, em dois lotes de R$ 2,5 milhões cada****, visando propiciar uma melhoria no fluxo de caixa das concessionárias. Tal medida* ***obedece aos critérios de legalidade e conveniência*** *e se fundamenta no interesse público, com vistas a garantir a manutenção dos níveis mínimos do serviço para os usuários do transporte no município e está em consonância com o Decreto N° 17.297 de 17 de março de 2020"* (g.n) que decretou o estado de calamidade pública.

O conhecimento do ofício trouxe alguns questionamentos que foram esclarecidos nas oitivas da CPI-COVID.

O primeiro deles diz respeito à ausência de demonstração de desequilíbrio por parte dos concessionários. A Constituição é clara ao admitir a possibilidade de alteração das condições pactuadas na licitação desde que demonstrado o desequilíbrio de umas das partes.

Por óbvio, a parte prejudicada é quem deve comprovar a sua necessidade frente à impossibilidade de manutenção das condições que ofertou. Não cabe ao poder concedente aplicar o reequilíbrio de ofício já que é, condição necessária, a comprovação do prejuízo, o que só pode ser demonstrado pela parte afetada.

É necessário diferenciar o reajuste do reequilíbrio. Enquanto aquele é previsto contratualmente por meio de indexadores definidos para fazer jus à recomposição do valor remuneratório do negócio, este decorre de condições imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, capazes de afetar as condições originárias da proposta de modo a colocar uma das partes em desvantagem excessiva.

Não há logica em que uma das partes se preste, a voluntariamente, comunicar à outra que ela está em prejuízo, quando a que suportaria tal condição não reconhece essa necessidade. Mas foi o que aconteceu.

Em duas das três reuniões (23ª e 27ª) em que esteve presente para depor à CPI-COVID o ex-presidente da BHtrans, Célio Bouzada afirmou, expressamente,

que não houve pleito formal de reequilíbrio. Insistiu em dizer que houve uma reunião na Prefeitura, em data da qual não se lembra e também da qual não se registrou ata, em que os empresários apresentaram o pleito verbalmente e ele, na condição de presidente da Bhtrans, ficou incumbido de realizar estudo que comprovasse a necessidade de aporte no sistema de transporte.

Insistiu que a compra antecipada não se destinou a reequilibrar o contrato, mas sim, socorrer as empresas num momento em que caminhavam para o colapso.

Ocorre que só há duas possibilidades para uma transferência de dinheiro do setor público para o setor privado, reequilíbrio de um contrato já existente ou subsídio, o qual depende de lei autorizativa do legislativo.

Nesse caso especifico o reequilíbrio por meio de compra antecipada nem era uma medida contratualmente possível uma vez que o contrato de concessão não prevê essa modalidade de alteração. As especificidades contratuais, no entanto, serão tratadas mais à frente.

Causa estranheza que não tenha sido as empresas a chegarem a essa conclusão apresentando ao município seu prejuízo. Além disso, se passaram apenas cinco dias entre o início do fechamento da cidade (20/03/2020) e o pedido do repasse (25/03/2020).

Se a ajuda ofertada tinha como fundamento, conforme a Nota Técnica 009/2020, minimizar os impactos das medidas restritivas em função da pandemia, fica claro que não houve pedido, estudo, nem tempo hábil para se concluir a necessidade de reequilíbrio.

Na 24ª reunião, no dia 30/09/2021, o senhor Sr. Joel Jorge Pasqualin, presidente do SETRA-BH, assumiu que as empresas já operavam com desequilíbrio de fluxo antes da pandemia (minuto 26:30), ou seja, sob a falácia de mitigar os efeitos da pandemia o repasse se mostrou um reequilíbrio, fora dos moldes contratuais, para compensar efeitos pretéritos.

Outro ponto de estranhamento está no fato de ter sido a Bhtrans a autora do pedido de análise de compra de crédito antecipado em um contrato da qual não é parte.

Como já dito, a primeira etapa das transferências decorreu do contrato nº 01.2017.0803.0026.05.00 que foi firmado entre a transfácil e o município, para a aquisição de créditos eletrônicos de vales dos seus servidores.

Questionado o motivo de partir da Bhtrans uma solicitação de antecipação de compra para um contrato da qual não fazia parte o sr. Célio insistiu em afirmar que, nas funções inerentes à Bhtrans cabia sugerir a melhor medida necessária para manutenção do sistema e submeter à prefeitura a verificação da possibilidade de adoção das medidas indicadas. O mesmo discurso foi adotado pelos Secretários André Reis (Planejamento – 25ª reunião) e João Antônio Fleury (Fazenda – 32ª reunião) que foram categóricos em afirmar que o modelo de compra antecipada foi indicado pela Bhtrans.

Ocorre que a Lei nº 5953, de 31 de julho de 1991, que constituiu a Bhtrans dispõe, no art. 2º que sua finalidade é "*planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e sistema viário, respeitadas a legislação federal e a estadual pertinentes, bem como o planejamento urbano do Município*". Não há, em nenhuma disposição legal, delegação de competência para que a Bhtrans represente o município nas suas contratações. E nem poderia, já que se trata de uma sociedade de economia mista, portanto, um ente privado.

O fato é, que agindo de ofício a BHtrans **supôs** o prejuízo das empresas concessionárias de ônibus e solicitou ao município a compra antecipada de créditos no seu contrato de aquisição de vales para servidores afirmando, inclusive, a legalidade e a conveniência da medida como se vê nos ofícios que fundamentaram os repasses:

> (...) Solicitamos que o município, diante da citada emergência, **avalie a possibilidade de antecipação da aquisição de R$ 5 milhões de reais em créditos de vale transporte, em dois lotes de R$ 2,5 milhões cada**, **visando propiciar uma melhoria no fluxo de caixa das concessionárias**. Tal medida **obedece aos critérios de legalidade e conveniência e se fundamenta no interesse público**, com vistas a garantir a manutenção dos níveis mínimos do serviço para os usuários do

> transporte no município e está em consonância com o Decreto N° 17.297 de 17 de março de 2020 (...)

O último ponto de estranheza, no que tange à incompetência da BHtrans para a iniciativa, está na indicação dos valores a serem adquiridos pelo município.

A exemplo do primeiro (Oficio BHTRANS-DPR/SEFAZ nº 189/2020), todos os 31 ofícios que seguiram solicitando repasses até a assinatura do acordo no TJMG (dezembro/2020) são fundamentados em estudos técnicos, também nos moldes da Nota Técnica Bhtrans DTP/SUTP/GCETT nº 009/2020, que analisam apenas a porcentagem de queda de demanda de passageiros *versus* a manutenção da oferta de viagens, sem indicar qualquer valor monetário. Ainda assim, conforme as planilhas, os repasses seguiam valores aleatórios começando em R$ 5 milhões semanais, passando por R$ 2.5 milhões, R$ 3.5 milhões, etc.

Perguntado em qual documento se baseavam os valores solicitados o Sr. Célio (27ª reunião) afirmou, expressamente, que não há cálculo desses valores e que eles foram pedidos pelas empresas de ônibus. O Secretário de Fazenda, João Fleury também confirmou (32ª reunião) que não há cálculos senão as notas técnicas que subsidiaram os ofícios.

A nova gestão da BHtrans, sob o comando do presidente Diogo Prosdocimi, percebendo as irregularidades nas transações que envolveram os repasses da pandemia, produziu a INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS/SUTP/GCETT Nº 094/2021, em 14 de agosto de 2021, para enviar aos órgãos de controle de contas.

O documento, conclui o mesmo que o já exposto até aqui, destacando-se alguns trechos:

> O primeiro momento tem início em 25/03/2020, **quando o então presidente da BHTRANS enviou o Ofício BHTRANS – DPR/SEFAZ no 189/2020 à Secretaria Municipal de Fazenda – SMFA solicitando** ao município que “avalie a possibilidade de antecipação da aquisição de R$ 5 milhões de reais em créditos de vale transporte, em dois lotes de R$ 2,5 milhões cada, visando propiciar uma melhoria no fluxo de caixa das concessionárias”. (...) Como justificativa, **o ofício informou apenas que tais medidas estariam embasadas pela edição**

do Decreto no 17.297, de 17 de março de 2020, que declarou situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência em Saúde Pública, no Município de Belo Horizonte, em razão da necessidade de ações para conter a propagação da infecção viral, bem como de preservar a saúde da população contra o Coronavírus – COVID-19, e encaminhou a Nota Técnica BHTRANS DTP/SUTP/GCETT no 009/2020, **da qual não consta memória de cálculo para os valores solicitados**. **Os demais ofícios e notas técnicas elencados na Tabela 1 apresentam o mesmo padrão e teor**.

A partir do histórico de eventos apresentado, **observa-se que a iniciativa para a realização do procedimento de adiantamento de receitas de vale transporte tem início na BHTRANS** quando da solicitação exarada pelo então presidente à Secretaria Municipal de Fazenda, por meio do Ofício BHTRANSDPR/SEFAZ no 189/2020.

Tal solicitação além de desmotivada, haja vista que não se pôde conhecer de registro técnico que apurasse e justificasse os valores solicitados, nos parece ser ilegítima e imprópria, dadas as informações obtidas até o momento. Explica-se.

A inadequação da solicitação se faz predominantemente por duas razões: em primeiro lugar, **por supor a necessidade de "melhoria do fluxo de caixa das concessionárias" em virtude dos impactos da pandemia, uma vez que à época inexistia qualquer pleito de revisão contratual cujo objeto fosse referente ao tema**, **ou seja, ilegítima por não originar-se de um procedimento regular para reconhecimento de desequilíbrio contratuais**. Em segundo lugar, por ainda na eventualidade da necessidade de se adotar medidas de reequilíbrio, **tal procedimento não se enquadra no rol das medidas contratuais possíveis, ou seja, imprópria, por não**

> **é a forma apropriada para se produzir os efeitos que intencionou – recompor o reequilíbrio contratual.**

Apesar de estarrecedor o que ficou claro é que a BHtrans, agindo ativamente, ofereceu às empresas concessionárias reequilíbrio de um prejuízo que elas não conseguiam comprovar, usando um contrato do qual não era parte para promover a operação e o município, em atuação negligente, pagou às empresas os valores por elas estabelecidos sem qualquer contraposição.

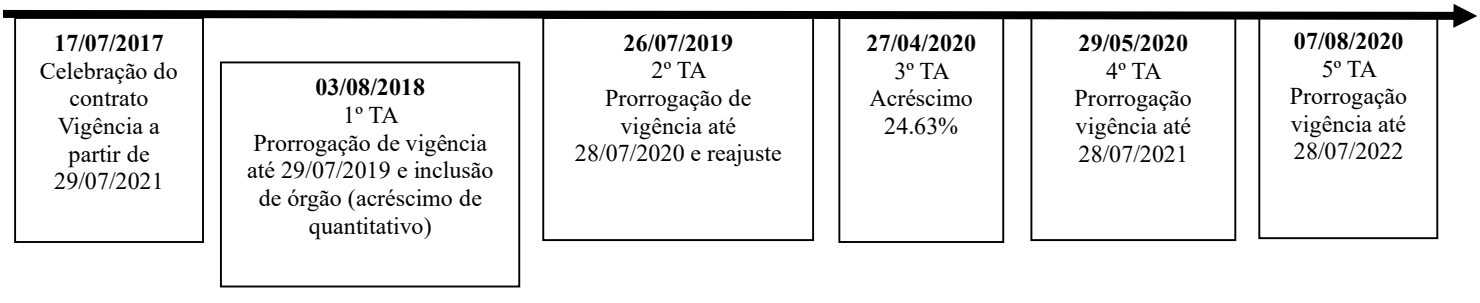
4.7.1.2 Das ilegalidades e incongruências do Instrumento contratual

Como dito, a primeira etapa dos repasses fundamentou-se no contrato nº 01.2017.0803.0026.05.00, firmado entre a Transfácil e o município de Belo Horizonte, para compra de vales de servidores públicos.

O Secretário André Reis (25ª reunião) e o Secretário Fleury (32ª reunião) confirmaram que esse contrato, assinado em 2017, era o único instrumento contratual entre as partes do qual era possível realizar o adiantamento da compra.

Algumas ilegalidades e incongruências, no entanto, permearam essa contratação.

De início, a observação mais importante, é que os repasses se iniciaram em março/2020, porém, na linha do tempo do contrato eles só foram incluídos em abril de 2020. Vejamos:



O artigo 60 da Lei 8.666/93 dispõe, no seu artigo 60, que é nula qualquer avença verbal celebrada pela administração:

> Art. 60. **Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas**, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu

> extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.
>
> Parágrafo único. **É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração,** salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento.

Percebe-se que o 2º termo aditivo tratou apenas da prorrogação de vigência do contrato, no ano de 2019. Após ele, há apenas o 3º termo aditivo que previu, na cláusula quarta a aquisição antecipada de créditos decorrentes daquele contrato. O contrato utiliza inclusive, expressão semântica futura, indicando o óbvio, que a avença teria seus efeitos a partir daquela assinatura.

Constou na cláusula quarta a seguinte redação:

> Em decorrência dos efeitos da Pandemia de Convid-19, o Município de Belo Horizonte **irá adquirir** créditos eletrônicos futuros de vale-transporte.
>
> Tal medida visa garantir a manutenção dos níveis mínimos do serviço para os usuários do transporte no Município, com vistas a atender os usuários que trabalham em setores considerados críticos, tais como saúde, segurança, bancos, supermercados e farmácias.
>
> Os créditos eletrônicos futuros de vale-transporte serão devidamente utilizados pelo Município, mensalmente, a partir de 01 de agosto de 2020, na proporção de 10 a 20% (dez a vinte por cento) do pedido de carga mensal constante da Cláusula Sexta do Contrato, até que sejam utilizados todos os créditos futuros.

Ou seja, apesar de só em 27/04/2020 restar avençado que o Município compraria antecipadamente os créditos, os repasses tiveram início em 27/03/2020, caracterizando-se assim, ajuste verbal vedado por lei causando, por consequência,

danos ao erário já que o valor repassado, R$ 16.000.000,00 milhões de reais, conforme informações de repasses da INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS/SUTP/GCETT No 094/2021 DE 14 DE AGOSTO DE 2021, não tem instrumento contratual que garantam a sua devolução.

O Secretário Fleury em sua oitiva (32ª reunião) confirmou que não há outros aditivos entre o segundo e o terceiro informando, ainda, que haveria três pareceres jurídicos da PGM autorizando a contratação fora dos moldes contratuais.

O pagamento de valores a título de adiantamento de receita de vale transporte foi um procedimento adotado pelo Município de Belo Horizonte, entre os meses de **Março de 2020 a Junho de 2021**, em que se realizou o pagamento de R$ 221.142.857,14 (duzentos e vinte e um milhões, cento e quarenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quatorze centavos), conforme informado pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Os pagamentos foram realizados ao Consórcio Operacional no âmbito do Contrato nº 2085/2011, celebrado entre o Município de Belo Horizonte e o Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte – TRANSFACIL.

A primeira antecipação ocorreu em 27/03/2020 conforme solicitado pelo Ofício BHTRANS-DPR/SEFAZ 189/2020 de 25/03/20 e Nota Técnica BHTRANS DTP/SUTP/GCETT 009/2020 de 23/03/20 no importe de **R$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais)**.

Esse relator não localizou em toda a documentação acostada a este procedimento de Comissão Parlamentar de Inquérito, um único parecer que autorizasse tal liberação, quer seja pela Procuradoria Geral do Município, quer seja pela Controladoria do Município, quer seja por qualquer servidor público ou órgão fiscalizador (Ministério Público ou Tribunal de Contas).

Assim sendo, **entendo que a referida liberação se deu por ato discricionário da Secretaria Municipal de Fazenda – SMFA a pedido da BHTRANS**, o que deverá ser objeto de investigação pelo Ministério Público.

E tal assertiva é lastreada no e-mail do dia 01/04/2020, enviado ao Secretário Adjunto de Fazenda do Município, Sr. João Antônio Fleury Teixeira, cujo assunto é o seguinte: ***2ª Antecipação aquisição créditos vale transporte***, *verbis*:

> Prezado Secretário, boa tarde!
>
> Em que pese a aquisição de créditos do vale transporte ser medida excepcional, já realizada outrora, com base na Nota Técnica da BHTRANS, a atual situação vivenciada em Belo Horizonte em virtude do Coronavírus e novas explicações da BHTRANS demandam nova aquisição excepcional.
>
> Alerta-se para o fato do contrato ter saldo para a devida aquisição. Diante disso, a PGM, manifesta seu acordo para aquisição, excepcional, dos créditos do vale-transporte.
>
> Cordialmente,
>
> Marlus Riani. Procurador-Geral Adjunto.

Entre o pagamento da primeira antecipação e a celebração do **terceiro** termo aditivo ao Contrato de cessão de uso do cartão BHBUS, licença de uso de software e sua manutenção e prestação de serviços de carga a bordo de vales transportes realizado em 27/04/2020, foram realizados 04 (quatro) repasses, no valor total de R$ 16.000.000,00 (Dezesseis milhões de reais).

No mesmo dia 27/04/2020 foi solicitada autorização para assinatura do referido termo aditivo pela gerência de formalização e acompanhamento de contratos (DIRC/SUALOG) e **finalmente** houve um parecer da Procuradoria Geral do Município, concluindo pela possibilidade de celebração do referido terceiro termo aditivo.

Nos documentos enviados à CPI, não se conseguiu encontrar pareceres anteriores ao aditivo de abril de 2020 havendo apenas o e-mail acima descrito e dois outros, tendo destaque aquele, datado de 27/04/2020, trocado entre o Secretário Fleury e o Procurador Geral Adjunto, Marlus Keller Riani, com o seguinte conteúdo:

> *A PGM, como já dito anteriormente, concluiu que não há ilegalidade do ato referente a aquisição de créditos de vale-transporte, em virtude da pandemia. Portanto, nada temos a*

> *acrescentar juridicamente em relação ao tema aqui trazido. Em outras oportunidades e aqui também fazemos, é somente o alerta do saldo financeiro do contrato, para não incorrer em despesa sem previsão orçamentária. É como manifestamos*.

Em resposta no mesmo dia, o Secretário afirma que "*a CCG já aprovou crédito suplementar e a aditivo ao contrato já foi providenciado*".

Todavia, além do parecer jurídico ser meramente opinativo nos contratos administrativos, ele não constitui ato administrativo impedindo, assim, que seja celebrado contrato por meio de parecer jurídico. Conforme já especificado aqui, a única forma de contratação, pela administração, é por meio de contrato ou termo aditivo.

O instrumento contratual também deixa claro o motivo da contratação: "*garantir a manutenção dos níveis mínimos do serviço para os usuários do transporte no Município".* Ocorre que, a garantia de manutenção do serviço, nos níveis regulares, já é obrigação das concessionárias, por força do contrato de concessão, não cabendo previsão de que recebam mais remuneração do que a já avençada para cumprirem suas obrigações contratuais.

Há problema também na medida adotada para aquisição dos créditos.

Em setembro de 2020 foi editada a Lei nº 14.065, de 30 de setembro 2020, que autorizou o pagamento antecipado nas licitações e nos contratos realizados no âmbito da administração pública, desde que a medida representasse condição indispensável para assegurar a prestação do serviço ou propiciasse significativa economia de recursos, senão vejamos;

> Art. 1º A administração pública dos entes federativos, de todos os Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos fica autorizada a:
>
> II - promover o pagamento antecipado nas licitações e nos contratos, desde que:
>
> a) represente condição indispensável para obter o bem ou assegurar a prestação do serviço; ou
>
> b) propicie significativa economia de recursos; e

> § 1º Na hipótese de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, a Administração deverá:
>
> I - prever a antecipação de pagamento em edital ou em instrumento formal de adjudicação direta; e

Não obstante, além da lei ter sido publicada em momento posterior ao da negociação realizada (01/10/2020), a medida adotada na compra antecipada de créditos claramente não era condição necessária, já que sequer foi solicitada pela contratada, e nem propiciou significativa economia de recursos, já que não houve qualquer desconto para a aquisição nesses moldes.

No entanto, deve-se salientar ainda que, de acordo com a Lei de introdução ao Código Civil nos seus arts. 20 e seguintes, a motivação de tais decisões deverá demonstrar a necessidade e a adequação da medida imposta, vejamos o que dispõe a Lei de Introdução ao Código Civil, *in verbis:*

> *Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.*
>
> *Parágrafo único. A motivação* ***demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas****.*
>
> *Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá* ***indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.***
>
> *Parágrafo único. A decisão a que se refere o* ***caput*** *deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo* ***proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das***

peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.

Art. 22. ***Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas*** *a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.*

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, ***serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.***

§ 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.

§ 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.

Sendo assim, a decisão administrativa deve levar em conta a situação vivenciada naquele momento, as circunstâncias práticas, as dificuldades e obstáculos, sem impor ônus excessivo a outra parte, desta forma, é preciso realizar uma interpretação teleológica do texto legal, ou seja preocupar-se com o fim a que a norma se dirige, onde o administrador embora possua mais de uma alternativa legal e possível escolha a que menor cause prejuízo a outra parte e ao interesse público, buscando soluções jurídicas adequadas, justas e de impacto menor.

E neste caso em comento, deve o gestor analisar na sua tomada de decisões, aquela que justificadamente entenda como melhor para o interesse coletivo, quanto aos critérios de legalidade, eficiência, economicidade entre outros, mas também aquela alternativa que se revela melhor para o contratado, sobretudo neste momento de incertezas e de dificuldades econômicas reais que a população está passando.

A questão fica ainda mais preocupante quando se observa que o adiantamento dos valores não exigiu qualquer das garantias previstas no art. 56 da Lei de Licitações, colocando o erário municipal em condição completamente temerária.

O temor comprovou-se, mais tarde, quando nas oitivas do sr. Joel Paschoalin, presidente do SETRA-BH (24ª reunião) e do sr. Renaldo Moura, ex-presidente da Transfacil (28ª reunião), eles afirmaram que a situação das empresas concessionárias é crítica e quem vêm fazendo sucessivos empréstimos para manter as condições do serviço, caminhando linearmente para uma insolvência.

Fica claro, portanto, que a negligência municipal em assegurar a contratação, que já era ilegal, colocou o erário municipal em comprovada situação de risco de dano.

Os problemas contratuais, no entanto, não se encerram aí.

Na clausula 2ª do 3º TA ficou acrescido ao contrato o valor de R$ 8.789.855,01, que correspondeu a um acréscimo de 24,63% ao valor inicial atualizado.

Observando-se na clausula 3ª do citado aditivo que a alteração do valor mensal estimado do contrato passou de R$ 2.985.451,67 para R$ 3.717.939,59, só é possível que o valor acrescido seja fruto da divisão do valor da cláusula 2ª (R$ 8.789.855,01 referente aos 24.63%) por 12 meses. A cláusula prevê, ainda, que o valor estimado para o período contratado era de R$ 44.615.275,06, o que decorre da multiplicação do valor alterado (R$ 3.717.939,59) por 12 meses. Dessa forma, termina considerando que o valor global estimado seria de R$ 109.045.581,46 para 36 meses de contrato.

Ocorre que, quando da assinatura desse instrumento (27/04/2020) o contrato só tinha previsão de vigência até 28/07/2020 por força do 2º termo aditivo, ou seja, faltavam apenas três meses para o seu encerramento. Considerando-se a possibilidade de prorrogação por até sessenta meses (art. 57, II, Lei 8.666/93), faltariam apenas 27 meses para o seu encerramento total. Assim, com a atualização

do valor anual, até o prazo final de 27 meses poder-se-ia gastar, com base no contrato, o montante de R$ 100.384.368,93 (R$ 3.717.939,59 x 27 meses).

Entretanto, os valores antecipados, conforme a planilha enviada pela Fazenda, somam R$ 104.000.000,00 ultrapassando, flagrantemente, o valor do contrato.

Não obstante o valor acrescido tenha sido considerado para doze meses, os repasses foram feitos em oito meses já que seguiram no valor acrescido de maio até dezembro quando o acordo judicial do TJMG encerrou as antecipações com base no contrato.

Ou seja, o município elevou ao patamar máximo os valores que consideraria gastar com esse contrato e adiantou, em período menor que o considerado no acréscimo, os valores adicionados. Tudo isso sem levar em consideração que o momento era de redução da demanda de vales pelos servidores e não de aumento que justificasse o acréscimo do contrato no limite legal.

De acordo com a planilha da Secretaria de Fazenda até a 31ª antecipação foram repassados R$ 104.000.000,00 (cento e quatro milhões de reais) a título de adiantamento com base no contrato de aquisição de vales.

É importante asseverar que o início de todos esses repasses se deu em 25/03/2020, quando o então presidente da BHTRANS enviou o Ofício BHTRANS – DPR/SEFAZ nº 189/2020 à Secretaria Municipal de Fazenda – SMFA solicitando ao município que "*avalie a possibilidade de antecipação da aquisição de R$ 5 milhões de reais em créditos de vale transporte, em dois lotes de R$ 2,5 milhões cada, visando propiciar uma melhoria no fluxo de caixa das concessionárias*".

A referida medida solicitada teria como objetivo "*propiciar uma melhoria do fluxo de caixa das concessionárias*" e "*garantir a manutenção dos níveis mínimos do serviço para os usuários do transporte no município*". Como justificativa, o ofício informou apenas que tais medidas estariam embasadas pela edição do Decreto nº 17.297, de 17 de março de 2020, que declarou situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência em Saúde Pública, no Município de Belo Horizonte, em razão da necessidade de ações para conter a propagação da infecção viral, bem como de preservar a saúde da população contra o Coronavírus – COVID-19, e

encaminhou a Nota Técnica BHTRANS DTP/SUTP/GCETT nº 009/2020, da qual **não consta memória de cálculo para os valores solicitados.**

Os demais ofícios e notas técnicas que foram utilizados para repasse dos valores apresentam o mesmo padrão e teor. As referidas notas técnicas desse período informam que "*o volume de receitas geradas, considerando a proporção da redução de passageiros transportados, provavelmente não serão condizentes com os custos necessários à operação, gerando impacto que pode afetar o equilíbrio das concessões*". As notas também opinam que outros ajustes podem ser feitos, como suspensão de linhas ou redução de faixas de horários sem operação, a fim de reduzir os custos operacionais, mesmo que "*distantes proporcionalmente da redução de demanda apurada*".

O contrato originário, previa uma despesa anual de R$ 32.155.153,20 (trinta e dois milhões, cento e cinquenta e cinco mil cento e cinquenta e três reais e vinte centavos) para o período de 29/07/2017 até 29/07/2018;

O primeiro aditivo, previa uma despesa anual de R$ 32.275.153,20 (trinta e dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil cento e cinquenta e três reais e vinte centavos) para o período de 29/07/2018 até 29/07/2019;

O segundo aditivo, previa uma despesa anual de R$ 35.825.420,05 (trinta e cinco milhões, oitocentos e vinte e cinco mil quatrocentos e vinte reais e cinco centavos) para o período de 29/07/2019 até 29/07/2020;

O terceiro aditivo, aumentou a previsão de despesa fixada no segundo aditivo para R$ 44.615.275,06 (quarenta e quatro milhões, seiscentos e quinze mil duzentos e setenta e cinco reais e seis centavos) anualmente para o período de 29/07/2019 até 29/07/2020, a partir de Abril/2020;

O quarto aditivo, firmado em Maio de 2020, previa uma despesa anual de R$ 44.615.275,06 (quarenta e quatro milhões, seiscentos e quinze mil duzentos e setenta e cinco reais e seis centavos) para o período de 29/07/2020 até 29/08/2021;

O quinto e último aditivo, firmado em Agosto de 2020, previa uma despesa anual de R$ 44.615.275,06 (quarenta e quatro milhões, seiscentos e quinze mil

duzentos e setenta e cinco reais e seis centavos) para o período de 29/07/2021 até 29/08/2022.

Ou seja, o município só poderia comprar, dentro do contrato, até o seu encerramento, o montante de pouco mais de R$ 100 milhões de reais e ainda assim, adiantou, dentro desse mesmo contrato, o pagamento de R$ 104 milhões de reais em créditos.

A conta demonstrada considera, ainda, as condições mais otimistas de utilização uma vez que o valor de gasto mensal considerado é o valor estabelecido no 2º TA, assinado em 2019 e, portanto, antes da pandemia, quando todos os servidores utilizavam regularmente o transporte público. *In casu,* mesmo com a diminuição dos servidores a Prefeitura aditou o contrato em seu nível máximo de utilização.

Em sua oitiva (25ª reunião) o Secretário de Planejamento, André Reis, admitiu que não havia e não há até o momento parâmetros de estimativa de retorno regular do uso de vales pelos servidores já que parcela deles ainda continuam em teletrabalho ou em regime de revezamento.

Fica matematicamente comprovado, portanto, que o município comprou todos os vales possíveis e ainda mais do que necessitaria para os seus servidores, sem saber estimar a real viabilidade de utilização.

Outrossim, pela documentação apresentada a esta CPI, os valores pagos, até o acordo judicial firmado em Dezembro/2020 e retroativo a esta data, chega-se ao valor de R$ 104.000.000,00 (cento e um milhões de reais), **gerando uma diferença ou prejuízo ao erário municipal que não está lastreada em qualquer instrumento contratual de aproximadamente R$ 3.615.631,07 (três milhões seiscentos e quinze mil seiscentos e trinta e um reais e dezessete centavos)**.

E mais, considerando que o último pagamento foi realizado em 02/12/2020 e que o contrato teria vigência até 29/07/2022, houve antecipação do mesmo em 19 (dezenove) meses.

A segunda interpretação, leva em conta que houve atendimento ao parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93 sendo que os valores possíveis e passíveis de

adiantamento é o resultado da multiplicação de 28 meses (faltantes no contrato) pelo valor mensal de R$ 3.717.939,59 (Três milhões setecentos e dezessete mil, novecentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos) que equivale a R$ 104.102.309,00 (Cento e quatro milhões cento e dois mil, trezentos e nove reais).

Por esse ângulo, o valor do saldo do contrato (continuado) encontra-se devidamente liquidado pelo Município, inexistindo ilegalidade neste aspecto.

Reafirme-se que a solicitação originária, ofício 189/2020 além de desmotivada, haja vista que não se pôde conhecer de registro técnico que apurasse e justificasse os valores solicitados, não respeita o contato firmado em 2008, onde se tem parâmetros para uma recomposição de reequilíbrio contratual.

O referido Contrato de Concessão firmados no âmbito da Concorrência nº 131/2008 não prevê em nenhuma de suas cláusulas a modalidade de compra do vale transporte enquanto uma maneira de remediar possível impacto de redução de demanda no fluxo de caixa das Concessionárias.

Na subcláusula 2.1 do Contrato de Concessão, consta que o equilíbrio econômico-financeiro é a equação econômico-financeira contida na proposta comercial apresentada pela Concessionaria, que determina o equilíbrio entre os encargos, investimentos e riscos assumidos pela Concessionaria, o fluxo de caixa do empreendimento e sua taxa interna de retorno (TIR). Assim, nota-se que eventuais alterações no fluxo de caixa devem ser tratadas no âmbito da revisão contratual (subcláusula 19.1.1), ensejando ou não reequilíbrio do contrato, a partir da devida apuração.

Apenas em 19 de maio de 2020 foi apresentado junto à BHTRANS documento intitulado “Pleito de Reequilíbrio – Pandemia COVID-19”, protocolizado via email pela Cordeiro, Lima e Advogados em nome dos consórcios, para o qual não se identificou análise na Gerência de Controle, Estudos Tarifários e Tecnologia – GCETT/BHTRANS e cujo pleito foi negado pela Administração Municipal.

Por fim, não se pode desconhecer a INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS/SUTP/GCETT 094/2021 DE 14/08/2021 que tem como conclusões:

> Da análise do procedimento de adiantamento de receitas de vale transporte, realizado com o objetivo de prestar auxílio

financeiro às concessionárias do transporte coletivo público convencional de Belo Horizonte, conclui-se pela:

- Observação de indícios de impropriedade e ilegitimidade a ser oportunamente apuradas pelas autoridades competentes, uma vez que o procedimento adotado para remediar eventual impacto no fluxo de caixa não figura entre as alternativas contratuais para promover o reequilíbrio contratual e sua motivação não partiu de um pleito de reequilíbrio das Concessionárias.

- Impossibilidade, uma vez que ao agente de liquidação, responsável pela custódia e distribuição de valores aos agentes que compõem o sistema de transporte público coletivo de Belo Horizonte, cabe apenas o repasse de valores correspondentes aos créditos efetivamente utilizados nas respectivas RTS, sendo os rendimentos dos valores provenientes das vendas antecipadas definidos como receitas acessórias, que são revertidas em benefício da modicidade tarifária quando do processo de revisão tarifária.

- Possível inadequação da atuação do agente de liquidação no repasso dos valores às Concessionárias, uma vez que o agente de liquidação é responsável pela custódia e distribuição de valores aos agentes que compõem o sistema de transporte público coletivo de Belo Horizonte, cabendo apenas o repasse de valores correspondentes aos créditos efetivamente utilizados nas respectivas RTS.

Assim, os rendimentos dos valores provenientes das vendas antecipadas são definidos contratualmente como receitas acessórias, revertidas em benefício da modicidade tarifária quando do processo de revisão da tarifa.

Diante de tal cenário e considerando o princípio da autotutela, segundo o qual a Administração Pública pode se colocar em constante reexame de seus próprios atos, os seguintes encaminhamentos são sugeridos:

i) Que sejam apuradas as razões que levaram à BHTRANS a provocar a solicitação de adiantamento de receitas de vale transporte ao município. ii) Que seja verificado se os valores repassados ao agente de liquidação, TRANSFÁCIL, encontram-se custodiados, conforme as disposições legais e contratuais que regulamentam o tema. Em caso negativo, que seja apurado possível desempenho irregular do agente de liquidação, cujas implicações – nos termos do art. 123, § 1º do Decreto 13.384/2008 – constituem a obrigação de contratar terceiro ou substituir terceiro contratado, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, bem como da decretação de intervenção.

iii) Que, caso os valores pagos a título de adiantamento de receitas de vale transporte tenham sido efetivamente destinados às Concessionárias, sejam apurados os impactos reequilíbrio a favor do município e procedida a revisão contratual;

iv) Que sejam apuradas as razões para não processamento do Pleito de Reequilíbrio registrado sob protocolo PROT 957/2020 e, observada sua pertinência, conforme determina a subcláusula 19.10 dos contratos de concessão, que seja apurado eventual desequilíbrio em desfavor das Concessionárias, que tenham decorrido da pandemia.

4.1.7.3 Da impossibilidade de adiantamento de dinheiro à Transfácil para garantir a manutenção do serviço pelos concessionários e das inconsistências na devolução

A pactuação era ainda inviável ao fim que se destinava, pois, se o objetivo era manter os níveis de serviço o dinheiro deveria ser repassado diretamente às concessionárias. Não obstante, os valores foram destinados à transfacil que é a parte contratada da relação.

E não poderia ser diferente. Uma vez que a transfacil é, por força do contrato de concessão, a comercializadora exclusiva de créditos, é impossível a aquisição por meio de outro agente.

Da mesma forma, como agente liquidadora, só cabe a ela o pagamento aos concessionários pelo serviço prestado quando houver o efetivo gasto do crédito no transporte, ou seja, quando rodar a roleta do ônibus.

O presidente da transfacil, Ralison Andrade, em depoimento à essa CPI (28ª reunião) afirmou que todos os valores saíram da conta da prefeitura diretamente à transfacil; que tudo o que foi recebido foi repassado aos concessionários; que a divisão do montante repassado se deu com base na relevância do consórcio na operação do sistema de transporte; e que não houve qualquer instrumento contratual que formalizasse a repartição dos valores entre a transfácil e os consórcios.

Todavia alguns pontos afirmados ferem a legalidade no tratamento de dinheiro público.

Primeiramente há que se atentar que não há previsão de repasse de qualquer valor entre o consórcio operacional e os consórcios concessionários que não os oriundos de **utilização** dos créditos nos veículos.

É o que consta no contrato social da TRANSFÁCIL, item 2.2, incluído na 4ª Alteração Contratual:

> 2.2. (...) o Consórcio Operacional desempenhará, de forma exclusiva, as funções de agente de liquidação, competindo-lhe, entre outras atribuições:
>
> (...) (ii) a transferência às CONCESSIONÁRIAS dos valores **oriundos da utilização de créditos** nas suas respectivas RTS(s)

Acerca de receitas obtidas com a antecipação de venda, o contrato de concessão prevê que serão consideradas como receitas alternativas, não só a venda antecipada de crédito, como também, o rendimento de ativos financeiros custodiados pela transfácil:

> 12.2 São consideradas receitas alternativas, complementares e acessórias ou de projetos associados, entre outras:
>
> (i) rendimentos financeiros derivados da venda antecipada de direitos de viagem;

> (ii) rendimentos financeiros derivados da gestão de recursos custodiados pelo AGENTE DE LIQUIDAÇÃO;

Sobre essas receitas, o contrato prevê, ainda, no item 22.2 que constituem ganhos de produtividade os quais deverão ser revertidos à modicidade da tarifa.

Significa dizer que, repassando dinheiro de caixa próprio à outras empresas, sem instrumento contratual e deixando de computar a receita do crédito antecipado e os rendimentos da sua custódia como ganhos de produtividade, a transfácil lesou o erário em montante ainda pendente de apuração.

A facilitação e o incentivo dessa medida pelo município, com aprovação expressa do prefeito, já que a justificativa utilizada para os repasses era a melhoria do fluxo de caixa das empresas, demonstra não só o conhecimento prévio do descumprimento contratual pela contratada como também implica crime de responsabilidade administrativa nas seguintes modalidades da Lei 8.429/1992:

> Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:
>
> I - facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a indevida incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, de rendas, de verbas ou de valores integrantes do acervo patrimonial das entidades referidas no art. 1º desta Lei;
>
> II - permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

> XI - liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;
>
> XII - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;

A conduta lesiva também se amolda aos termos do art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 que prevê:

> Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º , que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:
>
> IV - no tocante a licitações e contratos:
>
> g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
>
> V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Outra questão aqui, é a divisão dos valores recebidos a título de antecipação.

Tanto o representante da transfácil, Ralison Andrade (27ª reunião), quanto o representante do SETRA-BH, Joel Paschoalin (24ª reunião), afirmaram que a divisão dos valores entre as empresas se deu com base no percentual de representação da empresa dentro da operação. Em resumo, uma empresa maior ganhou mais dinheiro que uma empresa menor.

Isso, todavia, gera uma inconsistência na devolução dos valores, porque o fato de uma empresa ser maior e abranger uma área maior não significa, necessariamente, que ela vá transportar mais passageiros que outra menor.

Admitir que as empresas não devolverão esse crédito à transfacil é reconhecer, novamente, dano ao erário a medida em que a custodia de receitas alternativas deve gerar rendimentos retornáveis à modicidade da tarifa nos termos do contrato. O mesmo raciocínio se aplica à devolução parcial que possivelmente ocorrerá em razão do critério de divisão adotado, que o valor foi repartido pelo tamanho da empresa e não pela utilização das linhas.

Mais uma vez a INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS/SUTP/GCETT Nº 094/2021 DE 14 DE AGOSTO DE 2021 se encontrou com as conclusões dessa CPI asseverando que:

> Dessa forma, considerando que cabe ao agente de liquidação o repasse às concessionárias apenas dos valores apurados em virtude da utilização de créditos nas suas respectivas RTS, não caberia ao TRANSFÁCIL repassar às Concessionárias os valores pagos a título de adiantamento de vale transporte. Isso porque **não se pode olvidar que o rendimento da venda antecipada de direitos de viagem constitui receita acessória que deve compor o cálculo de revisão tarifária**.
>
> Nesse sentido, **repassar indevidamente receitas de créditos não utilizados às concessionárias constituiria prejuízos à revisão tarifária, razão pela qual considera-se que o procedimento de adiantamento de receitas de vale transporte foi impróprio aos fins que pretendeu**, qual seja "*a melhoria do fluxo de caixa das concessionárias*".

Outro importante ponto de atenção é a forma como a devolução desses créditos está sendo feita pela transfácil.

O 3º TA previu na cláusula quarta que os valores dos créditos futuros seriam utilizados, mensalmente, a partir de 01/08/2020 na proporção de 10 a 20% do pedido de carga mensal dos vales.

Em outras palavras, mesmo tendo um crédito de quase R$ 221 milhões a prefeitura aceitou compensar apenas 10 a 20% do valor do seu pedido de compra mensal, mantendo pagamentos na ordem de 90% dos pedidos.

De acordo com o presidente da transfácil (28ª reunião) até o mês de outubro haviam sido devolvidos apenas R$ 6.600.000,00 uma vez que de agosto de 2020 até maio de 2021 a devolução se manteve no patamar de 10% quando, em maio de 2021, por força de um apostilamento, a compensação passou ao patamar de 100%.

Mais uma vez, na contramão das disposições legais vê-se que o município descumpriu a lei ao realizar esse tipo de modificação por meio de apostilamento.

Nos termos do artigo 65, §8º da Lei 8666/93, § 8º "*a variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, **podendo ser registrados por simples apostila**, dispensando a celebração de aditamento*".

Ou seja, o apostilamento se destina a atualizações do contrato e por isso mesmo dispensa a publicação do seu extrato. Vejamos o que diz o TCU:

> *Apostila é a **anotação ou registro** administrativo **de modificações contratuais que não alteram a essência da avença ou que não modifiquem as bases contratuais**.*
>
> *Segundo a Lei nº 8.666/1993, a apostila pode ser utilizada nos seguintes casos: • variação do valor contratual decorrente de reajuste previsto no contrato; • atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento; • empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do valor corrigido.*
>
> *Na prática, a apostila pode ser: • feita no termo de contrato ou nos demais instrumentos hábeis que o substituem, **normalmente no verso da última página**; **• juntada por meio de outro documento ao termo de contrato** ou aos demais instrumentos hábeis. (TCU, 2010, p. 660, g.n[2].)*

[2] TCU – Tribunal de Contas da União. *Licitações e contratos*: orientações e jurisprudência do TCU. 4. ed. Brasília: TCU, 2010. Disponível em: <

Não foi o caso em análise. A mudança do percentual de devolução implica em condição negocial do ajuste e jamais poderia ter sido feita por apostila. Era imperativo que se fizesse um termo aditivo já que constitui esse o único meio de celebração de aditamento.

Além disso, os valores de devolução declarados na oitiva pelo sr. Ralison (28ª reunião) quando comparados com a planilha de gastos mensais de aquisição de vales-transportes enviadas pela prefeitura na Nota Técnica Sugesp nº 10/2021 tem diferenças absurdamente discrepantes, não nos permitindo compreender como é possível que a empresa emita nota em um valor e a prefeitura pague por outro.

Infelizmente, a limitada competência dessa CPI não permitiu a quebra do sigilo bancário dos envolvidos a tempo de entender a discrepância. Necessita de profundas apurações para que se apure os eventuais danos ao erário, sugerindo, desta já a auditoria dos respectivos repasses para apuração da correta destinação ou não dos referidos valores.

4.1.7.4 Das demais incongruências do ajuste

Além de todas as incompatibilidades já apresentadas algumas inconsistências ficaram sem explicação, seja pelas inócuas respostas aos questionamentos, seja pela ausência de documentação comparativa.

Em dezembro, pela tabela da informação técnica 094/2021 da Bhtrans, observa-se o registro dos seguintes repasses: 02/12 – R$ 1.962.752,31; 22/12 R$ 6.370.000,00 e 30/12 9.630.000,00.

O acordo judicial previu expressamente sua retroatividade à 1/12/2020, estabelecendo um patamar máximo de R$ 4 milhões para o repasse semanal. Nessa toada, no mês de dezembro o repasse limitar-se-ia a R$ 16 milhões de reais. Nos registros acima, entretanto, somam-se R$ 17.962.752,31.

Nesse sentido deve ser apurado se houve duplicidade de repasse da data de 02/12/2020, pagando a prefeitura os valores extras com base no contrato e também no acordo judicial.

---

https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24D6E86A4014D72AC81CA540A&inline=1>.Acesso em: 6 nov. 2021.

Em 6/5/2021 a Nota Técnica 006/2021 da BHtrans constata um repasse de valor a maior no montante de R$ 4 milhões em razão de uma recontagem de tempo (contava-se dias corridos passou a contar-se dias úteis). Avisadas do crédito as empresas concessionárias apresentam, em 11/05/2021, o oficio DETEC 070/2021 em que solicitam que:

> (...) a diferença total levantada de R$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) seja acertada em 8 (oito) parcelas, sendo:
>
> 7 (sete) parcelas semanais de R$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) a serem lançadas a partir da 23ª semana
>
> 1 (uma) parcela de R$2.250.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil reais) - a ser lançada na última semana de vigência do acordo judicial

Perguntado quem autorizou o parcelamento e porque a negociação não foi reduzida a termo o secretário de Fazenda (32ª reunião) informou que não tinha responsabilidade e que a autorização foi concedida pela BHtrans.

Ocorre que a Bhtrans não é parte acordo judicial e nem do contrato sendo incompetente para decidir sobre qualquer condição negocial de devolução. Além disso, a renuncia ao recebimento integral do crédito pode implicar em diferença de rendimentos ou outras formas de auferimento de receita ao município sugerindo dano ao erário, o que carece de atenta apuração.

Outra questão está na menção, a partir do Ofício 418/20 da Bhtrans, datado de 12/08/2020, de um teto de R$ 3 milhões estabelecido pela prefeitura para os repasses. Nenhum dos depoentes soube explicar de onde veio a determinação desse teto e nem porque só foi estabelecido a partir de agosto/2020, merecendo verificação.

A informação técnica nº 094/2021 da BHtrans também traz, após o fim do acordo, 30/06/21, um repasse de R$ 1.142.857,14. No entanto, não há data nem indicação de nota técnica que o subsidie.

Questionado sobre o valor o secretário de Fazenda disse tratar-se de saldo de repasse referente a dois dias, mas não demonstrou como o valor foi calculado nem enviou o documento técnico que o justificou, o que deve ser apurado.

Por fim, diante da afirmativa do Sr. Ralison (28ª reunião) acerca da compensação integral dos pedidos de compra a partir de maio, ficou inexplicado porque a prefeitura já compensando em 100% os pedidos de compra decorrentes do contrato continuou a repassar valores no âmbito do acordo judicial até junho/2021 criando uma compensação da devolução.

É importante deixar claro, ao contrário do explicitado pelos investigados, que em nenhum momento o Ministério Público RATIFICOU, os procedimentos adotados pela PBH anteriores ao chamamento para a investigação preliminar em curso. Outrossim, em princípio, o mesmo vislumbrou legalidade em Julho/2020, por ocasião de audiência realizada. Desta forma, entendo que o próprio Ministério Público, com disponibilidade de maior tempo e estrutura para análise dos fatos, prossiga com a investigação iniciada por esta CPI para comprovar, ou não, irregularidade acima descritas, bem como o cometimento de eventuais crimes e ilícitos administrativos e cíveis.

4.1.7.5 Participação do Ministério Público

Em diversos momento, durante as oitivas desta CPI ouviu-se a expressão: todos os procedimentos foram acompanhados pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pois bem.

Esse relator teve acesso aos autos da Investigação Preliminar nº 0024.20.008958-9, por meio da qual foram realizadas 03 (três) audiências nos dias 08/07/2020; 24/07/2020 e 13/10/2020. O que se depreende do primeiro encontro foi o que questionamos o Secretário Adjunto de Fazenda do Município, Sr. João Antônio Fleury Teixeira, que participou da referida audiência eis que se constou do termo: "(...) *para tanto o Município de Belo Horizonte* ***PRETENDE*** *antecipar a compra de vales transporte, mediante aditivo contratual, o que* ***PROPICIARÁ*** *antecipação de receita* (...)"

Ora, nesta data, 08/07/2020 já te tinham sido realizadas 12 (doze) antecipações de receita, com aquisição até aquela data de R$ 47.000.000,00 (Quarenta e sete milhões de reais).

As expressões utilizadas, no entanto, são tratadas no futuro fazendo crer que, mesmo já praticando a antecipação desde março de 2020 o município tentou ludibriar o Ministério Público como se fosse adotar as medidas a partir daquele momento.

No dia 24/07/2020, com base na mesma investigação preliminar, em mais uma audiência em que estiveram pessoalmente presentes o prefeito e o secretário de Fazenda, firmou-se novo acordo em que o município se comprometeu a assinar um 5º termo aditivo, cujo o objeto seria a antecipação de crédito de vales-transportes para "*compensação das despesas de custeio do transporte em razão da escala reduzida*." Restou especificado, ainda, que o MP avaliaria, sob o aspecto da legalidade, a minuta do citado aditivo a ser posteriormente juntada aos autos.

Mesmo parecendo claro pelos documentos que o MP desconhecia a existência dos repasses desde março de 2020, perguntado em sua oitiva (32ª reunião) no dia 05/11/2021 porque o município omitiu a informação da conduta anterior o Secretário de Fazenda foi categórico ao afirmar que o MP já conhecia toda a tratativa e que os termos utilizados na ata de audiência estavam incorretos.

Não há lógica em se adotar, através de um acordo conduta já adotada para os mesmos objetivos. A narrativa do secretário contradiz a documentação existente indicando crime de falsidade ideológica previsto no art. 299 do Código Penal que assim dispõe:

> **Art. 299** - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:
>
> Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, (...)
>
> **Parágrafo único** - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Pergunto, eis que estavam presentes na audiência do dia 08/07/2020 os Srs Célio Bouzada; João Fleury e Daniel Marques **QUE PARTICIPARAM EFETIVAMENTE DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS ACIMA DESCRITOS**, porque tal fato **FOI OMITIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**?

Veja que o Promotor de Justiça Dr Leonardo Barbabela disse que: "(...) *em princípio, sinalizava a viabilidade da questão, sugerindo que fosse acionada a Controladoria Geral do Município para que emitisse parecer a respeito do assunto, para posterior análise das cláusulas contratuais, inclusive com a utilização de regras claras que garantam, em suma, que o valor antecipado corresponda ao número de viagens e não em valores propriamente ditos que teriam de ser corrigidos, sendo que fazendo a formalização através do número de viagens adquiridas evitaria problemas com depreciação do valor adiantado e possíveis reajustes tarifários* (...)"

Vejamos a transcrição da oitiva do Secretário:

> *Vereador Irlan Melo acrescenta: "Sim inclusive isso está num relatório técnico. Então veja bem uma situação que aconteceu e nesse caso deixa confirmar aqui para não cometer uma injustiça. Nesse caso já estava presente no dia no dia 8. 8 de julho desse ano onde o Ministério Público abriu uma investigação preliminar 0024 2000 8958 2009, e aí houve uma audiência e nessa audiência constatou se isso foi no dia 8 de julho consta o seguinte. Para tanto o município de Belo Horizonte pretende antecipar a compra de vales transportes mediante aditivo contratual o que propiciará a antecipação de receita por parte das empresas e de tal forma garantir que sejam praticadas regras sanitárias mínimas. Minha pergunta para o senhor o seguinte secretário. Se em 8 de julho de 2020 o município de Belo Horizonte pretendia antecipar a compra de vale transporte, do dia 25 de março de 2020 até o dia 7 de julho o que é que o município fez?"*
>
> *João Antônio Fleury Teixeira responde: "O município antecipou a compra de vale transporte porque foi este modelo que foi escolhido pelo município desde a primeira liberação com*

manifestação favorável da Procuradoria. O modelo foi escolhido pelo município foi exatamente esse o que ocorreu aqui quando eu já tinha dito ontem. A expectativa é que a pandemia demoraria três meses quatro meses no máximo. Quando isso não ocorreu e houve a continuidade dos mesmos problemas que a gente vivenciada no dia 19 de março buscou a prefeitura buscou o ministério público em função de reuniões que o Ministério solicitou junto à prefeitura e levou que o problema continuava que nós precisaríamos continuar com aquele mesmo modelo. ***Não obstante eu ter dito que o Ministério Público ratificou o que vinha sendo feito, vou retirar essa palavra e dizer que o Ministério Público concordou com o que a Prefeitura já vinha fazendo era combater isso poder usar o transporte****. O modelo que a prefeitura escolheu desde o primeiro momento foi exatamente isso."*

Vereador Irlan Melo acrescenta: "Eu entendo o secretário. Minha pergunta é o seguinte vou voltar a pergunta para Vossa Excelência, no termo de audiência constou para tanto o município de Belo Horizonte pretende antecipar a compra de vale transporte mediante aditivo contratual. Se o município de Belo Horizonte já estava fazendo isso então, o senhor entende que essa frase que o Ministério Público se enganou, deveria ser para tanto ministério ou o município de Belo Horizonte pretende continuar antecipando a compra de vale transporte."

João Antônio Fleury Teixeira continua: "Com certeza, na verdade o Ministério Público estava, tinha todo o conhecimento porque fizemos reuniões com o ministério porque eu participei dessas reuniões mais de um ano. O Ministério Público tinha conhecimento pleno nas ações que a prefeitura vinha fazendo desde o início deste processo."

Vereador Irlan Melo: “Nessas reuniões seu secretário tinha um atas?”

João Antônio Fleury Teixeira responde: “As atas que foram feitas são exatamente esses três documentos que já tem em mãos.

Vereador Irlan Melo: “Pois é. Então nesse documento é porque o que parece é que nessa ata é que o Ministério Público a partir dessa data tomou conhecimento de que o município de Belo Horizonte iria começar a fazer a antecipação. Então poderia ter sido feita a ratificação como nós falamos ontem. Bastava estar escrito aqui na ata o que não aconteceu, mas a pergunta é essa é a primeira parte da pergunta a segunda é o seguinte, tá dizendo: Para isso no dia 8 de julho marque essa data porque é importante, a pergunta que eu vou fazer. 8 de julho tem essa audiência no Ministério Público com a presença do Senhor, doe ex-presidente da BH Trans Célio Bouzada e com o diretor de transporte Público, Daniel Marx Couto. E nessa e inclusive eu e o presidente da CPI e professor Júlio Lopes estivemos com o promotor Dr. Leonardo Duque Barbabela que é quem conduziu esta audiência com o senhor aí que está dizendo o seguinte Para tanto o município de Belo Horizonte pretende antecipar a compra mediante aditivo contratual. A pergunta é o aditivo contratual já existia em 8 de julho ou ele foi firmado após essa data?”

João Antônio Fleury Teixeira responde: “O contrato que foi utilizado para a compra de vale transportes já existia já era um contrato que a prefeitura utilizava normalmente. Ocorre que naquela data nós tínhamos já um contrato utilizado e havia necessidade da prorrogação desse contrato que foi objeto do aditivo contratual que foi levado ao Ministério Público. Esses documentos todos estão presentes no processo.”

Perceba que o Ministério Público não tinha ideia do que já tinha sido realizado pela Secretaria de Fazenda e pela Bhtrans e que só teve notícia na outra audiência que foi realizada em 24/07/2020. Tanto é verdade que em 05/11/2021 o Procurador Geral de Justiça, Dr. Jarbas Soares asseverou em reportagem ao Jornal O Tempo que: "*Quanto aos recursos (R$ 200 milhões) referidos repassados, pelo que vejo, às empresas, pessoalmente, soube disto pelos jornais", disse o chefe do Ministério Público de Minas Gerais a* ***O TEMPO***."

Ainda assim foi assinado o 5º termo aditivo, nos mesmos moldes do 3º termo aditivo, com expressões futuras, constando que:

> 4.1 Em decorrência da continuidade dos efeitos da Pandemia de Convid-19, o Município de Belo Horizonte irá adquirir, de forma antecipada, passagens (na forma de vale-transporte eletrônico) para utilização futura.
>
> 4.1.1. Tal medida visa garantir a manutenção dos níveis mínimos do serviço para os usuários do transporte no Município, com vistas a atender os usuários que trabalham em setores considerados críticos, tais como saúde, segurança, bancos, supermercados e farmácias;

De forma inédita passa a constar, talvez para compatibilizar ao ajustado com o MP, que:

> 4.5. A aquisição de créditos futuros pelo Município de Belo Horizonte, tem como princípio fundamental a garantia de cumprimento de protocolos de medidas sanitárias determinadas pela Secretaria da Saúde do Município de Belo Horizonte. **Esta metodologia de preservação da saúde** dos usuários de transporte público, **válida especificamente para o objeto deste aditivo**, não se confunde com a relação contratual de concessão entre o Município de Belo Horizonte e os Concessionários do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte não gerando, portanto, impactos em negociações futuras para reequilíbrio do contrato de concessão.

Vê-se, aqui, mais uma vez, que a determinação constante no termo indica que as medidas só seriam aplicadas da sua assinatura (24/07/2020) em diante em clara omissão às práticas anteriores.

Outra curiosidade desse aditivo é a prorrogação da vigência até 28/07/2022, que ocorre apenas dois meses depois da última prorrogação, assinada no 4º TA em 29/05/2020, que já havia determinado a vigência até 28/07/2021.

Vale lembrar que, na assinatura do 5º TA, estávamos em 27/07/2020, ou seja, por força do 4º TA o instrumento já era válido até julho/2021 não havendo qualquer necessidade ou vantajosidade em prorrogar a contratação até julho/2022.

A explicação da manobra ficou clara, entretanto, no parecer da PGM que aprovou o 5ª TA, ao trazer a justificativa do município nos seguintes termos:

> Inicialmente, vale dizer que houve recentemente, a prorrogação do referido contrato pelo período de 29 de julho de 2020 a 28 julho de 2021 no intuito de amenizar os impactos da pandemia do covid-19. **Neste viés, já foram disponibilizados o valor R$ 19,000,000,00 (dezenove milhões) a serem convertidos em créditos eletrônicos futuros de vale-transporte**. (...)
>
> (...) O Município de Belo Horizonte continuará adotando a compra de créditos eletrônicos futuros de vale-transporte**, injetando recursos no sistema como forma de mitigar os impactos negativos advindos da redução de demanda e receita** e de garantir a oferta de serviços em patamares condizentes com as novas exigências.
>
> Face às exposições cima, **é necessária a aquisição de nova remessa de créditos eletrônicos futuros de vale-transporte**, conforme Of. BHTRANS DPR/SMFA 339/2020, de 09 de julho de 2020.
>
> Para tanto, é **imprescindível a prorrogação <u>para que se tenha saldo contratual para efetuar a referida aquisição</u>**, bem como renovar o vínculo com a Contratada, resguardando

> o Município quanto à compensação dos créditos adquiridos de forma antecipada.
>
> Sendo assim, torna se necessária nova prorrogação contratual por 12 (doze) meses do contrato em análise, compreendendo o período de 29 de julho de 2021 a 28 de julho de 2022. nos termos do art. 57. II, da Lei n o 8.666/1993.

Dois questionamentos importantes podem ser extraídos da afirmativa acima.

Primeiro a menção de que a prorrogação de 2020 a 2021 propiciou o saldo de R$ 19 milhões para o período. Ora, se o saldo para o período anual era de R$ 19 milhões como foi possível pagar 104 milhões dentro de um único ano (2020)?

A segunda questão gira em torno da expressa menção à necessidade de aditamento para antecipação do saldo do contrato de 2022. Como é possível utilizar o saldo de 2022 para pagamento em 2020?

Esses questionamentos foram feitos ao Secretário de Fazenda (32ª reunião) que confirmou a operação, mas, superficialmente, explicou que não houve antecipação de receita orçamentária apesar de ter havido antecipação do saldo do contrato. Nas palavras dele, o saldo do contrato (completamente adiantado em 2020) foi pago com orçamento de 2020 e 2021.

Pois bem, as dotações orçamentárias indicadas no contrato perfazem o montante de pouco mais de R$ 43 milhões, ficando, ainda assim, muito distante dos R$ 104 milhões adiantados.

Para esse problema o Secretário afirmou que houve suplementação de receita e que todos os decretos de abertura de crédito suplementar seriam enviados à CPI para conferência. Os documentos, no entanto, não chegaram até a finalização desse parecer, ficando evidenciado, com base no que consta dos autos, que houve antecipação de crédito orçamentário ou desvio de outra dotação orçamentária para cobertura das antecipações, já que totalmente pagas em 2020, além de terem sido realizadas no último ano de mandato e implicarem em aumento de despesa com pessoal (extensão do contrato sem estudo real de necessidade), o que constitui crime de responsabilidade fiscal.

Os limites da atuação da CPI não permitem a verificação detalhada da movimentação das dotações orçamentárias sugerindo-se o aprofundamento das investigações a partir de auditoria nas contas municipais, para que seja determinado, exatamente, de onde partiram os valores que subsidiaram os pagamentos de antecipação de crédito feitos com base nesse contrato.

Conclui-se, assim, que os repasses que começaram sem instrumento contratual (vácuo entre o aditivo e o início dos repasses), culminaram em uma antecipação que pode ter ultrapassado os valores e quantitativos do contrato existente, sem qualquer estudo de viabilidade de devolução, pedido de garantia e comprovação de disponibilidade orçamentária.

Desta forma, verifica-se que após a sua tomada de decisão e todo o histórico já ocorrido, mas considerando que o Ministério Público abriu investigação preliminar, houve por bem o Governo Municipal buscar o revestimento de legalidade de fatos que já vinham sendo realizados, mesmo sem a ciência naquele momento do Parquet.

4.1.7.6 Conclusão

Pela análise de toda a instrução probatória produzida, chega-se a conclusão que o pleito de antecipação de vales transportes no valor de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ofício 189/2020, para "*propiciar uma melhora do fluxo de caixa das concessionárias e garantir a manutenção dos níveis mínimos do serviço para os usuários do transporte do Município*" partiu do ex presidente da BHTRANS, Sr. Célio Freitas Bouzada que, apesar de dizer que essa alternativa foi tratada em reunião com diversos empresários de ônibus e com o Prefeito Municipal, não se extrai da prova produzida, um documento, ata, ou testemunho que comprove tal tese.

O mais estranho desta circunstância é que o contrato de concessão do serviço público de transporte coletivo de passageiros por ônibus, firmado em 2008 traz mecanismos de reequilíbrio e revisão contratual, mas que naquele momento não foi utilizado pelas concessionárias. Há que se perguntar: cabe ao poder concedente por sua iniciativa, promover qualquer alteração que beneficie os concessionários, sem qualquer solicitação dos mesmos?

Inexiste possibilidade de entendimento pela prova desta CPI acerca da fórmula matemática que levou o Município de Belo Horizonte a antecipar 19(dezenove) meses do contrato realizado com a TRANSFACIL. Com efeito, a nota técnica que foi firmada por Adilson Elpídio Daros; Sérgio Luis Ribeiro de Carvalho e Daniel Marx Couto, além de não ter qualquer motivação explicitada a esta CPI, não demonstra como se chega a primeira solicitação de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Perceba-se que, analisando a referida nota (e essa percepção poderia estar lastreada em auditoria, o que não ocorreu pela fraude impetrada naquela anteriormente contratada e que foi objeto de indiciamento pela outra CPI) que o valor mensal apurado no sistema se aproxima de R$ 110.000.000,00 (Cento e dez milhões de reais).

Explicando o cálculo acima:

Março/2020 – dia 13 (dia útil) – receita =	R$ 4.400.436,85
Março/2020 – dia 14 (sábado) – receita =	R$ 2.134.646,08
Março/2020 – dia 15 (domingo) – receita =	R$ 934.894,89
Em Março daquele ano, seriam 22 dias úteis =	R$ 96.809.610,70
Em Março daquele ano, seriam 4 sábados =	R$ 8.538.584,32
Em Março daquele ano, seriam 5 domingos =	R$ 4.674.474,45
TOTAL	**R$ 110.022.669,47**

Em Março de 2020 o contrato em vigor com a Transfácil para aquisição de vales transportes para o funcionalismo público municipal estimava a aquisição de **R$ 2.985.451,67 (Dois milhões novecentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos)**, o que equivale a 2,71% (Dois vírgula setenta e um por cento) da receita bruta das concessionárias naquele mês.

Com esses números em mente, apenas no mês de Abril de 2020 o Município repassou as concessionárias o valor de 16 milhões de reais, equivalentes a um adiantamento de quase 6 (seis) meses de contrato.

Por mais que o momento fosse de incertezas e tínhamos a necessidade de manutenção da oferta de coletivos para os cidadãos, a agilidade em beneficiar as

concessionárias, passando-se por largo do contrato originário e sem a transparência de se demonstrar a fórmula matemática em que se baseou o pleito inicial, deixa claro que haviam outros interesses que, no âmbito da CPI não se é possível investigar. Isso porque, há necessidade de quebra de sigilo bancário e patrimonial dos funcionários da Bhtrans, Célio de Freitas Bouzada; Adilson Elpídio Daros; Sérgio Luis Ribeiro de Carvalho e Daniel Marx Couto que, em tese, praticaram os crimes previstos nos artigos 299 e 321 do Código Penal.

4.1.7.7 Das diligências judiciais e nos órgãos de fiscalização

Esse relator efetivou vários requerimentos de acesso a inquéritos policiais, investigações em curso e procedimentos administrativos e judiciais acerca do objeto das investigações. Diligenciou junto a: Polícia Federal; Polícia Civil; Ministério Público Estatual e Ministério Público Federal além da Justiça Federal, na Seção Judiciária de Minas Gerais. Tivemos acesso a procedimentos em curso, que, inclusive, encontra-se com pedido de arquivamento pelo Ministério Público Federal (arquivo anexo); além das informações que estão jungidas ao final deste relatório que demonstram até a presente data a inexistência de qualquer condenação por parte do Município.

4.1.7.8 Do acordo

A segunda etapa das antecipações começou em dezembro de 2020 e findou-se em junho de 2021, tendo por base acordo judicial firmado perante o Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Para entender o contexto desse acordo, porém, é necessário voltar um pouco no tempo.

Como já dito, os repasses começaram em março de 2020, sem qualquer solicitação de reequilíbrio por parte das concessionárias de transporte coletivo. Só em 19/05/2020 é que as empresas concessionárias apresentaram um ofício pedindo reequilíbrio contratual.

Nesse pedido, as empresas falam em "*aporte de novo subsídio tarifário no fluxo de caixa dos consórcios*" dando a entender que o que havia antes já era um subsídio. Além disso, demonstram preocupação com a antecipação de créditos ressaltando que ela estava vinculada a um contrato de 60 meses. Alegam que naquele momento era impossível calcular os impactos da pandemia e que o FGE (Fundo Garantidor do Contrato) não tinha fundos para cobrir o desequilíbrio. Com base nisso, sugerem que seja aberto um crédito extraordinário, referendado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, para que recebam subsídio.

O pedido de reequilíbrio é negado pela Prefeitura de Belo Horizonte em 10/12/2020, pelo Ofício SMOBI 378/2020, ao fundamento de que, por conta dos repasses de créditos adiantados e das reduções de jornadas e salários estabelecidos no âmbito federal, que não foram levados em conta no pedido de reequilíbrio, o subsídio era inviável.

Apenas quatro dias depois, em 14/12/2020, o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte/SETRABH, o Consórcio BHLeste, o Consórcio Dez, o Consórcio Dom Pedro II e o Consórcio Pampulha entram com a ação ordinária nº 5172824-67.2020.8.13.0024, na 1ª Vara da Fazenda dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte/MG.

Na petição inicial, afirmam que os Decretos Municipais editados em 2020, durante a pandemia, *"atingiram dramaticamente o serviço de transporte coletivo municipal, conforme comprovam os números constantes do estudo em anexo, que evidenciam a queda drástica e abrupta da procura pelo serviço público em comento"*. Que a paralisação da cidade implicou a perda de receita por parte do sistema de transporte coletivo urbano, que não é subsidiado pelo Município.

Acrescentam que, além da redução da demanda de passageiros e, consequente, redução da receita tarifária, os consórcios tiveram sua despesa consideravelmente majorada pelas medidas preventivas adotadas para redução dos riscos de disseminação da Covid-19 e operação do transporte coletivo durante quase 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos dias úteis e nos sábados.

Segundo a inicial, *"tudo isso aumenta os custos e diminui as receitas. Portanto, recentemente, não apenas o equilíbrio econômico-financeiro não foi recuperado, com o avançar dos dias, como o desequilíbrio se acentua porque os*

consórcios são compelidos a ofertar o serviço, adotados os cuidados de higienização e prevenção, e observada a carga horária majorada imposta pela Municipalidade."

A todo o momento, reforçam a necessidade de suporte financeiro a ser fornecido pelo Município às concessionárias de transporte coletivo urbano, sob pena de inviabilidade da prestação do serviço e consequente colapso do sistema.

Destacam a Lei de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/12) e a Lei Municipal 10.134/11, concluindo que "*subsidiar o essencial transporte coletivo não é só conveniente e oportuno, senão uma orientação legal e constitucional, que aponta para o robustecimento e incentivo dos serviços públicos"*.

E, citando o Centro de Apoio Operacional do Ministério Público, reforçam: *"inclusive o Ministério Público de Minas Gerais, cuja função constitucional é assegurar os direitos coletivos e difusos e a lisura do ordenamento jurídico, e que tantas vezes questiona a atuação das concessionárias de transporte coletivo, caminha no sentido de reconhecer a necessidade dos subsídios ao serviço público em tela, enquanto socorro face à drástica e inédita situação vivida.".*

Curiosamente, o pedido principal da demanda é sempre a realização de mediação e conciliação, seguindo-se do pedido de concessão de subsídio pelo Município às concessionárias de transporte coletivo ("necessidade premente de suporte financeiro") e, por fim, a concessão de tutela de urgência. Confira alguns trechos da petição inicial:

> "A situação reclama, ante o exposto, uma solução ao menos emergencial e transitória, voltada a endereçar os reflexos causados pela pandemia e pelos atos estatais que a ela se vinculam, o que pode plenamente ser viabilizado por intermédio de soluções autocompositivas de conflitos, a exemplo da mediação e da conciliação."
>
> "Ante o exposto, imprescindível a designação de audiência de conciliação e mediação, na tentativa de solucionar o imbróglio e, ausente sucesso, preciso é a continuação dos trâmites processuais, visando ao reequilíbrio econômico-financeiro."

> “Caso a audiência de mediação e conciliação reste infrutífera, pugna-se que este douto juízo, **somente então**, avalie o presente pleito de tutela provisória.”

E sua conclusão:

> *“- em primeiro lugar,* ***a citação do Município de Belo Horizonte, a fim de que seja designada audiência de conciliação/mediação junto ao Centro Judicial de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC****, nos termos do art. 334 e parágrafos do CPC, com o fito de tentar solucionar de maneira autocompositiva a controvérsia narrada;*
>
> *- em segundo lugar, subsidiariamente,* ***se ausente êxito na audiência****, requer o regular trâmite do feito, de modo que, ao final, seja o réu compilado a proceder ao pagamento dos subsídios necessários para fazer frente ao déficit tarifário****, dadas as circunstâncias fático-jurídicas expostas;***
>
> *- em terceiro lugar,* ***ainda tão somente se ausente êxito na autocomposição****, antes do esgotamento do devido processo legal,* ***requer a concessão da tutela provisória de urgência, a fim de desde já compelir o Município de Belo Horizonte a conceder os subsídios financeiros aptos a 20 Av. do Contorno, 9155 – 3º e 11º andar – Bairro Prado – Belo Horizonte – MG – CEP: 30.110-063 Tel: 31-3299-5421 fazer frente ao déficit tarifário, no montante equivalente a*** **R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) mensais, até abril inclusive**, sendo esta a única medida capaz de manter em funcionamento o serviço de transporte público coletivo;”.

Importante destacarmos que a fundamentação desenvolvida na petição inicial não menciona, em nenhum momento, a existência de compra antecipada de vales transportes já realizada pelo Município de Belo Horizonte com a empresa Transfácil, de março de 2020 a dezembro de 2020, e o acréscimo de quase 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor original do contrato de Cessão de Uso do Cartão BHBus, licença de uso de “Software” e sua manutenção e prestação dos serviços de carga a

bordo de vale transporte, que entre si celebraram o Município de Belo Horizonte e o Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte.

A justificativa para o pedido judicial de reequilíbrio econômico financeiro e prevenção de colapso do sistema de transporte coletivo urbano é a concessão de subsídios financeiros, fixados **no *montante equivalente a* R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) mensais, até abril de 2021, inclusive.**

Não é à toa que é dada à causa do valor de R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

A petição inicial é protocolada no dia 14/12/20; sua conclusão ao MM. Juiz de Direito ocorreu no dia 15/12/20 e, nessa mesma data, é despachado: *"A pedido da Presidência do egrégio TJMG, DETERMINO o encaminhamento destes autos eletrônicos a CEJUSC da SEGUNDA INSTÂNCIA para tentativa de conciliação."*

A mediação é marcada para 21/12/2020, na 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, presidida pelo Desembargador Newton Teixeira Carvalho, 3° Vice-Presidente do TJMG e Coordenador do NUPEMEC.

Estavam presentes o Juiz Auxiliar da Terceira Vice-Presidência, Dr. José Ricardo dos Santos de Freitas Véras, pelos autores, Sr. Joel Jorge Paschoalin e Sr. Renaldo de Carvalho Moura, representando os consórcios e o SETRA, e as advogadas Dra. Maria Fernanda Pires de Carvalho Pereira e Dra. Cristiana Fortini. Pelo réu, o Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Alexandre Kalil, o Procurador-Geral do Município, Dr. Castellar Guimarães, o Secretário Municipal de Fazenda, Dr. João Antônio Fleury Teixeira, o Presidente da BHTRANS, Dr. Célio Bouzada, e a Procuradora Municipal, Dra. Renata Bechelany Dutra.

O acordo é reduzido a dez tópicos e homologado na 2ª instância, sendo seus termos:

> *"1. O Município de Belo Horizonte pagará aos autores, pelos pedidos constantes da inicial a quantia de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) semanais para o limite de até 41,99 passageiros por viagem;*

2. Para o interregno de 42 a 43,99 passageiros por viagem o valor será de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) semanais;

3. Para o interregno de 44 a 45,99 passageiros por viagem o valor será de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) semanais;

4. Para o interregno de 46 a 48,99 passageiros por viagem o valor será de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) semanais;

5. A partir de 49 passageiros por viagem os autores não farão mais jus a antecipação;

6. Dos valores mencionados nos itens acima, os autores repassarão ao transporte suplementar 10% desde que efetivamente recebidos;

7. Os valores serão devidos a partir da homologação do presente acordo, retroativos a 1° de dezembro de 2020;

8. Resta acordado que os valores referentes as três primeiras semanas de dezembro serão levantados até o dia 23/12/2020 para fins de pagamento, na conta da Transfácil;

9. Os valores aqui acordados referem-se à antecipação de vales-transporte e serão devidamente ressarcidos ao Município de Belo Horizonte;

10) As partes renunciam ao prazo recursal."

No dia 29/12/2020, os autos são, novamente, conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª instância para julgamento.

Em 09/03/2021, os autores apresentam petição para *"informar que o acordo contido no termo de conciliação está sendo devidamente cumprido, nos moldes da ata de audiência que, por sua vez, não estabelece prazo final para a antecipação dos vales. Ademais, é de se destacar que o recente Decreto Municipal nº 17.562/2021 gera vertiginosa queda na demanda de passageiros, culminando com declínio severo de receita tarifária, nos mesmos moldes dos demais atos normativos municipais descritos na petição inicial da presente ação.".*

Em 11/03/2021, o réu, Município de Belo Horizonte, através de seus Procuradores, informa que está sendo cumprido o acordo celebrado e junta ofício, que foi encaminhado pelo então Secretário Municipal da Fazenda, Sr. João Antônio Fleury Teixeira, para a sra. Bárbara Paula Santos Guimarães, Diretora de Suporte às Atividades Jurídicas-DSAJ/Contecioso Residual/PGM, datado de 04/03/2021, manifestando a manutenção das tratativas para o devido ressarcimento dos valores pagos conforme item nove da sentença.

No dia 12/03/2021, os autos são conclusos para despacho.

No dia 30/04/2021, as partes apresentam petição concordando em manter o acordo da forma como consta no Termo de Conciliação até 30 de junho de 2021. Fundamentam que *"a pandemia do Coronavírus ainda não foi encerrada e as Concessionárias de transporte público municipal ainda lidam com os efeitos decorrentes da queda na demanda de passageiros, dentre os quais, um declínio severo de receita tarifária", bem como que "as medidas para redução dos custos, neste momento, são essenciais, ainda mais se considerados os efeitos da pandemia também nos cofres do Município de Belo Horizonte, que teve sua arrecadação drasticamente reduzida desde o início da pandemia, tendo a situação se agravado no ano de 2021, quando o Governo Federal suspendeu os repasses destinados ao combate da pandemia de Coronavírus, tornando-se insustentável a manutenção do acordo por prazo indefinido, sob pena, inclusive, de se prejudicar outros serviços e atividades socioeconômicas tão essenciais quanto o transporte público que também acumulam prejuízos decorrentes dos efeitos da pandemia.".*

Todavia, ressalta-se que não menciona que os repasses foram realizados de dezembro/2020 a abril/2021 a título de compra antecipada de vales transportes, deixando crer que o foram em forma de subsídios necessários para fazer frente ao déficit tarifário verificado em decorrência da pandemia de COVID-19. Ainda, muito embora as condições de abertura da cidade em abril de 2021 até junho de 2021 já fossem completamente diferentes das medidas de restrição impostas por decretos municipais de dezembro de 2020 a abril de 2021, mantiveram os mesmos termos do acordo original.

Mais uma vez, nítida a divergência dos termos do pedido inicial, que sempre limitou o pedido de subsídios para reequilíbrio contratual até abril de 2021, e o

acordo judicial que não tinha prazo final para as tratativas acordadas, em evidente decisão *ultra petita*.

Ainda no dia 30/04/2021, o MM. Juiz de Direito profere sentença homologando o aditamento ao acordo original, já homologado anteriormente, e julga extinto o feito com resolução de mérito, na forma do art. 487, inciso III, do CPC.

Em 14/05/2021, os autores e o réu apresentam embargos declaratórios contra a extinção do feito. Alegam a imprevisibilidade da pandemia e de eventual necessidade de se prorrogar o acordo novamente, e que a extinção do feito violaria o princípio da economia processual por necessidade de se requerer o desarquivamento dos autos em breve ou nova provocação judicial, ao invés de mero peticionamento com vistas a trazer aos autos eventuais ajustes.

Ademais, aponta erro material na sentença quando dispôs que o acordo se tratava do ressarcimento das Empresas de Transporte Coletivo pelo Município de Belo Horizonte, eis que se depreende da cláusula nove do acordo que os valores se referem à antecipação de vales transportes que serão devidamente ressarcidos ao Município de Belo Horizonte.

Aos 29/06/2021, os Embargos Declaratórios são rejeitados nos seguintes termos: *"A sentença de ID 3344741520 é um reflexo do acordo de ID 3337441408, não havendo que se falar em omissão ou erro material. O recurso cabível para a modificação de tal entendimento não é o de embargos declaratórios.".*

As partes foram devidamente intimadas.

Não consta a interposição de eventuais recursos.

Feito esse breve relatório dos fatos ocorridos no processo judicial nº 5172824-67.2020.8.13.0024, importante tecer valiosas observações.

Inicialmente, destaca-se que a sentença não se limitava a homologar um acordo, pois o ato judicial não referendou apenas a vontade das partes. *In casu*, instaurou-se uma lide, logo após recusa da Administração Pública em conceder subsídio às empresas concessionárias de transporte coletivo urbano. O Poder Judiciário adentrou no mérito do acordo, na sua pactuação e, ao contrário do constante no seu item 1 ("*pelos pedidos constantes da inicial"*), vê-se que o acordo

judicial é *extra petita*, uma vez que o pedido sempre foi de subsídio e suporte financeiro, mas culminou, conforme item 09, em *"antecipação de vales transporte".*

E, diferentemente do ocorrido na citada ação judicial nº 5014824-69.2020.8.13.0702, de junho de 2020, que tramitou perante a 3ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Uberlândia, com acordo também homologado pela CEJUSC 2º Grau entre concessionárias de transporte coletivo do Município de Uberlândia e o ente municipal, vê-se que em Uberlândia as empresas concessionárias do transporte coletivo urbano apresentaram inúmeros pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Municipalidade, sem respostas, e, então, a partir daí, ajuizaram demanda, com pedido de antecipação de tutela cautelar, para *"abertura de procedimento administrativo tendente à cobertura do déficit originado pelas ações adotadas para combate à pandemia da COVID-19, utilizando-se para tanto de qualquer uma das soluções, ou do conjunto de soluções, previstas no art. 9º, § 5º, da Lei Federal nº 12.587/2012, ou de outra solução aventada pelo Município, da forma que melhor aprouver ao poder concedente, desde que seja suficiente para cobertura do déficit reconhecido pelo Município nos meses de março, abril e maio, que já se encontra na ordem de R$ 13.000.000,00 apenas para os meses de março e abril".*

E, em aditamento à inicial, *"reiteram as autoras o pedido já expendido na exordial, 2 Art. 9º, § 4o : "Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, CONCOMITANTEMENTE à alteração". Av. do Contorno, 9155 – 3º e 11º andar – Bairro Prado – Belo Horizonte – MG – CEP: 30.110-063 Tel: 31-3299-5421 7 no sentido de determinar seja aberto imediatamente o procedimento requerido, visto que o município se omite e indiretamente nega o pleito das concessionárias ao determinar providência que aumenta ainda mais o desequilíbrio, e requerem, em razão dos ofícios recebidos ontem, a suspensão das obrigações neles contidas (ofícios circulares nº 2079/2020/NPT/DPT/AMT/GS) que somente deverão ser exigíveis das autoras após o reequilíbrio econômico financeiro do contrato, o que poderá se dar no bojo do procedimento administrativo cuja abertura foi postulada pelas autoras na petição inicial, ou em outro instrumento à escolha do poder concedente."*

Em Uberlândia, após o indeferimento da tutela antecipada pelo Juízo primevo, foi informada a remessa dos autos à CEJUSC 2º grau para tentativa de mediação/conciliação, sendo o processo suspenso.

Mas, muito embora a ação judicial de Uberlândia tenha sido subscrita pelo mesmo escritório de advocacia que atuou na defesa das empresas de ônibus, autoras da ação judicial em Belo Horizonte, vê-se que, naquela cidade, o trâmite processual, os pedidos e o acordo respeitaram as leis processuais desse país e têm pertinência com as normas contratuais e leis relativas ao serviço concessionário.

Observe que, em Uberlândia, o pagamento é feito diretamente às concessionárias; referem-se aos déficits do sistema apurados nos meses de março, abril, maio e junho de 2020 (conforme indicado e provado na inicial); que o déficit do mês de julho de 2020 seria apurado após homologação do acordo, restando acordado que o Município de Uberlândia abriria competente processo administrativo *"para apuração futura de eventuais déficits nos meses vindouros de agosto a dezembro de 2020"*, dentre outras estipulações importantes à continuidade da prestação dos serviços de transporte coletivo.

O feito foi julgado extinto com julgamento do mérito, mas não houve interposição de embargos declaratórios, muito embora a COVID-19 também fosse incerta naquele município do Triângulo Mineiro.

Em Belo Horizonte, por outro lado, o acordo sobre compras antecipadas de vales transportes não tem qualquer relação com o pedido inicial de subsídio; não tem observância do pedido inicial de suporte financeiro até abril de 2021, sendo o acordo realizado sem prazo final delimitado; não tem relação com as partes envolvidas, uma vez que os consórcios das empresas de ônibus e o seu sindicato são as partes processuais, mas todo o valor ali ajustado é passado à empresa Transfácil, que sequer foi parte nos autos.

Nesse ponto, vale frisar que os depoimentos do Sr. Ralison Andrade, Presidente da empresa Transfácil, e do Secretário da Fazenda, Sr. João Antônio Fleury, confirmam esse repasse realizado em contrariedade ao acordo judicial.

E, como se não bastasse, tem-se no item 6 do acordo judicial a determinação de que *"dos valores determinados nos itens acima, os autores repassarão ao transporte suplementar 10% desde que efetivamente recebidos"*. Ou seja, o dinheiro

de compra antecipada de vales transportes era pago para a empresa Transfácil, que repassaria para as concessionárias de ônibus (únicas autoras da ação judicial, juntamente com o Sindicato SETRABH), mas, até mesmo os permissionários do serviço, os suplementares, são contemplados, ainda que não fossem parte da ação, e prestem serviço ao Município por ato administrativo completamente diverso!

Muito embora o item 9 do acordo mencione que os valores referentes à antecipação de vales transportes serão devidamente ressarcidos ao Município de Belo Horizonte, é completamente omisso quanto à forma, condições e prazo para tanto. Sequer garantia para esse cumprimento foi ajustada no acordo judicial, ou posteriormente nos autos.

Além disso, em nenhum momento, as partes, ao peticionarem nos autos, alegando o cumprimento do acordado, juntam documentação apta a comprovar que os repasses semanais dos valores respeitam os interregnos dos números de passageiros por viagem (como numa métrica de reparação por redução semanal de passageiros). Não nos surpreende o fato de que, em todas as oitivas dos Secretários do Município, e dos representantes das empresas de ônibus e da empresa Transfácil, agente de comercialização e de liquidação das receitas do sistema de ônibus, seja unânime a afirmativa de que os repasses semanais para as empresas ocorreram conforme o tamanho da frota de cada empresa, em total dissonância com o acordado.

É tamanha a falta de delimitação do objeto do acordo que, como já narrado anteriormente, não consta se o cálculo dos repasses semanais seria por dias corridos ou dias úteis.

Tanto que a NOTA TÉCNICA BHTRANS DTP/SUTP/GCETT Nº 006/2021, de 06 de maio de 2021, destaca que análise técnica GCETT/SUTP/DTP, de 18 de dezembro de 2020, demonstrou que a variação do indicador de passageiros por viagens para sábados e domingos não teve, no período analisado, impactos significativos, e, portanto, os finais de semana não deveriam ser considerados no cálculo do acordo judicial, que era justamente para criar faixas de valores com variações que representassem a ocupação média de passageiros antes da pandemia e os desequilíbrios financeiros dela advindos.

Procedendo-se à revisão da apuração da média de passageiros para fins de cálculo do adiantamento de compra de vales transportes, passam a adotar apenas os dias úteis e, a partir de um recálculo dos valores já repassados para todas as semanas, desde 01/12/2020 até 06/05/21, observa-se uma diferença de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) a maior que o devido.

Dentro do dever de autotutela, a BHTrans passa a considerar apenas os dias úteis nas apurações seguintes e informa a realização de descontos devidos nos pagamentos seguintes. Mas, detalhe, a pedido do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte – SETRABH, representando os Consórcios PAMPULHA, BH LESTE, DEZ E COM PEDRO I, fica acertada a devolução em 8 (oito) parcelas. E, sobre os valores da diferença, 10% (dez por cento) serão repassados ao Sistema de Transporte Suplementar de passageiros.

Prosseguindo, *in casu,* é não apenas curioso, mas também ilegal, o fato do acordo judicial, proveniente do ajuizamento de uma ação pelo Sindicato e os consórcios de ônibus contra o Município de Belo Horizonte, culminar no repasse de todos os valores para quem não é parte, uma pessoa jurídica completamente distinta, e as compras antecipadas terem sido realizadas de quem não tem o poder de venda!

Ora, todos os valores do acordo judicial – muito embora ali mencionasse que apenas seria em relação aos repasses de dezembro/2020 – foram feitos para a empresa Transfácil, que é o Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte.

É importante notar, porém, que tanto o Edital de Concorrência Pública 131/2008, quanto o Regulamento dos Serviços de Transporte Coletivo Público e Convencional (Decreto 13.384, de 12 de novembro de 2008) definiram os seguintes papéis para governança das receitas do sistema: o agente comercializador e o agente de liquidação, que são assim definidos:

> *“Cláusula 2a – Das Definições e Art. 3o do Decreto 13.384/2008:*
>
> *AGENTE COMERCIALIZADOR: função exercida pelo CONSÓRCIO OPERACIONAL que consiste da atividade de comercialização e/ou distribuição aos USUÁRIOS (diretamente ou através de terceiros credenciados) dos cartões inteligentes*

de passagens, dos cartões de vale transporte, cartões de benefícios e dos créditos eletrônicos de qualquer ordem e/ou por qualquer mídia ou sistema, responsabilizando-se pela arrecadação dos respectivos valores;

AGENTE DE LIQUIDAÇÃO: pessoa contratada pelas CONCESSIONÁRIAS, que realiza a liquidação das operações de comercialização dos cartões inteligentes de passagens, dos cartões de vale transporte, cartões de benefícios e dos créditos eletrônicos, responsabilizando-se pela custódia e distribuição dos valores apurados entre as CONCESSIONÁRIAS, o PODER CONCEDENTE e o FUNDO GARANTIDOR DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (FGE)"

Tanto a função de agente comercializador quanto a função de agente liquidador são exercidas pelo Consórcio Operacional (Transfácil), por definição contratual reafirmada pelos depoimentos dos sr. Ralison Moura (28 reunião) e João Fleury (32ª reunião).

Apesar do acúmulo das funções de agente comercializador e agente de liquidação pelo Consórcio Operacional, a distinção entre os dois papéis permanece, sendo fundamental sua preservação para a boa gestão das receitas do sistema.

Ao agente de comercialização cabe, dentre outras atribuições, o repasse das receitas ao agente de liquidação, conforme dispõe o art. 44 do Decreto 13.384/2008:

"Art. 44 -São obrigações do AGENTE COMERCIALIZADOR: (...)

IV – repassar ao AGENTE DE LIQUIDAÇÃO as receitas oriundas da comercialização dos créditos eletrônicos e cartões eletrônicos."

E como já dito, ao agente de liquidação cabe realizar a distribuição dos valores devidos aos diversos atores do sistema de transporte coletivo de Belo Horizonte:

"Art. 124 - O AGENTE DE LIQUIDAÇÃO realizará a liquidação das operações de comercialização dos cartões e créditos eletrônicos e outras receitas, responsabilizando-se pela

custódia e distribuição dos valores apurados entre as CONCESSIONÁRIAS, o PODER CONCEDENTE, a BHTRANS e o FGE."

Dessa forma, tendo em vista que só a Transfácil é agente comercializador de vales transportes, a compra de crédito antecipado pelo Município deveria ter sido celebrada com essa empresa, como parte processual, e não com as concessionárias de ônibus, que não têm o papel de vender tais créditos. Ou seja, apenas a Transfácil vende o crédito do vale transporte e apenas ela paga às empresas de ônibus pelo uso.

Como empresa comercializadora, só a Transfácil poderia vender os créditos, então, se os valores foram passados a ela, mas foram comprados das empresas de ônibus, conforme acordado, o Município comprou de quem não tem o poder de venda!

E, não sendo suficiente toda essa manobra para repasses de valores para os consórcios de ônibus de Belo Horizonte, através de um acordo judicial, há também a apresentação de um novo Projeto de Lei para auxílio de transporte coletivo em Belo Horizonte, de autoria do Prefeito Alexandre Kalil.

Até o presente momento, esse PL 229/2021 do qual ainda não pudemos realizar a devida análise, mas, segundo informações noticiadas pela mídia e pelo teor das oitivas do Secretário de Planejamento, Sr. André Reis (25ª Reunião), do Presidente da BHTrans, Sr. Diogo Prosdocimi (27ª Reunião), e do Secretário de Fazenda Sr. João Antônio Fleury (32ª Reunião), o fornecimento de vales transportes será prestado para pessoas em vulnerabilidade social, mulheres vítimas de violência doméstica sob medidas protetivas de urgência e em tratamento de câncer de mama pelo SUS será realizado com créditos já adquiridos pelos aditivos contratuais e pelo acordo judicial.

Contudo, pasmem! Os aditivos contratuais dizem respeito a um contrato específico de fornecimento de crédito de vales transportes para funcionários da administração pública municipal e não podem ter destinação diversa, inclusive em função de sua rubrica na LOA, onde consta benefícios profissionais e plano de saúde ao servidor.

Por sua vez, os créditos de vales transportes decorrentes de compra antecipada do acordo judicial também não possuem a finalidade de atender uma política pública, a ser eventualmente adotada em 2022, com créditos adquiridos no final de 2020 e durante o ano de 2021. Vale frisar que nas LOAS de 2020 e 2021 suas rubricas são de encargos com débitos judiciais, mais especificamente gastos com precatórios de condenação sentencia.

No seu depoimento à essa CPI o presidente da Transfácil (28ª reunião), Sr. Ralison Andrade, confirmou que todo o valor recebido do município entre março/2020 e junho/2021 foi repassado integralmente às empresas sem que houvesse a prestação de serviço, ou seja, as concessionarias em contrariedade ao contrato de concessão receberam antecipadamente pelos créditos que não podem comercializar.

O Secretário de Fazenda afirmou categoricamente que essa dotação, além de ter sido legalmente suplementada, o que ainda não restou provado, foi a única utilizada para esses pagamentos, ou seja, o Município quer usar o produto de uma compra feita com verba de pagamento de sentença judicial para política pública social, em claro desvio de finalidade de verba pública.

É consolidado, jurisprudencial e doutrinariamente, além de expressamente previsto no art. 2º da Lei 4.7171/1965, que a finalidade, como requisito do ato administrativo, é o limite que a lei imprimiu ao ato, dado ao Administrador, sob pena de nulidade pelo desvio de finalidade específica. Havendo qualquer dissonância, o ato é nulo por desvio de finalidade, mesmo que haja relevância social:

> Art. 2º São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de:
>
> (...) e) desvio de finalidade.
>
> Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade observar-se-ão as seguintes normas:
>
> (...) e) o desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

> *Representa, pois, o interesse público a ser atingido, indicado pela lei de maneira explícita ou implícita, sendo vedado ao administrador, em quaisquer hipóteses, escolher outra finalidade a ser atingida pelo ato, ou substituir a prevista em lei*[3].

Não se pode olvidar, ademais, que seria necessária a realização de um novo contrato com a empresa Transfácil, para a aquisição dos vales transportes para a referida política pública. Até mesmo sua implementação por lei, como se pretende fazer, não pode se dar com base em um acordo judicial, mormente quando tem chances reais de ultrapassar o período de vigência dos contratos entre o Poder Público Municipal e as concessionárias.

Em resumo, o município usou, como contrato, uma ação judicial, burlando claramente a lei de licitação, as diretrizes orçamentárias e os princípios norteadores da administração pública, quais sejam legalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O que se questiona com relação à política pública proposta é não apenas sua escolha como melhor alternativa para enfrentamento das consequências sociais e econômicas da pandemia da COVID-19, como também a viabilidade de sua prestação a partir de um acordo judicial que não se prestava a esse fim.

O que se vê, mais uma vez, é a tentativa de se legalizar um repasse de vultosa quantia de dinheiro público a concessionárias do transporte coletivo urbano, valores que ultrapassam o próprio prazo final do contrato, através de política pública, e com respaldo em um acordo judicial inválido.

Há que se investiga, ainda, os motivos do Decreto nº 17.635, de 23 de junho de 2021 que, além de não trazer em sua publicação motivos razoáveis para o ato, parece ter tido a finalidade de consentir com os repasses negociados na justiça que, conforme petição conjunta, teriam que seguir até 30/06/2021.

Outrossim, a revisão do referido acordo, passa pela análise da legalidade e motivação do mesmo, bem como a detida verificação da possibilidade da avença

---

[3] BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de direito administrativo**. 18 ed. São Paulo: Malheiros, 2004. Em resumo, o município usou, como contrato, uma ação judicial, burlando claramente a lei de licitação, as diretrizes orçamentárias e os princípios norteadores da administração pública, quais sejam legalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

nos termos homologados pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que deverá ser realizada pelo Ministério Público.

Os fatos acima descritos podem constituir crime de responsabilidade fiscal e crime de improbidade administrativa que podem ser imputados diretamente ao Prefeito que é signatário da avença e do Projeto de lei que assenta a destinação diversa (PL 229/2021).

4.2. Das ações e/ou das omissões da Prefeitura de Belo Horizonte na condução do planejamento e dos atos de enfrentamento à pandemia.

A partir do tópico em tela, parte-se para a análise de alguns pontos referentes à atuação da Prefeitura de Belo Horizonte no enfrentamento à pandemia da Covid-19. Dentre os diversos assuntos que poderiam ser abordados no que diz respeito ao tema aqui abordado, destacaram-se alguns que foram reiteradamente discutidos ou indagados às autoridades intimadas.

4.2.1. Das medidas restritivas de direitos e de liberdades individuais e econômicas, e sua conformidade com o sistema normativo pátrio;

Em um sistema jurídico-legal fincado em bases que protegem a liberdade e estimulam a livre iniciativa, todas medidas restritivas, limitadoras ou, até mesmo, proibitivas de direitos devem ser tomadas com base em valores que as justifiquem.

Em todo o Brasil, travou-se uma discussão intensa e polarizada, basicamente, entre os que defendiam medidas de distanciamento social no maior grau possível e os que militavam a favor da continuidade da atividade econômica associada a medidas profiláticas possíveis e recomendadas.

Diante da ausência de regramento objetivo em âmbito nacional e da urgência que o risco de propagação descontrolada representava, Estados e Municípios

tomaram a dianteira, baixando atos normativos dentro de seus espectros de competência. Estas medidas variaram de intensidade e abrangência.

A polêmica foi levada ao Supremo Tribunal Federal – STF, na apreciação a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 672, proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que decidiu, liminarmente, nas palavras do Relator Min. Alexandre de Moraes:

> CONCEDO PARCIALMENTE A MEDIDA CAUTELAR na arguição de descumprimento de preceito fundamental, ad referendum do Plenário desta SUPREMA CORTE, com base no art. 21, V, do RISTF, para DETERMINAR a efetiva observância dos artigos 23, II e IX; 24, XII;30, II e 198, todos da Constituição Federal na aplicação da Lei 13.979/20 e dispositivos conexos, RECONHENDO E ASSEGURANDO O EXERCÍCIODA COMPETÊNCIA CONCORRENTE DOS GOVERNOS ESTADUAIS EDISTRITAL E SUPLEMENTAR DOS GOVERNOS MUNICIPAIS, cada qual no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus respectivos territórios, para a adoção ou manutenção de medidas restritivas legalmente permitidas durante a pandemia, tais como, a imposição de distanciamento/isolamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, restrições de comercio, atividades culturais e à circulação de pessoas, entre outras; INDEPENDENTEMENTE DE SUPERVENIENCIA DE ATO FEDERAL EM SENTIDO CONTRÁRIO, sem prejuízo da COMPETÊNCIA GERAL DA UNIÃO para estabelecer medidas restritivas em todo o território nacional, caso entenda necessário.

A presente decisão, que amparou as medidas isoladas de Estados e Municípios, sem prejuízo de possíveis ações gerais e posteriores do Governo Federal, foi confirmada, à unanimidade, pelo Plenário, cujo *decisum* foi assim ementado:

CONSTITUCIONAL. PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19). RESPEITO AO FEDERALISMO. LEI FEDERAL 13.979/2020. MEDIDAS SANITÁRIAS DE CONTENÇÃO À DISSEMINAÇÃO DO VÍRUS. ISOLAMENTO SOCIAL. PROTEÇÃO À SAÚDE, SEGURANÇA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA. COMPETÊNCIAS COMUNS E CONCORRENTES E RESPEITO AO PRINCÍPIO DA PREDOMINÂNCIA DO INTERESSE (ARTS. 23, II, 24, XII, E 25, § 1º, DA CF). COMPETÊNCIAS DOS ESTADOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS PREVISTAS EM LEI FEDERAL. ARGUIÇÃO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. 1. Proposta de conversão de referendo de medida cautelar em julgamento definitivo de mérito, considerando a existência de precedentes da CORTE quanto à matéria de fundo e a instrução dos autos, nos termos do art. 12 da Lei 9.868/1999. 2. A gravidade da emergência causada pela pandemia do coronavírus (COVID-19) exige das autoridades brasileiras, em todos os níveis de governo, a efetivação concreta da proteção à saúde pública, com a adoção de todas as medidas possíveis e tecnicamente sustentáveis para o apoio e manutenção das atividades do Sistema Único de Saúde, sempre com o absoluto respeito aos mecanismos constitucionais de equilíbrio institucional e manutenção da harmonia e independência entre os poderes, que devem ser cada vez mais valorizados, evitando-se o exacerbamento de quaisquer personalismos prejudiciais à condução das políticas públicas essenciais ao combate da pandemia de COVID-19. 3. Em relação à saúde e assistência pública, a Constituição Federal consagra a existência de competência administrativa comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 23, II e IX, da CF), bem como prevê competência concorrente entre União e Estados/Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde (art. 24, XII, da CF), permitindo

> aos Municípios suplementar a legislação federal e a estadual no que couber, desde que haja interesse local (art. 30, II, da CF); e prescrevendo ainda a descentralização político-administrativa do Sistema de Saúde (art. 198, CF, e art. 7º da Lei 8.080/1990), com a consequente descentralização da execução de serviços, inclusive no que diz respeito às atividades de vigilância sanitária e epidemiológica (art. 6º, I, da Lei 8.080/1990). 4. O Poder Executivo federal exerce o papel de ente central no planejamento e coordenação das ações governamentais em prol da saúde pública, mas nem por isso pode afastar, unilateralmente, as decisões dos governos estaduais, distrital e municipais que, no exercício de suas competências constitucionais, adotem medidas sanitárias previstas na Lei 13.979/2020 no âmbito de seus respectivos territórios, como a imposição de distanciamento ou isolamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, restrições de comércio, atividades culturais e à circulação de pessoas, entre outros mecanismos reconhecidamente eficazes para a redução do número de infectados e de óbitos, sem prejuízo do exame da validade formal e material de cada ato normativo específico estadual, distrital ou municipal editado nesse contexto pela autoridade jurisdicional competente. 5. Arguição julgada parcialmente procedente.

Neste diapasão, a Prefeitura de Belo Horizonte editou o Decreto nº 17.304, de 18 de março de 2020, que, em seu art. 1º, suspendeu, por tempo indeterminado, os alvarás de funcionamento emitidos para realização de atividades com potencial de aglomeração de pessoas, em razão da Situação de Emergência em Saúde Pública declarada por meio do Decreto nº 17.297, de 17 de março de 2020.

Em diversos momentos, em especial no período anterior ao processo de vacinação, houve revisões que mitigaram as vedações e outras que as restauraram, embasando-se o Executivo em índices de transmissibilidade, de ocupação de leitos de enfermaria e UTI e, finalmente, de mortes em decorrência da COVID-19.

Durante todo este processo, os critérios adotados foram objeto de acirrados debates, em especial, sob o ponto de vista econômico. Contudo, não se verificou qualquer medida judicial que pusesse, em grau definitivo, pôr cheque a conduta a Municipalidade.

Registre-se, oportunamente, que, embora as restrições de funcionamento tenham variado em grau e no tempo, em nenhum momento foi adotado no em Belo Horizonte o chamado *lockdown*, assim entendido como confinamento, significando estado ou condição daquilo ou daquele que está adstrito, preso, impedido de sair de um espaço limitado.

Conclui-se, portanto, que não foram verificadas situações que extrapolem os limites legais ou que contrariem decisões judiciais, a despeito do açulado debate sobre o tema.

4.2.2. Das medidas de fechamento e suspensão dos Alvarás de Funcionamento e Localização das instituições de ensino da capital.

A Prefeitura de Belo Horizonte sempre que instada a se manifestar quanto ao fechamento das escolas, em todos os níveis, apontou como fundamento critérios de natureza sanitária (e não pedagógicos) e, portanto, que se tratava de obediência às deliberações de Comitê de Enfrentamento à COVID-19, referendadas em Decretos editados pelo Prefeito.

Foi o que ocorreu na oitiva da Secretária Municipal de Educação Ângela Dalben, bem como na inquirição do Secretário Municipal de Saúde.

Escora-se tal entendimento no fato de que, embora frequentado por parcela da população menos suscetível ao desenvolvimento da COVID-19, poderiam tais segmentos atuarem como vetores disseminadores da doença em seus núcleos familiares.

Note-se que a suspensão das atividades escolares foi, inclusive, objeto de Nota de Esclarecimento do Ministério da Educação, através do Conselho Nacional de Educação, o qual, em 18 de março de 2020, assim se manifestou:

> O Conselho Nacional de Educação (CNE), considerando as implicações da pandemia da COVID-19 no fluxo do calendário escolar, tanto na educação básica quanto na educação superior, vem a público elucidar aos sistemas e às redes de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem **em face da suspensão das atividades escolares por conta de ações preventivas à propagação da COVID-19**, o que segue: (Grifo nosso)

Vê-se, portanto, que a suspensão das atividades escolares era medida aventada, também, por parte do Ministério da Educação.

Some-se a isto a **Portaria (Ministério da Educação) nº 343, de 17 de março de 2020**, publicada no DOU de 18/03/2020) que dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19, integralmente reproduzida abaixo:

> PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020
>
> *Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.*
>
> O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e considerando o art. 9º, incisos II e VII, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, resolve:
>
> Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de

educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

§ 1º O período de autorização de que trata o caput será de até trinta dias, prorrogáveis, a depender de orientação do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distrital.

(Grifos nossos)

§ 2º Será de responsabilidade das instituições a definição das disciplinas que poderão ser substituídas, a disponibilização de ferramentas aos alunos que permitam o acompanhamento dos conteúdos ofertados bem como a realização de avaliações durante o período da autorização de que trata o caput.

§ 3º Fica vedada a aplicação da substituição de que trata o caput aos cursos de Medicina bem como às práticas profissionais de estágios e de laboratório dos demais cursos.

§ 4º As instituições que optarem pela substituição de aulas deverão comunicar ao Ministério da Educação tal providência no período de até quinze dias.

Art. 2º Alternativamente à autorização de que trata o art. 1º, as instituições de educação superior poderão suspender as atividades acadêmicas presenciais pelo mesmo prazo.

§ 1º As atividades acadêmicas suspensas deverão ser integralmente repostas para fins de cumprimento dos dias letivos e horas-aulas estabelecidos na legislação em vigor.

§ 2º As instituições poderão, ainda, alterar o calendário de férias, desde que cumpram os dias letivos e horas-aula estabelecidos na legislação em vigor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

Não se evidenciam, portanto, ilicitudes no procedimento de suspensão das atividades presenciais das escolas em Belo Horizonte.

Através o Requerimento de Comissão nº 763/2021, foram efetuados questionamentos acerca dos critérios de ocupação de diversos setores, entre eles a Educação. Ademais foram apresentadas indagações acerca das medidas adotadas na retomada das atividades. Em resposta, enviada através do Ofício SMGO/DALE nº 331, o Secretário Municipal de Saúde assim se expressou:

> *De acordo com relatórios publicados, os fatores que aumentam o risco de infecção por SARS-CoV-2 sob essas circunstâncias incluem:*
>
> *- Espaços fechados com ventilação ou tratamento de ar inadequados dentro dos quais a concentração de fluidos respiratórios exalados, especialmente gotículas muito finas e partículas de aerossol, podem se acumular no espaço aéreo.*
>
> *- Exalação aumentada de fluidos respiratórios se a pessoa infecciosa fizer esforço físico ou levantar a voz (por exemplo, fazendo exercícios, gritando, cantando). • Exposição prolongada a essas condições, normalmente mais de 15 minutos.*

Desta forma, tanto a suspensão das aulas presenciais quanto os critérios de retorno acham-se, com o devido respeito às divergências, respaldados em critérios técnicos e normativos.

4.2.3. Da atuação quanto ao Hospital de Companha:

Com o aumento dos casos de Covid-19, diversos entes públicos procederam à abertura de Hospitais de Campanha, visando ampliar temporariamente a oferta de leitos e de atendimento, em atenção à demanda urgente e excepcional.

Em que pese o cenário de crise decorrente da pandemia e a medida ter sido cogitada, não houve a instalação da infraestrutura de campanha pelo ente municipal.

Embora a questão não tenha sido objeto de questionamento específico, verifica-se das informações prestadas pelo Secretário Municipal de Saúde, Dr. Jackson Pinto, em oitiva perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, realizada no dia 24 de junho de 2021, que o Hospital de Campanha, por sua estrutura diferenciada e simplificada, é voltado a atendimentos de baixa complexidade. Assim, considerando a grande demanda por tratamento em Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) pelos pacientes acometidos pela Covid-19, a gestão municipal optou por proceder à ampliação do número de leitos nos hospitais Odilon Behrens e Metropolitano Dr. Célio de Castro, argumentando, inclusive, que estes permanecerão integrando a estrutura hospitalar municipal mesmo após o enfrentamento do coronavírus.

Nesse sentido, consta também do "Relatório sobre as Ações de Enfrentamento à Covid-19", disponível no portal eletrônico da Prefeitura de Belo Horizonte:

> No nível da atenção hospitalar, para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, o município de Belo Horizonte optou por não adotar a estratégia de abertura de estruturas provisórias, denominadas "hospital de campanha", como vinha sendo realizado em outras capitais do Brasil. Essa decisão partiu de um conjunto de fatores e especificidades que foram analisados.
>
> Em primeiro lugar, o hospital de campanha demanda um aporte elevado de recursos para sua estruturação, e pode ser considerado um investimento "a fundo perdido". O entendimento era de que esse dispêndio de recursos não deixaria um legado assistencial para o SUS da capital.
>
> Além disso, a experiência tem mostrado que os hospitais de campanha têm uma desproporção de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e enfermaria, gerando problemas para internação de casos graves, sendo demandada a transferência

de pacientes, transformando o transporte em saúde em outro sério gargalo nesse momento de crise.

Também, é sabido que Belo Horizonte dispõe de uma rede hospitalar no SUS robusta, a qual, estrategicamente, poderia ser fortalecida e incrementada com a execução de investimentos nos próprios hospitais existentes, trazendo benefícios mais perenes para o município.

Com tais considerações, tendo em vista que houve o aumento da oferta de leitos em hospitais municipais, para garantia do atendimento à pandemia na Capital, não se vislumbra, na hipótese, prejuízo resultante da ausência de instalação de hospital de campanha.

4.2.4. **Da redução de leitos**

Conquanto o Município de Belo Horizonte tenha expandido a oferta de leitos para o tratamento da Covid-19, o quantitativo foi, posteriormente, reduzido, pelo que se tornou objeto de apuração por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Da detida análise, verifica-se que a questão foi tema dos Requerimentos nºs 572/21, 574/21 e 585/21, por meio dos quais, os membros deste CPI, objetivaram, em síntese, obter informações quanto à razão para a baixa no número de leitos no período de novembro/20 a janeiro/21; à divergência nos dados informados pela Prefeitura e ao número mensal de leitos de UTI e de enfermaria habilitados.

Em resposta aos Requerimentos 572/21 e 574/21, a Secretaria Municipal de Saúde prestou informações remetendo ao "*Relatório sobre as Ações de Enfrentamento à Covid-19"*, e, em relação ao Requerimento nº 585/21, apresentou documentos adicionais, cujo acesso, contudo, não foi possível por meio do link indicado.

Da análise do referido relatório, nota-se que, a partir do mês de agosto de 2020, devido à experimentada queda nos índices de ocupação dos leitos exclusivos para Covid-19, houve o aumento da procura por leitos em razão da necessidade de outros tratamentos de saúde. Por esta razão, foi elaborado o planejamento do

processo de reversão de leitos para atendimento a demandas diversas de saúde, com o consequente fechamento de leitos exclusivos para o tratamento da Covid-19. Não obstante, o próprio planejamento estabeleceu a necessidade de a Secretaria Municipal de Saúde retomar a disponibilização dos leitos para Covid, em caso de novo recrudescimento da pandemia.

Desta feita, constata-se que a variação do número de leitos para Covid-19 em Belo Horizonte deveria girar em conformidade com a demanda e a taxa de ocupação de leitos.

Todavia, restou evidenciado que, quando necessário, o Poder Público Municipal enfrentou dificuldades para a ampliação imediata das vagas para internação de Covid-19, em razão da escassez de profissionais disponíveis no mercado e, especialmente, devido à ocupação de leitos também nos serviços de saúde suplementar, impedindo o atendimento de internações por hospitais particulares parceiros a fim de complementar a quantidade disponível na rede pública.

Embora o aumento da taxa de ocupação de leitos no Município neste período, restou evidenciado o interesse e esforço da Prefeitura Municipal em viabilizar a nova abertura dos leitos. Ademais, tem-se que, de modo geral, houve o aumento das vagas e leitos disponíveis no SUS.

4.2.5. <u>Do gerenciamento das vacinas destinadas a Belo Horizonte</u>

No que se refere à verificação da regularidade e da eficiência da atuação da Prefeitura de Belo Horizonte no gerenciamento do estoque e na operacionalização da distribuição de vacinas, registra-se, inicialmente, que o tema foi objeto de 7 (sete) pedidos de informações, formulados mediante os Requerimentos de Comissão nºs 535/21, 625/21, 632/21, 833/21, 865/21 868/21 e 1.099/21.

Outrossim, a questão foi também abordada na oitiva do Dr. Jackson Machado, Secretário Municipal de Saúde por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, em 24 de junho de 2021.

Quanto à gestão do estoque de vacinas, os trabalhos buscaram apurar, inicialmente, a existência de reserva financeira para a eventual possibilidade de aquisição dos imunizantes e, em caso positivo, o valor disponível para tanto.

Em resposta ao Requerimento nº 535/21, a Secretaria Municipal de Saúde sugeriu a consulta às informações constantes do "*Relatório sobre as Ações de Enfrentamento à Covid-19"*, disponibilizado no endereço eletrônico do ente municipal.

Da detida análise do documento, extrai-se que foram discriminados detalhadamente os recursos financeiros para enfrentamento à pandemia, bem como as despesas já realizadas pelo Município.

Embora não se verifique, de forma objetiva, qualquer informação pertinente à existência de reserva financeira para eventual aquisição de vacinas, é possível inferir dos dados a ausência de previsão de recursos com esta finalidade na época em que o Relatório foi elaborado, em maio de 2021, sobretudo diante do contexto de agravamento do cenário de internações, que impôs ao ente municipal a adoção de ações e gastos emergenciais, especialmente no âmbito da disponibilização de leitos e da viabilização dos serviços de atenção à Covid-19.

A Comissão objetivou, ainda, averiguar a grande quantidade de vacinas contra a COVID-19 em estoque em Belo Horizonte, requerendo informações a respeito da média de doses aplicadas por dia no Município e quanto à previsão para aplicação das doses armazenadas.

Neste aspecto, em resposta ao Requerimento nº 632/2021, a Secretaria Municipal de Saúde prestou esclarecimentos, informando, inicialmente, que o Município aderiu ao Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação (PNOV) e que até o dia 18 de junho de 2021 havia recebido 1.691.345 (um milhão, seiscentos e noventa e um mil, trezentos e quarenta e cinco) doses de vacinas, sendo 1.557.168 (um milhão, quinhentos e cinquenta e sete mil, cento e sessenta e oito) distribuídas para as Regionais e 1.424.648 (um milhão quatrocentos e vinte e quatro, seiscentos e quarenta e oito) já aplicadas.

A Secretaria Municipal de Saúde pontuou que as doses até então não distribuídas foram estocadas com a finalidade de assegurar a aplicação da segunda dose e garantir o esquema completo de imunização da população no prazo correto, ressaltando que a medida observou a recomendação do Ministério da Saúde, como estratégia de precaução, após as alterações no cronograma de entrega e consequente atraso na distribuição de novas doses da vacina Coronavac.

As informações prestadas pelo Secretário Jackson Pinto, em oitiva realizada no dia 24 de junho de 2021, corroboram a informação de que não há vacinas estagnadas em estoque no Município, mas apenas a reserva de doses para garantir a aplicação da segunda etapa do esquema de imunização, seguindo recomendação do Ministério da Saúde.

Em relação às doses registradas como distribuídas às Regionais e ainda não aplicadas, restou elucidado pela Secretaria Municipal de Saúde que a quantia de 20.661 (vinte mil, seiscentos e sessenta e um) já estava em processo de aplicação na data de 18 de junho de 2021 e que houve o registro da perda operacional de 111.859 (cento e onze mil, oitocentos e cinquenta e nove) doses. Quanto ao ponto, destacou-se, ainda, que, na ocasião, as perdas correspondiam a 6,6% do quantitativo total recebido pelo Município, patamar inferior ao percentual estimado no PNOV, ajustado em 10%.

No que tange à operacionalização da distribuição de vacinas, a Comissão de Inquérito visou apurar informações quanto à perda técnica de vacinas no Município e a razão pela qual não foram adotados mecanismos para utilização de doses remanescentes, bem como quanto à existência de planejamento e estratégias para reduzir o desperdício, incluindo o treinamento de profissionais da saúde.

Objetivou-se, ainda, verificar o cronograma de vacinação de gestantes, puérperas e de estudantes da área da saúde e, por fim, esclarecer se há a

possibilidade de escolha da vacina pelo cidadão e qual o embasamento para escolha das faixas etárias/grupos direcionados a cada tipo de vacina.

Em resposta ao Requerimento nº 865/21, a Secretaria Municipal de Saúde informou as estratégias adotadas com vistas a reduzir as perdas físicas - resultantes de problemas de armazenagem conservação e transporte das vacinas - e técnicas, decorrentes da administração após a abertura dos frascos, esclarecendo que a utilização de doses remanescentes, denominada de “xepa” foi adotada no Município na primeira etapa de vacinação, quando os públicos prioritários eram idosos e grupos específicos com comorbidades, pois, a partir dos perfis incluídos para vacinação era possível aos Centros de Saúde identificar usuários enquadrados e, após o horário regular de atendimento nos postos, proceder à vacinação de forma ativa com as doses remanescentes.

Pontuou-se, ademais, que o Município realiza treinamento continuado das equipes de saúde que atuam na vacinação, destacando que o percentual de perdas físicas e técnicas encontra-se dentro do quantitativo previsto no Plano Nacional.

Quanto à imunização a grupos específicos, o Município reiterou a observância às orientações do Ministério da Saúde e da Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais.

A imunização de gestantes e puérperas foi temporariamente suspensa e posteriormente retomada, sendo que, a partir da ulterior permissão para a vacinação desse público, a priorização foi planejada em conjunto com a Secretaria Estadual de Minas Gerais, conforme consta das informações prestadas em resposta ao Requerimento nº 625/21.

Da mesma maneira, em resposta ao Requerimento nº 868/21, o Poder Executivo Municipal elucida que a imunização de estudantes da área da saúde foi direcionada àqueles inseridos em estágio hospitalar, na atenção básica, em clínicas ou laboratórios, matriculados em instituições de ensino situadas no Município,

mediante apresentação de declaração da respectiva instituição, independentemente do período do curso.

A propósito, a Secretaria Municipal de Saúde explicitou que as etapas de imunização seguem o PNOV e que todas as vacinas nele incluídas são consideradas efetivas e seguras para a população geral adulta, razão pela qual são disponibilizadas em atenção apenas à quantidade de doses recebidas pelo Município e ao público a ser abrangido em cada etapa, não sendo facultada a escolha de vacina específica pelo cidadão.

No que concerne ao tópico em apreço, a documentação que instruiu os trabalhos desta Comissão não evidencia a existência de irregularidades nos processos de estoque, distribuição e aplicação das vacinas no Município, sobretudo porque gerenciados em estrita observância às diretrizes do PNOV.

Ademais, urge salientar que apesar de as informações divulgadas na mídia indicarem a existência de negociação do Município de Belo Horizonte para aquisição direta da vacina Sputink, restou demonstrado que, embora o interesse inicial, a pretensão não se efetivou, em consonância com as informações apuradas na oitiva do Secretário Jackson Pinto.

4.2.6. Do COMITÊ Covid-19

Com o advento da pandemia da covid-19, uma das medidas adotadas pelo Prefeito Alexandre Kalil foi a de editar o Decreto nº 17.298 de 17 de março de 2.020, que em seu art. 2º instituiu o Comitê de Enfrentamento à Epidemia do COVID-19, de caráter deliberativo com competência extraordinária para acompanhar a evolução do quadro epidemiológico do novo Coronavírus, além de adotar e fixar medidas de saúde pública necessárias para a prevenção e o controle do contágio e o tratamento de pessoas afetadas.

De acordo com o § 1º, o Comitê deveria ser coordenado pelo Secretário de Saúde e tendo como membros, Estevão Urbano Silva, Presidente da Sociedade Mineira de Infectologia; Carlos Ernesto Ferreira Starling, infectologista membro das Sociedades Mineira e Brasileira de Infectologia e Unaí Tupinambás, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

Muito se especulou quanto as reais atribuições do Comitê e quanto a natureza de suas deliberações, e, com o intuito de se esclarecer a questão foi apresentado o Requerimento de Comissão nº 1336/2021, onde se solicita: 1) Favor enviar as atas das reuniões do Comitê de Enfrentamento à pandemia da Covid-19 realizadas em 2020 e 2021. 2) Como são tomadas as decisões do Comitê de Enfrentamento à pandemia da Covid-19? 3) Os membros do Comitê de Enfrentamento à Pandemia da Covid-19 são agentes públicos? 4) De quem é a responsabilidade pelas ações determinadas pelo Comitê de Enfrentamento à pandemia da Covid-19?

A resposta a estes questionamentos foi encaminhada a esta comissão pelo Ofício SMSA/DALE nº 0891/2021, datado de 22 de outubro de 2.021, cujo signatário o Secretário de Saúde Jackson Machado esclarece que:

> "**Favor enviar as atas das reuniões do Comitê de Enfrentamento a pandemia da COvid-19 realizadas em 2020 e 2021**"
>
> A sistemática de funcionamento do Comitê de Enfrentamento a Pandemia por COVID-19 em Belo Horizonte não torna obrigatória a elaboração das atas de suas reuniões, até pelo fato de se tratar de um comitê de caráter consultivo. As medidas a serem implementadas decorrentes das discussões do referido Comitê são oficializadas, no âmbito da Prefeitura de Belo Horizonte, por meio dos instrumentos legais inerentes a administração pública, prioritariamente Decretos, Portarias e comunicados específicos. Os decretos e Portarias estão todos disponíveis no portal www.pbh.gov.br/coronavirus. Quanto aos

comunicados encaminhamos em anexos vários exemplos dos mesmos.

"Como são tomadas as decisões do Comitê de Enfrentamento à pandemia da COVID-19?"

As decisões para o estabelecimento das recomendações são tomadas por consenso, após discussões virtuais e/ou presenciais, sob condução do Secretário Municipal de Saúde, coordenador do referido Comitê.

"Os membros do Comitê de Enfrentamento à pandemia da COVID-19 são agentes públicos?"

Além do Coordenador, o Secretário Municipal de Saúde, portanto, agente público, os demais membros do Comitê são profissionais médicos com notório conhecimento na área, não necessariamente agentes públicos e que atuam de forma voluntária, sem nenhum ônus para o município.

"De quem é a responsabilidade pelas ações determinadas pelo Comitê de Enfrentamento à pandemia da COVID-19 ?"

Em primeiro lugar é importante reiterar que o caráter do Comitê é consultivo e não deliberativo, ou seja, não tem a prerrogativa de determinar e sim recomendar medidas e ações. A responsabilidade de implementação das medidas recomendadas e acatadas se dá por meio da estrutura organizacional e administrativa da PBH de acordo com as características e especificidades de cada uma."

A resposta encaminhada pelo Secretário de Saúde chama a atenção para dois aspectos do questionamento:

Primeiro, ao afirmar que o Comitê apresenta caráter meramente consultivo e não deliberativo, não tendo a prerrogativa de determinar a pratica de atos, apenas de recomendar sua adoção, o Ilustre Secretário nega validade ao Decreto nº 17.298/2020, de lavra do Prefeito Alexandre Kalil, que em seu art. 2º dispõe que:

"Art. 2º – Fica instituído o Comitê de Enfrentamento à Epidemia do COVID-19, ***de caráter deliberativo****, com competência extraordinária para acompanhar a evolução do quadro epidemiológico do novo Coronavírus,* ***além de adotar e fixar medidas de saúde pública necessárias para a prevenção e o controle do contágio e o tratamento das pessoas afetadas****.*

§ 1º – O Comitê será coordenado pelo Secretário Municipal de Saúde e terá como membros convidados:

I – Estevão Urbano Silva, Presidente da Sociedade Mineira de Infectologia;

II – Carlos Ernesto Ferreira Starling, Infectologista membro das Sociedades Mineira e Brasileira de Infectologia;

III – Unaí Tupinambás, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

§ 2º – Poderão ser convidados para participar da reunião, a juízo dos membros, com o objetivo de contribuir com informações a respeito da matéria objeto do convite, especialistas e representantes de outros órgãos e entidades públicas ou privadas." (destacamos)

Percebe-se que o Secretário forneceu informações imprecisas a esta Comissão, distorcendo a realidade dos fatos no claro intuito de sonegar informações, ou antes, de encobrir os atos praticados pelo Comitê de notáveis constituído pelo Prefeito Alexandre Kalil.

No mínimo o que se constata foi a usurpação dos poderes atribuídos ao Comitê de Enfrentamento por parte dos agentes públicos que instituíram as medidas de enfrentamento à Covid.

A inconsistência da fala do Secretário é demonstrada pelos depoimentos prestados perante esta Comissão pelas testemunhas ouvidas, as quais foram unanimes ao esclarecer que as medidas de enfrentamento foram decididas exclusivamente pelos membros do Comitê, a saber:

Célio Bouzada, ex Presidente da BHTrans, em depoimento prestado em 08/07/2021 afirmou que todas as suas decisões foram pautadas pelas orientações emanadas do Comitê de enfrentamento;

Angela Dalben, Secretária Municipal de Educação, em depoimento prestado em 22/07/2021 esclareceu que: "que é seguido o matriciamento de riscos criado pelo comitê, explicando que índices entre 81 e 90% possibilitam o retorno do Ensino Médio e, a partir de 91 %, do Ensino Superior."

Perguntada se a Secretária faria algo do que havia sido determinado pelo comitê, visto que a feira hippie de Belo Horizonte, por exemplo, já estava funcionando. A Secretária respondeu que apesar de defender a escola, a metragem das salas é um fator limitante e que concorda com as diretrizes do comitê.

Adalclever Ribeiro Lopes, Secretário Municipal de Governo, declarou em depoimento prestado em 14/10/2021 que todas as decisões relativas à pandemia foram tomadas pelo Comitê Covid, não tendo atuado em nenhuma destas decisões.

Infere-se, portanto, de forma cristalina, que a competência do Comitê de Enfrentamento era e foi muito maior do que quiseram fazer crer o Secretário Municipal de Saúde e o Dr Carlos Starling, restando evidenciado que faltaram com a verdade perante esta comissão.

Segundo, causa espécie a afirmação do Secretário de Saúde, segundo a qual *“A sistemática de funcionamento do Comitê de Enfrentamento a Pandemia por*

COVID-19 em Belo Horizonte não torna obrigatória a elaboração das atas de suas reuniões, até pelo fato de se tratar de um comitê de caráter consultivo." .

Como dito alhures e segundo se constata da regra do *caput* do art. 2º do Decreto nº 17.298/2020, o Comitê de Enfrentamento era muito mais do que reles consultor da administração municipal, suas atribuições iam muito além, pois o Colegiado constituído pelo Prefeito foi o gestor da crise advinda da pandemia do Covid 19, responsável pela definição das políticas públicas de enfrentamento da crise sendo que dele emanaram todos os atos administrativos praticados.

Basta uma simples consulta ao *site* da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para se constatar que foram editadas Notas Técnicas pelo Comitê de Enfrentamento, não sendo crível que as deliberações procedidas não tenham sido objeto de registro.

Tal sonegação viola o princípio da publicidade do ato administrativo e ainda, coíbe a Câmara Municipal e os demais órgãos de controle, de exercitar seu poder/dever de fiscalização.

A Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, em seus artigos 15 e 30 dispõe que:

> *"Art. 15 - A atividade de administração pública dos Poderes do Município e a de entidade descentralizada obedecerão aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e razoabilidade.*
>
> *§ 1º - A moralidade e a razoabilidade dos atos do Poder Público serão apuradas, para efeito de controle e invalidação, em face dos dados objetivos de cada caso.*
>
> *§ 2º - O agente público motivará o ato administrativo que praticar, explicitando-lhe o fundamento legal, o fático e a finalidade.*
>
> *(...)*

> *Art. 30 - Para registro dos atos e fatos administrativos, o Município terá livros, fichas ou outro sistema, convenientemente autenticados, que forem necessários aos seus serviços."*

Percebe-se que a ausência de registro das deliberações do Comitê de Enfrentamento ao Covid-19, violam as normas que vinculam o ato administrativo de forma geral e, em especial o que dispõe a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

Como se não bastasse, a Lei nº 9.784/1999 que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, aplicável no caso de forma subsidiária ao Município de Belo Horizonte, dispõe em seus artigos 2º e 50 que:

> "Art. 2o A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
>
> Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:
>
> I - atuação conforme a lei e o Direito;
>
> II - atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;
>
> III - objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;
>
> IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;
>
> V - divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII – observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;

X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

XI - proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

XII - impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;

XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

(...)

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

II - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;

IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;

> V - decidam recursos administrativos;
>
> VI - decorram de reexame de ofício;
>
> VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;
>
> VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.
>
> § 1o A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.
>
> § 2o Na solução de vários assuntos da mesma natureza, pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados.
>
> § 3o A motivação das decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais constará da respectiva ata ou de termo escrito.”

Perceba-se, pois, que, a informalidade adotada na condução do Comitê de Enfrentamento ao Covid 19, informalidade esta confessa, é inadmissível do ponto de vista do direito e viola expressa disposição legal, impondo aos responsáveis as sanções legais cabíveis.

O princípio da publicidade vem do dever de divulgação oficial dos atos administrativos.

Encarta--se, pois, no livre acesso dos indivíduos a informações de seu interesse e de transparência na atuação administrativa.

Como os agentes públicos atuam na defesa dos interesses da coletividade, a proibição de condutas sigilosas e atos secretos é um corolário da natureza funcional de suas atividades. Portanto, a publicidade dos atos administrativos constitui medida voltada a exteriorizar a vontade da Administração Pública divulgando seu conteúdo para conhecimento público; tornar exigível o conteúdo do ato; desencadear a produção de efeitos do ato administrativo; e permitir o controle de legalidade do comportamento.

Tanto é que a Constituição da República preconiza em seu art. 5º, XXXIII, XXXIV e LXXII:

> “XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;
>
> XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:
>
> a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
>
> b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;
>
> (...)
>
> LXXII - conceder-se-á "habeas-data":
>
> a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
>
> b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;”

Noutro norte, cumpre ser destacado ainda a informação trazida à baila durante o depoimento do Dr. Carlos Starling.

Segundo se apurou, o Dr. Carlos Starling e o Dr. Estevão Urbano integram os quadros da Associação Mineira de Epidemiologia e Controle de Infecções, a qual prestou consultoria especializada a escolas particulares durante o enfrentamento a Covid 19, de forma a se adequarem aos novos protocolos e métricas de distanciamento estabelecidas.

Causa espécie a afirmação do depoente de que não se caracteriza o conflito de interesses, por não terem ele e o Dr Estevão Urbano sido os signatários da consultoria.

Ora, se a consultoria foi prestada por pessoa jurídica é evidente o conflito de interesses porquanto a Lei de Improbidade dispõe:

> "Art. 9° Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1° desta lei, e notadamente:
>
> (…)"

O art. 9 é claro ao dizer que a vantagem pode ser tanto direta quanto indireta. Desta forma, o fato da AMECI possuir em sua diretoria dois membros que também pertencem ao comitê de enfrentamento à epidemia da covid-19 é um fato que causa claro conflito de interesse.

Estamos diante de uma situação na qual o comitê cria um protocolo próprio para as escolas retomarem suas atividades e dois membros desse comitê também integram a diretoria de uma associação, que vende consultorias para que as escolas se adequem ao protocolo criado por eles.

O conflito de interesses é claro, inclusive podendo ser apurado como falta ética dentro do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais, bem como apuração de eventuais atos ilegais pelas autoridades competentes.

O fato de o trabalho prestado pelos integrantes do Comitê de Enfrentamento não ser remunerado, não os isenta de responsabilidade e muito menos os descaracteriza como agentes público, tendo em vista que estão prestando serviços para a administração pública.

O art. 2° da lei de improbidade administrativa é claro ao dizer que:

> Art. 2° Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Percebe-se, pois, que a atuação do Comitê de Enfrentamento, quanto a sua forma, se deu em flagrante violação ao ordenamento jurídico.

Ante a inexistência de qualquer registro das deliberações do Comitê é impossível de ser realizada qualquer forma de controle de legalidade dos atos praticados, e mesmo se realmente as deliberações realmente ocorreram e que os atos praticados se revestem de legitimidade e legalidade.

O entendimento do TJMG quanto a matéria é o seguinte:

> “EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO VOLUNTÁRIO POR OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL - INOCORRÊNCIA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - OBRIGAÇÃO DE FAZER - PORTAL ELETRÔNICO

DA TRANSPARÊNCIA - ACESSO À INFORMAÇÃO - DIREITO FUNDAMENTAL DE QUARTA GERAÇÃO - PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI FEDERAL Nº 12.527/2011 E LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL - ISENÇÃO DO ENTE PÚBLICO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS - COGÊNCIA DO ARTIGO 10, I, DA LEI ESTADUAL Nº 14.939/2003 - RECONHECIMENTO - SENTENÇA CONFIRMADA EM REEXAME NECESSÁRIO - RECURSO VOLUNTÁRIO PREJUDICADO.

1. São requisitos da apelação, entre outros, a exposição do fato e do direito que censuram os supostos vícios da sentença, bem como as razões do pedido de sua reforma, possibilitando ao Juízo ad quem o exame do inconformismo. Se a parte ataca os fundamentos da sentença, pugnando por sua reforma, deve a preliminar de não conhecimento do recurso por ofensa ao princípio da dialeticidade recursal ser rejeitada.

2. A informação constitui direito fundamental de quarta geração assegurada ao cidadão, sendo a publicidade dos atos administrativos uma das formas de efetivação dessa garantia de ordem constitucional.

2. Em cumprimento ao princípio da publicidade (artigo 37, caput, da CF/1988), está a Administração Pública obrigada a promover e regularizar "PORTAL DA TRANSPARÊNCIA", com acesso público, de modo a disponibilizar todas as informações de interesse público, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011, Decreto Federal nº 7.724/2012 e da Lei Complementar nº 101/2000."

3. O Ente Público é isento do pagamento das custas e despesas processuais, na forma do artigo 10, I, da Lei Estadual nº 14.939/2003. (TJMG - Ap Cível/Rem Necessária

1.0021.18.001083-3/001, Relator(a): Des.(a) Elias Camilo , 3ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/2021, publicação da súmula em 27/04/2021)

A inobservância da forma quando da pratica do ato administrativo pode culminar com a declaração de sua nulidade. *In casu*, a declaração de nulidade dos atos praticados durante o enfrentamento da pandemia pode culminar na responsabilização da municipalidade por todos os danos materiais decorrentes das medidas adotadas.

Do ponto de vista legal, corre-se o risco de geração de um passivo jurídico passível de comprometer o erário municipal, mormente as medias restritivas adotadas.

O que se poder observar do Comitê Covid 19 da PBH é que não há níveis de governança e tampouco interlocução institucional para tomadas de decisões tão importantes para a cidade durante a pandemia, limitando-se à opinião de três médicos, em processos sigilosos de tomadas de decisões.

Nunca se deu publicidade, sequer periódica de relatórios das reuniões e suas conclusões. Não se sabe se os relatórios são técnicos, quais os estudos e dados que embasaram as decisões, sequer interlocução com Ministério Público, Ministério Público do Trabalho, Câmara Municipal, Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ou Defensoria Pública têm-se menção, como aconteceu no Estado.

O único órgão deliberativo é o Comitê Covid, sem outra instância de revisão, ou participação constante do Secretariado do Município, com eventual poder de voto. Não há gravação das reuniões, como confessado pelo infectologista Carlos Starling e pelo Secretário de Saúde, dr. Jackson Machado. Não se exige a publicação dos registros ou atas, mas, sim, a sua existência, para eventual necessidade de conferência da legalidade e fundamentação idônea das medidas de combate à pandemia, adotadas no Município de Belo Horizonte.

Importante observar que a atuação do Comitê Covid do Município atuou em desconformidade com o Decreto Estadual 47.886, de 15 de março de 2020, com as

das disposições constantes na ADI 6341 do STF, com as determinações do art. 2º, § 1º, da Lei 13979/20 e com o Decreto NE Estadual nº 113, de 12 de março de 2020.

5. CONCLUSÃO; INDICIAMENTOS E ENCAMINHAMENTOS

5.1. CONCLUSÃO

Ao chegar ao final de todo exposto, quero me aliar aos que entendem que para se indiciar alguém, é necessário a comprovação do dolo, ou da vontade da prática delitiva ou consciência do procedimento adotado.

Nessa linha de raciocínio, vejamos o que dispõe a Lei 8.429/92 acerca da improbidade administrativa:

> *Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelará a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.*
>
> ***§ 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei**, ressalvados tipos previstos em leis especiais.*
>
> *§ 2º Considera-se **dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito** tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente.*
>
> ***§ 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.***

Improbidade administrativa, portanto, deve ser entendida como toda conduta qualificada (comissiva ou omissiva) do agente (público, particular ou equiparado) que gere enriquecimento ilícito, cause lesão ao erário, viole princípios basilares da Administração e os decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.

Outrossim, a mera interpretação divergente não gera a improbidade, nos termos do parágrafo 8º da Lei em comento:

> *§ 8º Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de **divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada**, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.*

Mas os fatos apurados não ficam impunes, conforme a regra do artigo 7º da mesma lei, *verbis*:

> *Art. 7º Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos **representará ao Ministério Público competente**, para as providências necessárias.*

Deixo claro as três hipóteses de improbidade descritas na legislação, especialmente o caput dos artigos 9º; 10 e 11:

> *Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, **qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo**, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:*

> *Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário* ***qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres*** *das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:*
>
> *Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a* ***ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade****, caracterizada por uma das seguintes condutas:*

A improbidade administrativa, em sede superior, é prevista no § 4º do art. 37 da Constituição Federal de 1988, estabelecendo a Lei Fundamental que "os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível".

O § 4º do art. 37 da CF/1988, por ser norma de eficácia limitada, foi regulamentado pela Lei Federal n. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa - LIA), conhecida como "Lei do Colarinho Branco", estabelece quatro tipos de atos ímprobos: a) que importem enriquecimento ilícito (art. 9º); b) que causem prejuízo ao erário (art. 10); c) os decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário (art. 10-A); e d) que atentam contra os princípios da Administração Pública (art. 11).

Se analisados em detalhes o texto da LIA e a norma do § 4º do art. 37 da CF/1988, a conclusão é que o arcabouço jurídico brasileiro não possui um conceito de improbidade administrativa. Juridicamente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) traz duas versões sobre a conceituação de ato de improbidade administrativa: uma restritiva (RESP. 1.558.039/PE) e outra elástica (RESP. 1.177.910/SE).

No julgamento do Resp. 1.558.039/PE, a Colenda Corte de Justiça Brasileira, adotando uma concepção restritiva e agasalhando somente as figuras ímprobas capituladas dos artigos 9º e 10 da LIA, assinala que ato improbo é aquele

que causa lesão ao erário ou que gere enriquecimento ilícito do agente ou de terceiros. Em outra ocasião, o Tribunal de Cidadania, quando do julgamento do Resp. 1.177.910/SE, trouxe um conceito mais amplo de improbidade administrativa, sedimentando que ato improbo é todo aquele que, além de causar lesão ao erário (art. 10 da LIA) e enriquecimento ilícito (art. 9º da LIA), viole princípios basilares da Administração Pública (art. 11 da LIA).

O conceito ampliativo deve prevalecer, estendendo-se, contudo, a conceituação para agasalhar a conduta improba capitulada no art. 10-A LIA, ou seja, deve ser considerado também ato de improbidade administrativa quaisquer atos decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.

Improbidade administrativa, portanto, deve ser entendida como toda conduta qualificada (comissiva ou omissiva) do agente (público, particular ou equiparado) que gere enriquecimento ilícito, cause lesão ao erário, viole princípios basilares da Administração e os decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.

Visando uniformizar seus entendimentos, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) apresentou tese referente a responsabilidade objetiva do agente em ações de improbidade administrativa, sacramentado que “é inadmissível a responsabilidade objetiva na aplicação da Lei 8.429/1992, exigindo-se a presença de dolo nos casos dos artigos 9º e 11 (que coíbem o enriquecimento ilícito e o atentado aos princípios administrativos, respectivamente) e ao menos de culpa nos termos do artigo 10, que censura os atos de improbidade por dano ao Erário”.

Aqui, ainda que não mencionado na tese em evidência, de afirmar que os atos de improbidade administrativa decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário (art. 10-A da LIA), por força de entendimento jurisprudencial do próprio Tribunal de Cidadania, também somente restarão caracterizados se presente o elemento volitivo doloso do agente (STJ - RESP. 1.036.229/PR - MIN. DENISE ARRUDA - 1ªT - DJE 2/2/2010).

A tese em referência, quanto à indispensabilidade do elemento volitivo doloso para fins de configuração e responsabilização do agente por atos de improbidade administrativa previstos nos artigos 9º, 10-A e 11 todos da LIA é acertada. Contudo, a possibilidade de responsabilização culposa do agente por atos de improbidade administrativa que causem prejuízo ao erário público (art. 10 da LIA) deve ser revisto pelo Tribunal de Cidadania.

Explica-se.

Cediço que o objetivo da Lei Federal n. 8.429/1992 (LIA) não é penalizar o agente inábil, despreparado e incompetente, mas, sobremodos, aquele desonesto que afronta a moralidade administrativa causando danos ao erário, enriquecendo-se ilicitamente, concedendo ou aplicando indevidamente benefício financeiro ou tributário e atentando contra princípios administrativos (STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO NO RESP. N. 778.907-MT - REL. MIN. HERMAN BENJAMIN - 2ªT – DJE: 25/5/.2016 e TJMG - AC N. 1.0713.14.001418-2/001 - REL. DES. ÂNGELA DE LOURDES RODRIGUES - 8ªCC – DJMG: 16/3/2016).

Se a finalidade precípua da norma é punir agentes desonestos, não se pode, já num primeiro momento, conceber que uma pessoa seja penalizada, com sanções gravíssimas, por descuido, inabilidade ou desconhecimento que causem prejuízo ao erário: o conceito de improbidade administrativa está diretamente relacionado a qualquer ato do agente contrário à honestidade, à boa-fé, à honradez, à correção de atitude.

No âmbito das ações regidas pela LIA, o dolo deve ser entendido como a vontade consciente do agente de aderir, realizar ou anuir com o tipo vedado, produzindo resultados contrários ao Direito ou, ainda, a simples anuência aos resultados contrários à lei, sendo irrelevante a finalidade específica do ato (STJ - AGRG NO RESP. 1214254/MG - 2ªT – JULG.: 15/2/2011 – DJE: 22/2/2011).

A culpa capaz de configurar um ato de improbidade administrativa deve ser aquela considerada grave, ou seja, consciente, denotando indícios de conduta dolosa, não se prestando aquela caracterizadora de agente inábil (TJMG - AC 1.0267.05.930497-7/001 - REL. DES. BRANDÃO TEIXEIRA - DJE 11/11/2005).

A culpa grave, consagrada pela jurisprudência pátria e para fins de penalização do agente improbo, deve ser equiparada ao dolo, na medida em que a incursão de qualquer agente nas gravíssimas sanções previstas na LIA exige que a conduta se dê com a consciência da ilicitude (TJMG - AC 0499.06.001480-4/001 - REL. ALMEIDA MELO – JULG.: 4/10/2007), Dolo e culpa, em casos de improbidade administrativa, equivalem-se: o dolo e a culpa para fins de responsabilização do agente exigem que a conduta (comissiva ou omissiva), independentemente do fim almejado, tenha se dado com o objetivo de aderir, realizar ou anuir a uma prática improba.

E se o raciocínio anterior é correto, não se pode dizer que se mostra possível a configuração e punição de qualquer ato de improbidade por culpa, mas, tão somente, quando existente o elemento volitivo doloso do agente, ainda que seja um ato improbo que cause prejuízo ao erário (art. 10 da LIA).

Assim, ainda que fixado entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em sentido contrário, o elemento volitivo doloso também deve ser estendido aos atos de improbidade administrativa que causem danos ao erário (art. 10 da LIA), pena de, em contradição ao próprio enunciado, restar consagrada responsabilidade objetiva repelida no ordenamento jurídico brasileiro.

Os atos de improbidade administrativa causadores de prejuízos ao erário (art. 10 da LIA) são aqueles provenientes de conduta (comissiva ou omissa, dolosa ou culposa) que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação de bens ou haveres da Administração pública ou outras entidades referidas no artigo 1º da Lei Federal n. 8.429/1992 (LIA).

Os verbos nucleares constantes nos incisos I (facilitar ou concorrer), II (permitir ou concorrer), III (doar), IV (permitir ou facilitar), V (permitir ou facilitar), VI (realizar), VII (conceder), VIII (frustrar), IX (ordenar ou permitir), XI (liberar), XII (permitir, facilitar e concorrer), XIII (permitir), XIV (celebrar), XV (celebrar), XVI (facilitar ou concorrer), XVII (permitir e concorrer), XVIII (celebrar), XX (liberar) e XXI (liberar) todos do artigo 10 da LIA são comissivos, ou seja, exige do agente uma atuação positiva, enfim, uma vontade livre e consciente.

Seria ilógico imaginar que um agente pudesse permitir, facilitar ou concorrer para que terceira pessoa enriqueça ilicitamente em razão de frustração de processo licitatório sem ter a intenção de produzir esse resultado vedado pela lei.

Com efeito, as condutas previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XX, XXI do art. 10 da LIA somente restarão configurados se o agente agir com vontade livre e consciente (dolo) de praticar o ato de improbidade proibido por lei.

Igual entendimento deve ser aplicado as figuras ímprobas previstas nos X e XIX do art. 10 da LIA que utilizam a expressão “agir negligentemente”, dando a impressão de que a conduta improba do agente se caracteriza pelo elemento volitivo culposo.

O “agir negligentemente” para fins de configuração de ato de improbidade administrativa, constante nos incisos X e XIX do art. 10 da LIA, não exige simplesmente que o agente aja com negligência, sendo imprescindível que, além de ser desleixado e desatento no exercício de suas funções, aja com fim especial de não arrecadar tributos e rendas e não preservar do patrimônio público e com fins específicos e dirigidos de não celebrar, fiscalizar e analisar prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública.

E se o agente age com fim especial de violar as regras dos incisos X e XIX do art. 10 da LIA, a toda evidência, não se está falando de culpa, mas, à notoriedade, de elemento volitivo doloso, ou seja, aquele em que o agente quer o resultado ou assume o risco de produzi-lo, donde ressai ser inimaginável que alguém possa ser desleal ou desonesto sem querer.

Os conceitos de probidade e improbidade exigem o querer, o agir, a vontade do agente (STJ - RESP. 765.212/AC – REL. MIN. MAURO CAMPBELL - PUBL.: 16/11/2015), em especial considerando-se que ilegalidade e improbidade não são situações ou conceitos intercambiáveis: nem toda ilegalidade deve ser considerada improba (STJ - AGRG NO ARESP 768.394/MG - REL. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES - 2ªT – JUL.: 5/11/2015 - DJE 13/11/2015).

A improbidade administrativa é ilegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente que tenha agido dolosamente e, ao menos, com culpa grave, esta equiparada ao dolo. Negligência, imprudência e imperícia, ainda que consideradas condutas irregulares, não são suficientes para ensejar a punição por improbidade administrativa (STJ - AGRG NO ARESP 21.662/SP - REL. MIN. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - 1ªT – JULG.: 7/2/2012 – DJE: 15/2/2012).

Parece, diante as ponderações e demonstrações anteriores, correto afirmar que os atos de improbidade administrativa que causem prejuízo ao erário (art. 10 da LIA) também só restarão configurados se o agente agir com dolo, ou seja, que tenha a intenção ou assuma o risco de causar prejuízo ao erário.

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR - AC 0006105-70.2015.8.16.0058 - REL. DES. ASTRID MARANHÃO CARVALHO RUTHES - 4ªCC - JULG.: 11/6/2019), em constante evolução jurisprudencial, tem entendido ser vedada a responsabilização do agente por culpa no caso de cometimento de ato de improbidade administrativa do art. 10 da LIA ao fundamento de que a norma jurídica em menção restou alterada com a edição da Lei Federal n. *13.655/2018 que incluiu no Decreto-Lei n. 4.657/1942.*

A decisão é de vanguarda e acertada.

O Decreto-lei n. 4.657 de 4/9/1942 (Lei de Introdução de Normas de Direito - LINDB), com as alterações dadas pela Lei Federal n. 13.655/2018, preceitua que o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

Regulamentando a LINDB, o Decreto n. 9.830 de 10/6/2019 estabelece, em seu art. 12, que o agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões técnicas se sua conduta (comissiva ou omissiva) se der com dolo (direito ou eventual) ou por erro grosseiro, conceituado este como sendo o praticado com culpa grave.

Além disso, a LINDB, precisamente em seu art. 22, estabelece as normas de gestão pública devem ser interpretadas levando-se em consideração, dentre outras circunstâncias, os obstáculos e as dificuldades reais do gestor, bem como as exigências de politicas públicas para fins de penalização do administrador.

Agir com má-fé, tendo em mira as considerações anteriores, significa agir maldosamente, ou seja, com fins de enganar ou iludir outra pessoa. Enfim, agir com má-fé é praticar ato intencional, ou seja, doloso.

Não se há, portanto, falar-se em improbidade administrativa culposa. O próprio Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgado recente e oposição a tese ora analisada, atesta que a conduta dolosa é indispensável para caracterização de qualquer proveito pessoal ilícito, lesão aos cofres públicos e ofensa aos princípios nucleares administrativos (STJ -AGINT NO ARESP 225.531/RJ - 1ªT - DJE 28/06/2019).

Todas as figuras ímprobas, preconizadas na Lei Federal n. 8.429/1992 (LIA) e ao contrário de tese do Tribunal de Cidadania, exigem para a sua configuração um agir ou uma omissão do agente com o fim específico de produzir o resultado tido como improbo, ou assumindo o risco de produzi-lo.

Uma vez explicitado o nosso entendimento, passo a capitular os fatos ocorridos com sugestões de encaminhamentos, utilizando-me dos princípios de razoabilidade; boa e má fé para sopesar as imputações.

Com frequência, o povo brasileiro sente na pele o reflexo de uma má administração municipal. São inúmeros os escândalos de corrupção envolvendo administrações de municípios já descobertos e divulgados pelos jornais do país.

Muitos Prefeitos e Secretários se utilizam da desconcentração administrativa para se eximirem de todo e qualquer ônus inerente ao exercício do cargo, sobretudo decorrente do poder decisório, para se eximirem das obrigações e responsabilidades administrativas e suas inevitáveis consequências jurídicas.

Todavia, todo gestor público, especialmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, deve observar com maior celeridade e preocupação a legislação que vai utilizar no exercício das suas atribuições, caso queira evitar o cometimento de ilícitos penais e administrativos.

Todo gestor público, no exercício de um cargo político, deve agir de modo diferenciado, não podendo fugir, portanto, da responsabilização. Tanto é assim que o art. 37 da Constituição Federal elenca princípios basilares da Administração Pública, quais sejam, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, e a eficiência.

Implicitamente, a Carta Magna também reza que o Chefe do Poder Executivo Municipal trata-se do principal responsável pela Administração Pública no âmbito do Município, pois simetricamente com o que dispõe em face do Presidente da República, são das mais importantes as atribuições assinaladas ao Chefe do Poder Executivo Federal.

O que se vê é que muitos Prefeitos têm ignorado sua obrigação de manter o dever de vigilância, se "escorando" em subordinados, achando que, se eles falharem no exercício de suas funções, ou mesmo cometerem dolosamente crimes dentro da Administração Pública, se responsabilizarão sozinhos pelas ilicitudes, o que não é verdade.

Assim, faz-se oportuno lembrar que o Chefe do Executivo e seus Secretários, com ou sem o apoio de servidores, estando no domínio dos fatos, devem ser responsabilizados pela condução do ilícito penal diretamente executado por outrem, ocasião em que se adota a conhecida teoria do domínio do fato.

Dentre as teorias que procuram definir o conceito de autor do delito, a "teoria do domínio do fato" ensina que autor do crime também é aquele que tem o poder de decisão sobre a realização

do fato. Quer dizer, além da pessoa que executa a ação típica, referida teoria também criminaliza aquele que se utiliza de outrem para a realização da conduta criminosa.

E, a teoria do domínio do fato afirma que também é autora, e não mero partícipe, a pessoa que, mesmo não tendo praticado diretamente o ilícito penal, decidiu e ordenou sua prática à pessoa subordinada, sendo efetivamente o agente que deu causa ao resultado criminoso.

Inclusive, o Código Penal Brasileiro, através do §2º do art. 13 do Código Penal Brasileiro, expressamente diz que a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. Leva em consideração três hipóteses legais para qualificar aquele que possui o "dever legal de agir", ou seja, aquele que tem o dever de agir por obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; a quem de outra forma assumiu a responsabilidade de impedir o resultado; e a quem com seu comportamento anterior acabou criando o risco da ocorrência do resultado.

Então, pergunta-se: o Prefeito de Belo Horizonte não sabia ou estaria alheio ao que aconteceu a seu redor com relação a todas as suas circunstâncias, mesmo tendo participado das reuniões e discussões?

A teoria da cegueira deliberada, ou instruções de avestruz (ostrich instructions), consiste em instituto do direito criminal que, por meio da ampliação do espectro conceitual de autor e partícipe de delitos, possibilita a responsabilização criminal daqueles que, deliberadamente, evitam o conhecimento sobre o caráter ilícito do fato para o qual concorrem, ou acerca da procedência ilícita de bens adquiridos ou movimentados.

A denominação da doutrina de instruções do avestruz deve-se ao hábito deste animal, segundo o imaginário popular, de enfiar a cabeça na terra

sempre que percebe qualquer situação de risco ou anormalidade, com o objetivo de esconder-se e ignorar as circunstâncias a sua volta, na esperança de que estas não o afetem.

A Cegueira Deliberada, sem dúvida, encontra aplicação quando há suspeita justificada da ilicitude da ação, ou da origem dos bens movimentados por parte do sujeito ativo, com uma manutenção intencional de um "estado de ignorância" irreal.

Destarte, a luz das regras constitucionais e legais insculpidas na legislação penal em vigor, e das teorias supracitadas, não se pode admitir que o responsável por dar vida a toda estrutura de um Município saia isento de um processo penal que envolva significativo dano ao erário e ao patrimônio público, cujos réus sejam subordinados seus, por simplesmente aduzir que "nada viu", quando se tinha o dever legal de fiscalizar os atos.

Com base nestes apontamentos, faço os indiciamentos e encaminhamentos abaixo descritos para que, nosso relatório possa servir de substrato probatório para ensejar alicerce para procedimentos cíveis, penais e administrativos dos órgãos de controle e judiciários.

5.2. INDICIAMENTOS

Com base em todo o relatado, especialmente o fato de que a referida proposta partiu do ex Presidente da Bhtrans, Sr. **Célio Freitas Bouzada, INDICIO** o mesmo pela prática das sanções previstas no **artigo 321 do CPB** (advocacia administrativa):

> *Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:*

Com base em todo o relatado, especialmente o fato de que o ex Presidente da Bhtrans, Sr. **Célio Freitas Bouzada**, participou da audiência realizada no Ministério Público em 08/07/2020**, INDICIO** o mesmo pela prática das sanções previstas no **artigo 299 do CPB** (falsidade ideológica):

> *Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:*
>
> *Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, (...)*
>
> ***Parágrafo único** - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.*

Com base em todo o relatado, especialmente o fato de que Secretário Municipal da Fazenda, Sr. **João Antônio Fleury Teixeira**, participou da audiência realizada no Ministério Público em 08/07/2020**, INDICIO** o mesmo pela prática das sanções previstas no **artigo 299 do CPB** (falsidade ideológica):

> *Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:*
>
> *Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, (...)*
>
> ***Parágrafo único** - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.*

Com base em todo o relatado, especialmente o fato de que o Diretor de Transporte Público, Sr. **Daniel Marx Couto**, participou da audiência realizada no Ministério Público em 08/07/2020**, INDICIO** o mesmo pela prática das sanções previstas no **artigo 299 do CPB** (falsidade ideológica):

> *Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:*
>
> *Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, (...)*
>
> ***Parágrafo único** - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.*

Com base em todo o relatado, especialmente o fato de que os infectologistas Dr. **Carlos Starling** e o Dr. **Estevão Urbano** integram os quadros da Associação Mineira de Epidemiologia e Controle de Infecções, a qual prestou consultoria especializada a escolas particulares durante o enfrentamento a Covid 19, de forma a se adequarem aos novos protocolos e métricas de distanciamento estabelecidas.**, INDICIO** o mesmo pela prática das sanções previstas no **artigo 9º, inciso VIII**, da Lei 8429/92:

> *"Art. 9° Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1° desta lei, e notadamente:*
>
> *VIII - aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade;*

5.3. ENCAMINHAMENTOS

Com base em todo o relatado, especialmente as dúvidas razoáveis no que diz respeito aos primeiros repasses no importe de R$ 16.000.000,00 (Dezesseis milhões de reais), **SOLICITO** ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais a **INVESTIGAÇÃO DE TODOS OS PARTICIPANTES DA LIBERAÇÃO DESTES VALORES**, antes da assinatura do 3º Termo Aditivo, pela possível prática capitulada

no artigo 337-H da Lei 14133/2021, com a pena privativa de liberdade do art. 92 da Lei 8666/93.

> *Art. 337-H. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do contratado, durante a execução dos contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no edital da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade:*
> *Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.*
> *Art. 92. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do adjudicatório, durante a execução dos contratos celebrados com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua apresentação:*
> *Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.*

Com base em todo o relatado, especialmente as dúvidas razoáveis no que diz respeito ao procedimento de adiantamento de vales transportes; acordo judicial e ausência de publicidade do Comitê COVID, **SOLICITO** ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais a **INVESTIGAÇÃO DE PRÁTICA DELITUOSA PRATICADA PELO PREFEITO ALEXANDRE KALIL**, consubstanciado na seguinte legislação: Art. 1º, incisos I e IX, do Decreto-Lei 201/67:

> *Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:*
> *II - utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos;*
> *IX - Conceder empréstimo, auxílios ou subvenções sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;*

Com base em todo o relatado, especialmente as dúvidas razoáveis no que diz respeito ao procedimento de relativo a empresa MEDICAR EMERGÊNCIAS MÉDICAS, **SOLICITO** ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais a **INVESTIGAÇÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO**, consubstanciado na seguinte legislação: Artigo 337-M, caput, §§ 1º e 2º, da Lei 14.133/21, com aplicação da pena do art. 97 da Lei 8666/93 (contratação inidônea):

.

> *Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:*
> *Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.*
> *§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:*
> *Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.*
> *§ 2º Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.*
> *Art. 97. Admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo: (Revogado pela Lei nº 14.133, de 2021)*
> *Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa. (Revogado pela Lei nº 14.133, de 2021)*

Com base em todo o relatado, especialmente as dúvidas razoáveis no que diz respeito aos primeiros repasses às Concessionárias de Transporte, **SOLICITO** remessa deste Relatório ao Conselho de Ética da PBH para **INVESTIGAÇÃO** da atuação da **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO** acerca da inexistência de pareceres para a realização de cada aditivo contratual e para a realização do acordo judicial, e se estão fundamentados nas hipóteses legais.

Com base em todo o relatado, especialmente as dúvidas razoáveis no que diz respeito aos primeiros repasses às Concessionárias de Transporte, **SOLICITO** remessa deste Relatório Conselho de Ética e ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais para **INVESTIGAÇÃO** da atuação da **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO** acerca da inexistência de pareceres para a realização de cada aditivo contratual e para a realização do acordo judicial, e se estão fundamentados nas hipóteses legais, se houve pronuncia favorável, de forma absolutamente descabida, ou se fizeram observações e recomendações sobre o fato de não haver pedido de reequilíbrio contratual por parte dos particulares (empresas de ônibus), sobre eventuais alterações no acordo judicial extra petita para seu adequamento ao pedido da inicial; sobre a possibilidade de os valores repassados às empresas de ônibus ultrapassarem o prazo do contrato de concessão; se fundamentaram em algum parecer a dispensa de garantia no Aditivo Contratual 5; se opinaram pela concessão de garantia na hipótese do acordo judicial; se opinaram sobre eventual discrepância entre as leis orçamentárias e as fontes de custeio dos pagamentos dos aditivos contratuais e do acordo judicial.

Com base em todo o relatado, especialmente as dúvidas razoáveis no que diz respeito dos procedimentos de adiantamento de vales transportes; acordo judicial e ausência de publicidade do Comitê COVID, **SOLICITO** ao Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais a **INVESTIGAÇÃO DE TODOS OS PARTICIPANTES DA LIBERAÇÃO DESTES VALORES**, para verificação de eventuais práticas ilícitas.

Com base em todo o relatado, especialmente as dúvidas razoáveis no que diz respeito ao procedimento de relativo ao acordo judicial acima descrito, **SOLICITO** ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais a **INVESTIGAÇÃO DO REFERIDO ACORDO** e caso entenda pela impossibilidade do mesmo, haja ingresso de ação rescisória ou anulatória.

Por fim, base em todo o relatado, especialmente as dúvidas razoáveis no que diz respeito dos procedimentos adotados durante a pandemia, **SOLICITO** ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais a **INVESTIGAÇÃO DE TODOS OS PARTICIPANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AOS INTEGRANTES DO COMITÊ COVID**, para verificação de eventuais imputações da Lei de Improbidade Administrativa:

> *Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)*
> *II - permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;*
> *IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;*
> *XI - liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;*
> *Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:*
> *IV - negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei;*

1. ANEXO I – AMBULÂNCIAS
    1.1. – Atestado capacidade emitido pela Prefeitura de Fortaleza
    1.2. – Parecer Secretaria Municipal de Saúde Fortaleza
    1.3. – Parecer preliminar Controladoria Geral da Prefeitura de Belo Horizonte
    1.4. – Parecer TCU – SECEX Belo Horizonte
    1.5. Relatório das Secretaria de Saúde de Belo Horizonte inocentando a Medicar e validando o atestado
    1.6. Acórdão TCU
    1.7. Contratos e termos aditivos
2. ANEXO II – Comitê Covid – 19
    2.1. Atos constitutivos AMECI
    2.2. Protocolo AMECI
3. ANEXO III – Shopping Oiapoque
    3.1. Fotos multas e despejo
4. ANEXO IV – Repasses à Transfácil
    4.1. Contratos de concessão
    4.2. Estatuto, contratos e aditivos, planilhas Transfácil
    4.3. Oficios, notas e informação técnica BHtrans
    4.4. Documentação enviada pela Prefeitura de Belo Horizonte (e-mails, pareceres, planilhas)
    4.5. Atas Ministério Público
    4.6. Pedido de reequilíbrio e negativa SMOBI
    4.7. Ação Judicial subsidio
    4.8. Decisão MP Federal